

MARCOS FÁBIO BELO MATOS
RONI CÉSAR ANDRADE DE ARAÚJO
ROSEANE ARCANJO PINHEIRO
(ORGS)




DA IMPRENSA NO MARANHÃO

(O CAMPO HISTÓRICO)

VOL I



EDUFMA



2000
ANOS

**DA IMPRENSA
NO MARANHÃO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor
Vice-Reitor

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho
Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



EDUFMA

EDITORA DA UFMA

Diretor
Conselho Editorial

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa
Prof^a. Dra. Diana Rocha da Silva
Prof^a. Dra. Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Marcus Túlio Borowski Lavarda
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães
Prof^a. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues
Prof. Dr. João Batista Garcia
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

MARCOS FÁBIO BELO MATOS
RONI CÉSAR ANDRADE DE ARAÚJO
ROSEANE ARCANJO PINHEIRO
(ORGS)



**DA IMPRENSA
NO MARANHÃO**
(O campo histórico)

VOL 01

São Luís



EDUFMA

2022

Copyright © 2022 by EDUFMA

Projeto gráfico, diagramação e capa *Francisco Batista Freire Filho*

Revisão *Marcos Fábio Belo Matos*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

200 anos da imprensa no Maranhão / Marcos Fábio Belo Matos, Roni César Andrade de Araújo, Roseane Arcanjo Pinheiro (Orgs). – São Luís, EDUFMA, 2022.

v. 1

Conteúdo: v. 1: O campo histórico.

356 p.

ISBN: 978-65-5363-065-9

1. Imprensa – História – Maranhão. 2. Telejornalismo. 3. Jornalismo – Internet.
I. Matos, Marcos Fábio Belo. II. Araújo, Roni César Andrade de. III. Pinheiro, Roseane Arcanjo.

CDD 070.098 121

CDU 070(812.1)(091)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Marcia Cristina da Cruz Pereira – CRB 13/418

Impresso no Brasil [2022]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma.sce@ufma.br

DEDICATÓRIA

Dedicamos esta obra a todas as pessoas que ajudaram a construir a trajetória bicentenária da imprensa no Maranhão.

AGRADECIMENTOS

À Reitoria da Ufma, na pessoa do reitor, professor Natalino Salgado Filho, pelo apoio a esta iniciativa.

À Editora da UFMA (EDUFMA), pela acolhida atenciosa ao projeto.

Aos autores e autoras que nos enviaram os artigos para a composição desta coletânea.

A todos que contribuíram para a concretização deste projeto.

SUMÁRIO

- 10 APRESENTAÇÃO
- 15 PREFÁCIO
- 18 OLHARES IMPROVÁVEIS PARA A IMPRENSA DO MARANHÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: VESTÍGIOS COMO TEIAS DE SIGNIFICAÇÃO – MARIALVA BARBOSA
- 46 PÁGINAS CONSTITUCIONAIS: A PEDAGOGIA DO CONCILIADOR (1821-1823) – MARCELO CHECHE GALVES
- 72 ALÉM DAS CARTAS: O DISCURSO DOS LEITORES NO JORNAL O CONCILIADOR DO MARANHÃO (1821-1823) – ROSEANE ARCANJO PINHEIRO E ANTONIO HOHLFELDT
- 91 O “CONSTITUCIONALISMO DE OCASIÃO” E OS “FERROS DO DESPOTISMO” – A ADESÃO ÀS CORTES NAS PÁGINAS DO JORNAL O CONCILIADOR (1821-1823) – RONI CÉSAR ANDRADE DE ARAÚJO
- 116 NAS TRILHAS DA CIVILIZAÇÃO: O JORNAL DA SOCIEDADE PHILOMATHICA MARANHENSE (1846-1847) – FABIO HENRIQUE GONÇALVES
- 142 DUZENTOS ANOS DA IMPRENSA NO MARANHÃO: A OBRA DE MARIA FIRMINA DOS REIS NOS JORNAIS OITOCENTISTAS – DILERCY ADLER

- 156 IMPRENSA CAXIENSE OITOCENTISTA (1845-1900):
CARACTERIZAÇÃO E NOTAS HISTÓRICAS
– GILMAR PEREIRA SILVA
- 183 IMPRENSA MARANHENSE NO LIMIAR DO SÉCULO XX
– MARCOS FÁBIO BELO MATOS
- 202 SOBRE AS ORIGENS DO JORNAL O ESTADO DO
MARANHÃO – RAMON BEZERRA COSTA E FRANCISCO
GONÇALVES DA CONCEIÇÃO
- 229 JORNALISMO PARA CRIANÇAS MARANHENSES:
A HISTÓRIA DE O PROGRESSINHO, UM SUPLEMENTO
INFANTIL QUE CIRCULOU EM IMPERATRIZ DE 1986 A 1987
– GABRIELA ALMEIDA SILVA E THAÍSA BUENO
- 256 AS TRANSFORMAÇÕES NO TELEJORNALISMO
DA TV MIRANTE DE IMPERATRIZ (1987-2010)
– GIZELLE DE JESUS MACEDO E RODRIGO NASCIMENTO REIS
- 284 O ALCANCE REGIONAL DA IMPRENSA DE IMPERATRIZ-MA:
MAPEAMENTO DOS FLUXOS DE INFORMAÇÃO
– THAYS ASSUNÇÃO REIS
- 308 ANÁLISE VISUAL DO PORTAL IMIRANTE AO LONGO DO
SÉCULO XXI - INGRID PEREIRA DE ASSIS
- 335 ENSAIO FOTOGRÁFICO DE SÃO LUÍS DO INÍCIO DO
SÉCULO XX: A REVISTA DO NORTE - AMANDA DA SILVA E
SILVA / JOSÉ FERREIRA JUNIOR

APRESENTAÇÃO

Pensado no âmbito das comemorações alusivas aos 200 anos da imprensa no Maranhão, o livro que o leitor tem em mãos é o primeiro de dois volumes que compõem a obra intitulada “Imprensa no Maranhão: 200 anos de História”, que se inclui no rol das muitas ações capitaneadas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ao longo de 2021, em parceria com outras instituições públicas e privadas, para referenciar este tão importante marco da História da Imprensa não apenas do Maranhão, mas do Brasil, de modo mais amplo.

Para além deste trabalho, a lista de ações contempla desde a produção e divulgação de uma série de podcasts (publicada nas plataformas de tocadores digitais, foi dividida em 05 episódios e discutiu a trajetória da Imprensa no Maranhão durante os séculos XIX, XX e XXI); uma webstorie (publicada pelo Instagram oficial da UFMA); um documentário intitulado “200 anos da Imprensa no Maranhão: um passeio pela memória” (publicado no canal institucional da UFMA no YouTube, com a participação de professores e especialistas na área, fez uma abordagem histórica das transformações vividas pela imprensa maranhense, nesses 200 anos); uma longform (publicada no site oficial da UFMA, propôs uma caminhada pelos história dos primeiros jornais que circularam no Maranhão) e, por fim, a entrega da “Comenda 200 anos de Imprensa no Maranhão”, concedida pela Universidade Federal do Maranhão a 50 nomes que, divididos por categorias, foram homenageados pela sua contribuição para o desenvolvimento da Imprensa em nosso estado.

Na ocasião da solenidade de entrega, realizada no final do ano de 2021, realizou-se o lançamento de livros “História da Imprensa no Maranhão (1821-1925)”, de autoria de Antônio Lopes, e “O

Conciliador – Um capítulo da história da imprensa periódica no Maranhão”, organizado pelo reitor da UFMA, Natalino Salgado Filho, e pelo professor Silvano Alves Bezerra da Silva, ambos idealizados dentro do projeto dos 200 anos de Imprensa no Maranhão, do qual este livro que ora apresentamos é parte integrante.

Vindo a público agora, esta obra foi idealizada em meados de 2021. Foi exatamente em 1º de junho daquele ano, dia da imprensa, que a Comissão Científica das Comemorações pelos 200 anos da Fundação na Imprensa no Maranhão, composta por nós mesmos, que somos os organizadores desta obra, lançamos o edital para a publicação de uma edição especial que deveria congrega uma coletânea de artigos científicos dedicados aos mais variados aspectos das atividades impressas no Maranhão ao longo do intervalo de tempo entre os anos de 1821, quando da fundação do primeiro jornal, o periódico O Conciliador, e 2021, ocasião do bicentenário.

Assim, para homenagear os 200 anos da Imprensa Maranhense, a UFMA lança este primeiro volume da obra “Imprensa no Maranhão: 200 anos de História” que, sob a definição do que temos chamado de “O campo histórico”, reúne artigos de pesquisadores e estudiosos que tratam, de maneira mais direta, do processo histórico de fundação e desenvolvimento das atividades impressas no Maranhão, ao longo destes 200 anos.

No decorrer deste volume, o leitor encontrará 14 artigos que, escritos por autores de diversas áreas do conhecimento, se alinham num só propósito: compreender a produção de notícias no estado e a atuação das mídias. São trabalhos que abordam desde as mídias impressas, passando pela TV, pela fotografia, até chegar ao jornalismo na internet.

O primeiro texto, de Marialva Barbosa, estabelece uma análise dos movimentos comunicacionais entre alguns jornais maranhenses

da década de 1820 em relação ao Rio de Janeiro, capital do Império, e da corte em relação à província.

No texto seguinte, Marcelo Cherche se dedica a pensar a pedagogia constitucional do Jornal O Conciliador (1821-1823), primeiro jornal impresso publicado no Maranhão, cuja longa duração e regularidade de suas publicações permitem ao autor do texto uma importante análise dos seus vínculos com cortes portuguesas e, conseqüentemente, com a resistência, a partir de meados de 1822, às ideias de rompimento com a metrópole.

Também voltado para o estudo deste que foi o primeiro jornal a ser publicado no Maranhão, o texto de Antonio Hohfeldt e Roseane Pinheiro traz apontamentos sobre as cartas dos leitores do periódico. Partindo da busca pela compreensão dos discursos produzidos pelo jornal em relação ao leitor/correspondente, os autores apresentam uma importante análise sobre a seção de correspondências como um lugar de interlocução entre jornal e leitor.

Roni César Andrade de Araújo direciona sua pesquisa para o processo de adesão do Maranhão às Cortes portuguesas, no contexto das mudanças políticas do início do século XIX. Para tal, recorre também ao jornal O Conciliador como fonte/objeto principal de análise.

Na sequência, outros periódicos se apresentam como objeto de pesquisa, que mostram a expansão da imprensa maranhense.

Avançando para meados do século XIX, Fabio Henrique Gonçalves se debruça sobre o jornal da Sociedade Philomathica Maranhense (1846-1847), trazendo uma análise sobre os ideais defendidos pelo jornal frente à sociedade maranhense do final da década de 40.

Já Dilercy Adler traz outro objeto relevante, a participação feminina nos jornais, por meio dos registros feitos sobre as obras de Maria Firmina dos Reis em jornais maranhenses, ao longo do século XIX.

O trabalho seguinte, de Gilmar Pereira Silva, nos leva à imprensa no interior do Maranhão. Analisando os jornais que foram publicados na cidade de Caxias, entre o período de 1845 a 1900, particularmente as edições que estão disponibilizadas nas hemerotecas digitais da Biblioteca Pública Benedito Leite e Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o autor se propõe a construir um mapeamento dessas fontes, a partir do cruzamento de características gerais com aspectos históricos ligados a cada um dos jornais consultados.

Marcos Fabio Belo Matos conduz o leitor a cruzar a fronteira entre o século XIX e o XX. No seu texto, apresenta ponderações sobre a imprensa que, já superada a fase artesanal, assume cada vez mais sua feição moderna, de grande circulação, e, por assim dizer, industrial.

É também neste século XX que vai surgir um dos jornais de maior relevância na atualidade, o jornal O Estado do Maranhão, que foi tema do texto desenvolvido por Ramon Bezerra Costa e Francisco Gonçalves da Conceição. O estudo da trajetória do jornal se apresenta no texto como uma possibilidade de compreensão não apenas de sua historicidade, mas também do próprio processo de desenvolvimento da materialidade da imprensa no estado.

De volta ao interior do Maranhão, o trabalho de Gabriela Almeida e Thaisa Bueno tem como foco o suplemento infantil do jornal O Progresso, que circulou entre os anos de 1986 e 1987, na cidade de Imperatriz, a segunda maior do estado. O pioneirismo daquele tipo de publicação em terras maranhenses, somado ao ímpeto jornalístico de compreender as razões por trás de um projeto voltado exclusivamente ao público infantil, se apresentam, ao longo do texto, como elementos motivadores para a produção deste trabalho por parte das autoras.

O telejornalismo, um fenômeno da segunda metade dos anos 1900, é tema do artigo de Gizelle Macedo e Rodrigo Reis, que, re-

correndo a entrevistas, pesquisa bibliográfica e análise documental, apresentam uma visão crítica sobre as transformações na TV Mirante de Imperatriz, mais precisamente entre os anos 80, 90 e 2000.

Voltado para a compreensão da imprensa regional, o trabalho de Thays Assunção parte da análise de dados relativos aos veículos de comunicação na cidade de Imperatriz (jornal impresso, rádio e tv) para mapear os fluxos de informação, trabalho fundamental para o dimensionamento mesmo da própria cidade, no que tange às suas interações espaciais.

O texto de Ingrid Pereira de Assim se volta à análise visual do portal Imirante, no decorrer do século XXI, abordando o cenário mais desafiador hoje para os comunicadores: o ciberjornalismo e as mudanças na produção e consumo de conteúdo.

A última parte deste primeiro volume, um ensaio visual assinado por Amanda da Silva e Silva e José Ferreira Júnior, brinda o leitor com registros fotográficos de São Luís no começo do século XX, publicados na Revista do Norte (1901-1906), evidenciando assim, mais uma vez, a importante interação entre fotografia e imprensa.

Neste primeiro volume, como o leitor verá, passado e presente dialogam e apontam os novos horizontes da imprensa, compreendida aqui na forma mais ampla: jornais, revistas, emissoras de TV, rádios e plataformas digitais. As mudanças socioculturais e as inovações tecnológicas se entrelaçam e estão presentes nos artigos publicados aqui, as conclusões dos autores apontam as potencialidades e a longevidade do jornalismo, de seus agentes e de suas instituições.

Os organizadores.

PREFÁCIO

Em um ano auspicioso para a imprensa no Maranhão - a propósito da efeméride do bicentenário desse considerado quarto poder – eis que é digna de aplausos a iniciativa dos organizadores e articulistas desta obra que tem o mérito, tal qual Ariadne, de permitir, em dois volumes, que um fio de esperança e resgate destoe de um labirinto de incertezas que se instaurou nesta era de instantaneidade.

Os dois volumes não só abordam diversos olhares da imprensa que vigorou na capital, mas também descortinam uma série de episódios interessantes. Em especial, faço menção aos artigos que se detiveram a analisar a importância de Maria Firmina dos Reis na moldura do jornalismo maranhense. Uma mulher notável, que ainda guarda muito a ser revelado, dada sua importância também para a história maranhense.

O leitor há de constatar que temos também uma rica contribuição sobre a história da imprensa brasileira para a informação globalizada. Aqui, a despeito da distância que um dia foi um entrave em relação aos grandes centros; dos equipamentos que destoavam do que já existia em outras redações país afora, conseguimos registrar, interpretar e analisar, com qualidade, fatos relevantes que precisam ser deixados como registro para a escrita da história. As grandes coberturas nas áreas política, esportiva e policial são provas incontestas. As gerações de jornalistas abnegados e devotados ao compromisso de bem informar compõem um singular panteão.

Esta publicação é mais que necessária. Sem produzi-la e publicá-la, correremos o risco de abandonar princípios e solapar verdades. Nada melhor do que o resgate histórico como luminar para nos lembrar de fatos e pessoas que um dia palmilharam este chão e pude-

ram, muitas vezes com risco de vida ou perdas diversas, traçar uma estrada plana de compromisso com a ética permeada de fidelidade aos fatos e de respeito ao leitor. Porque, segundo Stephen Ward, um grande pensador na área da comunicação, em obra datada de 2015, esse é o norteador da boa informação.

Dos quase obsoletos espaços onde eram produzidas as notícias que seriam lidas no outro dia – com o invulgar toque da boemia que intermediava redações e bares – a imprensa assistiu o surgimento do binômio quase indissociável: tecnologia e pós-verdade. A democratização do acesso, o fim da fronteira emissor-receptor, a exigência do público que não mais se conforma com poucas fontes de informação foram conquistas inegáveis. Mas não se chega tão alto e tão longe sem os percalços naturais do caminho.

A grande questão é tentar, num exercício de futurologia, imaginar como será a nossa imprensa daqui a mais 200 anos. Confesso a dificuldade de tentar imaginar um novo mundo a admirar, quando somos surpreendidos com a rapidez das novidades que emolduram nosso cotidiano. Mas uma coisa é imutável: a imprensa é, em si mesma, uma guardiã de memórias, uma condutora de tendências, independente do suporte em que circula: seja nas amareladas páginas dos jornais, seja nos *gadgets* diversos ou na avançada tecnologia que apequena o mundo.

Assim esta publicação se define e expõe seu valor: é um arquivo de arquivos; uma caixa que guarda a dimensão histórica, um livro não só de informações sobre a imprensa em seus 200 anos no Maranhão.

Tanto quanto o tempo, os fatos se dissipam no ar e são capturados pelas palavras que não traduzem mais lembranças, porém compõem uma sinfonia de memórias de um lugar que registrou passos de jornalistas das ruas para os jornais. Nos jornais. Vozes no ritmo

dos textos manuscritos. Gritos da cidade. Ideias possuídas pelo barulho da força da escrita na máquina de escrever ou na agilidade e no silêncio do computador.

Esta publicação é da história que a imprensa maranhense tanto conta quanto faz. Diariamente. No decorrer de dois séculos.

NATALINO SALGADO FILHO
Reitor da UFMA

OLHARES IMPROVÁVEIS PARA A IMPRENSA DO MARANHÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: VESTÍGIOS COMO TEIAS DE SIGNIFICAÇÃO

MARIALVA BARBOSA¹

Colocar-se diante da tela do computador e a partir deste lugar conseguir entrar num tempo profundamente diverso e perscrutar vidas e atos de comunicação dos homens do passado presentes em materialidades comunicacionais denominadas jornais é, sem dúvida, uma ação possível para o historiador do século XXI, que na sua casa pode abrir o site da Hemeroteca Digital Brasileira e realizar um passeio visual e de códigos escritos de tempos distantes.

Foi dessa forma que encontrei pela primeira vez o *Conciliador do Maranhão* (1821-1823) quando realizava uma pesquisa sobre história cultural da imprensa no século XIX (BARBOSA, 2010). Em busca de perceber os processos comunicacionais que emergiam e colocavam em cena as primeiras gazetas, deparei-me com exemplares deste periódico maranhense. Não queria conhecer a essência histórica do jornal: quem tinha sido seu primeiro redator, o conteúdo político e os debates presentes na publicação e outros detalhes que informam sobre uma vida do periódico no passado sendo recuperada como se fosse o único presente².

1 Minibiografia: Professora Titular da UFRJ e do Pós-Graduação em Comunicação. Doutora em História (UFF), Pesquisadora do CNPq.

2 Pinheiro (2017) faz levantamento dos estudos que enfocaram a imprensa maranhense do século XIX, mostrando que as primeiras obras são de mapeamentos dos jornais e seus perfis (FRIAS, 2001; MARQUES, 1878 e SERRA, 2001). O tema voltou a ser estudado na segunda metade do século do século XX (LOPES, 1959) e desde a década de 1980,



Chamou-me a atenção o fato de muitos desses exemplares guardados sob a forma digitalizada, domínio dos tempos tecnológicos que emergiram no final do século XX, conterem marcas escriturárias manuscritas às margens da publicação³. Eram informações as mais variadas: a de que aquele primeiro número guardado na Biblioteca Nacional do Brasil era o 35, já que até o número 34 ele fora manuscrito. A partir daí, uma série de escrituras colocadas à margem do periódico foi revelando uma outra história que pode ser construída olhando esses traços duradouros colocados por mãos anônimas no passado e que, pelo milagre e enigma da comunicação (RICOEUR, 1987), chegam até o presente⁴.

O objetivo deste capítulo é - fiquei com vontade de resumir numa expressão síntese vinculativa - “conversar com os mortos”, como disse um dos historiadores mais importantes do século XX, Robert Darnton (1990). É isso: uma longa e boa conversa, tentando descobrir os atos vinculativos da comunicação presentes em alguns periódicos maranhenses deste momento inicial da imprensa brasileira (sobretudo, no *Farol Maranhense* e outros periódicos que circula-

com as pesquisas de Sebastião Jorge, 1987 e 1998. A autora enfatiza que nestas análises sobressaem as pesquisas da dimensão de adesão política dos periódicos aos posicionamentos de apoio aos interesses dos brasileiros ou contrários a eles. Cita, ainda, que a temática das relações da imprensa no século XIX com o poder político resultaram em dissertações e teses em cursos de Jornalismo e História (PINHEIRO, 2007; ARAÚJO, 2008 e GALVES, 2010).

- 3 O texto em que abordo essa história pelas margens a partir do *Conciliador do Maranhão* está contido no primeiro capítulo do livro *História Cultural da Imprensa - Brasil 1800-1900* (BARBOSA, 2010, p. 43-48).
- 4 São muitas as aproximações que podemos fazer da teoria ricoeuriana e os estudos de comunicação. Gostaria de enfatizar aquela que considero a mais fundante na sua vasta teoria: a que qualifica a comunicação como um enigma e, ao mesmo tempo, um milagre. Estar junto, como estrutura dialógica do discurso, é, antes de tudo, um modo de superar ou ultrapassar a solidão de cada ser humano (no sentido de não poder transferir sua experiência para mais ninguém); o que transfiro não é a minha experiência enquanto tal, mas a sua significação. Eis o milagre, decreta Ricoeur, que faz da “comunicação a superação radical da não comunicabilidade da experiência vivida enquanto vivida” (1987, p. 27-28).

vam na Província no final dos anos 1820, como *Poraqué e Minerva*). Para isso, temos que ficar alertos em relação ao ato de interdição que a complexa questão do anacronismo (RANCIÈRE, 2011) pode ensinar. Devemos estar atentos para perceber as vidas desses personagens do passado não como inferiores à nossa, mas tão somente como de outro tempo, mas igualmente de homens e mulheres condutores de suas vidas e de suas significações em teias interpretativas expostas ao olhar do interpretante. No caso, com humildade, olho os homens do século XIX como iguais: com sonhos, desejos, conflitos, e que direcionavam olhares utópicos em direção a um futuro como possibilidade e percebiam o presente como desejo eminente.

Neste capítulo vamos fazer, então, dois movimentos: no primeiro, revisitamos o *Poroqué*, *A Bandurra*, *Minerva* e o *Farol Maranhense* para perceber circuitos comunicacionais revelados em suas páginas: escrituras rascunhadas e/ou efetivamente colocadas podem mostrar trânsitos comunicacionais da década de 1820 da Província em direção à corte e vice e versa, além de outros traços de significações dos processos comunicacionais.

No segundo movimento, procuramos as referências aos jornais do Maranhão nos da capital do Império. Que conhecimento circulava no Rio de Janeiro sobre a imprensa maranhense? Que impressões e sentidos foram fixados para os leitores do século XIX sobre esses periódicos? Com que propósitos?

Fluxos comunicacionais: o valor da crítica e do texto...

No final dos anos 1820 circulou no Maranhão um periódico de nome *Poraqué*. Perdido na catalogação que o colocou em outro lugar - entre os periódicos do Rio de Janeiro - só a sorte que o acaso

produz pode fazer com que o pesquisador do século XXI o resgatasse, ao mesmo tempo, do passado e da catalogação equivocada⁵.

A exemplo do que era feito por outros jornais, também o *Poraqué* se propôs no seu primeiro número, em 10 de setembro de 1829 a publicar um balanço dos periódicos que circulavam no país, denominado “Juízo crítico sobre os periódicos em geral do Brasil”, em que listava e identificava as posições políticas das publicações. A análise ocupava cinco das seis páginas do primeiro número, que possuía, então, apenas 85 assinantes. Com este pequeno número de subscritores, como se dizia na época, não podiam “ganhar quase nada”. Mesmo assim continuavam querendo “alcançar os fins de utilidade pública a que aspiramos unicamente” (*Poraqué*, 10 set. 1829, p. 1).

Ainda que reconhecessem que uma análise mais profunda de “todos os periódicos que se tem redigido e redigem no Brasil” ser obra “para volumes e imprópria para um jornal”, acreditavam que havia lugar no periódico para uma “resenha breve” e era isso que ofereciam ao leitor.

No Brasil tem quase todos os jornais pendido para dois extremos, e, por consequência cada um, em seu fim, tem sido exaltado; os denominados ministeriais defendem às cegas o governo em tudo e por tudo; os chamados liberais censuram a torto e a direito e com demasiadíssima acrimonia, tudo o que é obra do governo; uns e outros erram, os primeiros, porque o governo, como composto de homens, que não estão isentos de errar, é suscetível de ocasionar,

5 *Poraqué* está catalogado na Hemeroteca Digital Brasileira entre os periódicos editados no Rio de Janeiro que circularam entre 1820 e 1829. Na lista dos periódicos maranhenses no mesmo período figuram no acervo digital da Hemeroteca os seguintes periódicos: *Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão* (1823); *O Censor Maranhense* (1825-1830); *A Cigarra* (1829-1830); *Minerva* (1828-1829); *A Bandurra* (1828); *Argos da Lei* (1825); *O Conciliador do Maranhão* (1821-1823) e *Farol Maranhense* (1827-1831). Entre os 73 periódicos catalogados como tendo circulado no Rio de Janeiro, no mesmo período, lá está o *Poraqué* (1829).

http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Dcolina_2214202024042.DocLstX&pasta=ano%20182&pesq=. Acesso em 10 de julho de 2021.

muitas vezes, uma censura razoável; os segundos porque, faltando como justo elogio às boas medidas do Governo e não revelando nunca nem os menores erros, mostram que a sua pena não é dirigida por uma razão justiceira, e sim pela voz parcial das paixões; a maior parte dos primeiros querem inculcar-se para os empregos, e a dos segundos adquirir popularidade (*Poraqué*, n. 1, 10 set. 1829, p. 1-2).

Identificando os jornais que circulavam no Brasil nesta primeira década de explosão da palavra impressa (BARBOSA, 2013) como afiliados a duas correntes políticas - frequentemente denominados “servis” ou “liberais”, sendo os primeiros defensores do Governo Imperial e os segundos os que a ele faziam oposição -, criticam ambas as posições em função da adesão incondicional, no primeiro caso, ou do extremismo apontado no segundo. Postulavam, assim, a “razão justiceira” distante de proposições que buscavam vantagens advindas das críticas ou dos elogios impressos. Receber vantagens em troca da postura política ou adquirir popularidade eram as motivações, segundo o jornal, que levavam os periódicos a tomada de posições.

Depois de um longo introito, em que exemplifica ocorrências precisas em relação aos jornais maranhenses, mostrando que a parcialidade trazia inúmeras consequências para a própria imprensa, passa a caracterizar primeiro os periódicos do Rio de Janeiro, na sequência os de Pernambuco, do Pará e do Maranhão. Neste diagnóstico, lista como do Rio de Janeiro, *O Diário Fluminense*, qualificado como “o periódico do governo”; *A Gazeta do Brasil*; *Ástrea*; *Aurora* e a *Malagueta*. De Pernambuco, caracterizam *O Cruzeiro* e *Abelha*; do Pará, *O Telégrafo*; e finalmente do Maranhão, *A Estrela do Norte*; *Farol Maranhense* e *O Observador Constitucional*. Para cada um, produz uma síntese crítica, destacando sempre dois aspectos: as posições explícitas que adotavam e a qualidade da escrita. O diagnóstico mais detalhado que produz é sobre os periódicos maranhenses citados.

O Farol Maranhense: este periódico é redigido ora melhor, ora pior, segundo os indivíduos que nele colaboram; em algum tempo foi melhor, do que hoje, na redação, porém em todo o tempo conservou sempre o mesmo espírito embusteiro, maledicente e perverso: ataca a esmo as autoridades, que, como, se não bandeiam, e desculpa as de sua fração ainda nos maiores em cada linha respira sua parcialidade e má fé. (*Poraqué*, 10 set. 1829, p. 4).

Observa-se no estrato da citação a importância do valor dado à correção e à clareza redacional, frequentemente apregoadas como aspectos distintivos. Assim, ao lado das tomadas de posição, que fazia do jornal “embusteiro, maledicente e perverso” ao atacarem a esmo as autoridades, o conhecimento da língua, que se traduzia em belos textos e ensinamentos que trariam luzes ao público, produzia entre os próprios gazeteiros o reconhecimento da dignidade da palavra impressa.

Se as intrigas, as vinganças, as calúnias, as maledicências tornavam o jornal “abusivo” com a própria liberdade de escrever, ensejando contradições, falta de caráter, advinda da parcialidade, também não “saber ler a sua língua” tornava o redator “um miserável”. Referindo-se às tomadas de posição do *Farol Maranhense*, o *Poraqué* deixa claro as divergências com o periódico, nas batalhas verbais comuns no “teatro do jornalismo” do século XIX (BARBOSA, 2013).

este periódico é servil para com a plebe, péssimo em suas doutrinas, e abusivo em tudo e por tudo, de uma bem entendida liberdade de escrever; contradiz-se a cada passo; não tem caráter nenhum, é o mais maledicente possível, e é o veículo de vinganças e intrigas; seu figurado redator é um miserável, que mal sabe ler a sua língua, e que se diz alugado por certos indivíduos para ser o testa de ferro daquele escrito; tanto pode a fome! (*Poraqué*, 10 set. 1829, p. 5. Grifos nossos).

Além da caracterização detalhada que faz dos periódicos do Maranhão, como assinalamos, a concentração do olhar do redator se fazia, sobretudo, na direção dos periódicos da Corte. Observa-se, o seu silêncio em relação a jornais de outras províncias, aonde no final dos anos 1820 já existiam diversos em circulação, como é o caso de Minas Gerais e Bahia. Ao que parece, o diagnóstico que o redator fazia ali dos jornais do Brasil funcionava como pretexto para despertar polêmicas em função das considerações detalhadas em relação à imprensa maranhense. E despertou. Nos números que se seguem são muitas as contestações, os xingamentos e os combates dirigidos contra o periódico, sobretudo, pelo *Farol Maranhense* (edições de 5 out. 1829, p. 2; 19 out. 1829, p. 2, 3 e 4⁶, entre outras).

Ainda que a parcialidade das descrições do redator de *O Poroqué* pudesse ser decorrente da falta de espaço na publicação, afinal já alertara que uma análise mais profunda de todos os periódicos brasileiros seria obra “para volumes e imprópria para um jornal”, deve-se considerar igualmente o desconhecimento das publicações que circulavam em várias partes do país naquele 1829. Ao que parece, além dos jornais da própria Província, o redator tinha, de fato, conhecimento de alguns jornais que circulavam na Corte; daqueles que existiam na fronteira província do Pará e de dois periódicos pernambucanos (*O Cruzeiro e Abelha*). Ou seja, os diálogos comunicacionais entre os periódicos do Maranhão se davam, sobretudo, com três lugares: a capital do Império, o vizinho Pará e Pernambuco.

No seu diagnóstico sobre a imprensa maranhense daquele final dos anos 1820 listam o *Farol Maranhense*, o *Observador Constitucional*, a *Minerva* e *A Bandurra*. Para alguns dedicam um diagnóstico

6 A resposta ao *Farol* nesta edição é particularmente expressiva: dedica três das quatro páginas do jornal a responder ponto por ponto as contestações do *Farol*. “Sobre o Farol”. In: *Poroqué*, 19 out. 1829, p. 1, 2 e 3.

detalhado, enquanto para outros seria necessário conservar o silêncio, decorrente da evidente parcialidade.

Assim, enquanto para o *Observador Constitucional* dirigiam todos os impropérios, *Minerva* e *A Bandurra* não seriam objetos do “juízo” crítico, por ser o redator do segundo “amigo íntimo” do redator do *Poraqué*. Era preciso evidenciar para o público um outro valor, a imparcialidade, ainda que esta fosse evidentemente improvável no século XIX:

O Observador Constitucional foi redigido este periódico, segundo se diz, por um frade carmelita; é o papel mais mal escrito que temos lido em nossa vida; não tem graça, nem critério, nem moral; a linguagem é de preto novo e a doutrina é de frade que não sabe doutrina; apareceu este periódico para combater a *Minerva*, que denodadamente escrevia sobre os subornos e ilegalidades das eleições. (...) Conservamos em silêncio o nosso juízo sobre a *Minerva* e *Bandurra*, porque, como amigos íntimos com o redator do primeiro e pouco afeiçoados ao do segundo poderemos parecer parciais, e isso evitaremos sempre (*Poraqué*, 10 set. 1829, p. 5-6. Grifos nossos).

O aparecimento de um novo periódico era, geralmente, saudado com entusiasmo. Foi assim que o *Poraqué* anunciou na sua edição de 5 de outubro de 1829 o aparecimento de *A Cigarra*. Dando informações sobre o jornal que sairia sete dias depois, como o preço do exemplar avulso, os locais onde seria vendido, a periodicidade e a recusa de, neste primeiro momento, aceitar subscrições. O jornal não teria inicialmente assinantes pois, o redator tinha a intenção de que o “respeitável público” primeiro saboreasse “a sua doutrina e estilo”. Só depois, quem sabe, passaria a contar com os recursos das assinaturas. O periódico coloca-se, portanto, como um experimento público, querendo angariar primeiro simpatias e adesões, para, a partir daí, pensar em aferir os recursos necessários para manter os elevados gastos com a publicação de um periódico no final dos anos 1820.

No dia 12 de outubro p. f. do corrente ano de 1829, sairá a luz o primeiro número da folha intitulada *A Cigarra*, vender-se-á por 160 réis avulso nas lojas do Sr. Joao Pereira Leite e dos Srs. Filisberto José Correa & C. Esta folha será semanal e por ora não quer assinantes, pois o seu redator quer que o respeitável público primeiro saboreie a sua doutrina e estilo especialmente em parar abusos e desmascarar absolutismos, prometendo imitar o inseto que adotou por nome, que tanto mais o sol esquentava quanto mais grita. (*Poroqué*, 5 out. 1829, p 4).

Pouco mais de um mês do início da circulação do novo periódico, o *Poroqué* já tornava público sua rixa com *A Cigarra*. Eram muitas as críticas, mas sobretudo identificavam a “falta de conhecimentos e suas fraquíssimas luzes” do redator. A partir daí, as menções pejorativas ao periódico como adversário se multiplicam.

No pequeno texto que inaugura a mais recente rivalidade, o *Poroqué* também revela a maneira como chegou ao seu conhecimento que um novo periódico iria circular na capital do Maranhão:

Antes de sair a luz *A Cigarra*, teve seu redator a bondade de nos fazer uma visita (única com que até agora tem nos honrado) a fim de que lhe subscrevêssemos para a impressão de uma gramática inglesa que pretendia publicar, pouco o conversamos então, mas nesse mesmo pouco tempo procuramos conhecer qual era o fundo dos conhecimentos deste novo gramático e pareceu-nos com efeito de fraquíssimas luzes; todavia como homens há que falando nada parecem que são o que são, pois o dom da palavra não é trivial, julgamos que as aparências nos iludiam e apelamos para a publicação da gramática (*Poroqué*, 30 nov. 1829, p. 2. Grifos nossos).

A pequena nota apresenta uma descrição tão fiel da cena que somos capazes de revê-la em detalhes usando, como artifício, as possibilidades da imaginação. Chega à casa do redator do *Poroqué* o redator de *A Cigarra* para uma visita de cortesia. Depois de breves cumprimentos, senta-se um a frente do outro e começam uma con-

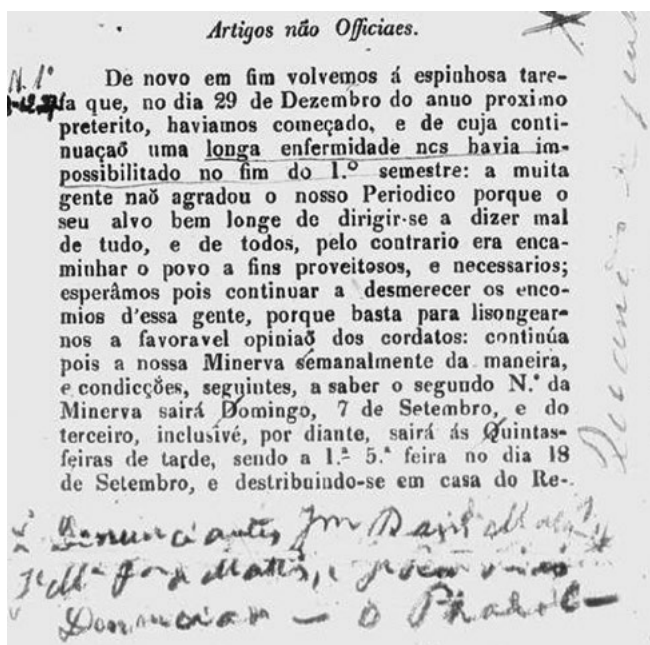
versa que, ao que parece, foi longa. Primeiro falou de seu intento em lançar um novo jornal na semana seguinte, *A Cigarra*. Certamente, acrescentaram palavras em torno da significação do nome: um inseto que amplifica sua sonoridade estridente, sobretudo, em momentos difíceis, como debaixo do sol escaldante. As intenções do redator com a nova publicação devem ter sido o tema introdutório. Mas o ponto nodal do encontro era o pedido que iria fazer: a ajuda para que ele pudesse publicar uma gramática inglesa!!!

Esta distinção, entretanto, não era para qualquer um: era preciso que ele provasse ter amplos conhecimentos e, na conversa, sobressaíram-se suas “fraquíssimas luzes”. Para que chegasse a esta conclusão, certamente a prosa teria durado um longo tempo.

Pelos vestígios significativos sabemos uma informação valiosa: era importante para um redator do século XIX publicizar seu impresso antes de ele vir a público. Ainda mais quando fazia o gesto inédito, naquele tempo, de experimentar primeiro seu jornal junto ao público, para, só depois, querer lograr ter alguns assinantes. O redator de *A Cigarra*, antes mesmo de lançar seu periódico, achara importante divulgá-lo junto ao redator de *o Poraqué*, mesmo que sua intenção principal fosse conseguir vencer os trâmites necessários para a publicação da sua gramática inglesa.

Outros vestígios significantes aparecem no que poderíamos chamar número de retomada do jornal *Minerva*, de 31 de agosto de 1828. Num longo trecho em que procura justificar o hiato de circulação do periódico que durou do final do primeiro semestre de 1827 até aquele 31 de agosto de 1828 (portanto, mais de um ano), o redator explicava que a volta do jornal era decorrente da finalidade de “instruir o povo”, “agregar-lhe no peito o verdadeiro amor da pátria, obediências às leis e adesão aos monarcas” (*Minerva*, 31 ago. 1828, p. 7). Assinava o longo trecho O Redator.

A notícia da retomada do periódico tem uma série de marcas escriturárias que, certamente, foram feitas por algum pesquisador do passado em busca da descoberta da gênese e de outras informações factuais sobre o jornal (ou seja, que o número 1 seria de 1827, escrevera o coautor leitor à margem), a razão da suspensão da publicação (o trecho em que informa que a longa enfermidade do redator causara a impossibilidade de continuar a publicar o jornal no final do primeiro semestre está sublinhado), além de outras anotações inteligíveis: “denunciante jornal” e nomes indecifráveis. Todas colocadas às margens da mancha gráfica. Um asterisco no início do texto denota a sua importância para a finalidade que o leitor/autor do passado atribuíra às informações contidas ali naquele trecho que noticiava a volta de *Minerva*.



Fonte: *Minerva*, 31 ago. 1828, p. 7. Hemeroteca Digital Brasileira.

A informação de que o periódico não tinha agradado “a muita gente” mostra a existência da pluralidade de opiniões em relação à palavra impressa sob a forma periódica. Na sequência, apresenta as condições de circulação, de maneira precisa, e, ao mesmo tempo, informa as formas de sua distribuição.

Na descrição sobressaem duas questões: o valor do tempo exato nos processos de produção de periódicos no século XIX, um tempo que não podia ser violado, sob pena de quebrar as expectativas do público; e a celeridade exigida para que o jornal chegasse até este mesmo público.

Continua, pois, a nossa Minerva semanalmente da maneira e condições seguintes, a saber o segundo número da Minerva sairá domingo, 7 de setembro, e do terceiro, inclusive, por diante, sairá as quintas-feiras de tarde, sendo a 1^a. quinta feira no dia 18 de setembro, e distribuindo-se em casa do Redator, nas lojas onde esteve primeiro o Correio (*Minerva*, 31 ago. 1828, p. 7).

Assim, as próximas edições iriam sair no domingo, 7 de setembro, e depois sempre às quintas-feiras, sendo a primeira, em 18 de setembro. *Minerva* era semanal e tinha data fixa (e ao que parece inegociável) para chegar ao seu público. Os assinantes poderiam retirar o periódico diretamente na casa do redator e também “nas lojas onde esteve primeiro o Correio”. Portanto, um tempo marcado pela aceleração: tão logo saia o jornal, o assinante podia pegá-lo na casa do próprio redator, o que acelerava o processo de distribuição, ou diretamente na repartição local dos Correios, como era comum em muitas cidades do território brasileiro.

Na sequência, explicita a sua formatação editorial. Os textos da folha seriam distribuídos de maneira organizada a partir de rubricas, diríamos hoje: Peças oficiais, Política, Belas Letras, Variedades, Entradas e saídas, Avisos, Preços dos gêneros correntes. Isto na pri-

meira parte do periódico, denominada genericamente de artigos. E continuavam: “para os artigos 2º e 3º copiaremos, paulatinamente, o que tivermos apreendido nos autores que nos forem conhecidos, e que forem convenientes ao nosso atual estado de luzes, Governo e circunstâncias” (*Minerva*, 31 ago. 1828, p. 7).

Observamos vários elementos dos processos editoriais e redacionais neste pequeno trecho. Chamava-se artigos o agrupamento da intencionalidade editorial do periódico: no primeiro grupo estavam aqueles assuntos diretamente relacionados às práticas cotidianas, ao cultivo das Belas Letras, aos Atos de Ofício e às informações de natureza política. No segundo e terceiro grupos de “artigos” estavam as reproduções ou condensações que o redator produzia de diversos autores para trazer esclarecimentos para o seu público. À medida que conhecia autores e ideias, ia reproduzindo-as para o leitor em função da “conveniência ao nosso atual estado de luzes, Governo e circunstâncias”.

Na terceira parte em que explicita as condições de circulação e edição, dá informações sobre o sistema de assinaturas e da venda da folha avulsa.

Não se recebem assinaturas d'ora em diante por menos tempo de seis meses, e a razão de 4\$800 réis, cada uma, e a folha avulsa 160 réis, e porque esta é mais barata do que a de assinatura, se declara que o assinante terá a sua folha efetivamente, e a toda a hora do dia; quando as outras hão de muitas vezes faltar, porque a despesa do papel não convida à impressão de grande número de exemplares, que poucas vezes se distribuem. Eis as nossas condições, resta agora advertir que os diferentes artigos, acima mencionados, serão tratados já todos e já ora um ora outro, conforme a ocorrência que houver de materiais (*Minerva*, 31 ago. 1828, p. 7. Grifos nossos).

Para suprir as despesas com a impressão, lançaram um programa fixo de assinaturas por seis meses: em menos tempo não seria possível. Alertam também que a folha avulsa era mais barata do que o seu preço no regime de assinatura (o que ocorria, pelo menos nos periódicos da Corte, era exatamente o contrário, isto é, as edições diárias das assinaturas ficavam mais baratas do que as da venda avulsa) e explicavam a razão desta opção aparentemente menos econômica: a garantia de recebimento do jornal aos assinantes, “a toda hora do dia”, enquanto os leitores dos jornais comprados avulsamente não teriam a certeza de poder adquiri-lo que já que poderiam “muitas vezes faltar”. Isso porque os custos da impressão impediam a tiragem de “grande número de exemplares, que poucas vezes se distribuem”, denotando também as incertezas de um processo de distribuição que se concentrava na casa do redator e nas lojas da repartição local dos Correios. E também a flutuação do público, diríamos hoje.

No “Juízo crítico sobre os periódicos em geral do Brasil” que o *Poroqué* propusera no seu primeiro número, com o qual iniciamos esta parte do capítulo, observa-se a limitação dos fluxos da imprensa do restante do país em direção ao Maranhão. Mas como seriam os contrafluxos, isto é, o conhecimento dos periódicos do Maranhão e mesmo a transcrição de notícias da Província nos jornais da Corte?

Contrafluxos: os periódicos do Maranhão na imprensa da Corte

A *Luz Brasileira*, cujo primeiro número foi publicado em 11 de setembro de 1829, no Rio de Janeiro, também se propôs, tal como o *Poraqué*, no seu número inicial lançar um “Golpe de vista sobre os gazeteiros de todo o Brasil” (que continuaria nos números seguintes) em que percorria, com juízos de valor, ao mesmo tempo

em que procurava caracterizar “os caracteres e as luzes espalhadas pelas gazetas e pelo chamado jornalismo do Brasil inteiro” (*Luz Brasileira*, 15 set. 1829, p. 1. Grifos nossos).

No diagnóstico, começa sua apresentação com os periódicos do Pará:

Vemos ali uma gazeta; intitulada Eco do Amazonas ou Telégrafo Paraense. Esta gazeta parece liberal, apesar de medrosa: segundo entendemos, devia instruir mais e infundir a coragem de que precisa um povo tão afligido e tão sangrado pelo despotismo de presidentes danados e comandantes das armas e outros verdugos semelhantes; apesar de tudo, a gazeta é recomendável (*Luz Brasileira*, 15 set. 1829, p. 2).

Com o mesmo espírito, isto é, explicitar a posição adotada pelos jornais (os “liberais” e os “servis”, segundo a divisão que produz a partir da filiação política, tal como o *Poraquê* também fizera), vai caracterizando-os, fazendo deles pares ou adversários, em função da tomada de posição. De um lado, os defensores da Independência e de outro os que a ela são contrários (“servis”).

Em relação aos periódicos do Maranhão, estariam, de um lado, o *Farol Maranhense* e *O Observador* (“ambas estas folhas são encaminhadas ao bem da Pátria, espalham Luzes, combatem os abusos”) e, portanto, eram gazetas de “talento e mui recomendáveis no Brasil”; e de outro, *A Bandurra* e *Minerva*, “folhas servis, vendidas aos inimigos da nossa Independência e liberdade”. E sentenciavam: “devem ser desprezadas” (*Luz Brasileira*, 15 set. 1829, p. 2).

A *Minerva* é folha de asneiras, que só pode ser lida por carcundas (*sic.*) de ínfima qualidade: em uma palavra, estas duas últimas folhas vêm de escravos do poder (segundo dizem, valha a verdade) inimigos nossos, que apregoa o sonhado governo absoluto, o qual eu juro não aparecerá no Brasil, enquanto os brasileiros tiverem braços, e sangue (*Luz Brasileira*, 15 set. 1829, p. 2).

Observamos inicialmente que o redator produziu o silenciamento em relação a dois periódicos que, naquele ano de 1829, eram também impressos no Maranhão: *A Cigarra e Poroqué*.

E continuavam, na sequência, listando e direcionando suas avaliações para os jornais e gazetas⁷ do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais, de São Paulo e de Porto Alegre. Por último, fazem o diagnóstico da imprensa do Rio de Janeiro, fechando seu “Golpe de vista sobre os gazeteiros de todo o Brasil” (*Luz Brasileira*, 15 set. 1829, p. 3-4, 18 set. 1829, p. 3 e 22 set. 1829).

Este esforço para caracterizar a imprensa em todo o território do Império, no final dos anos 1820, mostra que havia amplo conhecimento dos periódicos de várias partes do país, revelando trânsitos e circuitos complexos existentes entre os jornais e os redatores destas publicações que, além de conhece-las, sabiam qualificá-las do ponto de vista da tomada de posição política, alinhavam-se ou delas se distanciavam e, a partir deste posicionamento, podiam amplificar suas opiniões para que o leitor fizesse usos dos diagnósticos que produziam. Entretanto, esses fluxos e contrafluxos dos jornais das Províncias para a Capital Imperial sofriam limitações. Havia a supremacia de citações dos jornais de províncias que tinham maior circulação de informações, pessoas e produtos comerciais, como era o caso das Minas Gerais, da Bahia e de Pernambuco. Em relação às outras províncias, percebe-se claramente o desconhecimento de várias questões relativas a estes territórios, entre elas, a teia de informações construída pela circulação dos impressos.

7 Ao estudar a *Gazeta do Rio de Janeiro*, Maria Beatriz Nizza da Silva (2007) afirma que, no início do século XIX, os leitores sabiam diferenciar uma gazeta de um jornal. A gazeta tinha o papel de divulgar notícias, nacionais ou estrangeiras, enquanto o jornal deveria ser mais erudito e fazer análise de várias temáticas, como história natural, comércio, economia, política e, também, trazer poesias e literatura. Ao gazeteiro não competia exibir conhecimentos, mas tentar apagar sua individualidade como letrado, afirma a autora (SILVA, 2010, p. 16).

É claro que as informações que diziam respeito aos atos de governo das províncias, incluindo o Maranhão, e as divergências e ações políticas mais atuais eram frequentemente divulgadas nos jornais da Corte. Entretanto, observamos que a reprodução e as citações aos periódicos da Província nesses mesmos veículos eram escassas. Só a título de exemplo o jornal *Aurora Fluminense*⁸ nos anos de 1827 a 1829 faz referência ao Maranhão 94 vezes. Já a citação explícita dos periódicos daquele território, no mesmo jornal, está contida em 11 artigos⁹. Mais escassas ainda são as reproduções de materiais retirados dos periódicos do Maranhão e republicados em outros jornais da Corte, procedimento que era cotidiano em relação a outras províncias¹⁰. Ao final da transcrição havia invariavelmente a informação de que aquele texto fora extraído de algum periódico ou simplesmente indicavam a reprodução, publicando, o nome do periódico entre parêntesis.

Num pequeno trecho publicado na *Aurora Fluminense* emerge não apenas as possíveis razões que, à primeira vista, poderiam ser interpretadas como mero desinteresse. No texto, do número 180 do jornal, encabeçado por “Maranhão”, produzindo para o leitor, na

8 *Aurora Fluminense* (1827-1839) foi fundada, em 1827, e, ainda naquele ano, Evaristo da Veiga, assume a redação do jornal, mantendo-se a frente do periódico até 1835, quando sai da cena política do Rio e vai para Minas Gerais, onde se torna deputado. Já sem a direção de Evaristo, circula até 1839. Foi definida como a “mais importante folha do seu tempo”, enquanto a Evaristo da Veiga cabia o título, atribuído por muitos de seus contemporâneos, de “um dos homens notáveis do Primeiro Reinado e da Regência” (BARBOSA, 2010, p. 53-54).

9 Para chegar a este número fizemos uma busca por palavra na Hemeroteca Digital Brasileira, pesquisando primeiro todas as ocorrências de Maranhão no jornal *Aurora Fluminense*, de 1827 a 1829. Na sequência fizemos busca pelo nome dos periódicos que circularam naquele período no Maranhão: *Observador Constitucional*, *Minerva*, *A Cigarra*, *A Bandurra*, *Poroqué*, *O Censor Maranhense*, *O Despertador Constitucional* e *Farol Maranhense*.

10 As referências aos periódicos maranhenses nos outros jornais da Corte são ainda mais escassas: no mesmo período (1827-1829), aparecem citados em *Ástrea* (três vezes); *O Amigo do Homem* (três vezes); no *Diário Fluminense* (duas vezes); no *Jornal do Commercio* (uma vez) e em *A Malagueta* (também uma vez).

palavra, uma síntese do que leria, ou seja, indicando explicitamente que o que viria a seguir dizia respeito àquela província (procedimento adotado também pelo jornal em relação a todas as outras), deixa claro de onde extraía as informações: “Maranhão - Vimos cartas e jornais desta Província. Depois da chegada do Sr. Araújo Vianna as coisas ali mudaram de face, graças a prudência que tem até agora mostrado o novo Presidente” (*Aurora*. 22 abr. 1829, p. 4. Grifos nossos).

Mais importante, do ponto de vista comunicacional, do que querer interpretar as questões políticas e a tomada de posição do periódico, é perceber as fontes explicitadas pelo redator e a maneira como chegava até ele as informações. Cartas e jornais, colocados em equivalência - não havia gradação do valor da informação em função do tipo de dispositivo que a continha - eram de onde o redator retirava o que precisava para que, na sequência, pudesse ser, pela sua escrita, postado novamente sob a forma de letras impressas.

Estas cartas e jornais, que aportavam pelos navios, eram fontes privilegiadas de informação para os redatores de todos os periódicos, incluindo-se como dispositivos essenciais de um complexo circuito de comunicação capaz de promover trânsitos desses papéis impressos e manuscritos - em equivalência - como portadores de algo valioso: os acontecimentos e polêmicas de lugares distantes. Pelos impressos e manuscritos, na evidente mistura comunicacional, materializavam-se territórios.

Entretanto, cabia ao redator filtrar e sintetizar as informações. No final do texto, a indicação expressa de que havia motivos para selecionar o que seria publicado e o que ficaria na ordem do esquecimento.

Há nas Cartas e Jornais um grande número de particularidades e circunstâncias que julgamos escusado publicar, por se referirem a pessoas menos conhecidas aqui, ou a fatos de mero interesse local; outras, porém que por brevidade omitimos, terão talvez lugar em

algun número da nossa folha (*Aurora*, 22 abr. 1829, p. 5. Grifos nossos).

Portanto, a referência a fatos de “mero interesse local” e a “pessoas menos conhecidas aqui”, bem como a necessidade que o redator tinha de otimizar o espaço de que dispunha, eram fatores determinantes para a seleção e operavam, conseqüentemente, também a omissão. Afinal, havia muitos fatos e pessoas conhecidas que ultrapassam o “interesse local” para serem incluídas nas publicações da Corte.

Havia, portanto, duas ordens que determinavam a seleção do material a ser publicado: o conhecimento demandando por um público presumido, fazendo com que o conhecimento amplo, que ultrapassasse a esfera do local, fosse valor determinante; e o espaço disponível que deveria ser gerenciado. No segundo caso, o redator abria uma brecha de dúvida para a possibilidade de publicação futura. No primeiro caso, não: não havia dúvida. O esquecimento comandado (RICOEUR, 2007) fazia parte do jogo discursivo das publicações do século XIX.

Mas afinal que tipo de citação merecia os periódicos maranhenses na imprensa da Corte? Percorrendo mais detalhadamente apenas *Aurora Fluminense* e num único ano (1828), observamos, ainda que usando uma amostragem, que o principal jornal mais citado no periódico de Evaristo da Veiga era o *Farol Maranhense*, certamente também em função das identificações de posicionamento político. Os outros, quando citados, vinham, quase sempre, a reboque da análise detalhada que fizeram, naquele ano, das agruras e perseguições movidas contra o *Farol*.

Mais uma vez eram as “cartas do Maranhão até 16 de julho de 1828”, que traziam informações sobre a “conspiração” contra o *Farol* (*Aurora Fluminense*, 5 set. 1828, p. 3-4). O juízo de valor que o redator da *Aurora* fazia dos periódicos maranhenses era formulado

a partir desta via de diálogo comunicacional importante no século XIX. Mas às vezes, conversas entabuladas nos espaços públicos e, até mesmo, outros periódicos eram fundamentais para a percepção de folhas que circulavam em territórios distantes e sobre as quais o redator não tinha a certeza de seus posicionamentos políticos. “Consta haver ali dois jornais escritos no sentido constitucional, a Minerva e o Farol Maranhense: do primeiro faz menção honorífica o Baiano e do segundo nos deram também informação favorável” (*Aurora Fluminense*, 11 jun. 1828, p. 1. Grifos nossos).

Depois de um pequeno hiato de referências aos jornais do Maranhão, na edição de 5 de setembro de 1828, voltam nela a figurar explicitamente.

Vimos cartas do Maranhão até 16 de julho, que referem sobre a sonhada conspiração seguinte: no Maranhão se dirigem contra um periódico ali publicado, e que tem por título Farol Maranhense. Este jornal apoiado por meia dúzia de desprezíveis malvados, segundo eles dizem, é a causa dos males, que se receiam e quem pretende reduzir a Província a república, expelir os europeus, etc. De outra parte, porém achamos dois jornais escritos no sentido da facção dominante, os Proprietários, os Lavradores, os Negociantes, o Governo civil e militar, e a força armada, que se lançou mão para prevenir o rompimento da maldita conspiração republicana (*Aurora*, 5 set. 1828, p. 3-4. Grifos nossos).

Além do espaço temporal necessário para que as cartas se efetivassem como portadoras de informações (afinal, eram de “até 16 de julho” e só seriam publicadas quase dois meses depois, sendo semelhante este hiato de tempo entre a província do Maranhão e a Corte com o que existia entre os jornais da Corte e europeus), pairava também certa dúvida em relação ao que vinha nelas expresso. Mas, mesmo assim, era pelas cartas, pelo que fora publicado em outros jornais e pelas conversas públicas que o redator conseguia identificar

o posicionamento político de jornais que eram, ao que parece, para ele desconhecidos.

Até o final do ano, *Aurora* se ocupou outras vezes de divulgar o “tropol de desvarios” cometido pelo presidente da Província contra o *Farol*, algumas vezes sintetizando informações e outras referindo-se a cartas com a mesma procedência - o Maranhão - e que algumas vezes descreveram os mesmos fatos em outros jornais da Corte:

Quis a princípio fechar a Tipografia, mas como não houvesse para isso pretexto, recorreu a um meio ainda mais abominável, onde se reúnem diferentes sortes de arbítrio e prepotência. Depois de haver chamado a palácio o Redator do Farol Maranhense e de dirigir algumas insignificantes perguntas, mandou-lhe sentar praça de soldado e, com refinamento de crueldade, escolheu para esse fim o corpo da artilharia, cujo comandante houvera sido várias vezes censurado com azedume naquele jornal (*Aurora*, 28 nov. 1828, p. 1).

Outros atos de suspeita manifestam-se na forma redacional como indicam que a mesma informação fora publicada pelo *Jornal do Commercio* também a partir de uma carta:

Em um dos últimos números do Jornal do Commercio apareceu uma carta, que se diz escrita do Maranhão, e cujo fim é quanto a nos preparar a opinião em favor de algumas medidas opressivas que se projetam contra aquela província. Refere-se ao fato que fora praticado contra o redator do *Farol* Maranhense já por vezes tem sido desenvolvido na nossa folha. (*Aurora*, 10 dez. 1828, p. 2. Grifos nossos).

Por que será que o redator enfatizava, ao final da pequena nota, o fato de *Aurora* já ter desenvolvido a temática por diversas vezes, antes mesmo de a informação aparecer no *Jornal do Commercio*? Sob pena de pensar com nossa maneira do século XXI ao lançar olhares em direção ao século XIX, não posso afirmar que ter se antecipado,

ao publicar antes do *Jornal do Commercio* a perseguição ao redator do *Farol*, possuía um valor para o redator de *Aurora Fluminense*. Mas certamente a aquisição do conhecimento e a sua amplificação para o público era uma proposição de esclarecimento como Luzes, missão fundamental desses impressos na cena pública do país, no movimento de explosão da palavra impressa que se seguiu à Independência.

O último aspecto que gostaríamos de destacar neste capítulo e que ainda diz respeito aos complexos circuitos comunicacionais do século XIX, a partir de “olhares improváveis”, se materializaram na publicação de “avisos” em alguns periódicos da Corte de que naquele fértil ano de 1827 saíram a luz, como se dizia na época, três periódicos no Maranhão: *Farol Maranhense*; *Minerva* e *Bandurra*. Todos em dezembro.

Avisos. Quarta-feira, 26 do corrente sai a luz o primeiro número do Farol Maranhense: vende-se na casa do Ourives José Francisco Borges d'Almeida, morador na rua grande; os senhores que quiserem ser assinantes lá mesmo podem fazer suas assinaturas (*O Amigo do Homem*, 22 dez. 1827, p. 6).

Esses “avisos” chegavam, ao que parece, através dos próprios redatores das publicações. Isso era evidente não apenas pelas informações que só este poderia possuir antes da edição do primeiro número, mas também porque, por vezes, eles mesmos mandavam cartas informando a “novidade” e que saiam nos periódicos da Corte, debaixo da rubrica correspondência.

Quatro dias antes do primeiro número circular, portanto, a notícia de que iria haver no Maranhão um novo periódico é alardeada na Corte. O que levaria um jornal do Rio de Janeiro a divulgar estes avisos¹¹? Porque um redator maranhense fazia publicar num

11 Claro que esses anúncios eram pagos, mas apenas o aspecto pecuniário não explica inteiramente a inclusão no periódico.

jornal da capital do Império que ele estava naquele distante território envidando esforços - e, no século XIX, eram muitos - para tornar realidade um periódico?

No mesmo número, *O Amigo do Homem* também divulgou que

Sábado, 29 do corrente mês de dezembro sai a luz o periódico intitulado Minerva, o qual de então em diante sairá todos os sábados. Vende-se o número a 120 réis, e as assinaturas por semestre a 4.800 réis; distribuir-se-á na rua Nazareth nas casas em que atualmente está o Correio Geral. Neste periódico se imprimirão os artigos oficiais do Governo, determinações do Ministério e extratos das gazetas da Corte; de tudo isto o que for mais importante, com ordem, e autorização do vice-presidente dessa Província, prometendo o redator não só evitar a encher a Gazeta com frioleiras, que pouco importam ao público, como emitir sempre a sua opinião sobre todos os objetos com a franqueza e sinceridade de um cidadão livre e obediente à lei (*O Amigo do Homem*, 22 dez. 1827, p. 4. Grifos nossos).

Quatro dias depois, publicava uma “Correspondência” na página 4, em que avisava que também *A Bandurra* viria a público e detalhava os propósitos e o conteúdo do “novo periódico”. Ainda que assinada por um pseudônimo - “um seu leitor” - gesto corriqueiro naqueles tempos, antes da transcrição, o jornal esclarecia que a correspondência era do redator de *A Bandurra*.

Aviso de um novo periódico, correspondência do redator de Bandurra. Este periódico será mensal, sairá a luz no dia 15 de cada mês, seu formato será de 4º. Sempre para mais de 40 páginas, e nunca para menos; e no frontispício terá um índice dos artigos de que trata. Será dividido em duas partes. A primeira parte terá por objeto lançar o ridículo sobre aquilo que o merecer, pois este é quase sempre o modo de evitar certos defeitos, e erros; por exemplo vai sair um periódico e já está enunciado que tem por título o Farol Maranhense, suponha-se que não dá boa luz este farol, isto ou há de acontecer por falta de torcidas ou por falta de azeite. No primeiro caso, isto é,

vendo que no Farol não há fio se lhe oferecerá de tempos em tempos alguma torcida, que não será de fios de amianto, mas também não será de embira.

E termina:

Espero, pois, sr. Amigo do Homem, a mercê deste anúncio, e protesto em recompensa entoar-lhe um momento o som da minha bandurra (Um seu leitor). (*O Amigo do Homem*, 26 dez. 1827, p. 1. Grifos nossos).

São muitos os vestígios do passado que permitem recuperar as significações e circuitos comunicacionais - mesmo os locais - destes impressos do século XIX. Por exemplo: a informação de que os assinantes, no caso da *Minerva*, retirariam o periódico diretamente na repartição dos correios, excluindo o fato, anteriormente divulgado localmente, de que poderia também ser retirado na casa do redator, como já nos anotamos no capítulo.

Mais uma vez o sentido de organização editorial - a sua divisão por temática - é destacado, bem como o valor da opinião, ao mesmo tempo “livre e obediente às leis”. Outra frase no meio do texto em que organizam propósitos indica o desejo de atender aos anseios do público: assim, as “frieleiras” das gazetas, “que pouco importam ao público” seriam evitadas.

As diferenças entre os jornais de periodicidade mensal e os semanais é outro aspecto que os vestígios do passado revelam: do ponto de vista da materialidade, por exemplo, aos mensais era indispensável que tivessem logo na segunda página um “índice dos artigos de que trata”, permitindo uma leitura que certamente não era marcada apenas pela linearidade absoluta, isto é, uma página depois da outra. Será que o índice não permitia ao leitor do século XIX saltar páginas em busca da temática que mais lhe interessava?

Era preciso também dividir esses periódicos - que no caso tinham sempre mais de 40 páginas, e acrescentavam, “nunca para menos” - em duas partes para organizar melhor a publicação: na primeira, estariam as críticas virulentas. Mas, o mais interessante da correspondência é que *A Bandurra* já previa os embates e lutas verbais com outro periódico que sequer circulara quando o redator escreveu a correspondência.

No título desse capítulo, destacamos como primeira expressão que ele lançaria olhares improváveis para alguns jornais do Maranhão que circularam da segunda década do século XIX. Essa dimensão do improvável foi assim nominada por dois aspectos: em primeiro lugar, por ser propósito do texto se desviar de muitas interpretações dominantes que percebem e privilegiam, ao contar a história da história da imprensa no Brasil, sobretudo, a dimensão discursiva das publicações para revelar filiações, embates políticos e outros temas não diretamente relacionados aos processos comunicacionais. Em segundo lugar, porque ao contar esta história - e fazer história é sempre produzir uma outra narrativa eivada de história, invariavelmente sempre repleta da imaginação historiadora - buscamos em vestígios esparsos a possibilidade de produzir interpretações que, certamente, não foram acionadas para querer provar uma espécie de verdade inelével do passado.

Como dissemos logo no início do texto, o que procuramos foi estabelecer uma boa conversa com estes homens do século XIX, procurando entender o que seria a aventura de fazer jornal no território brasileiro e as significações que estes possuíam naquele tempo longínquo. Certamente, era um prazer para esses redatores produzir estes periódicos, misturar suas vidas com embates que não cessavam nunca e, até mesmo, alcançar a distinção que levava o nome de seu periódico ao público da Corte. Que mais poderia explicar o gesto

de um redator de um periódico maranhense enviar para o Rio de Janeiro o anúncio de que uma nova folha sairia a lume na Província? Não uma folha qualquer, a sua folha.

Referências

ARAÚJO, Roni César Andrade de. **Das margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a independência do Brasil nas páginas dos jornais O Conciliador e Argos da lei**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa - Brasil (1800-1900)**. Rio de Janeiro: MauadX, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FRIAS, José Maria Correia de. **Memória sobre a tipografia maranhense**. São Paulo: Siciliano, 2001.

GALVES, Marcelo Cheche. **Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência no Maranhão (1821-1826)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

JORGE, Sebastião. **A linguagem dos pasquins**. São Luís: Lithograf, 1998.

JORGE, Sebastião. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão**. São Luís: Edufma, 1987.

LOPES, Antônio. **História da imprensa no Maranhão**. Rio de Janeiro: Dasp, 1959.

MARQUES, César Augusto. **História da imprensa no Maranhão**. Revista do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, tomo XLI, p. 1999-225, 1878.

PINHEIRO, Roseane. **A gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2007.

PINHEIRO, Roseane. **Jornal e leitores: múltiplas escritas, inúmeros sentidos**. BARBOSA, Marialva (org.). **Os manuscritos do Brasil: uma rede de textos no longo século XIX**. Niterói: Eduff, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1987.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

SERRA, Joaquim. **Sessenta ano de jornalismo: a imprensa no Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

Periódicos consultados

A Cigarra (MA) (1829)

Minerva: Folha política, literária e comercial (MA) (1828 e 1829)

A Bandurra (MA) (1828)

Farol Maranhense (MA) (1827 a 1829)

O Censor Maranhense (MA) (1828 a 1829)

O Despertador Constitucional (MA) (1828)

O Poraque (MA) (1829)

A Aurora Fluminense (RJ) (1827 a 1829)
Ástrea (RJ) (1837 a 1829)
Diário Fluminense (RJ) (1827 a 1829)
Jornal do Commercio (RJ) (1827 a 1829)
A Malagueta (RJ) (1827 a 1829)
O Amigo do Homem (RJ) (1827)
Luz Brasileira (RJ) (1829)

PÁGINAS CONSTITUCIONAIS: A PEDAGOGIA DO CONCILIADOR (1821-1823)¹

MARCELO CHECHE GALVES²

O aprendizado da política³

Uma das consequências mais notáveis da Revolução Liberal de 1820 em Portugal foi a abolição da censura prévia, regulamentada em julho de 1821. Desde o início daquele ano, com a convocação das Cortes Constituintes e a afirmação das *Bases da Constituição Portuguesa*, folhetos e jornais foram impressos, nos dois lados do Atlântico, em quantidade e diversidade de opiniões jamais experimentada por um Império, depois Reino, sedimentado em séculos de absolutismo monárquico e intolerância religiosa.⁴

Evidentemente, a publicização da política era uma novidade experimentada por todos, e suas consequências eram completamen-

- 1 Este texto reproduz parcialmente o capítulo 2 da minha tese de doutorado, defendida em 2010 e publicada cinco anos depois (Galves, 2015). Entre os ajustes feitos para esta publicação, resalto o acréscimo dos textos inicial e final, a supressão de inúmeras notas explicativas, correções pontuais e alguma atualização bibliográfica.
- 2 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2010). Professor, desde 2002, do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão e, desde 2014, do Programa de Pós-Graduação em História – mestrado e doutorado (PPGHIST). Atua nas áreas de História do Brasil e do Maranhão e orienta pesquisas sobre história política, com ênfase na circulação de ideias e de impressos nos Oitocentos. Coordena o Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO), integra a Rede Proprietas (INCT), coordenada por Márcia Maria Menendes Motta (UFF) e o projeto PRONEX Caminhos da Política no Império do Brasil, coordenado por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (UERJ). É Bolsista Produtividade FAPEMA (2021-2022).
- 3 Referência ao trabalho de Andréa Slemian (2000), denominado *O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro - 1808/1824*, e que remete a uma renovada historiografia brasileira sobre o período.
- 4 Para uma discussão sobre imprensa e cultura política nesse momento, ver Marcelo Cheche Galves (2021).



te imprevistas. Nesse sentido, deter e formatar o curso dos acontecimentos, de acordo com as posições políticas assumidas, tornaram-se propósitos da linguagem adotada nesses papéis, composta por recursos a elementos da oralidade – de presença incontornável em sociedades com baixo nível de letramento, aliados aos conceitos que conformavam o novo vocabulário político.

Tempos de ampliação e politização dos espaços públicos produzem, como ensina Koselleck (2006, p. 300), “batalha em torno de conceitos”. Aqui, tomando os prelos como ingredientes do debate político (Darnton; Roche, 1996), pretendo explorar os efeitos da liberdade de imprensa em local específico do Reino Unido português, a capitania, depois província do Maranhão.⁵ Sem me deter nos muitos desdobramentos que essa demarcação inicial suscita, como a existência (a partir de novembro de 1821) de uma única tipografia na província, vinculada à administração pública, o foco recairá sobre a dimensão pedagógica do primeiro jornal, *O Conciliador do Maranhão*, em dois ambientes políticos distintos: em 1821, momento de «constitucionalização do Império português» (Bernardes, 2006, p. 269); em 1822-1823, tempo de avanço do projeto de Independência, capitaneado pelo Rio de Janeiro.

Como orientação, pauto-me pela premissa de que assimetrias gradativamente caracterizaram a experiência colonial portuguesa na América (Jancsó; Pimenta, 2000, p. 129-175) e provocaram formações sociais / interesses políticos dissonantes, entre as porções americana e europeia do Reino, mas também internamente à porção americana. Assim, sincronia e descompasso conviveram nesses espaços. Apenas como exemplo: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2003, p.112-113) identificou o ano de 1821 como marco inicial de uma

5 Por decisão das Cortes, no final de setembro de 1821, as *capitanias* ganharam a denominação de províncias.

pedagogia constitucional nos jornais e folhetos do Rio de Janeiro, fundamentada na oposição a uma ideia de “despotismo”, base para o ideário da separação a partir de 1822; no Maranhão, o marco cronológico é similar (com especificidades no formato e nos interesses em jogo), mas tal pedagogia ganhou outro sentido, na medida em que chegavam as notícias referentes às “práticas despóticas” da regência de D. Pedro, aproximando a defesa da Constituição à manutenção da unidade do Reino Unido português.

No dia 15 de abril de 1821, circulou manuscrito⁶ o primeiro número do jornal *O Conciliador do Maranhão*, publicado duas vezes por semana, com volume de quatro a oito páginas, além de suplementos e folhas cobrados separadamente ou “para se distribuir grátis”. A partir da edição n. 77, de 6 de abril de 1822, aniversário da Revolução Liberal no Maranhão, o jornal inseriu no cabeçalho a insígnia *Habit Concordia Signum*⁷, com duas mãos apertadas, símbolo da união entre os portugueses dos dois hemisférios em torno da Constituição. A partir da mesma edição, mudou o nome de *O Conciliador do Maranhão* para *O Conciliador*, sugerindo a auto-atribuição de uma missão política mais ampla.

6 O jornal passou a ser impresso no n. 35, em 10 de novembro de 1821. O projeto de imprimir posteriormente os trinta e quatro primeiros números parece não ter sido concretizado - avisos no jornal atestam que apenas os oito primeiros números foram impressos. As coleções da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Pública Benedito Leite não possuem as edições do n. 9 ao 34, o que reforça a hipótese da não impressão desses números. A ausência desses exemplares, também em formato manuscrito, impossibilitou a pesquisa sobre os conteúdos veiculados no referido intervalo. As mesmas coleções encerram com o número 210, de 16 de julho de 1823. Contudo, o livro de Luís Antonio Vieira da Silva (1972, p. 125) traz uma cópia da primeira página da edição n. 212, de 23 de julho de 1823, o que revela a circulação do jornal até a semana da incorporação do Maranhão ao Império do Brasil.

7 “A palavra mora na concórdia”.

José Antonio da Cruz Ferreira Tezo, o padre Tezinho, era um dos redatores do *Conciliador*. No melhor estilo dos clérigos que atuavam na América portuguesa no início do século XIX⁸, Tezinho se envolveu em atividades diversas, acumulou atribuições religiosas, jornalísticas e mercantis, foi proprietário de um botequim, uma casa de bilhar e uma botica⁹. Na última, onde era vendido o jornal *Conciliador* e, mais tarde, *O Censor*¹⁰, promovia reuniões políticas que contavam com a presença dos portugueses de melhor situação social da cidade (Abranches, 1970, p. 7). Mais de uma vez, no contexto da adesão do Maranhão à Revolução Liberal de 1820, foi acusado de transformar sua casa em local em que até as duas ou três horas da noite se articulavam “[...] planos de traição e alevisia, métodos de suborno e elaboração de pasquins” (Mesquita, 1821, p. 18).

Seguramente, as atividades de Tezinho iam além do altar, do prelo, e do balcão. No início de 1823, foi eleito deputado pelo Maranhão¹¹, e viajou para Portugal em 28 de abril do mesmo ano. No entanto, devido ao fim da política representativa em Portugal, interrompida pelo movimento que restabeleceu os plenos poderes do monarca, não chegou a exercer a função. De volta ao Maranhão, parece ter se eximido de maior participação na cena pública, reaparecendo em 1826, nas comemorações em louvor ao imperador Pedro. Na

8 Guilherme Pereira das Neves (1997, p. 349) definiu como “inserção indiferenciada na vida social” a atuação dos clérigos no Brasil das primeiras décadas do XIX. Para o autor, esses religiosos não se distinguiam de suas ovelhas, compartilhando seus comportamentos, o que poderia ser comprovado pela dificuldade de manutenção do celibato e pelo frequente envolvimento em negócios.

9 Para as atividades mercantis do padre Tezinho, ver César Augusto Marques (1888).

10 Na edição n. 8, *O Censor* anunciou que a coleção inteira do jornal estava à venda na botica do padre Tezinho, por 160 réis. *O Censor*, n. 8, 29 dez. 1825, p. 178.

11 As Cortes Constituintes encerraram as atividades em novembro de 1822. O Maranhão elegeu deputados para a segunda legislatura do parlamento português em meio à instalação da Assembleia Constituinte do Brasil, da qual não participou. Para os trabalhos das Cortes Constituintes e a participação dos deputados do Maranhão, ver Márcia Regina Berbel (1999).

ocasião, Tezinho saudou o imperador, que dera liberdade ao Brasil (A fidelidade, 1826). Novos tempos aqueles...

Tezinho dividiu as atividades de redação do *Conciliador* com Antonio Marques da Costa Soares. Homem de confiança do governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819-1822), Costa Soares ocupava a secretaria de governo e viria a ser o primeiro diretor da Tipografia Nacional do Maranhão, instalada em novembro de 1821.

Diferentemente de Tezinho, Costa Soares não resistiu às mudanças políticas promovidas pela Independência, tendo sido expulso do Maranhão em 15 de setembro de 1823, por decisão da Câmara Geral (Ata da Câmara Geral, 1823).

O intervalo de apenas nove dias entre a adesão à Revolução Liberal de 1820 e a circulação do primeiro periódico do Maranhão evidencia o vínculo entre a nova ordem política e a construção, via jornal, de uma nova legitimidade, fundamentada na permanência de Pinto da Fonseca à frente do governo.¹² Entretanto, cabe aqui registrar o quanto de improvisado e esforço retórico foi necessário para que os redatores do *Conciliador*, portugueses forjados no Antigo Regime, se adequassem ao vocabulário constitucional e lhe fizesse sua defesa, ao menos naquilo que interessasse diretamente à administração de Pinto da Fonseca e a seus seguidores (Galves, 2020).

Já na primeira edição, o jornal minimizou a importância de práticas constitucionais, como as eleições, para as questões internas ao Maranhão. Assim, os redatores ponderaram:

[...] qual será mais bem regido nas delicadas circunstâncias em que estão os domínios portugueses? Um país regido por governos com-

¹² Apenas no final de setembro de 1821 as Cortes regulamentaram a forma de organização dos novos governos, nas agora províncias.

postos de muitos membros, pela maior parte noviços na grande arte de reger o povo, e talvez suspeitosos do mesmo povo, ou governado por um só homem prático nos deveres relativos ao seu cargo, respeitável em virtudes, ativo em providências e, sobretudo, amado dos mesmos povos que tem regido? Pode alguém preferir a incerteza do acaso à realidade da experiência? Basta (*O Conciliador do Maranhão*, n. 1, 15 abr. 1821, p. 4).¹³

Também no primeiro número, como era comum aos jornais da época, o *Conciliador* anunciou sua missão:

Debaixo destes princípios [liberais], querendo nos concorrer para esta interessante obra, quanto cabe ao curto limite de nossas forças, nos propomos a oferecer ao público, neste periódico, os acontecimentos políticos que tiveram princípio nesta cidade no memorável dia 6 de abril, e que sucessivamente continuarem. Imparcialidade, verdade e franqueza serão os nossos timbres, e o amor do bem público, e da boa ordem os nossos únicos incentivos (*O Conciliador do Maranhão*, n. 1, 15 abr. 1821, p. 1).

Nos moldes da imprensa forjada no constitucionalismo português, o significado da “boa ordem” ganhou os primeiros contornos com a pedagogia constitucional, ensaiada nos primeiros números do jornal. Embora seja difícil separar as atuações de Tezinho e Costa Soares enquanto estiveram juntos à frente do jornal¹⁴, o período em que assumiram separadamente a redação permite identificar em Costa Soares uma maior preocupação em conceituar o novo voca-

13 Na edição número 3, um artigo assinado por *Um português* considerou as eleições como “[...] mera formalidade em tempos de crise” (*O Conciliador do Maranhão*, n. 3, 22 abr. 1821, p. 29). Nas oito primeiras edições, a numeração das páginas do *Conciliador* era subsequente.

14 O jornal esteve sob a responsabilidade dos dois redatores até o n. 112, de 7 de agosto de 1822, data em que Costa Soares se afastou do jornal por ter insinuado, em artigo, a interferência do Governo de Armas nas atribuições da Junta de Governo. Com a eleição do padre Tezinho para a segunda legislatura das Cortes, Costa Soares reassumiu a redação do jornal a partir do n. 188, de 30 de abril de 1823, função que exerceu até o encerramento das atividades do jornal.

bulário político. Marca indelével nas primeiras edições, essa linha foi retomada a partir de abril de 1823, momento em que reassumiu suas funções no jornal. Preocupados em “iniciar os povos nos mistérios da política”, prática condizente com as luzes do liberalismo português, os redatores atribuíram sentido a novos termos presentes no vocabulário político e novos sentidos a velhas palavras:

Chama-se despótico o governo onde um só homem, ou alguns unidos em poder, regem arbitrariamente a Nação, segundo a sua vontade e capricho, sem dependência ou sujeições a leis fundamentais. É Republicano aquele em que o povo em massa, ou uma parte do mesmo povo tem o poder supremo; ao primeiro caso chama-se Democracia ao segundo Aristocracia. É Monárquico o Estado onde um único homem com o caráter de soberano tem o governo geral; mas fundamentado por leis estabelecidas, que forma outra espécie de soberania; de forma que o Monarca é o soberano físico, e as leis constituem a soberania moral de um Estado. Esta relação de Soberania é que diversifica o governo Monárquico do despótico; assim como os poderes intermediários representativos, ou corpos políticos, que zelam a conservação das leis fundamentais (*O Conciliador do Maranhão*, n. 3, 22 abr. 1821, p. 21).

Cabe lembrar, como ensina Lúcia Neves (2003, p. 119-140), que o “despotismo” foi comumente associado às práticas do Antigo Regime e tomado como sinônimo de “absolutismo”. No *Conciliador*, o despotismo foi diretamente associado a qualquer medida “anticonstitucional”: em 1821, como forma de afirmar a aderência aos ditames da Revolução Liberal; em fins de 1822 e 1823 (como se verá), para denunciar os “abusos de autoridade” cometidos pelo regente, depois imperador, Pedro.

A soberania monárquica, agora partilhada com o corpo político, redefinia o papel do rei, novidade que também exigia explicações:

[...] o que é um monarca? É um homem, a quem a sua Nação supôs as virtudes, os talentos e as qualidades necessárias para lhe procurar as vantagens, que ela tinha o direito de exigir dele. Um rei é um cidadão escolhido pelos seus concidadãos para falar e operar em nome de todos, para ser o órgão e executor da vontade geral, e para ser o depositário do poder da Nação (*O Conciliador do Maranhão*, n. 39, 24 nov. 1821, p. 3).

Humanizado o rei, caberia à Constituição a função de levar a cabo a reorganização do Reino, após anos de ocupação francesa e de ingerência britânica. Em carta publicada já na primeira edição, o *Português amigo da pátria* alertou para os riscos de uma Constituição mal compreendida, de uma liberdade deificada, que levasse ao surgimento de “monstros” como Marat e Robespierre. Tomadas as devidas precauções contra a “anarquia”, a Constituição poderia alterar os rumos do Reino e, por conseguinte, do Maranhão:

[...] ela [a Constituição] há de purificar a religião, eletrizar o rei em favor dos vassalos, enobrecer os defensores da pátria, prosperar as artes, chamar a abundância, garantir o direito das propriedades e a tranquilidade dos cidadãos; há de opor-se à pernicioso influência da cobiça estrangeira, banir do Ministério aqueles que o aviltam; depositar o tesouro das leis em ministros que não prostituam nem vendam a imparcial justiça; simplificar o labirinto da chicana, fulminar o monopólio, a usura, e fraternizar o cidadão de todas as classes (*O Conciliador do Maranhão*, n. 1, 15 abr. 1821, p. 7).

Ademais, a Constituição, em sua versão monárquica, foi tomada pelo jornal como ponto de convergência dos países integrantes da civilização ocidental. À Turquia, “colosso do fanatismo e da barbárie”, contrapunha a luta dos “patriotas gregos” e o florescimento da “árvore sagrada da Constituição” em toda a Europa ocidental. Na Alemanha, observavam os redatores, o rei da Saxônia-Coburgo deu uma Constituição ao seu povo, na Prússia se elaborava uma nova

Constituição, enquanto os liberais constitucionais do Piemonte continuavam sendo perseguidos.¹⁵

O caráter didático reservado à explicitação do novo vocabulário político tomava como premissa a pouca familiaridade, ao menos conceitual, de uma significativa parcela da população com as novidades da política. Para o mesmo período, Francisco Vieira Goulart, redator do jornal *O Bem da Ordem* (RJ)¹⁶, observou que, exceto os homens de letras e algumas pessoas das cidades e vilas mais importantes, a maioria não sabia o que era “Constituição”, “representantes nacionais” ou “Cortes”, por não possuir uma “educação liberal” (Goulart, 1821, s/n apud Silva, 2007, p. 20-21).

Essa educação liberal, uma das atribuições assumidas pelo *Conciliador*, também foi constituída pela transcrição dos debates nas sessões das Cortes – símbolo, por excelência, da nova ordem política portuguesa –, tomando como base os extratos do *Diário das Cortes* e do periódico lisboeta *Astro da Lusitânia*.

A partir da edição n. 35¹⁷, de 10 de novembro de 1821, foram publicados os decretos sobre a liberdade de imprensa e os primeiros extratos das sessões parlamentares. Sem uma ordem cronológica, a transcrição dos debates e as decisões tomadas pelas Cortes ocuparam generosos espaços, raramente acompanhados por comentários dos redatores. Mesmo após a convocação de uma Assembleia Constituinte deste lado do Atlântico, momento de esvaziamento do debate político nas Cortes, principalmente no que respeitava à relação Brasil-Portugal¹⁸, as sessões continuaram sendo transcritas. A notícia

15 Ver as edições n. 35, 47 e 97, respectivamente.

16 Posteriormente, redigiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

17 Novamente ressalto a improbabilidade da existência de exemplares das edições de n. 9 a 34, que seguramente registraram informações referentes às Cortes.

18 A notícia chegou oficialmente às Cortes em 26 de agosto de 1822. Cf. Márcia Regina Berbel (1999, p. 189-190).

da conclusão dos trabalhos e do juramento dos deputados foi publicada na edição n. 145, de 29 de novembro de 1822, sucedida por informações referentes aos trabalhos da comissão que preparava as eleições para a segunda legislatura, que, aliás, elegeu o padre Tezinho como um dos deputados pelo Maranhão.

A reafirmação da obra constitucional foi utilizada pelo jornal como contraponto às notícias de Independência que chegavam de localidades cada vez mais próximas. Em novembro de 1822, a Independência foi proclamada em Parnaíba¹⁹, no Piauí, e batia às portas da província, momento de saudar os “grandes portugueses regeneradores da nação”. O jornal deu início então à publicação da *Galeria dos Deputados das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, trabalho de “patriotas colaboradores” que resumia as atividades de 107 parlamentares portugueses até o mês de julho de 1821²⁰. As sínteses eram compostas por “[...] juízo crítico, votações nominais e frequência nas sessões”. Para os redatores, poucas obras poderiam se igualar em importância àquele reconhecimento do “esforço parlamentar constitucional”.

Além disso, desde meados de 1822, as notícias vindas do Centro-Sul provocaram alterações na conduta do jornal. Subindo o tom, o *Conciliador* transcreveu, no suplemento ao n. 110²¹, a *Carta do Campeão Português em Lisboa*, de 1º de junho de 1822, súmula de uma série de argumentos que ganhavam espaço no jornal na medida em que chegavam ao Maranhão as notícias de desentendimentos entre as Cortes de Lisboa e a regência instituída

19 Os líderes do movimento fugiram de Parnaíba em 4 de dezembro de 1822, retomando a vila no ano seguinte. Cf. Abdias Neves (1974, p. 61).

20 Momento em que Dom João VI retornou para Portugal. O jornal considerou o regresso do rei como o encerramento da 1ª fase dos trabalhos constitucionais.

21 Publicado em 31 de julho de 1822, o suplemento foi financiado pelo Corpo de Comércio e Agricultura da cidade de São Luís.

no Rio de Janeiro. Em linhas gerais, a carta salientou a conduta anticonstitucional do príncipe²², que, ao se arvorar o título de “supremo legislador” - referência aos decretos de criação do Conselho de Procuradores e de convocação de uma Assembleia Constituinte - rompeu com o juramento sagrado, feito ao rei e às Cortes, de mediar as relações entre o povo e as autoridades constitucionais e de executar as ordens das Cortes e do rei. Embora ressaltasse a pouca experiência do príncipe e a ação dos “aduladores e cortesãos”, a carta acusou o regente de ser “chefe de uma facção criminosa”, que objetivava levar o Brasil primeiro ao despotismo monárquico e depois à república, finalidade última dos “anarquistas que o seduziam”. Por fim, reiterou a lealdade das províncias do Norte, que “[...] nobremente resistiam às intrigas produzidas nas províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro”.

Dias antes, o jornal alertou para o fato de a criação do Conselho de Procuradores ser o último passo para a Independência²³ e que caberia ao Norte decidir qual centro administrativo iria reconhecer - Rio de Janeiro ou Lisboa. Em seguida, evidenciava sua posição:

Quem desconhece ser mais interessante para as províncias do Norte do Cabo de S. Roque obedecer antes a Portugal que ao Rio de Janeiro? Os imensos sertões que entre si medeiam, as faz crer em tão longínqua distância, como se ali fosse um outro mundo. Que dificuldade para daqui se obter uma graça ou um recurso. Pela direção dos

22 Iara Lis F. S. Carvalho Souza (1999, p. 107-206) observou a centralidade do papel ocupado por D. Pedro I, a partir de 1822, na constituição de uma nova legitimidade, encerrada na construção do que definiu como um “corpo político autônomo”. Em sentido inverso, o *Conciliador* se esforçou para associar a imagem de D. Pedro I à ruptura dos laços constitucionais e, por conseguinte, ao despotismo.

23 Utilizado pelos redatores no sentido de separação política definitiva. Assim, unir-se ao Rio de Janeiro significaria deslocar-se do constitucionalismo para o despotismo. Não parece haver aqui o sentido de Independência do Centro-Sul como autonomia preservada dentro do Reino Unido português, perspectiva presente no debate político do Rio de Janeiro, mesmo após o “7 de setembro”, como observa Gladys Sabina Ribeiro (2002).

ventos, e correntes, pode-se ir a Lisboa, e voltar, enquanto navegando para o Rio de Janeiro, apenas se teria chegado à meia travessa. (...) Haverá porventura, alguém tão louco, que troque o certo, pelo duvidoso? Acaso não temos nós já os nossos direitos declarados, a nossa propriedade garantida, e o que é mais apreciável, os nossos nomes de homens livres inscritos, nas bases da constituição que abraçamos e juramos? (*O Conciliador*, n. 88, 15 maio 1822, p. 3).²⁴

Após a chegada de notícias sobre a separação capitaneada pelo Rio de Janeiro, o jornal conjeturou: se a Independência se consolidar, o que devem fazer Pará, Piauí e Maranhão? Em resposta, ponderou que, se o Sul podia se separar de Portugal, o Norte poderia fazer o mesmo com o Sul, a diferença estava no fato de que a atitude do Sul trazia consigo a quebra do pacto social e o despotismo, que “mata a liberdade das nações”, enquanto a decisão do Norte reiteraria a Constituição (*O Conciliador*, n. 140, 13 nov. 1822, p. 5).

Confirmada a separação do Centro-Sul, o jornal publicou uma proclamação da Junta de Governo do Maranhão que revalidava os laços da província com a nação portuguesa:

A divergência de votos e interesses entre as províncias setentrionais e as austrais do Brasil dissolve os vínculos sociais que as unia, tanto pelo fundamento geral de que a maior é sempre preferível à menor parte, como pelas peculiares razões de consangüinidade e vantagens correlativas que ligam os portugueses do Maranhão, do Pará e do Piauí aos portugueses da Europa. Vossos ascendentes e vossos irmãos, pela maior parte nasceram e existem em Portugal. Os habitantes austrais do Brasil apenas são vossos conterrâneos [...] (*O Conciliador*, n. 142, 20 nov. 1822, p. 1).

O “despotismo monárquico”, denunciado pelo jornal como o sistema adotado pelo Centro-Sul após a separação, avançava em

²⁴ Os argumentos geográficos apresentados pelo jornal se assemelham aos publicados pela *Sentinela Constitucional Bahiense*, conhecido escrito que mereceu à época uma reimpressão pela Tipografia Nacional do Maranhão.

direção às províncias do Norte. Em junho de 1823, momento em que o leste do Maranhão já havia se incorporado à Independência, o *Conciliador*, sob a direção de Costa Soares, explicou aos seus leitores o que era o despotismo.

Nas suas *Ideias sobre o despotismo, para lição dos que pronunciam este nome sem que o entendam*, definiu esse termo como o “[...] governo em que os homens são submetidos à vontade arbitrária de outros homens”. Recorrendo a exemplos na história da Turquia, Roma, França, Prússia, Rússia e Inglaterra, concluiu haver dois tipos de despotismo: o primeiro, direto, caracterizaria os países em que os representantes dos cidadãos não exercem em toda a sua extensão o direito ao veto e não têm poderes plenos para reformar leis que julguem contrárias à razão e à justiça; o indireto ocorreria quando os direitos dos representantes fossem formalmente respeitados, mas sujeitos a autoridades não estabelecidas por lei. O despotismo direto, para o autor, era o que se estabelecia no Rio de Janeiro, com a prerrogativa do veto absoluto de D. Pedro, situação que o levava a prever que, se os independentes chegassem a se constituir em Cortes, seriam escravos do despotismo imperial e ministerial, restando ao povo o recurso a “[...] servis súplicas como forma de alívio às suas infelicidades”. Por fim, lembrou que os portugueses estavam imunes a essas práticas, já que protegidos pela Constituição e pelas “[...] reformas saudáveis que levavam o Reino à prosperidade” (*O Conciliador*, n. 200, 11 jun. 1823, p. 1-2).²⁵

Ao exemplo da monarquia constitucional, que tinha em Portugal uma espécie de modelo ideal, o jornal contrapôs outro sistema, tão indesejado quanto o que considerava como despotismo monárquico: a república.

25 O texto teve continuidade nas edições n. 203, 21 jun. 1823, p. 2 e n. 207, 5 jul. 1823, p. 3.

Embora o jornal reconhecesse os méritos da experiência republicana nos Estados Unidos, diferenças “físicas e morais”²⁶ sustentaram o argumento da impossibilidade desse regime entre nós:

Americanos do Norte eram ingleses por educação e natureza, costumados ao trabalho, endurecidos com o rigor do clima, pobres, simples, sem luxo, indiferentes às honras da Corte, já de longo tempo usados às formas da liberdade, unidos entre si, e com facilidade de se mutuamente socorrerem, enfim, sujeitos, e não unidos a uma nação [...] A independência nacional só pode vir da força moral, assim como esta em tudo depende do espírito público iluminado, e de um curso de própria educação (*O Conciliador do Maranhão*, n. 38, 21 nov. 1821, p. 5).

A crítica à hipótese de república para a América portuguesa trazia consigo, além da malfadada emancipação, nossas diferenças com relação a uma sociedade inglesa de origem, adaptada às novas condições de trabalho e construtora de uma ordem política diferente da metrópole opressora, ambiente em que, nos Estados Unidos, teria se desenvolvido o “espírito público”. Na América portuguesa, segundo os redatores, a situação era distinta: não éramos colônia e gozávamos de igualdade dentro do Reino português. Já nossa organização produtiva, fundamentada no trabalho escravo, afastava a possibilidade de um governo com base na maioria: nos tumultuados dias de abril de 1821, Pinto da Fonseca deu ordens para que os escravizados não ocupassem as imediações do paço, “[...] para que não houvesse desordens ou alaridos e para que não atrapalhassem os que deviam decidir” (*O Conciliador do Maranhão*, n. 6, 3 maio 1821, p. 44-45). Quanto ao “espírito público”, a imprensa constitucional se atribuiu a tarefa de começar a constitui-lo, processo que levaria décadas para se consolidar.

26 Observadas também na edição n. 45, a partir da transcrição de um extrato do *Semário Cívico da Bahia*, de 5 de setembro de 1821 (*O Conciliador do Maranhão*, n. 45, 15 dez. 1821, p. 6).

Evidentemente, o argumento de nossa “imaturidade política”²⁷ deita raízes na organização de uma sociedade historicamente balizada pela concentração do poder econômico e político em poucas mãos, naquele momento, defensoras da monarquia constitucional. A presença de índios, negros e mestiços nas tropas independentistas, organizadas a partir do Ceará e Piauí, reforçava o argumento da “anarquia” como sinônimo da presença dos “incapazes” nas disputas políticas. Comentando a atuação dos líderes dessas tropas, o jornal ironizava a importância de tomarmos contato com “[...] os avançados conhecimentos destes novos Franklins e Washingtons”.²⁸

Para os redatores do *Conciliador*, as províncias do Prata nos eram historicamente mais próximas, e o desastroso resultado provocado pelo desejo de Independência e república naquela região deveria servir de alerta. Buenos Aires, “cidade culta, com educação e pouca escravatura”, transformou-se num “miserável covil da anarquia”, observação que trazia implícito o que poderia acontecer ao Maranhão, com sua numerosa escravatura e pouca instrução. Com base nas notícias extraídas do jornal *Argos* de Buenos Aires, o *Conciliador* sustentou que a dissolução do governo central, com a criação de “várias repúblicas”, agravou a situação, mergulhando a região numa guerra civil. Ainda na América do Sul, registrou os “horrores da guerra” entre Colômbia e Espanha, “[...] povos que a natureza gerou como irmãos e as paixões transformaram em inimigos”, caminho diverso do que esperava para o Reino Unido português: “Oxalá que a nossa Constituição aperte para sempre com fraternal abraço

27 Maria Odila da Silva Dias (1980-1981) observou que, a partir de 1821, teve início a circulação de panfletos conservadores que alertavam para a inviabilidade dos princípios liberais numa sociedade escravocrata, com uma minoria branca. Para a autora, as elites brasileiras difundiram a possibilidade de um futuro sombrio, passível de ser evitado pela ação dos ilustrados, únicos capazes de guiar um povo bárbaro, carente de luzes.

28 Em junho de 1823, o jornal lembrou que um dos “heróis da Independência” era um preto de 70 anos, conhecido como João Bunda (*O Conciliador*, n. 198, 4 jun. 1823, p. 1).

todos os filhos da grande família dos portugueses” (*O Conciliador do Maranhão*, n. 35, 10 nov. 1821, p. 5).

Com relação às províncias brasileiras, o jornal se deteve particularmente nos exemplos de “horrores republicanos” praticados em Pernambuco. Ao que parece, as observações se tornaram mais recorrentes a partir do pronunciamento do deputado pernambucano Muniz Tavares, “rebelde” de 1817, na sessão n. 173 das Cortes, de 11 de setembro de 1821, que denunciou o que considerava como “práticas despóticas do Governo de Silveira [Pinto da Fonseca]”. O início de um “governo democrático” em Pernambuco, com a Convenção do Beberibe, em outubro de 1821 – principal razão, segundo o jornal, para as calamidades que atormentavam a província –, oferecia outro exemplo²⁹ de insubordinação às Cortes, agravado pelas demandas suscitadas por cabras, mulatos e forros.

Tratando a “raiz” do problema, o *Conciliador* advertiu que, desde a Revolução Francesa, princípios democráticos foram semeados em Pernambuco, livros eram lidos por adeptos e os resultados foram os “pestíferos frutos de 1817” (*O Conciliador do Maranhão*, n. 37, 17 nov. 1821, p. 3). Pedindo uma ação enérgica das Cortes na punição dos vários grupos que assumiram o poder em Pernambuco a partir de outubro de 1821, o jornal lembrou que o remédio para a “anarquia” atual estava na “doença de 1817”, só passível de cura com amputações.³⁰

Com base em extratos do *Semanário Cívico* da Bahia e em “[...] cartas fidedignas enviadas por verdadeiros patriotas”, e sem explicitar

29 Tal exemplo, e seus desdobramentos, foram fartamente explorados pelo jornal até, pelo menos, março de 1823, momento em que questões de ordem prática, como a resistência às tropas vindas do Ceará e Piauí, ocuparam maiores espaços. Cf. Marcelo Cheche Galves (2020).

30 O jornal cobrou insistentemente a punição dos rebeldes e o envio de tropas para Pernambuco e criticou duramente a posição do deputado Muniz Tavares em defesa da anistia e do não envio das referidas tropas. Cf. *O Conciliador* (n. 72, 20 mar. 1822, p. 3).

o que compreendia por “república”, “democracia” e “anarquia”, o jornal construiu uma imagem de Pernambuco como expressão do “nosso Haiti”, lugar onde o caos imperava sob o comando de “gente pouco importante e despreparada”, que assinava os documentos com um “X”.

Para o *Conciliador*, os problemas em Pernambuco se agravaram com as eleições de outubro de 1821, autorizadas pelas Cortes por não ter a dimensão do estado de convulsão em que se encontrava a província. O argumento das eleições de outubro de 1821 como agravante da situação pernambucana remete a uma questão cara ao *Conciliador*: o equilíbrio retórico exercitado nas suas primeiras edições entre a incorporação à nova ordem política e a manutenção do governo de Pinto da Fonseca. A propalada paz no Maranhão não era tributada à incorporação de práticas constitucionais – debate secundarizado pelo jornal –, mas à permanência do governador até fevereiro de 1822 e à posterior eleição de uma Junta de Governo composta por homens probos e fiéis a Portugal, situação inversa à vivida em Pernambuco. Com a intensificação dos conflitos em Pernambuco, o jornal previu uma ruptura entre a província e o Rio de Janeiro e supôs uma possível reaproximação entre o último e Portugal, em suas palavras, entre “imperiais e constitucionais” (*O Conciliador*, n. 173, 8 mar. 1823, p. 2), hipótese pouco provável, mas que apresentava a “república” como menos conciliável que o “despotismo”.

De todo modo, por dois caminhos, via “despotismo monárquico” ou “república”, os “infiéis” avançavam, ameaça corporificada pelas sucessivas vitórias de tropas independentistas do Ceará e Piauí. Com as primeiras derrotas em território maranhense, o *Conciliador* se preparou para a guerra.

O segundo semestre de 1822 foi marcado por duas alterações importantes na trajetória do *Conciliador*: a primeira, o afastamento

de Costa Soares da redação; depois, o que arrisco definir como uma espécie de “pedagogia da ação”, implementada a partir da iminência do conflito.

Na edição do *Conciliador* n. 112, de 7 de agosto de 1822, Costa Soares anunciou seu afastamento da redação, após ter sido repreendido publicamente pela Junta de Governo, em razão de um artigo em que manifestou sua preocupação com a justaposição dos poderes civil e militar, possibilidade aberta pelo *Decreto das Cortes de 1 de outubro de 1821*, que instituiu o cargo de governador de armas para as províncias.³¹

Distante da redação, permaneceu nas páginas do jornal, com os pseudônimos de *Atalaia Constitucional*, *OAC* e *Homem da capa parda*³². Em setembro de 1822, o *Atalaia* fez um apelo aos “verdadeiros constitucionais”, lembrando que ser fiel não significava apenas manter-se em ordem, mas prevenir-se e, se necessário, atacar aqueles que ameaçavam destruir o sistema. Assim, anunciou as primeiras sugestões de segurança para um eventual confronto:

- 1 - fortificação de fortalezas e portos (contra possíveis ataques);
- 2 - aquartelamento em alguns pontos estratégicos da cidade;
- 3 - transferência das assembleias da Câmara para a Catedral (o pequeno espaço da Câmara poderia ser ocupado por facciosos, que existem em pequeno número por aqui);

31 O assunto era delicado. A Revolução Liberal, em Portugal e no Maranhão, teve uma forte presença militar. Lá como cá, o aumento dos soldos e a reorganização da carreira militar estiveram entre as primeiras medidas para recobrar a tranquilidade e instaurar a nova ordem política. Pela primeira vez, ocorria a divisão entre os poderes executivo e militar, divisão que também se estendia à forma de escolha desses governantes, já que o segundo era diretamente nomeado pelo governo português. Ressalte-se ainda que a escolha do governador de armas, no Maranhão, recaiu sobre Agostinho Antonio de Faria, velho conhecido da política provincial que integrara o governo de Pinto da Fonseca.

32 Identidades assumidas por Costa Soares no artigo que marcou sua volta à redação do jornal. Ver *O Conciliador*, n. 188, 30 abr. 1823, p. 2.

4 - que se respeite a opinião, mas se puna os perturbadores do sossego público, os facciosos (*O Conciliador*, n. 126, 25 set. 1822, p. 4).

Note-se entre as propostas o “respeito à opinião”, mas a punição aos “facciosos”, recurso algumas vezes utilizado com o intuito de aproximar as tensões decorrentes das disputas provinciais e pretensos projetos emancipacionistas. Na mesma semana, o *Atalaia* voltou à carga. Reclamou da letargia dos constitucionais e propôs a realização de abaixo-assinados por toda a província, revalidando o constitucionalismo a partir da exposição pública de assinaturas, que deveriam ser espontâneas. Ciente do papel que os abaixo-assinados ganharam na nova ordem política, e sem desconsiderar as condições de recolhimento dessas assinaturas, provocou: “quem ousaria não assinar?” (*O Conciliador*, n. 128, 2 out. 1822, p.3).

O padre Tezinho, que formalmente ficou sozinho à frente do jornal, complementou os reclamos de Costa Soares ressaltando, também, a sonolência dos “verdadeiros constitucionais”, justificada por séculos de escravidão (política) e ausência de espírito público. Cobrou dos deputados maranhenses nas Cortes o envio de tropas para a província, propôs ainda uma barreira militar que isolasse / protegesse o Pará, o Maranhão e o Piauí do separatismo que avançava e reiterou a necessidade de revalidação constitucional por meio de manifestações públicas de patriotismo, dentre elas, comemorações efusivas das datas representativas da nova ordem, como forma de inibir o pequeno número de “facciosos” da província e sua articulação com o avanço das tropas “brasileiras” (*O Conciliador*, n. 140, 13 nov. 1822, p. 5).

De volta à redação do jornal, Costa Soares repetiu suas críticas à segurança pública do Maranhão. Após tecer uma série de elogios ao caráter “constitucional e patriótico” do governador de armas Agosti-

nho Faria, lembrou que a arte de prever era uma qualidade que não podia faltar aos governantes e que Faria dera seguidas provas de sua incapacidade nesse quesito. A perda do Distrito de São Bernardo da Parnaíba – na divisa do Maranhão com o Piauí – para os rebeldes era uma prova dos danos causados pela falta de socorros enviados a tempo, e pela ausência de estímulo, apoio e instrução aos soldados que, abandonados, desertaram. Diante da crise, novamente sugeriu uma série de medidas militares, aqui sintetizadas:

- 1 - apoio às tropas de Fidié estacionadas em Caxias;
- 2 - remoção e substituição dos Comandantes de Distritos que não fossem zelosos e verdadeiros constitucionais, ativos, inteligentes, valorosos e benquistos pelo povo;
- 3 - castigo pronto aos militares que desertarem, perdão e reincorporação aos rebeldes que já desertaram;
- 4 - utilização do parque de artilharia em apoio à Companhia dos Voluntários Constitucionais;
- 5 - construção de redutos e colocação de artilharia nos pontos da Estiva e Arraial;
- 6 - guarnecimento de duas embarcações ligeiras que possam navegar em torno da ilha e dos rios Itapecuru e Iguará;
- 7 - organização de uma Guarda Cívica para o serviço brando, composta por pessoas que por sua idade ou emprego não possam compor os Corpos de Milícias (*O Conciliador*, n. 193, 17 maio 1823, p. 6).

As considerações de Costa Soares e Tezinho conformaram uma explicação para as sucessivas derrotas das tropas portuguesas, cuja ênfase recaía muito mais sobre as falhas cometidas pelos constitucionais que em algum mérito da “população”, que avançava sobre a província. Com a cidade de São Luís sitiada, Costa Soares atribuiu as derrotas ao “espírito contraproducente” daqueles que deveriam zelar pela Constituição. Tais reveses seriam, antes de tudo, obra da inércia,

em grande parte causada pela justaposição dos poderes civil e militar e complementada pela letargia de cidadãos apáticos, desacostumados à defesa da causa pública.³³

Para Costa Soares, as tropas brasileiras, compostas por “fanáticos”, “vagabundos ciganos”, “incultos selvagens”, “tupinambás”, “negros”, “vândalos” e todo tipo de “gente miserável”, que atacavam como “feras”, eram movidas pela inócua resistência portuguesa e pelo exemplo de quebra de fidelidade ao juramento sagrado da Constituição, levado a cabo por D. Pedro e pela horda de “áulicos”, “gafanhotos”, “corcundas”³⁴ e “bonifacistas”.³⁵ Derivadas de “deformidades distintas”, essas “monstruosidades políticas” teriam em comum o caráter anticonstitucional e, por extensão, “antiportuguês”. A razão, fundamento que avançava por toda a civilização ocidental, era algo distante das tropas brasileiras, que lutavam como “árabes e tártaros” e atacavam como “feras, tigres famintos à procura de sangue e víveres”. Já os líderes do Rio de Janeiro, especialmente D. Pedro e José Bonifácio, eram “bachás turcos”, que incitavam conscientemente a irracionalidade, forma de garantir a concentração de poderes e a manutenção de privilégios.

A “animalização” do debate político, observada por Marco Morel a partir do Rio de Janeiro, tinha suas peculiaridades no Maranhão. Morel notou a ambivalência entre a prática, nos jornais e folhetos brasileiros, de desqualificação do oponente (português) e o

33 Esses argumentos estão nas edições de *O Conciliador* n. 200, 11 jun. 1823, p. 2-4 e n. 205, 28 jun. 1823, p. 3-4.

34 Marco Morel (2005, p. 61-98) observou a metáfora da monstruosidade política na figura do corcunda, alguém (ainda) curvado perante o despotismo que se pretendia sepultar.

35 O período aqui analisado coincide com aquele em que José Bonifácio esteve à frente do Ministério do Reino e dos Negócios Estrangeiros. Ainda que disparando duras críticas contra o príncipe, os redatores elegeram Bonifácio como alvo principal, espécie de expressão de todos os males que vinham do Sul, talvez como forma de preservar, o quanto possível, o herdeiro do trono português.

reconhecimento de uma matriz civilizacional europeia e, portanto, também portuguesa. No Maranhão, a animalização dos adversários decorreu da própria “matriz”, em direção à irracionalidade de negros, índios e sertanejos, guiados por déspotas. O “novo homem”, fruto da modernidade política, era constitucional, argumento utilizado pelo jornal até as suas últimas edições, na defesa da reaproximação dos “portugueses do Sul” com aquela que compreendia ser a monarquia mais liberal de toda a Europa.

Caminhando para as palavras finais desse texto, cabe registrar que o exercício aqui praticado, de acompanhamento de certa dimensão pedagógica de um periódico, entre os anos de 1821 e 1823, é também devedor da própria especificidade do jornal em questão, cuja longevidade e abrangência eram pouco comuns à época. Obviamente, tal especificidade remete às condições de criação e consolidação da atividade impressa no Maranhão, aspectos não explorados nesse texto.

Nesse sentido, cabe apenas acrescentar que tais condições traduziram-se na conformação de um periódico a partir do qual a adesão ao constitucionalismo português e a resistência ao projeto de Independência podem ser acompanhadas de modo privilegiado.

Em 1862, na primeira narrativa de fôlego sobre a Independência do Brasil no Maranhão, Luís Antonio Vieira da Silva (1972, p. 73) atribuiu ao *Conciliador* a imagem de um “facho de discórdia” que dividiu “brasileiros e portugueses”. Eram aqueles anos de 1860, tempos de construção da nacionalidade e de conseqüente conformação dos inimigos.

Hoje, no bicentenário da instauração da imprensa no Maranhão, cabe ressaltar a inexistência de uma “nacionalidade pregressa” e que o jornal, criado no ambiente de formulação do constitucionalismo português, desenvolveu-se nesse mesmo ambiente e conviveu, em sua fase final, com a vitória de outro projeto político, que deu origem ao Brasil como corpo político autônomo. “Brasileiro”, naquele momento, era ainda uma denominação genérica, composta eventualmente pelo local de nascimento (a porção americana do Império, depois Reino) e por um desejo de separação política inexistente antes de meados de 1822. Até então, eram todos portugueses.

Referências

Abranches, Dunshee de [1931]. *A setembrada*. A revolução liberal de 1831 em Maranhão. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S. A. do Jornal do Brasil, 1970.

Ata da Câmara Geral de 15 de setembro de 1823. Arquivo Nacional (RJ), Fundo Diversos 2H, cx. 741A, pct. 24,49.

Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa. Lisboa: Tipografia de J. M. de Campos, 1821.

Berbel, Márcia Regina. *A nação como artefato*. São Paulo: Fapesp; Hucitec, 1999.

(O) Censor. São Luís: Tipografia Melandiana / Tipografia Nacional (e Imperial) do Maranhão, 1825-1830.

(O) Conciliador do Maranhão. São Luís: Tipografia Nacional do Maranhão, 1821-23.

Darnton, Robert; Roche, Daniel. *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

(A) fidelidade maranhense demonstrada na sumptuosa Festividade, que no dia 12 de Outubro e seguintes, a solicitação do Ilmo e Exmo Sr. Presidente Pedro José da Costa Barros fez à câmara da cidade. São Luís: Tipografia Nacional, 1826. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras.

Dias, Maria Odila Silva. Ideologia liberal e construção do Estado do Brasil. *Anais do Museu Paulista*, n. 30, p. 211-225, 1980-1981.

Galves, Marcelo Cheche. “*Ao público sincero e imparcial*”: Imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826). São Luís: Café & Lápis / Editora UEMA, 2015.

Galves, Marcelo Cheche. O Conciliador do Maranhão (1821-1823): um periódico no mundo ibero-americano. *Estudos Ibero-Americanos*, v.46, n. 2, 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/34076>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Galves, Marcelo Cheche. Prensa y cultura política durante la Independencia. In: Pimenta, João Paulo (ed.). *Y de jó de ser colonia: una historia de la independencia de Brasil*. Madrid: Sílex, 2021, p. 267-297.

Koselleck, Reinhart. *Futuro pasado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

Jancsó, István; Pimenta, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: Mota, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta - formação: histórias*. São Paulo: SENAC, 2000, 129-175.

Marques, César Augusto. História da imprensa do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 51 (76), p. 167-220, 1888, parte 2.

Mesquita, José de Loureiro. *Manifesto de todos os acontecimentos e causa da Revolução da Província do Maranhão concluída em 6 de abril*

de 1821. Para servir de justificação aquelles que foram injustamente presos e perseguidos pelo despótico Governador daquela Província Bernardo da Silveira Pinto. Lisboa: Impressão de Alcobia, 1821. Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras.

Morel, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades imperiais (1820-1840).* São Paulo: Hucitec, 2005.

Neves, Abdias [1907]. *A guerra do Fidié.* 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

Neves, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil (1808-1828).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822).* Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Ribeiro, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Sentinela Constitucional Bahiense. *Golpe de Vista sobre a Carta da Junta de São Paulo a sua Alteza Real. Análise da mesma O.D.C. ao Soberano Congresso por M. J. da Cruz.* Tudo mandado reimprimir por os Amantes da União. Maranhão: Imprensa Nacional, 1822. Biblioteca Nacional de Portugal.

Silva, Luís Antonio Vieira da [1862]. *História da independência da província do Maranhão (1822-1828).* 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. Coleção São Luís, v. 4.

Silva, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822):* Cultura e Sociedade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

Slemian, Andréa. *O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro - 1808/1824*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Souza, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.

ALÉM DAS CARTAS: O DISCURSO DOS LEITORES NO JORNAL O CONCILIADOR DO MARANHÃO (1821-1823)

ROSEANE ARCANJO PINHEIRO¹

ANTONIO HOHLFELDT²

1. Notas sobre o campo jornalístico

A materialidade do jornal *O Conciliador do Maranhão*, que circulou entre 15 de abril de 1821 e 23 de julho de 1823 na cidade de São Luís, no Maranhão, mostrou a existência dos primórdios do campo jornalístico no início do século XIX em São Luís. Na cidade havia instâncias (governo, redatores e leitores), em condições históricas, capazes de gerar sentidos sobre a realidade e apreendê-los. Foram estabelecidos o tempo de produzir informações, o momento de fazer circulá-las e de consumi-las, de forma institucional e periódica. O objetivo foi envolver os segmentos sociais capazes de atuar no debate público, de compreender referências sobre aquele cotidiano e refletir sobre elas, com potencial para manter a ordem social ou transformá-la.

O jornal *O Conciliador do Maranhão*, lançado após a adesão do governo local à monarquia constitucional³, era bissemanal e ti-

1 Doutora em Comunicação pela PUCRS. Professora adjunta do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória. Email: roseane.ap@ufma.br

2 Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Escrita Criativa (PUCRS). É bolsista produtividade em pesquisa 1D. Email: hohlfeld@pucrs.br.

3 A produção do referido jornal passou por duas fases: a manuscrita, do número 1 até o número 34 (de 15 de abril a 7 de novembro de 1821); e, posteriormente, a impressa, da edição 35 à edição 210 (de 10 de novembro de 1821 a 23 de julho de 1823). A fase im-

nha formato tabloide, sendo impresso pelo sistema de tipografia. Sua circulação, que compreendeu 210 edições, ocorreu aos domingos e quintas-feiras, mas foram encontrados exemplares que circularam às quartas-feiras e aos sábados. Possuía 443 assinantes, distribuídos nos seguintes lugares: São Luís, Itapecuru, Caxias, Alcântara e mais 52 localidades (Maranhão); Grão-Pará e Rio Negro, Piauí e Ceará; Portugal e Inglaterra.

Tinha apenas um caderno principal de 4 a 8 páginas. Entretanto, foram encontrados suplementos em alguns exemplares, indicador de que eram lançadas edições especiais em determinadas datas. O código linguístico ocupou cem por cento do periódico, não havendo registro de código icônico (ilustrações, desenhos ou imagens).

Para analisar a ação do impresso, apreendemos o jornalismo como fenômeno cultural, uma construção simbólica sobre o mundo imediato, que envolve a atuação histórica de uma instituição e dos sujeitos numa dada realidade. Enquanto processo discursivo, o jornalismo atua simbolicamente na construção de um referencial sobre a sociedade, a partir do qual as pessoas constituem suas estratégias de ver e atuar sobre o mundo. Enquanto fenômeno complexo e dinâmico, comporta as tensões advindas das relações instauradas socialmente.

Para Sousa (2000, p. 21), a notícia é “artefato linguístico construído pela interação de várias forças, que podemos situar ao nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história”. Conforme o autor, ao elencar temáticas sobre a realidade e distribuí-las, o jornalismo chancelou sentidos aos acontecimentos escolhidos e instaurou os rituais de consumo dessas

pressa ocorreu por meio da Tipografia Nacional Maranhense. No Maranhão, o governo do marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, adquiriu oficialmente a primeira tipografia da província, conforme Jorge (1987, p. 19).

representações, acolhidas ou não pelos indivíduos, que vivenciam outros espaços de mediações sociais.

A narrativa jornalística traz as marcas de seu tempo, de intenções, interesses, disputas pelo poder e silêncios, constituídos por meio das relações sociais historicamente delineadas. A partir dessa perspectiva, compreendemos a teoria construcionista como caminho que nos permite entender de forma mais abrangente o fenômeno jornalístico no século XIX. Sousa (2000, p. 18-19) elenca outras forças sociais, que colaboram na definição das notícias. Assim, o pesquisador reforça o jornalismo enquanto construção social acerca da realidade:

1. ação pessoal: as notícias são consequência das escolhas do jornalista e da sua capacidade individual de captar o real;
2. ação social: as notícias resultam dos interesses e constrangimentos das organizações;
3. ação ideológica: as notícias são geradas pelo jogo de forças e interesses presentes na sociedade;
4. ação cultural: as notícias resultam dos significados vigentes, construídos historicamente;
5. ação do meio físico ou tecnológico: as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos escolhidos para sua produção, reprodução e distribuição; e
6. ação histórica: o jornalismo é fruto da interação das forças citadas (ação pessoal, ação social, ação ideológica, ação cultural, ação do meio físico) que desenham conjunturas e desdobramentos em função da movimentação dos atores e grupos sociais.

Essa leitura nos permite observar a movimentação das forças e os sujeitos do século XIX, assim como analisar criticamente suas escolhas e motivações, bem como nos, incita a apreendermos a luta pela hegemonia nas instâncias cultural, política e econômica, ao apontar que cada conjuntura resulta do entrelaçamento e das especificidades de cada cenário.

O jornalismo insere-se no campo cultural e seus significados envolvem as mudanças históricas, políticas, sociais e econômicas. Ao produzir representações sobre a realidade, o processo jornalístico instaurou, social e historicamente, valores ou critérios para fazer emergir os aspectos desse cotidiano.

A cultura, enquanto instância que atravessa todos os setores da vida em sociedade, envolve as representações sobre o mundo, instituídas na vida social, e que sofrem transformações ao longo dos séculos. Para Chartier (1990, p. 66), não devemos compreender a cultura como “um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nos comportamentos”. Esses processos sociais demonstram que é no vivido que estão as representações, as acomodações e as ressignificações, enfeixadas para sustentar uma ordem estabelecida, não de forma estática, mas sob pressões, conflitos e realinhamentos dos sujeitos e dos agrupamentos.

2. Um jornal e a cena política

Na cena maranhense do século XIX, temos um poder central a engendrar referências sobre o cotidiano, através de um jornal. É necessário frisar que o governo da província representava os interesses políticos e econômicos da aristocracia que, entre 1821 e 1823, enfrentou as pressões dos comerciantes portugueses, mais sequiosos de uma mudança na configuração do poder econômico. De acordo com

Marcelo Cheche Galves (2010, p. 64), a partir de abril de 1821, São Luís viveu um novo ordenamento jurídico, político e social, com a instalação das Juntas Governativas, a partir da Revolução do Porto⁴. O pesquisador assinala que a principal questão do processo político era a permanência ou não de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca à frente do governo provisório. A contenda política decidiu-se a favor de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, eleito para permanecer no cargo (GALVES, 2010, p. 64).

As reflexões de Pierre Bourdieu podem auxiliar na compreensão das redes de poder simbólico engendradas no Maranhão, naquele começo do século XIX. O poder simbólico constrói uma realidade que tende a instituir uma ordem imediata do mundo social, que se processa através de um consenso entre os sujeitos envolvidos (BOURDIEU, 2012, p. 10). Os sistemas simbólicos se transformam em instrumentos de dominação, através do estabelecimento de hierarquias e distinções que legitimam uma forma de estar e pensar a sociedade. Portanto, as relações de comunicação se traduzem em relações de poder, que dependem do poder material e simbólico acumulados pelos atores e/ou instituições envolvidos nessas interações.

Ao serem instrumentos *estruturados e estruturantes*, os sistemas simbólicos conformam a dominação de uma classe sobre a outra. Dessa maneira, efetiva-se a função ideológica das mensagens. O poder simbólico se reveste de força ao se manifestar em relações de sentido, conforme Bourdieu (2012, p. 14), que as denomina de *sistemas simbólicos*. O poder simbólico constitui uma visão de mundo e, por

4 Em 1820, na cidade do Porto, norte de Portugal, o movimento liberal mostrou sua força com o apoio dos militares, conforme Labourdette (2001, p. 122). Proprietários de terra, negociantes, advogados e magistrados estavam descontentes com os acordos comerciais entre Portugal e Inglaterra, que prejudicavam a economia daquela região. A revolução portuguesa resultou na vigência da primeira Constituição, decretada em 1822, com princípios liberais.

consequente, permite ações sobre ele, sem o uso da força física ou econômica.

Ao tecer uma nova teoria sobre o espaço social, Bourdieu propõe o *campo social* como espaço multidimensional e de relações de poder (BOURDIEU, 2012, p. 133). A leitura do pesquisador se sustenta na compreensão da existência das lutas simbólicas em todos os campos e nas práticas legitimadas de cada campo. Os diferentes campos (econômico, simbólico, político etc.) se relacionam por meio de divisões e hierarquias que demarcam as relações de poder entre eles.

Bourdieu compreende o jornalismo como campo de produção cultural, atravessado por outros campos de poder. Contextualiza o surgimento do jornalismo, no século XIX, quando ele constituiu suas características fundantes. Estruturou-se, observa o sociólogo, mais atrelado ao campo político do que ao campo literário. Talvez por isso, a vulnerabilidade do campo jornalístico seja uma das contradições apontadas por Bourdieu (MIRANDA, 2005, p. 120).

Bourdieu explica que o campo político é o que mais constrange o campo jornalístico (MIRANDA, 2005, p. 113). Essa dominação se articula em duas frentes: 1) dominação material, através da dependência econômica frente aos governos; e 2) dominação simbólica, resultado da força das camadas dominantes, que se tornam as *fontes oficiais* mais comuns dos veículos de comunicação, o que configura uma relação desigual quanto ao poder de falar em relação aos demais segmentos da sociedade.

O jornal corporificou a posse do lugar de fala, as vozes autorizadas a influir sobre o ordenamento social, a ditar os entremeios políticos, a inculcar mudanças ou silêncios. As práticas culturais, na análise de Bourdieu, efetivam-se na estruturação das relações sociais. Inicialmente, na posse do capital (econômico, cultural etc.), que se

articula às relações de forças dentro de campos distintos. Nos diferentes campos, há o domínio maior ou menor de agentes sociais ou instituições, de acordo com o capital econômico e o capital cultural que detêm (MIRANDA, 2005, p.12).

3. Entre leitores, cartas e intenções

Os significados hegemônicos reiterados nas cartas dos leitores publicadas pelo jornal *O Conciliador do Maranhão* podem ser apreendidos como a “parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário” (BENETTI, 2007, p. 111). Entendemos que ao selecionar as cartas a serem publicadas, o impresso delineou as temáticas e a identidade dos sujeitos que teriam lugar de fala na seção de correspondências.

No tocante à pesquisa, foram selecionadas 37 cartas publicadas. Sobre os autores, onze assinavam com iniciais ou pseudônimos; dez eram comerciantes; sete eram militares; dois funcionários do governo; três eram redatores do impresso e quatro não informavam ocupação do autor na carta. A maioria delas abordava a ação dos comerciantes, fazia a defesa do governo, relatava aspectos da presença militar na província, destacava conduta dos leitores ou comentava sobre a postura de alguns religiosos⁵.

Pêcheux (1995:160), ao abordar a formação do sujeito no discurso, chama a atenção para o *caráter material do sentido*, constituído pelas palavras ou enunciados que, mascarados pela *transparência da*

5 As três cartas encontradas comentavam especificamente a prisão de frades pertencentes ao Convento das Mercês, “por se encontrarem passando a noite em duas diversas casas das mais abjetas prostitutas”(O *Conciliador do Maranhão*, 27 de julho de 1822, nº 109, p. 5).

linguagem, escondem a ideologia dominante. O significado, afirma o autor, é determinado pelas questões ideológicas em jogo, em uma conjuntura dada. Nesse sentido, as *formações ideológicas* caracterizam-se por palavras ou expressões emitidas por sujeitos, a partir das posições sociais sustentadas por eles. As *formações discursivas* envolvem “o que pode e deve ser dito” (um artigo, um jornal), proposições originadas das posições dos sujeitos envolvidos, e da luta de classes.

Não há sentido, conforme Orlandi (2009, p. 45), sem o ato de interpretar. Nesse movimento, o sentido surge como algo estabelecido e naturalizado. Faz-se a interpretação, mas, ao mesmo tempo, nega-se a interpretação. Nas construções ideológicas, são apagadas as relações entre o histórico e o simbólico e a realidade passa a ser interpretada como se os acontecimentos socioculturais fossem imutáveis. A ideologia instaura uma relação imaginária dos sujeitos com suas condições materiais de existência.

Sobre a atuação do leitor, Orlandi (2006, p.181) esclarece que “o texto não é um objeto acabado”. Enquanto produto linguístico, o texto tem “começo, meio e fim”, porém a análise de discurso traz de volta a incompletude do material produzido enquanto *objeto empírico*. “Do ponto de vista de suas condições de produção, o texto tem relação com a situação e com outros textos, o que lhe dá um caráter não acabado”. Quanto às condições de produção da leitura, a pesquisadora salienta que existem vários *modos* de leituras, dependentes dos significados do texto a serem construídos pelo leitor (O que o autor quis dizer para o leitor? Como ele compara o texto lido com outros? O que o texto diz sobre os referentes do leitor?).

No processo de leitura, conforme Orlandi (2006, p. 185), outro momento relevante é a constituição da identidade do leitor no decorrer das condições de produção da leitura: “O leitor, na medida em que lê, se constitui, se representa, se identifica (...) A questão da

compreensão não é só do nível da informação. Faz entrar em conta o processo de interação, a ideologia”. As tensões evocadas no processo da leitura abarcam duas questões: a) “a ilusão do sujeito de que é ele a fonte do seu dizer” e b) “a relação entre *formação discursiva* e *formação ideológica*”. Essas situações se efetivam porque há interpelação do indivíduo enquanto sujeito pela ideologia.

A partir das reflexões de Orlandi (2006), partimos para conhecer a seção “Correspondência” do jornal pesquisado. Essa seção foi uma das mais frequentes ao longo dos trinta meses de circulação de *O Conciliador do Maranhão*. Então, selecionamos algumas cartas, com autores ora identificados ou se utilizando de pseudônimos.

Na 8ª edição, de 10 de maio de 1821, o autor de uma carta publicada sob o pseudônimo de “Um amigo da boa ordem” fez elogios ao jornal pelo “espírito patriótico a conciliar os ânimos e reuni-los ao bem e harmonia da sociedade em geral”. O leitor, ao comentar sobre os ânimos em São Luís, capital da província do Maranhão, aponta outras publicações impressas que atuavam na cidade, naquele momento, acirrando a luta política: “Tenho, porém, com desprazer sabido que alguns sujeitos, ao invés de seguirem esta marcha de homem de bem para que vossa mercê os convidou, se tem lhe arrojado a fazer-lhe algumas sátiras indecorosas e pasquins”. O mesmo autor rechaçou esses embates, porque “só podem nascer de espíritos remissos, e turbulentos, de fraca educação” (*O Conciliador do Maranhão*, 10 de maio de 1821, p.6).

Questionamentos dos leitores podem ser vistos no impresso na carta do “Curioso constitucional”, que remeteu a seguinte pergunta:

Qual terá sido a razão por que a Câmara desta cidade não tem feito publicar com precisa formalidade, a respeitável e sábia Proclamação, que o Soberano Congresso julgou de tanto interesse dirigir aos habitantes do Brasil? Acaso o Excelentíssimo Governador Pro-

visório remeteria esse venerando documento à Câmara (por seu ofício de 31 de outubro, inserido no nº 38, do seu periódico), em *alguns exemplares*, só para simplesmente ela mandar registrar em seus livros?

Se vossas mercês assentam que é suficiente esta publicidade, para uma tão recomendável determinação do Soberano Congresso da Nação, então me calarei (*O Conciliador do Maranhão*, 22 de dezembro de 1822, nº 47, p. 4) [grifo do jornal].

O comentário dos redatores do periódico foi eximir o veículo de qualquer confronto com a Câmara: “Quanto a sua pergunta, a Câmara que lhe responda”. Os “RR do *Conciliador*” também esclareceram que haviam cumprido com as responsabilidades. “Como vossa mercê é curioso a de saber que temos obrigação de publicar neste periódico *Documentos* de tão alta consideração; e antes que nos pergunte porque o não viu impresso, respondemos que já o transcrevemos nos primeiros dias de outubro” (*O Conciliador do Maranhão*, 22 de dezembro de 1821, nº 47, p. 4) [grifo do jornal].

O espaço das correspondências foi utilizado, além dos pronunciamentos políticos, para reforçar a reputação dos autores de cartas. Foi a situação detalhada pelo comandante Charles Erwin, publicada na 61ª edição, do dia 9 de fevereiro de 1822. “Entrando nesse porto, em 2 do corrente, foi me apresentado um folheto impresso em Lisboa, e assinado por um Pedro Antonio do Nascimento, segundo me dizem, um homem preto de péssimos costumes, e nenhum estabelecimento” (*O Conciliador do Maranhão*, 9 de fevereiro de 1822, nº 61, p. 4). O comandante da embarcação Rachel & Sally teria sido acusado, através do impresso, de negociar com piratas e descarregar itens ilegalmente no Maranhão: “Diz aquele negro caluniador que a descarreguei na alfândega noturna da praia do caju. É preciso ser negro no coração para assim caluniar”.

O autor da carta esclareceu por que escreveu ao jornal:

Sou cidadão dos Estados Unidos, e prezo-me de ser honrado (...) Eis-me pois em campo para repelir ataques dos vis caluniadores, a quem sem receio desafio, ao mesmo tempo que peço justiça ao imparcial, respeitável público português, de quem com o mais profundo respeito sou atento venerador (*O Conciliador do Maranhão*, 9 de fevereiro de 1822, nº 61, p. 4).

As retratações continuam como temática na carta de Severino Antonio de Araújo Cerveira, publicada no dia 4 de maio de 1822. O autor reclama de um texto publicado na edição nº 66, assinado por “Um alcantarensê”: “Se a todos o direito natural sustenta a defesa da vida, não menos o direito social a do crédito, e autoridade, pois que é a mais sagrada quando é atacada não merecidamente (...) desmascarando a impostura e fulminando o ataque” (*O Conciliador do Maranhão*, 4 de maio de 1822, nº 85, p. 5). O juiz Severino Antonio se defende das críticas feitas à justiça e à Câmara de Alcântara, na demora para serem nomeados os novos integrantes daquela casa legislativa: “Sempre fui sincero, reto, empenhando-me a cumprir meu dever deferindo as partes sem demora, fazendo arrecadar e pôr em boa administração os bens dos órfãos e viúvas” (*O Conciliador do Maranhão*, 4 de maio de 1822, nº 85, p. 5).

No número 109, de 27 de julho de 1822, um acontecimento envolvendo religiosos da cidade foi tema da carta de autoria de “Um cristão que para ser escusa frades e cônegos”. Sob o anonimato, o redator do documento faz um apanhado da situação:

Há dias foi notório a todos os habitantes desta cidade, haverem-se prendido no Convento de Santo Antonio dois religiosos pertencentes ao Convento das Mercês, por se encontrarem passando a noite em duas diversas casas das mais abjetas prostitutas. Espantei-me com tão escandalosa notícia; porém reflexões de indulgência

para com a fragilidade humana me fizeram supor que semelhante somente induzia a crer que o indigno procedimento daqueles dois indivíduos não devia manchar a reputação da classe (*O Conciliador do Maranhão*, 27 de julho de 1822, nº 109, p. 5).

Aproveitando a ocorrência, o autor da carta questiona a atuação dos frades na cidade: “Os frades modernos, os chamados *Mercenários* na *província do Maranhão*, além de serem completamente inúteis e ociosos para os cidadãos (...) lhe sejam também perniciosos pelos exemplos que lhe dão de libertinagem”. O autor anônimo também cita que, além das situações relatadas, os religiosos protagonizaram outros acontecimentos relativos à igreja: “anarquia e rebelião contra os preladores que os regem (falo de quase todos)”. (*O Conciliador do Maranhão*, 27 de julho de 1822, nº 109, p. 5).

O autor, “Um cristão que para ser escusa frades e cônegos”, continua a criticar a atitude dos frades presos: “Depois de abrange-rem entre si impunemente indivíduos de péssima e escandalosa conduta e depois de praticarem fatos de uma vida licenciosa, insultam agora a circunspeção e probidade de todos os habitantes desta cidade”. Ele questionou os procedimentos para punição dos integrantes de ordens religiosas que cometiam crimes: “O frade que me ofender há de ser julgado por uma lei diferente daquela que me a de punir se eu der umas taponas num frade das Mercês?”

É também através do periódico que são publicadas, além das cartas, declarações e documentos para atestar a honra e qualidades de cidadãos. Na edição de número 130, de 9 de outubro de 1822, sob o pseudônimo “O amigo da verdade e verdadeiro constitucional”, o autor informa que, naquela edição, foi publicado documento enviado do Ceará pelo corpo do comércio que atestaria a idoneidade do comendador Antonio José Meirelles: “Em abono da honra, patriotismo e crédito do comendador Antonio José Meirelles, que nesta

pretendiam macular, porque a virtude, o mérito é que mais padece” (*O Conciliador do Maranhão*, 9 de outubro de 1822, nº 130, p. 8).

As qualidades e os feitos do referido negociante são destacados pelo “amigo da verdade e verdadeiro constitucional”, na ação de resguardar a imagem pública do comendador. No Ceará, Antonio José Meirelles teria “fiado grossas somas a alguns de seus habitantes”. Outra iniciativa envolveu “igualmente a sua caridade prodigalizando-lhe remessas de farinhas para a pobreza, por ocasião da fome. O que presenciei sendo então procurador do Conselho na Vila da Fortaleza” (*O Conciliador do Maranhão*, 9 de outubro de 1822, nº 130, p. 8).

Os embates entre as forças dos governos e os grupos que defendiam a independência do território são registrados pelo jornal *O Conciliador do Maranhão*. Na edição de número 200, de 11 de junho de 1823, o comandante geral da Vila de São Bernardo, Severino Alves de Carvalho, relatou, na seção de correspondências, o enfrentamento com o segmento opositor. Para que os soldados fossem homenageados pelo ato de bravura, solicitou ao jornal que a lista com os nomes dos soldados fosse publicada, informação que efetivamente figura ao final da carta.

Severino Alves relatou, através da carta, o confronto em detalhes:

Tomo a liberdade de remeter a vossa mercê a relação dos beneméritos oficiais e soldados que me acompanharam da Vila de São Bernardo da Paraíba, onde formos cercados por mil e duzentos facciosos, os quais com toda a coragem própria de verdadeiros portugueses, não recusaram executar as minhas ordens, enchendo de confusão e vergonha aos covardes, que vilmente se uniram. E para que o mundo seja conhecedor de seus nomes, rogo a vossa mercê o obséquio de mandar inserir no seu periódico (*O Conciliador do Maranhão*, 11 de junho de 1823, nº 200, p. 4).

A lista com os nomes foi publicada pelo jornal em seguida à carta de Severino Alves. A intenção seria mostrar a capacidade militar das tropas portuguesas e exaltar os homens que controlaram um foco de oposição? O processo de quebra do pacto colonial já estava em curso e o jornal, aliado do governo da província, anunciaria as mudanças no comando local através das ordens vindas do Rio de Janeiro.

O jornal *O Conciliador do Maranhão* tinha colaboradores em outras regiões do Maranhão, além da cidade de São Luís. O posicionamento de um deles é tema da quarta carta publicada no suplemento da edição de número 46: “Permita-me (...) perguntar ao seu correspondente no Mearim qual é o serviço que as milícias do Maranhão têm feito no atual governo, desde 1819?”, questionou o autor da carta, que usou o anonimato e se intitulou “Um amigo da verdade”. Sobre a situação, descreveu o que vinha ocorrendo no corpo de oficiais da região citada: “No Mearim (...) o Batalhão não se reuniu uma só vez: eu desafio todos os M. A. daquele distrito a provar o contrário” (*O Conciliador do Maranhão*, 20 de dezembro de 1821, supl. nº 46, p. 3).

O leitor “Um amigo da verdade” seguiu fazendo observações sobre o assunto: “A quem chama seu correspondente despotismos e tiranias praticadas com as milícias? A revista anual de inspeção? Mas é de lei. Ora o que é ordenado por lei não é tirania (...) desta revista não pode o seu correspondente queixar-se”, pontuou o leitor. “Se quer dizer que o inspetor espancou *Antonio da Fonseca de Castro, do Iguará*, aumente que por este atentado foi severa e duramente reprimido pelo quartel general” [grifos do jornal].

No suplemento número 49, que compreende apenas correspondências, uma outra carta chama a atenção, a que é assinada por João Rodrigues de Miranda, que estava preso, como consta na data

e lugar do documento: “Cadeia, 26 do corrente dezembro de 1821”. Não há dados sobre o porquê da prisão ou outras informações. O autor afirma que está surpreso com o conteúdo do jornal: “Li com desprazer o nº 42 da sua redação na parte em que pretende conciliar o sapientíssimo e salutar decreto promulgado para a instalação dos Governos Provisórios do Brasil, com a opinião pública”. O jornal teria informado “que aquele decreto não fôra lido nesta cidade com o mesmo entusiasmo, agrado e louvor que todas as outras sábias providências do soberano congresso; como se ele houvera sido lido unicamente pelas pessoas menos constitucionais”.

João Rodrigues de Miranda continuou a questionar o posicionamento dos redatores de *O Conciliador do Maranhão*: “Em verdade, senhores redatores, eu estou admirado de tal maneira de falar e não posso entender o que vossas mercês querem inculcar com isso”. O autor da carta pede explicações do jornal a respeito das pessoas que estavam descontentes com a instalação dos governos provisórios: “Dignem-se por maneira indicar quem são esses desagradados, pois não podem padecer os justos pelos pecadores, como a mim está sucedendo no purgatório, de onde lhes dirijo essa”, finalizou João Rodrigues de Miranda. “E lhe rogo queiram fazer a mercê de a inserir no seu periódico por justificar-me a respeito de opinião. Tenho a honra de ser de vossa mercê admirador, e respeitoso criado”, pede o autor.

Os redatores de *O Conciliador do Maranhão* elaboraram uma resposta muito extensa ao prisioneiro, leitor da publicação, com o tamanho de quase três colunas:

Nesta casa de purgar, onde o puseram os seus pecados, ou os pecados de Adão, não pode haver muito sossego para ler periódicos: talvez seja o motivo porque bem não entendeu e teve desprazer com a leitura do Nº 42 da nossa humilíssima redação. Contudo as observações de um cidadão, que se digna escrever-nos pela primeira

vez, merecem toda a nossa atenção, e de bom grado lhe responderemos (*O Conciliador do Maranhão*, 31 de dezembro de 1821, supl. nº 49, p. 4).

A publicação, através dos redatores, tentou derrubar os argumentos de João Rodrigo de Miranda: “Nunca dissemos que pretendíamos *conciliar o sapientíssimo e salutar decreto promulgado para a instalação dos governos provisórios do Brasil com a opinião pública dos povos desta cidade e província*” [grifos do jornal]. Defenderam-se os redatores, e acrescentaram: “Nunca tal escrevemos e apelamos para nossos leitores, que sabem entender o que lêem (...) Esses povos generosos não precisam conciliar para adotarem, manterem e (...) obedeceram ao Governo”. Os autores da resposta chamam a atenção do leitor que criticou a publicação: “Enganou-se sr. Miranda na 1ª parte: vamos à segunda e depois à observação. Se o senhor Miranda quer saber porque o dissemos, leia devagar, com pausa e ponderação todo o discurso” (*O Conciliador do Maranhão*, 31 de dezembro de 1821, supl. nº 49, p. 4).

4. Conclusões

Através da seção de cartas, publicada frequentemente por *O Conciliador do Maranhão*, buscamos descortinar qual o discurso construído pelo jornal em torno da atuação do leitor na seção de Correspondências do jornal citado. As missivas escolhidas e publicadas seriam um parâmetro para apreendermos as intenções e a identidade desses leitores na ótica do jornal. As questões reforçadas no discurso da folha maranhense apontam para: a) O impresso como espaço de defesa do projeto político do governo da província, que buscava a manutenção dos laços com Portugal b) o jornal como lugar para respaldar reputações, principalmente dos comerciantes e c)

O jornal enquanto interlocutor que vai receber comentários, reclamações ou pedidos de esclarecimento.

Na seção “Correspondência”, há uma clara tendência à publicação de cartas que concordassem com o impresso (dirigidas, quase sempre, ao “sr. redator”). A seção de cartas também foi lugar para que o próprio jornal reafirmasse suas posições. Há edições com as respostas dos redatores ou avisos aos leitores. Porém, é possível perceber questionamentos, pedidos, acusações e refutações escritos pelos leitores, anônimos ou não, ou pelos redatores (que em raras situações, como refutações, assinavam seus nomes).

As representações sobre o leitor, autor das cartas, nos remetem geralmente a sujeitos alinhados ao projeto político do jornal. Estavam relacionados, em sua maioria, às camadas de maior poder político e econômico da província: eram homens, que exerciam funções diversas, eram militares, comerciantes, funcionários do governo e proprietários. Esses elementos nos remetem às relações de poder instituídas naquela sociedade, marcada pela exclusão social, pela escravidão e o absolutismo. O jornal também sinalizou que esses segmentos estavam articulados em torno das ideais defendidas pela publicação.

Quanto à ação do leitor, ressaltamos que o processo de apreensão dos sentidos é complexo e dinâmico. Compreendemos que nem o leitor se apaga frente ao autor do texto, ou pelo que vem de fora, nem é sujeito absoluto do processo de produção da leitura. “O espaço da subjetividade na linguagem é tenso” (ORLANDI, 2006, p.189). Nele são articuladas as possibilidades de identificação com as ideias do interlocutor ou o estabelecimento de outros sentidos para além do texto na construção da legibilidade do material lido.

Também pontuamos que os leitores do jornal não podem ser circunscritos às camadas mais ricas e letradas. Quanto à recepção das

mensagens jornalísticas, acreditamos que elas chegavam às demais camadas, analfabetas e escravas, através das conversas ou de murmurinhos pelas esquinas. Como explica Barbosa (2013, p. 21), o intercâmbio entre o mundo oral e a escrita é permanente e esses movimentos instauram formas de captar a realidade nos séculos XVIII e XIX. “Nas sociedades orais, observam-se inúmeras competências em seus modos de comunicação, produzindo fórmulas específicas de registrar o mundo”. Esses modos de comunicação, marcados por gestos e alaridos, poderiam ser percebidos nos pontos de ajuntamento de escravos, nas vozes das senzalas e nos locais de serviço, com indivíduos que faziam circular informações por meio das conversas e do vai e vem das ruas.

Portanto, compreendemos que a atuação da publicação maranhense colaborou para sustentar um projeto político que buscou fortalecer a manutenção do rei Dom João VI, na conjuntura da monarquia absolutista em Portugal. O discurso difundido na seção de cartas contribuiu para um dos propósitos do jornal: amparar uma aliança, entre o grupo político do general Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, militares, proprietários de terra e comerciantes. O governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca lançou o jornal como estratégia para materializar o apoio político à monarquia e para fortalecer simbolicamente os acordos locais para sua manutenção no comando da província. O jornal colaborou também para a circulação de significados sobre a realidade da província do Maranhão, que foram rechaçados ou apropriados pelos leitores, que, ao ressignificarem essas informações, contribuíram para a movimentação política naquela localidade.

Referências

- BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BENETTI, Marcia. “Análise do discurso em jornalismo: Estudo de vozes e sentidos”. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia da pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- GALVES, Marcelo Cheche. **Ao público sincero e imparcial: Imprensa e independência no Maranhão (1821-1826)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- JORGE, Sebastião. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão**. São Luís: Edufma, 1987.
- LABOURDETTE, Jean-François. **História de Portugal**. Lisboa: D. Quixote, 2001.
- MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo comunicacional: Por uma teoria da comunicação praxiológica**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
- SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos**. Coimbra: Minerva, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2006.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

O “CONSTITUCIONALISMO DE OCASIÃO” E OS “FERROS DO DESPOTISMO” – A ADESÃO ÀS CORTES NAS PÁGINAS DO JORNAL O CONCILIADOR (1821-1823)¹

RONI CÉSAR ANDRADE DE ARAÚJO²

Na cidade de São Luís, o mês de abril de 1821 foi marcado por profunda agitação. Muito embora vivenciasse desde sempre uma ligação direta com a metrópole portuguesa, as novidades políticas sobre os últimos acontecimentos vividos na cidade do Porto chegaram ao porto de capital do Maranhão via Bahia. Era 4 de abril, quando inesperadamente entrou a galera *Jiquiá* trazendo informações sobre a adesão da Bahia e Pernambuco ao movimento que se iniciou em 24 de agosto de 1820. De acordo com Vieira da Silva, a reação foi imediata: “Em poucas horas, espalhou-se na capital a notícia que trazia e foi opinião geral dos habitantes, tanto naquele como no dia imediato, que, quanto antes, se aderisse à Constituição” (SILVA, 1972, p. 36). Dali a dois dias, em 6 de abril, a capitania do Maranhão aderiu oficialmente à Revolução do Porto.

Em meio àquele novo cenário, circulando de forma manuscrita, em 15 de abril de 1821, saía às ruas o *Conciliador*³. O jornal, sob

1 Este artigo resulta de alguns ajustes feitos a partes da Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com o título “Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei”, aprovada em agosto de 2008.

2 Professor Adjunto 3 - Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - Doutor em História (UERJ); Mestre em História (UFPB); Especialista em História do Maranhão (UEMA) - TEL: +55 98 88590508 - EMAIL: roni.araujo@ufma.br

3 O *Conciliador* foi o primeiro jornal a ser produzido no Maranhão. Seu primeiro número circulou em 15 de abril de 1821, de forma manuscrita. Ao todo foram 34 edições neste



a escrita dos “portugueses” José Antonio Ferreira da Cruz Tezinho, o padre Tezinho, e Antonio Marques da Costa Soares, já a partir do primeiro número e ao longo das edições seguintes, deixara explícito o posicionamento político dos redatores do jornal em relação aos desdobramentos do movimento constitucionalista português e, por consequência, daquele 6 de abril: se tratava da possibilidade de o Maranhão ver, definitivamente, o fim dessa “despótica” relação com a Corte do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, o periódico apregoava que a liberdade constitucional havia alcançado a todos os habitantes do Brasil, de modo que podiam agora ver quebrados as amarras que os impediam de gozar a plenitude de seus direitos naturais. Proclamavam o fim do despotismo e da opressão ministerial. Estava exposta a conturbada relação do Maranhão com a sede da corte portuguesa no Brasil.

Ainda no primeiro número, a proclamação dirigida aos soldados pelo Major Rodrigo Pinto Pizarro⁴, ao apresentar as justificativas para a adesão à nova ordem constitucional, traz mais luz sobre como a capitania entendia a relação com o Rio de Janeiro: “Despedaçar os ferros do despotismo, dar liberdade à pátria agrilhoadada, eis a façanha gloriosa para que altamente vos convidam os vossos irmãos e camaradas do antigo e novo mundo” (O CONCILIADOR. n. 01, 1821).

Buscar entender o que representava efetivamente o que se chamou de “ferros do despotismo” nos conduz a um caminho em direção às questões econômicas que marcavam a capitania nos anos

formato até que, em 10 de novembro de 1821, passou a ser impresso, já no nº 35. Pouco depois de instalada a tipografia, os oito primeiros números do jornal foram impressos. O último número saiu às ruas em 16 de julho de 1823, com a edição 210.

4 Segundo a historiografia local, o Major Rodrigo Pinto Pizarro teria desenvolvido junto ao Governador Silveira, de quem era Ajudante-de-Ordens, um plano para levar Tropa a tomar a frente na pressão pela adesão imediata da Província. Cf. SILVA (1972); GALVES (2015).

que antecederam ao Vintismo⁵. Ofícios e cartas enviadas por Bernardo da Silveira, presidente do Maranhão, ao Ministro Vilanova Portugal, ao longo daquele ano e princípio do seguinte, davam a dimensão das finanças da Província. Segundo Vieira da Silva (1862), o preço do arroz e do algodão, outrora tão valorizados, agora viam-se reduzidos à metade. Por conta da antecedente euforia provocada pela valorização do algodão no mercado inglês, comerciantes e agricultores haviam contraído dívidas que, agora, em tempo de crise, se avolumavam. Somado a isto, haviam os pagamentos constantes feitos ao Erário Real e às consignações com o Banco do Brasil, que dificultavam ainda mais a situação da Província. (SILVA, 1972, 41, 42, apêndice)⁶. Nas ocasiões em que escreveu ao Ministro, Bernardo da Silveira solicitava a temporária suspensão dos pagamentos até que se estabilizasse a economia. Não obtendo a resposta que esperava, em 31 de janeiro de 1821, dizia “a situação desta Capitania está verdadeiramente miserável”, e completava “me persuado de que neste ano não poderá prestar os grandes meios ao Real Erário e que mesmo haverá grande dificuldade para preencher a consignação mensal de 30 contos ao Banco” (SILVA, 1972, p. 50, apêndice).

5 Movimento que teve início em 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto e depois se espalhou por Portugal e seus domínios na América, foi marcado pela instalação das Cortes Constitucionais em Lisboa. Segundo Lara Lis Carvalho Souza, “a grande missão das Cortes residia em nomear e estabelecer um contrato entre os homens liberais do império luso-brasileiro, e aí resplandecia a noção de contrato social” (1999, p. 112). Ainda segundo a autora, “o processo de adesão do Brasil às Cortes passava por uma série de canais: através da chegada das notícias lisboetas trazidas pelos navios, das correspondências oficiais e familiares, das longas apresentações e polêmicos artigos dos jornais. Não houve uma forma de adesão homogênea e capitaneada por alguma província, tampouco ela passou por uma expressão da vontade popular. As províncias mais leais às Cortes eram também as mais ligadas comercialmente a Portugal e, conseqüentemente, aderiram mais cedo ao Vintismo e à elaboração de uma nova constituição” (1999, p. 114).

6 Sobre as Cartas e Ofícios de Bernardo da Silveira enviados ao Ministro Vilanova, ver documentos apensos em SILVA (1972).

Segundo Maria Bertolina Costa, ao discorrer sobre impactos sentidos pela instalação da Corte no Brasil,

O Rio de Janeiro tinha ares e postura semelhantes a Lisboa e despertou ressentimento nas outras províncias. O problema é que, enquanto o Sul e o Sudeste experimentaram os benefícios do desenvolvimento econômico estimulado pela capital, aos habitantes do Norte restaram os altos impostos que não revertiam em seu benefício, restando-lhes portanto custear a nobreza e a burocracia do governo central (COSTA, 2019, p. 17).

Neste mesmo sentido, em carta dirigida às Cortes Portuguesas, em 30 de abril de 1821, Bernardo da Silveira expunha o estado em que se encontrava o Maranhão antes da Revolução Constitucionalista e o que representavam, para os maranhenses, as mudanças decorridas daquela regeneração:

Os males que assoberbaram a Monarquia; n'outros tempos tão respeitada; e que ameaçavam dar o último golpe ao seu poder, e gloria não deixaram de pesar sobre esta Província, d'onde toda a Renda Pública era extraída, sem que em seu benefício se despendesse a menor soma; a sua Força em abandono, o seu Comércio, Navegação, e Industria extinta quase por a piratagem, e outros flagelos, que seria longo referir, e de que o Soberano Congresso tem pleno conhecimento, os seus Deputados demonstraram.

A voz da liberdade, que soou primeiro em Portugal foi no Maranhão ouvida com prazer, e seus habitantes saudaram com alegria a grata esperança da salvação da Pátria (CONCILIADOR, n. 08, 1821).

Assim, no afã de legitimar esse novo arranjo político, em meio às críticas direcionadas aos ministros que habitavam a corte, preservava-se a imagem do rei: “enganavam o rei com lisonjas, pois D. João continuava sendo justo e bom, apesar de tão enganado” (SOUZA, 1999, p. 85). Em junho de 1822, o *Conciliador* perguntava:

Que bens fizeram eles ao Brasil? [...] Debaixo da sua influência deu-se ao Brasil a categoria de Reino: é verdade; porém quantos sacrifícios lhe custou essa Carta magna? Organizaram-se Tribunais; porém de que serviam alguns desses Tribunais ociosos? De que tem servido uma Junta da Bula da Cruzada, e uma Mesa da Consciência, e Ordens; a não ser para engordar a ociosidade de Deputados gotosos, e mandriões, cujos rendimentos podiam aplicar-se para cobrir a nudez, e dar de comer a tantos míseros Soldados, que morriam de fome? Qual foi o préstimo de um Almirantado, quando a Armada Portuguesa constava de vasos desarmados, e a maior parte podres? De que sérvio, a não ser para engordar uma chusma de Almirantes, e Vice-Almirantes estúpidos, decrépitos, e absolutamente ociosos? Qual foi a utilidade de uma Nunciatura; a não ser para fazer mais diretas, e frequentes as escandalosas extorsões da Cúria Romana?... (O CONCILIADOR, n. 93, 1822).

À medida que as notícias das cortes reunidas em Lisboa alcançavam a capitania, o *Conciliador*, único periódico a circular no Maranhão, ia apresentando uma série de Artigos de Ofício que narravam o desenrolar dos eventos que, iniciados naquele dia 06 de abril, resultaram na eleição da deputação maranhense que seria enviada às Cortes⁷.

Da parte de seus redatores, aliados que eram ao Bernardo da Silveira, fica evidente a preocupação de justificar o encaminhamento dado pelo Maranhão, no que dizia respeito à escolha do novo Governo. Diferentemente do que fora adotado em Portugal e nas demais províncias da América Portuguesa que aderiram ao sistema constitucional, em que a formação das Juntas Provisórias se apresentou como possibilidade de uma parcela da elite política ascender ao

7 Foram eleitos deputados para as Cortes portuguesas de 1823 o Padre José Antônio da Cruz Ferreira Tezinho, o advogado Manuel da Paixão dos Santos Zaqueu, tendo como suplentes Antonio Pedro da Costa Ferreira e o Cônego João José Beckman. Cf. Ofício da Junta Provisória do Governo do Maranhão para o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Filipe Ferreira de Araújo e Castro, sobre a conclusão da eleição dos deputados da mesma província ao Congresso Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino, CU_009, Cx. 174, D. 12598.

poder, um arranjo político manteve o governo nas mãos de Bernardo da Silveira e de seus partidários. Miriam Dolhnikoff (2005) afirmou que a Revolução do Porto foi a oportunidade dos grupos políticos provinciais se articularem para assumir o poder; no Maranhão, a articulação foi feita no sentido de garantir a permanência dos que já detinham o controle do governo⁸. Por esta razão, como afirma Marcelo Cheche, o “constitucionalismo de ocasião” praticado por Pinto da Fonseca, e sua “trajetória de serviços prestados ao *ancien régime*”, levavam seus os adversários políticos a acusa-lo de aderir ao movimento restaurador com “única intenção [...] de permanecer no poder” (GALVES, 2011, p. 3).

Essas disputas pelo poder, no âmbito interno, expõem algumas questões interessantes para a compreensão do jogo político no Maranhão. Em primeiro lugar, observa-se que, não obstante o avanço na leitura das edições do *Conciliador* evidencie a existência de um grupo contrário ao governo, não há, necessariamente, elementos que possam comprovar a existência de um movimento articulado de oposição ao sistema constitucional. Isso, no entanto, não impede o *Conciliador* de sustentar uma narrativa em que a oposição ao governo de Silveira seja identificada como um minúsculo grupo de pessoas de má índole. Os de boa fé, por consequência, seriam aqueles favoráveis àquele governador. Na mesma linha, outra questão que merece destaque é o fato de que, ao longo da leitura e análise das edições do *Conciliador*, não nos foi possível identificar a existência de um grupo declaradamente absolutista. Obviamente existiam pessoas dentro das diversas camadas que compunham a população maranhense que eram devotadas aos poderes absolutos de D. João VI, no entanto, o

8 Diante do novo cenário político provocado pelos ares constitucionais, Bernardo da Silveira tratou de articular uma maneira de se manter no poder. Para isso, contou com o apoio de alguns grupos importantes vinculados ao Corpo de Comércio e Agricultura. Cf. GALVES (2015); COSTA (2019).

que movimentava as discussões no seio das elites maranhenses era sim, as disputas pelo domínio do poder regional⁹. Segundo Mário Meirelles, a disputa se dava pelo poder local e a oposição acusava constantemente o Governador de ter “tramado nos bastidores o mal disfarçado golpe constitucionalista para, por fim, fazer-se perpetuar no poder [...]” (MEIRELES, 1972, p. 46).

É interessante observar que a grande maioria desses homens apontados pelo governo como inimigos do sistema constitucional será, ao longo dos anos de 1821 e 1822, presa e deportada a Portugal¹⁰. De longe, alguns desafetos de Bernardo da Silveira continuaram a fazer-lhe objeções. Em Lisboa e até mesmo em Londres, os dissidentes recorriam à imprensa para denunciar “agruras da política provincial, invariavelmente atribuídas ao despotismo de Pinto da Fonseca” (GALVEZ, 2020, p. 7).

A reação do *Conciliador* veio na edição de n. 40, em 28 de novembro de 1821. Em nota, os redatores do jornal reprovavam a ação de pessoas que teriam levado “ideias tão pouco verdadeiras’ contra Bernardo da Silveira à redação do *Correio Braziliense*, em Londres, que estava a “mil léguas distante do Maranhão”. A partir dali, uma série de correspondências chega à redação do *Conciliador* condenando as denúncias feitas, na imprensa europeia, contra o Governador. O suplemento ao nº 46 se encarregou de divulgá-las. Um certo *A. I. do P.* assinava uma carta em que apontava Manuel Pereira de Carvalho e José Loureiro Mesquita como autores das denúncias. Este último havia sido preso em São Luís no dia 12 de abril de 1821, a

9 Vieira da Silva traz uma lista com mais de 30 nomes dos que compunham a oposição ao Governo Provisório de Bernardo da Silveira. Militares de diversas patentes, clérigos, negociantes, médicos e advogados formavam esse grupo composto por homens de grande relevância na sociedade maranhense, como o Comendador Honório José Teixeira. Cf. SILVA (1972, p. 40-41).

10 Cf. SILVA (1972)

mando do próprio Marechal, acusado de ser um “dos mais reconhecidos e difamados perturbadores da ordem estabelecida no dia 6” (SILVA, 1972, p. 42). Uma vez que havia sido deportado, desde a Europa, mantinha oposição a Silveira. Segundo Vieira da Silva:

Pode-se ajuizar do que se mandava dizer para a Corte e se escrevia contra o Marechal, pelo seguinte trecho de uma representação dirigida a El-Rei, em data de 28 de agosto:

- ‘Esta cidade permanece em um contínuo estado de aflição. Os seus pacíficos habitantes não ousam visitar seus amigos com medo de serem acusados de fazer conventículos (sic.). Andam delatores espalhados por toda parte e assalariados pelo Governador. Devassas abertas ameaçam a cada instante as mais inocentes ações do cidadão. Ninguém ousa comunicar as suas ideias. Já se retiraram muitos habitantes’.

- ‘Vingam-se as paixões, não só do Governador como de seus partidistas. Têm-se visto cidadãos industriais presos; a caixeiros de negociantes sentar-se-lhes praça em satisfação de caprichos de aventureiros e até de criminosos validos. A Justiça desapareceu de todo e em tudo se tratam as pessoas conforme as suas opiniões políticas, conhecidas ou supostas. A impunidade recompensa as agradáveis e servis. E a opressão castiga as contrárias e honradas. Os costumes são desprezados: a honestidade e a dignidade ofendem’. (SILVA, 1972, p. 54-55)

As rixas parecem ganhar maior volume quando o *Conciliador* recebe uma carta acusando o governo e a redação do periódico de omitirem notícias das Cortes. Na ocasião, indaga o *Curioso Constitucional*, “qual terá sido a razão porque a Câmara desta Cidade não tem feito pública com a precisa formalidade, a Respeitável e Sábia Proclamação que o SOBERANO CONGRESSO julgou de tanto interesse ao [...] Brasil”. E, direcionado a acusação também aos redatores, ironizava: “se V. mercês assentam que é suficiente esta publicidade, para uma tão recomendável determinação [...], então me calarei” (CONCILIADOR. n. 47. 1821). Acontece que somente no

nº 53, de 12 de janeiro de 1822, o *Conciliador* divulgou as referidas determinações da 195ª Sessão das Cortes, de 2 de outubro de 1821, que tomava parecer negativo referente à devassa mandada executar por Bernardo da Silveira, em São Luís, da qual resultou a prisão e deportação de inúmeras pessoas acusadas de serem inimigas do sistema constitucional. A Comissão Ultramarina considerou despóticas e arbitrárias as deliberações tomadas pelo Governador, que ao invés de atribuir a si mesmo poderes que não lhe competiam, deveria ter se reportado à Relação do Maranhão. Julgando a Comissão que não deveria incorrer no mesmo erro do Governador, encaminhava à Relação do Maranhão o dever de repreender Bernardo da Silveira.

Seis meses depois, o *Conciliador* voltaria a publicar extratos do *Correio Braziliense* que trazia, mais uma vez, acusações contra o Governador do Maranhão e, desta feita, estendiam-se ao próprio *Conciliador*. Vejamos:

Chegaram-nos à mão alguns n^{os} do *Conciliador*, gazeta impressa na cidade de S. Luiz do Maranhão; e quando não tivéssemos outras provas da incapacidade, por não dizer outra cousa, do Governador daquela província, como temos já visto em outros n^{os}, bastava o que lemos nestas gazetas, para julgarmos que tal homem era o mais improprio consolidar o sistema constitucional naquele país, ou fomentar a união entre o Brasil e Portugal.

Nessas gazetas, publicadas debaixo das vistas do mesmo Governador, não só achamos os mais desmesurados elogios a ele governador, o que de boa mente lhe perdoaríamos em comiserção de sua vaidade; porém os mais atrozes insultos, contra várias pessoas. [...] Entre estes é mui conspícuo Honório Joze Teixeira, a quem a mesma gazeta, o *Conciliador* do Maranhão, tem insultado e vituperado por todos os modos, até publicando uma cara, em que o acusa de falsário, e furtar firmas. [...] o crime é ainda mais atroz, quando essa publicação aparece em uma gazeta, que todos sabem tem a sanção do mesmo Governo (CONCILIADOR, n. 95, 1822).

Os redatores do *Conciliador* responderam, ainda no nº 95, a Hipólito da Costa, a partir de um artigo intitulado *Reflexões do Padre Amaro Nº 24 de Fevereiro sobre o Redator do Correio Braziliense*:

Como é costume em Inglaterra, fazerem os oponentes as questões, que julgam convenientes, para aterrarem os seus devedores, e achando-nos em continua *oposição* ao (C.B.), poderemos interrogá-lo a nossa vez; mas não queremos expolo ao público; e só daremos uma *cross examination* feita a certo Redator, segundo o modelo dos diálogos entre *Figaro, e seu cão Bacalhau*. –

Põe-te a jeito Moleque! [...] Quanto tempo há que estás em Londres? Há vinte anos pouco mais ou menos – [...]

[...] Tu não recebestes salario tenebrosa Polícia do Rio de Janeiro? – Não posso negar [...]. – Anda cá, não recebeste de certo riqueza do *Maranhão* boa porção de dinheiro para dizes bem dele, e para chamares pela *independência, ou desunião* do Brasil? – Responderei uma vez por todas, para acabar com este fadário: Se calunio; se anuncio qualquer opinião; se combato algum sistema: saiba Deus e todo o mundo que nada disso faço se não por dinheiro, [...]. – Sempre es muito velhacas! – Assim me chamam todos, e continuo a selo para não os fazer passar por mentirosos (CONCILIADOR, n. 95, 08/06/1822). (grifos do autor)

Reitera-se aqui, pelo que foi dito até o momento, que a adesão às Cortes acentuou contendas já existentes entre as elites maranhenses. As razões para as tais perpassavam por questões referentes à disputa pelo controle político da Província, sem, contudo, significar um embate entre “constitucionais” e “não constitucionais”. De acordo com Maria Bertolina Costa, “a adesão ao Vintismo na província é vista a partir de interesses locais, não sendo de imediato percebida como um processo recolonizador por parte de Portugal” (COSTA, 2019, p. 19).

Mathias Assunção, por sua vez, chama atenção para outro problema, o fato de os conflitos entre as elites terem aberto um “[...]”

espaço para a participação popular – tanto como massa de manobra das elites, como para uma mobilização mais autônoma. A tal ponto que a participação popular chegou a representar real perigo para o poder das elites” (2005, p. 347). Tanto é assim que o *Conciliador*, em abril de 1821, ao publicar um longo artigo explicando o que é Constituição e a que ela se propunha, expressavam as suas preocupações em relação ao poder nas mãos do povo. Identificavam os males existentes nos governos democráticos e republicanos, pelo fato de serem eles dominados pelos excessos cometidos pelos povos, na ânsia de fugir de despotismos, tomando para si a vontade de governar acabavam por promover um sistema ainda “mais cego, absoluto, e caprichoso do que aqueles que havia subjogado” (CONCILIADOR, nº 03 de 22 de abril de 1821).

Por intermédio de um ofício expedido, em 15 de fevereiro de 1821, pelo Ministro Vilanova Portugal a Bernardo da Silveira, verifica-se que a preocupação com as agitações era justificada. Dizia: “Espera sua Majestade da honra e fidelidade de V. Sa. e do zelo com que se emprega no seu Real Serviço que terá suma vigilância para que os povos dessa Província se não deixem contaminar das ideias perversas do Tempo.” (SILVA, 1972, p. 53 - apensos)

Obviamente os temores em relação aos excessos populares também se estendiam aos escravos¹¹. Logo no nº 04, de 26 de abril de 1821, do *Conciliador* é patente o temor de uma insurreição negra que viria. Fala-se de a um “execrável afixo, que proclamava a rebelião dos escravos!”. André Machado (2005, p. 318), em análise sobre o processo de Independência no Pará, mostra que os temores em relação a uma revolta de negros não era exclusividade daquela província, sendo também percebida no Maranhão e na Bahia. Para ele,

11 Sobre os levantes de negros no Maranhão ver GALVES (2007).

A agitação política dos primeiros anos da década de 1820 conviveu com crescente fuga de escravos no Grão-Pará. [...] Depois da Revolução do Porto, os homens alinhados ao movimento da Regeneração Política portuguesa passaram a ser frequentemente acusados de promover ideias que provocavam agitação entre os cativos. (MACHADO, 2005, p. 320).

Na ocasião da Guerra pela Independência esse temor voltou a ser sentido nas instruções dadas pelo Governador das Armas do Maranhão, o Marechal Agostinho Antônio de Faria, ao Comandante Geral do Itapecuru-Mirim, Antônio de Sales Nunes Belfort, para que pusesse todo o seu Regimento em prontidão para coibir qualquer insurreição de escravos naquele distrito. Para Vieira da Silva (1972, p. 87), o temor se justificava pelas notícias que se espalhavam de que “em algumas fazendas daquele distrito haviam aparecido pessoas do sertão e, particularmente, um escravo do Comendador Honório José Teixeira, que insinuava à escravatura ideias incendiárias”. No entanto, para o jornal, a principal referência para se apontar os efeitos desgraçados de um levante negro era mesmo a Província de Pernambuco. Assim, *O Conciliador* definiu o estado em que se encontravam aqueles povos mesmo depois de terem aderido ao Império Brasileiro:

Quando findarão as desordens em que existe a Província de Pernambuco?... Algum tempo ainda havia quem respondesse a esta pergunta, [...] porque ainda continua ali a anarquia, e cada vez toma um aspecto mais terrível?... O que a isto respondem os nossos mui amados e prudente conterrâneos, não é possível saber, [...]. É, porém, de crer: que será mais fácil construir uma ponte desde Pernambuco até à Costa de Guiné, do que reduzir aquela miserável Província a um estado social sem que se empregue a força mais enérgica.

Ali a desordem já não é entre Constitucionais, e Independentes: nem entre Europeus e Brasileiros; mas sim entre a populaça de cor,

e os bancos de qualquer naturalidade, que aqueles inóspitos e bárbaros cafres pretendem exterminar, tendo à sua frente o frenético Pedrozo, branco por erro da natureza, e negro por adoção (O CONCILIADOR, nº 175, 1823).

Apesar do conflito de interesses envolvendo as elites da Província, um fator era comum, a defesa da união com Portugal. O governo da Província, no dia 05 de abril de 1822, dava conta dos preparativos para a festa de comemoração do 1º Aniversário da Regeneração Política do Maranhão. Na Ordem do Dia, impressa um dia depois no *Conciliador* nº 77, fazia-se referência aos elogios das Cortes à demonstrada fidelidade dos maranhenses.

Quando a notícia do “Fico” chegou à província teve imediata repercussão. O *Conciliador* tentou justificar os motivos pelos quais não tinha feito públicas as informações que vinha recebendo dos eventos envolvendo as Províncias do Sul – Rio de Janeiro, São Paulo, Minas e Rio Grande -, onde a “fermentação dos espíritos progredia a passos de gigante”. Legitimava a omissão no fato de aqueles acontecimentos não estarem desenvolvidos “suficientemente para poderem influir no estado político desta província, nem nos sentimentos dos seus Habitantes, que por suas circunstâncias locais, [...] não tinham interesse algum real no conhecimento de tais notícias”.

Os redatores do *Conciliador* afirmavam, categoricamente, que os interesses que moviam as províncias do Sul eram cabalmente diversos dos defendidos pelo Maranhão e demais províncias do Norte. Com o juramento de fidelidade às Cortes, responsáveis por promover a regeneração política do Reino, o Maranhão estaria desobrigado dos laços políticos que outrora o ligavam ao Rio de Janeiro. Submissos apenas às ordens advindas do Soberano Congresso, no qual se sentia inteiramente representada, o periódico não via razão para levantar voz contrária. (O CONCILIADOR, 1822)

Reagindo ao Decreto de 16 de fevereiro de 1822, no qual, D. Pedro - após ter se negado a se submeter à decisão das Cortes que determinavam seu regresso a Portugal - convocava a instalação de um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, o *Conciliador* indagava se aquele Decreto podia ser considerado “uma providencia Constitucional e propícia às províncias do Sul do Brasil e à sua união com Portugal? É esta medida também profícua à província do Maranhão e às outras situadas entre a Equinocial e o Cabo de S. Roque?”. Com essas indagações, os redatores do jornal pretendiam provar aos maranhenses que os motivos que levaram as províncias do Sul à recusa em aceitar as determinações das Cortes não se aplicavam às demais.

O fato de o referido Decreto não ter deixado à livre decisão das províncias adotá-lo ou não, era apontado como um erro que seria facilmente corrido com a inteligência dos que tivessem ideias suficientes para compreender o significado do sistema representativo. Assim, as Províncias que não se sentisse contempladas pelos motivos que o teriam originado, não tinham porque se sentir na obrigação de se submeter a ele (O CONCILIADOR, n. 84, 1822).

Em uma longa correspondência enviada ao *Conciliador*, o “*Cidadão de todo o Mundo*” dizia não duvidar que logo em seguida ao Decreto de d. Pedro, trazendo à mão a “*Carta de Constitucional Brasileira*”, viria a “independência do velho Portugal”. Falava que não tinha intenção de discutir se o Brasil tinha ou não chegado aos 25 anos de idade para, tal qual um filho, tendo alcançado sua maturidade, deixar de se submeter à autoridade de seu pai. Entretanto, via se aproximar este momento, por acreditar que a Portugal não valeria o sacrifício de lutar contra algo que “ou tarde ou cedo há de vir a perder”. Discorria ainda que, caso fosse opinião geral das províncias do Sul, o que não afirmava ser, desligar-se de Portugal, este não teria

força para atravessar uma barreira de 2.000 léguas, e mover uma guerra por algo que resultaria em sacrifícios vãos. Quaisquer que fossem as vantagens de manter relações com aqueles povos, poder-se-ia tê-las através de acordos comerciais. Todavia, caso houvesse algum intento, por parte dos dissidentes do Sul, em estender seus interesses às Províncias do Norte, certamente, Portugal não as deixaria “ir às mãos lavadas” (O CONCILIADOR, n. 87. 1822).

A exigência do Rio de Janeiro de que as Cortes mantivessem uma delegação do Poder Executivo no Brasil, não era de toda condenada pelo *Conciliador*. O problema resultava em querer aquela província ser a sede da dita delegação. Fazendo referências a difícil comunicação, seja por terra ou por mar, das províncias do Norte do Brasil com as do Sul, argumentava que, tanto para o Maranhão quanto para o Pará, era muito mais interessante reportar-se diretamente a Portugal, onde a navegação durava de 30 a 40 dias, do que esperar entre 90 a 100 dias para comunicar-se com o Rio de Janeiro¹². Afirmava que “todas as conveniências de Comércio, Agricultura, e Civilização persuadem os Habitantes das três Províncias entre o Amazonas, e o Cabo de S. Roque a estreitar o mais que for possível as suas relações com o Reino de Portugal” (O CONCILIADOR, n. 85, 1822). Em carta enviada ao *Conciliador*, em agosto de 1822, o autor personifica a Amazônia e conclama a firme adesão,

¹² Mesmo depois da adesão do Maranhão à independência do Brasil, em 28 de julho de 1823, a distância entre a província e a Corte estabelecida no Rio de Janeiro continuará sendo objeto de debates públicos. Segundo Roni Araújo (2008, p. 296), “as ressalvas sobre o quanto a distância entre o Rio de Janeiro e a província do Maranhão funcionavam como incentivo para a ação despótica de algumas autoridades públicas, foram, por vezes, discutidas na imprensa do Rio de Janeiro”; Sobre a referência à Amazônia, Maria Bertolina Costa lembra que “até a primeira metade do século XIX, a Amazônia, termo utilizado muitas vezes para referir o Pará e toda a região até ao Rio da Prata, o Maranhão e o Piauí, estiveram muito mais próximos e relacionados com Portugal do que com o Rio de Janeiro, situação que, por si só, já demanda uma perspectiva diferente da história do Centro-Sul, que desde o início do século XIX se organizou em torno das dinâmicas produzidas pelas relações com a Inglaterra” (2019, p. 19).

dos que habitam o Norte do Brasil, aos princípios Constitucionais e contra “as malignas influencias do fatal cometa que assombra os horizontes do Sul” (CONCILIADOR, nº 119, de 31/08/1822).

Como se pode ver, a insistência na narrativa que opunha os interesses das províncias do Norte às do Sul cumpria ainda o propósito de reafirmar os laços que uniam o Maranhão e Portugal, agora revigorados pelos ventos constitucionais. Tanto é assim, que em Ofício, de 30 de agosto de 1822, dirigido ao Rei, a Junta do Maranhão reafirma o pacto com a metrópole, destacando o orgulho dos maranhenses em participar da “Regeneração Portuguesa”, sem terem tido a menor mácula em sua postura política (O CONCILIADOR, n. 120. 1822). Isso explica a razão pela qual, ao receber o Decreto de D. Pedro que ordenava o envio de um representante para compor o Conselho de Procuradores¹³, a Junta Governativa Provisória do Maranhão tenha se recusado a cumpri-lo:

[...] Esta Junta respeitando no devido cumprimento dos mais transcendententes deveres á Real Pessoa, e á legitima Autoridade de S. A. R. não pode com tudo cumprir o supradito Decreto, sem manifesta transgressão das suas obrigações, para com o Soberano Congresso, e El-Rey; e também para com os Povos desta Província, por que foi eleita, conforme já declarou a V. Exa., [...]. Nestas circunstancias, ligada esta Junta às Soberanas Disposições do Augusto Congresso Nacional, e de S. Majestade Constitucional, julga, portanto, que o cumprimento do predito Decreto de S. A. R. de 16 de fevereiro seria uma infracção aberta, e ofensiva ao Juramento de fidelidade, e obediência que esta província prestou solenemente às Soberanias Nacional e Real [...] Maranhão, 10 de junho de 1822. (O CONCILIADOR, n. 107, 1822).

13 O Decreto de 16 de fevereiro de 1822 estabeleceu a criação de um Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. Cf. José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo (1937, p. 258-259).

O redator do *Conciliador*, Pe. Tezinho, louvava a ação da Junta do Governo da Província em buscar unir forças com os Governos do Pará e do Piauí na luta com os que proferem perjúrios a Rei e às Cortes. Argumentava que, em tempos onde as Províncias do Sul se encontravam envolvidas em ações de rebeldia, equívoco e anarquia, era fundamental que permanecesse viva a “federação inabalável” das Províncias que mantinham “indissolúvel o pacto social entre si e com o Reino de Portugal”. Insistia que Pará, Maranhão e Piauí estavam ligados por interesses comuns que os unia a Portugal. O jornal ainda avaliava que se restasse a Portugal tão somente aquelas três províncias, sob o pacto de uma próspera Constituição, “constituiria com esta parte do Brasil uma Nação digna de inveja de muitos opulentos Estados da Europa”. Essa “confederação do Norte-Brasil” seria uma fortaleza inexpugnável na defesa dos interesses do “Império Luso-Brasiliense e, para asilo dos nossos irmãos Constitucionais obrigados a emigrar das Províncias do Sul” (O CONCILIADOR, n. 115, 1822).

Ainda no afã de construir uma narrativa em que o Rio de Janeiro, assim como as demais províncias do Sul, era vista como sinônimo de desordem e desestabilidade, o extrato do nº 60 do periódico *Semanário Cívico*, da Bahia, publicado n’*O Conciliador*, dava conta do grande contingente de pessoas que abandonavam aquela cidade, partindo em direção a Lisboa e Porto (O CONCILIADOR, n. 89, 1822). Em 07 de março de 1822, o periódico baiano, cujo extrato foi impresso no *Conciliador*, definiu as notícias recebidas da Corte no Rio de Janeiro como exaltação dos demagogos cujo patriotismo resumia-se a loquacidade astuciosa. Falava de uma cidade envolta em prisões, padecendo em pobreza (CONCILIADOR, n. 83, 1822).

Ao longo de 1822, à medida que as desavenças entre as Cortes Portuguesas e o D. Pedro avançavam, às narrativas negativas referentes ao Rio de Janeiro se somavam críticas cada vez mais abertas ao

príncipe português e futuro herdeiro do trono, mesmo que, por vezes, apontado com vítima da manipulação de ministros e outros conselheiros mal-intencionados. No mês de setembro, o *Atalaia Constitucional do Maranhão*, em carta enviada ao *Conciliador*, nº 126, dizia que os projetos de d. Pedro contra a soberania do Congresso Nacional, progrediam “a passos de gigante”, visto que, “cego pela sedução dos perversos demagogos”, não se preocupava mais com a impressão que causaria ao seu próprio pai, e nem de provocar uma “guerra Civil entre Portugueses Brasileiros, e Portugueses Europeus, que a Natureza e o mais solene Pacto Social constituíram Irmãos e Membros da Grande Família Lusitana!”.

Um pouco antes, no final de julho de 1822, o *Conciliador* já havia publicado como suplemento ao nº 110, uma “Carta do Campeão Português em Lisboa” endereçada a Dom Pedro, na qual dizia estar aquele príncipe em uma situação muito arriscada, causada pela influência de maus conselhos. Recomendava a D. Pedro se afastar, ainda que por um breve tempo, de seus conselheiros e aduladores, tendo como escopo refletir sobre sua condição de filho e súdito de Dom João VI. Para o *Campeão Portuguez*, o intento final dos que agora promoviam a discórdia no Sul do Brasil era proclamar uma República da qual, certamente, D. Pedro jamais seria nomeado Presidente ou Cônsul. Sobre as intenções dos que manipulavam o Príncipe, afirmava:

Encaminham-se estas na realidade à formação monstruosa de uma República no Brasil! porque todos esses pequenos Licurgos não sonham em outra cousa senão em democracias e repúblicas; chegando a tanto o seu estulto delírio, que cuidam, que, porque o Brasil produz algodão e açúcar também necessariamente há de produzir Washingtons e Franklins! (O CONCILIADOR, n. 110, 1822).

Seguindo esta linha de raciocínio, o título dado a D. Pedro de “Príncipe Regente Protetor e Defensor Perpétuo, e Constitucional

do Reino do Brasil”, em 13 de maio de 1822, foi fervorosamente combatido pelo *Conciliador*. Para os redatores, tudo não passava de uma “farsa política”, promovida para iludir os povos. Segundo o jornal, supondo-se que o príncipe fosse solenemente reconhecido por todos os habitantes do Rio de Janeiro como “Protetor e Defensor Perpétuo”, o que, na sua avaliação, não havia acontecido, o valor de tal reconhecimento se aplicaria apenas aos habitantes daquela província, haja visto que às demais províncias do Brasil ela não seria nada mais que o “Príncipe Real do Reino-Unido, e Herdeiro da Soberania Real”, submisso, portanto, à autoridade de D. João VI e das Cortes. Desse modo, toda a artimanha projetada por conselheiros insanos, que abusam da “imprudente mocidade de um Príncipe Português”, estaria sendo desenvolvida com o único intuito de causar a desgraça da Nação (O CONCILIADOR. n. 104. 1822).

Em 15 de abril de 1822, na 345ª Sessão das Cortes, o deputado Borges Carneiro acusava os áulicos do Rio de Janeiro de cercar a “Augusta Pessoa do Príncipe Real”, iludindo-o e aproveitando-se de “seus poucos anos e da sua inexperiência” (O CONCILIADOR. n. 97. 1822).

Quando sobre o monstruoso sistema que segue, o governo do Rio de Janeiro, jamais falarei do Príncipe D. Pedro, como parte deste Governo com liberdade de obrar, pois o julgo coacto pelas pessoas que o cercam, e como autômato, que segue a marcha das diferentes ressortes que o Maquinista lhe toca, porque tenho observado, que a conduta do Príncipe é maquinal, sendo o Maquinista o Ministério que o cerca: houve no Rio Ministério despótico, era o Príncipe despótico; houve Ministério Constitucional, foi o Príncipe Constitucional; é o Ministério agora Aristocrático despótico, é o Príncipe Aristocrata despótico; e se de novo houver Ministério Constitucional, ele o é; se o houver Republicano, ele é Republicano, finalmente é pau pra toda obra (O CONCILIADOR, n. 173, 1823). (grifo meu)

O *Conciliador*, nº 127, de 28 de setembro de 1822, dizia que os ministros responsáveis por redigir os decretos do Príncipe julgavam “estrupidos os Povos para quem seu Amo decreta”, pois só assim não se dariam conta do absurdo contido nas palavras que davam início ao Decreto de 1º de agosto de 1822, “Tendo-me sido confirmada, por unânime consentimento e espontaneidade dos Povos do Brasil, a Dignidade e Poder de Regente [...]”. No referido decreto, D. Pedro determinava que fossem consideradas inimigas todas as tropas que desembarcarem no Brasil sem o seu consentimento. Tezinho reagiu veementemente a este Decreto: como poderiam falar em “unânime consentimento e espontaneidade dos Povos do Brasil?”. Será, perguntava-se, que os “seduzidos votos” de uma pequena parcela dos habitantes do Rio de Janeiro e dos “ilegais procuradores” de São Paulo e do Rio Grande, teriam peso suficiente para fazer-lhes esquecer que as Províncias da Bahia, Minas, Maranhão, Pará e Piauí, e outras províncias, não aderiam à Regência de D. Pedro? Portanto, “se inegavelmente estas Províncias formão a maioria absoluta do Brasil, segue-se que fracção aderente é a menor, e por consequência nunca pôde expressar – *unânime consentimento dos Povos do Brasil* – mas sim – despotismo de facção”.

Percebe-se aqui, que o *Conciliador* inclui Minas Gerais na parte que não teria aderido ao governo de D. Pedro, o que nos leva a concluir que, ou ele superdimensionava o poder dos habitantes de Minas favoráveis à união com Portugal, ou fazia tal afirmação apenas para fazer crer aos maranhenses que, mesmo no Sul, o Príncipe não dispunha de unanimidade. Aliás, em outro momento, o *Conciliador*, nº 114, de 14 de agosto de 1822, publicava notícias chegadas do Rio de Janeiro por um pacote inglês, dentre as quais a que dava conta de que o “partido Constitucional de adesão a Portugal, cada dia mais engrossava”, acreditavam que, dentro de três meses, “cairão por terra todos os castelos de vento”.

Por intermédio de um brigue inglês, recém-chegado da Bahia e Pernambuco, surgiam novas notícias sobre o estado em que se encontravam aquelas duas Províncias. Quanto à primeira, as informações eram no sentido de que permanecia em firme estado de defesa, promovido pelas tropas com o apoio dos habitantes que se mantinham fiéis ao Congresso. No que se refere a Pernambuco, confirmavam a sua adesão ao “partido revolucionário do Sul”. Entretanto, o *Conciliador* atribuía aquela decisão mais ao “frenético egoísmo dos demagogos, do que sancionada pela opinião publica”, pois grande parte dos Cidadãos mostravam-se descontentes com aquela “tal aderência” (O CONCILIADOR. n. 125. 1822). Uma correspondência enviada ao *Conciliador*, nº 127, de 28 de setembro de 1822, por *Um Amigo da União*, dava conta de notícias chegadas de Pernambuco, relativas à adesão daquela Província ao “sistema de desunião” promovido pelo Rio de Janeiro. Afirmava que a “opinião publica” via aquela adesão como fruto da vontade de uma “facção revolucionária”. Isso era patente à “generalidade do Habitantes mesmos Brasileiros, pois os Europeus já poucos lá restam”.

O *Conciliador* fazia questão de destacar que ao Maranhão nunca foi necessário o envio de tropas portuguesas para que se garantisse a ordem e o sossego público; pelo contrário, esta Província sempre teria dado exemplo de fidelidade e submissão às leis e às autoridades constituídas. Entretanto, ressaltava que, a presença de tropas portuguesas no Brasil não deveria jamais causar indisposição entre os “Filhos do Brasil” e os “Filhos de Portugal”. Sendo todos irmãos, ligados pelos “mais sagrados vínculos de fraternidade”, somente os “monstros da discórdia” poderiam tentar introduzir rivalidades entre eles. “Um Soldado Português Europeu”, no exercício do seu dever entre os seus “Irmãos Brasileiros [...], não é um pretoriano insolente [...]; mas sim um Guerreiro Nacional que vem garantir o sossego, e

a propriedade dos seus amigos Concidadãos [...]” (O CONCILIADOR. n. 85. 1822). Em outra ocasião asseverava:

Vós felizes Habitantes do Maranhão, e do Pará! Cidadãos exemplares, e dignos das bênçãos da Nação, e do Rei, pela vossa tranquilidade consequente, e benemérita! Vós não precisastes ainda dessa força física para garantir a segurança pública; porque possuis a – força moral, - que vos fará considerar sempre como inimigos da Pátria, do Soberano, e da vossa honra, e segurança, esses que por espírito malfazejo, por sede de vinganças, por incentivos do orgulho, ou por ambição de estabelecer a sua fortuna sobre o estrago dos vossos bens, tentarem formar partidos perigosos, facções terríveis, ou por outro qualquer modo destruir o sossego público. Tais indivíduos, nas melindrosas circunstancias Politicas em que estão os Povos do Brasil, devem considerar-se como verdadeira calamidade pública; e para não recorrermos a outros nomes, deveremos chamar-lhes – gafanhotos (O CONCILIADOR, n. 89, 1822). (grifo do autor)

Notícias recém-chegadas do Lisboa, em 24 de agosto, davam conta de que as Cortes permaneciam fiéis às suas obrigações, causando confusão entre os “corcundas desmascarados” e os ocultos que ainda existiam dos dois lados do Reino (O CONCILIADOR. n. 115. 1822). Uma variação do termo “Corcunda” também foi utilizada por Frei Caneca no *Typhis Pernambucano*, onde dizia que “o corcundíssimo nem pelo jejum, nem pela oração sai do corcunda; é uma fúria que torna desgraçado o homem que lhe abriu entrada em sua alma”. Sobre o termo, Lúcia Bastos Pereira da Neves pontua:

Mais do que qualquer outro, porém, o termo **corcunda** (**carcunda**) apresentou a maior relação de identidade com o despotismo. Foi uma forma que conheceu ampla divulgação no vocabulário político de 1820-1823, servindo para referir-se de maneira acintosa a todos os que estavam a serviço do ideário do Antigo Regime, contrários às ideias constitucionais das Cortes soberanas de Lisboa e favoráveis ao absolutismo. (apud NEVES, 2003, p. 132, *grifo da autora*)

Para o *Conciliador*, os “gafanhotos áulicos”, do Rio de Janeiro, por trás de uma “máscara Constitucional”, planejavam o renascimento dos seus despóticos projetos de escravidão e opressão da Rio de Janeiro, antes tida como Corte. Os “áulicos corcundas gafanhotos” eram acusados de, combinando covardia e egoísmo, planejarem a restauração do Despotismo no Brasil, a partir da promoção da discórdia entre os povos, entre irmãos (O CONCILIADOR. n. 96. 1822).

Enquanto no Maranhão o *Conciliador* construía uma imagem de d. Pedro vitimizado, manipulado pelas artimanhas dos que eram movidos por um ímpeto despótico, no Rio de Janeiro, à medida que as discussões e deliberações das Cortes alcançavam o Brasil, ganhava força uma narrativa em que aquelas mesmas Cortes eram acusadas de apregoar despoticamente a submissão do Brasil. Segunda Iara Lis de Souza, “a partir de abril-maio de 1822, despontavam, cada vez mais, no Rio de Janeiro uma série de discursos que desabonavam o pacto entre Brasil e Portugal, retratando o período colonial sob a roupagem do despotismo” (1999, p. 128). Nesse cenário, d. Pedro começa a figurar como alternativa racional para corrigir os rumos daqueles arbítrios.

Já em julho de 1823, em meio ao avanço das forças pró-independência, que vindas do interior do Maranhão passavam a cercar a ilha, as notícias sobre a Revolta da Vila Franca de Xira, em que D. João viu restabelecidos seus poderes absolutos, alcançavam São Luís, promovendo um grande descontentamento junto a Costa Soares, que naquele momento era o único responsável pelo *Conciliador*. A edição de n. 209, de 12 de julho de 1823, falava em “sucessos tão extraordinários que parecem incríveis”. A Constituição estava, por fim, derrubada. O número seguinte foi último publicado daquele jornal, que encerrou suas atividades em 23 de julho, apenas cinco dias antes da adesão.

Referências

ARAÚJO, Roni César Andrade de. Entre a Província e a Corte: Brasileiros e Portugueses no Maranhão do Primeiro Reinado (1823-1829). 2018. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. “Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827”. In: JANCSÓ István (org.) Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

COSTA, Maria Bertolina. A imprensa e o Vintismo no Maranhão, Brasil (1820-1823): «por hum Jornal Conhecem os Povos os Governos...». Revista Portuguesa de História – t. L (2019) – p. 13-40.

DOZHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

GALVES, Marcelo Cheche. “Entre os lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da independência do Brasil”. In: Anais do XII Encontro Regional de História: usos do passado. Niterói: ANPUH/UFF, 2006.

GALVES. “Homens de cor” no processo de independência do Maranhão. In: XXIV Simpósio Nacional de História - História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos (24:2007:São Leopoldo, RS), 2007, São Leopoldo. Simpósio Internacional de História - História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos – (CD-ROM). São Leopoldo: Oikos, 2007. v. 01.

GALVES. Comemorações Vintistas no Maranhão (1821-1823). Outros Tempos, v. 8, p. 01-16, 2011.

GALVES. Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826). São Luís: Café & Lápis;

Editora UEMA, 2015.

GALVES. O Conciliador do Maranhão (1821-1823): um periódico no mundo ibero-americano. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 1-18, maio-ago. 2020.

MACHADO, André Roberto de A. “As esquadras imaginárias. No extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil.” In: JANCSÓ, István (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

MEIRELES. Mário M. História da independência Maranhão. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

NEVES, Lúcia Maria B. P. das. Corcundas e Constitucionais: cultura e política (1820-1823). Rio de Janeiro: Revan/ FAPERJ, 2003.

OFÍCIO da Junta Provisória do Governo do Maranhão para o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Filipe Ferreira de Araújo e Castro, sobre a conclusão da eleição dos deputados da mesma província ao Congresso Nacional. São Luís, abril de 1823. CU_009, Cx. 174, D. 12598.

SILVA. Luís Antônio Vieira da. (1862) História da independência da província do Maranhão (1822-1828). 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972 (Coleção São Luís, v. 4).

SOUZA, Iara Lis S. C. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

PERIÓDICO CONSULTADO:

O CONCILIADOR. São Luís. Typographia Maranhense, 1821-1823.

NAS TRILHAS DA CIVILIZAÇÃO: o Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense (1846-1847)

FABIO HENRIQUE GONÇALVES¹

Introdução

A ocasião era de festa. Reunidos na sala destinada às suas seções, os membros da Sociedade Philomathica Maranhense se congratulavam pelo primeiro aniversário da associação – comemorado com um atraso de três meses, é verdade. O encontro de 02 de agosto de 1846 serviu para fazer um histórico do desempenho auferido até então, colocando na balança as realizações e os obstáculos àquela que se acreditava ser uma obra de grande importância para o futuro da Província do Maranhão.

Para tanto, nada mais adequado que um discurso recitado pelo presidente da Sociedade. É de supor que o seu extenso currículo tenha ajudado a dar um brilho maior à solenidade e ao próprio cargo. Antes da criação da Sociedade Philomathica, Joaquim Vieira da Silva e Sousa ocupou postos na Câmara de São Luís e na magistratura. Foi ainda deputado geral, participou de ministérios na Corte e exerceu a função de presidente da Província do Maranhão. No futuro, ainda ocuparia os cargos de senador e conselheiro do Império.

¹ Graduado em Comunicação Social – Jornalismo (Universidade Federal do Maranhão) e História Licenciatura (Universidade Estadual do Maranhão). Mestre em História Social (Universidade de Brasília). Atualmente exerce o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais na Diretoria Integrada de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão (DIB/UFMA). É autor do livro *Nas fronteiras da normalidade: do cotidiano das ruas à criação da Colônia de Psicopatas Nina Rodrigues* (EDITORA UEMA, 2015).



A Sociedade Philomathica – expressão que designaria uma espécie de sistematização de conhecimentos gerais – foi criada no dia 03 de maio de 1845 com o objetivo declarado de contribuir para o progresso material e moral da Província do Maranhão. Reunindo parte do que se poderia seguramente chamar de elite maranhense da época – econômica e política –, tinha a pretensão de se deter sobre as mais diversas áreas do conhecimento: artes, ciências, letras, higiene pública, entre outras.

A sua criação foi comunicada às autoridades da Província, sendo concedidas, pela Câmara de São Luís, algumas salas em que pudessem ser realizadas suas sessões, além dos cursos elementares de ciência que se pretendia ministrar: Geometria, Física e Mecânica, Química e Mineralogia, Botânica e Zoologia, Medicina Doméstica, Terapêutica e Matéria Médica. Esses cursos seriam oferecidos gratuitamente ao público e, segundo o discurso do presidente Joaquim Vieira da Silva e Sousa, alguns chegaram a iniciar suas atividades.

Entretanto, os responsáveis por aquela iniciativa pretenderam ir adiante. Não se contentaram em criar a Sociedade, declaradamente uma espécie de repositório do saber; ou de implementar aulas sobre os mais diversos assuntos. Eles também decidiram recorrer àquele espaço que vinha se consolidando como um instrumento de grande relevância na divulgação e defesa de ideias, políticas principalmente, mas que iam além disso. A Sociedade Philomathica Maranhense teria o seu próprio jornal. A justificativa era que os trabalhos por ela desenvolvidos alcançassem a todos, para que contribuíssem com a grande obra que ela dizia estar apta a liderar. Se não fosse possível “consertar” a Província do Maranhão, por que não ao menos dar a ela um pouco das feições dos “povos civilizados”? E quanto a isto, não havia a menor dúvida do modelo no qual se estava pensando – e de que lado do Atlântico ele se encontrava.

Balizas espaço-temporais do Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense

Para a análise que se pretende realizar desse objeto de estudo – o *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* - é imprescindível sua vinculação à sociedade da época: suas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. Aquele periódico foi produto de um determinado contexto, em que se podem verificar os anseios e as necessidades presentes nas justificativas que foram concebidas para a resolução dos problemas da realidade então vigente.

É possível, pensando sobre o *Jornal da Sociedade Philomathica* – e mesmo sobre a palavra escrita, que foi o seu recurso inescapável – recordar a afirmação feita por Bakhtin de que todo fenômeno que funciona como signo ideológico apresenta uma encarnação material.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modelo mais puro e sensível de relação social (BAKHTIN, 1997, p.36).

Dessa maneira, afirma-se que aquele periódico era a materialização da ideologia de todo um grupo de autores – e mesmo das categorias sociais às quais pertenciam e de suas respectivas ideias e concepções de mundo. Sendo que estas concepções, ou essas “consciências”, foram formadas no processo de interação social (o que Bakhtin chama de “terreno interindividual”). Assim, não dá para explicar a emergência do discurso divulgado pelo *Jornal* detendo-se exclusivamente nos textos que foram publicados ou na consideração isolada dos membros da Sociedade Philomathica Maranhense, e sim nos perguntarmos: que contexto possibilitou a erupção daqueles comentários? Que configurações sociais enseja-

ram que determinados assuntos fossem colocados em pauta, e com esta ou aquela angulação?

Dentro da perspectiva de situar o *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* num cenário histórico preciso, comecemos por vislumbrar a realidade econômica do Maranhão nas primeiras décadas do século XIX, bem como de que modo isto foi interpretado pelos editores daquele periódico.

Registra-se que, no primeiro quartel do século XIX, o Maranhão ocupava um lugar de destaque no cenário nacional, seja no âmbito da economia agroexportadora ou no número de seus habitantes. Produziam-se gêneros como arroz, algodão, couros e a coleta das chamadas drogas do sertão (canela, cravo, óleos vegetais). O algodão alimentava principalmente as fábricas têxteis da Inglaterra.

Aliás, verifica-se que a partir da abertura dos portos às chamadas nações amigas, em 1808, acentuou-se a presença inglesa no comércio do Maranhão, quando, atraídas pelo algodão, foram criadas várias firmas nesta região. Esta penetração do capital inglês não se restringiu ao volume do transporte ou à exportação, interferindo também nos preços do algodão, dos escravos e nos hábitos dos maranhenses, que passaram a manter um contato mais estreito com artigos de luxo.

Isso deu margem para que o Maranhão inaugurasse “sua época dos sobradões de grades e azulejos”, que se concentraria justamente na praça comercial que começou a se delinear ainda na segunda metade do século XVIII, na região conhecida atualmente como Praia Grande (SANTOS, 1983).

Esta realidade não passou despercebida pelos membros da Sociedade Philomathica Maranhense, que em seu jornal publicaram um artigo intitulado “Algumas reflexões sobre o comércio do Brasil”. Nele, a Inglaterra é vista como um país dono de uma esfera de atividade muito poderosa – devido às suas grandes massas, aos créditos e

aos capitais em circulação. Já no que se refere ao comércio local, as críticas também ganham espaço, direcionadas principalmente a uma possível falta de apoio e incentivos do governo.

(...) a insuficiência das rendas públicas apresenta um aspecto mais que nunca assustador; decretaram-se novos impostos, mais ou menos bem calculados; a administração parece esforçar-se em seguir um sistema em geral hostil às imunidades comerciais; os preços dos gêneros diminuem espantosamente de dia em dia para os agricultores; irrupções de moeda falsa corroendo o pequeno comércio fazem tremer os capitalistas (Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense, p.69).

O jornal considerava que o Brasil poderia até ocupar no futuro um lugar de destaque no comércio internacional, mas que no momento a perspectiva era que continuaria se arrastando em dificuldades, devido principalmente ao descaso dos legisladores. Via-se necessário proteger “o negociante e o capitalista”, assim como espalhar entre a população do Brasil mais “amor ao comércio”, para que não ficasse inteiramente nas mãos de estrangeiros. Previam-se que um gosto maior pelo comércio teria resultados também no desenvolvimento da indústria, desembocando finalmente em um estado de riquezas e independência característico de toda nação que pretendesse o “direito de figurar entre os povos no progresso da civilização”.

Mas provavelmente nenhum texto seja tão revelador das ideias defendidas no *Jornal da Sociedade Philomathica* quanto o que foi escrito pelo médico José da Silva Maia na introdução de seu “Curso Público Elementar de Química Aplicada e de Mineralogia”. Em vez de se deter sobre o referido assunto, ele aproveitou para brindar seus leitores com uma justificativa exaltada dos propósitos daquela Sociedade – e conseqüentemente do jornal por ela editado. A promessa aparecia logo na afirmação de que o objetivo era iniciar os leitores/

alunos nos “segredos das ditas ciências, não só teoricamente como por experiências práticas”.

A Sociedade Philomathica, por intermédio dos cursos de ciências oferecidos, iria “derramar entre o povo maranhense” o conhecimento necessário à criação de todos os trabalhos úteis, principalmente no cultivo da indústria, vista como causa única de prosperidade e verdadeira fonte de todas as riquezas. E apesar das críticas feitas em relação ao domínio inglês no comércio maranhense, no caso das indústrias Silva Maia não teve a menor dúvida na hora de citar um exemplo a ser seguido: “Já assim, marchava a Inglaterra poderosa e soberba na estrada do verdadeiro progresso”. A Inglaterra, com suas indústrias têxteis, seus investimentos em maquinaria, seu hábil governo e seus conhecimentos científicos, seria o ideal de civilização a ser perseguido. Um lugar marcado também por “Sociedades poderosas, protegidas pelo Governo”. Eis uma das investidas do *Jornal da Sociedade Philomathica*: a busca por reconhecimento e legitimidade de ação por parte dos poderes oficiais.

Os ingleses só eram equiparados de alguma forma aos norte-americanos, o que, pelo fato de ser um vizinho continental, deveria despertar em Silva Maia as mais entusiasmadas conjecturas. Nesse sentido, é interessante observar a reflexão que o médico maranhense faz sobre a diferença de hábitos entre os brasileiros e os cidadãos dos Estados Unidos da América.

O jovem Americano (...) não passa a sua mocidade em estudos inúteis a sua profissão; procura logo casar-se, e confiado em si, não leva em vistas as riquezas, e sim as boas qualidades e virtudes daquela com quem se une, porque não lhe falta ânimo para o trabalho, e na sua arte, ajudado de sua companheira, encontra meios de viver e prosperar.- Ali todos são obrigados ao trabalho (...)

Si passarmos (...) a examinar o que vai pelo nosso País, encontraremos por toda a parte desleixo geral, indiferença absoluta, sobre

um objeto de tão reconhecida importância; e no meio da revolução industrial que agita as Nações do mundo, apenas o Brasil parece fazer parte da grande família humana. A mocidade brasileira quase toda se destina aos empregos públicos, e a sua educação é para logo encaminhada a esse fim (...) Com um tal sistema de administração fácil é prever qual será o futuro do Brasil (Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense, p.50).

O *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* se constituiu numa tentativa de publicizar ao conjunto da sociedade as interpretações da realidade elaboradas por um pequeno grupo, identificado com as camadas dirigentes, políticas e econômicas. Seus membros nutriram expectativas em torno de uma ideologia que não encontrava ressonância naquilo que se poderia chamar de “gramática da vida” da maioria dos habitantes da Província. Tomando de empréstimo as reflexões de Décio Pignatari em relação aos vínculos entre ideologia, política e cultura no Brasil, poderíamos sintetizar com a afirmação de que o *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* foi um caso típico de “descompasso entre a máquina pensamental ideológica e a realidade sociocultural” (PIGNATARI, 1998, p.38).

As preocupações de Silva Maia não se limitavam às dificuldades a serem encontradas pelos leitores/alunos, “que a princípio se encontram no estudo das *ciências*, como em todas as empresas humanas”. Seu temor era ser eclipsado por indivíduos classificados por ele como sendo tão ignorantes, ou de educação superficial, que julgariam as coisas sem ter o menor conhecimento e sem fé ou esperança no futuro. Esses, segundo o juízo de Silva Maia, não passariam de inimigos do progresso, dos quais se precisava fugir e evitar as censuras. Afinal de contas, afirmava ele, se os ingleses, os franceses, os americanos do norte e os povos da Alemanha tivessem recuado diante das empresas difíceis, não teriam chegado ao “auge de grandeza a que atualmente se acham, e que deve ser por todos invejado”.

A mensagem final foi direcionada àqueles que buscavam a felicidade do país. Como encontrá-la? Mais uma vez, com a palavra, José da Silva Maia, principal articulador da Sociedade Philomathica Maranhense, em cujo jornal determinou:

(...) procurai estudar os processos, invenções, e aperfeiçoamentos das Nações cultas, e dos estrangeiros ilustrados que aportarem a vossas praias; animai-os na sua indústria e no estabelecimento de suas fábricas, pois são fontes de riqueza com que dotam o País: assim fizeram os habitantes da América do Norte, a quem deveis imitar (Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense, p.51).

Reflexo de uma Esfera Pública?

Observando alguns temas propostos pelo *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense*, assim como seus membros, seria proveitoso um diálogo com a discussão incitada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*.

O contexto retratado por Habermas é aquele marcado pela utilização cada vez mais presente da imprensa, assim como das discussões que passaram a ser travadas com mais assiduidade em espaços públicos, como os salões e cafés. Nessas circunstâncias, começaram a entrar na pauta de assuntos, inicialmente, questões literárias, que, entretanto, foram ganhando desdobramentos, passando a incluir também temas envolvendo aspectos como a atuação do Estado e a participação da sociedade. Dessa maneira, foi-se consolidando um espaço de mediação entre as ações dos poderes instituídos e as necessidades e anseios da sociedade, que, constituídas por grupos de discussão presenciais ou por intermédio da materialização das ideias

em um suporte, como panfletos e jornais, passaram a ser os responsáveis pela formação de uma opinião pública, um instrumento de apreciação das decisões dos governos ou de pressão sobre eles.

Alguns requisitos seriam básicos na constituição da esfera e da opinião públicas. Em primeiro lugar, seria um tipo de sociabilidade que partiria do pressuposto de uma igualdade de condições, em que todos os indivíduos disponíveis para tal poderiam participar sem discriminações dos debates. Em seguida, haveria a problematização de aspectos que até então não se consideravam passíveis de questionamento, ou seja, o alargamento das pautas e dos temas postos à apreciação. E, por fim, uma outra prerrogativa seria o não fechamento do público, sendo sempre possível que as discussões alcançassem progressivamente um número maior de pessoas.

Poderíamos considerar a Sociedade Philomathica Maranhense, e seu respectivo jornal, como o reflexo da constituição de uma esfera pública em São Luís nas primeiras décadas do século XIX? Antes de tudo, é preciso considerar que aqui não pode ser aplicada a ideia de que os membros daquela Sociedade podiam ser vistos como um grupo separado completamente da burocracia estatal. Para além do fato de que grande parte da sua mensagem era destinada ao governo, como lições a serem aplicadas em prol do desenvolvimento da Província, está a constatação de que a Sociedade Philomathica tinha entre seus membros indivíduos com relações estreitas com o chamado poder público.

No que se refere àqueles pontos colocados por Habermas, vejamos: problematização de uma gama variada de assuntos? Na verdade, no jornal da dita Sociedade não se entrava em questões que punham em xeque as hierarquias sobre as quais se assentava a sociedade. Não se discute, por exemplo, o fim da escravidão, defendendo-se na verdade a autoridade dos poderes instituídos, desde

que, claro, dessem ouvidos e legitimidade às propostas reproduzidas naquele periódico.

Sociabilidade que pressupõe igualdade de status? Bem, entre os participantes da Sociedade poderia ser que sim. Mas em relação aos demais, eles se consideravam detentores de um saber e de uma razão diferenciada. É verdade que eles desejavam que suas ideias fossem disseminadas ao restante da população. Porém, devemos observar que se trata de uma divulgação ampla de conhecimentos já formulados, e não da criação de um espaço para construção verdadeiramente coletiva, em que amplos grupos de indivíduos (com interesses, necessidades e situações sociais diversas) pudessem discutir suas formas de pensar e propor ações – até porque, como se verá adiante, a educação oferecida à época limitava consideravelmente o número daqueles com condições efetivas de fazê-lo. Se tivéssemos que qualificar a Sociedade Philomathica dentro das linhas conceituais de Habermas, talvez o mais acertado a ser dito seja que aquele grupo de indivíduos, por intermédio de seu jornal,

Assume funções da propaganda. Quanto mais ela pode ser utilizada como meio de influir política e economicamente, tanto mais apolítica ela se torna no todo e tanto mais aparenta estar privatizada (HABERMAS, 1984, p.208).

Entretanto, será que o público ao qual se voltava o jornal estava apto a acolher aquela mensagem? Que contexto cultural e educacional caracterizava a Província do Maranhão em meados do século XIX?

O *Jornal da Sociedade Philomathica*, na sua cruzada de levar o povo maranhense ao patamar de “civilizado”, tinha como instrumento primordial, como era de esperar, a palavra escrita. Isto num contexto distinto dos dias atuais, em que a alfabetização não poderia ser citada como elemento presente na realidade da maioria da população. Se por um lado os aspectos econômicos daquela sociedade

nos auxiliam a compreender boa parte das motivações dos integrantes daquele jornal, por outro a observação dos âmbitos cultural e educacional possibilita o desvendamento mais preciso dos possíveis receptores das mensagens anunciadoras do “progresso”.

Era comum, dentro das famílias mais abastadas, o envio de seus jovens para fora da Província com o objetivo de avançar nos estudos (LACROIX, 2002). Os destinos podiam ser os mais variados: França, Inglaterra, Alemanha e principalmente Portugal. Posteriormente, com a criação das Faculdades de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1832, e de Direito, em São Paulo e Olinda, opções ainda mais acessíveis foram abertas. Quanto à atmosfera cultural disseminada entre a elite residente na cidade de São Luís, alguns observadores estrangeiros deixaram algumas de suas impressões sobre o contexto que encontraram ao passar por estas terras. Em 1841, o pastor norte-americano Daniel Parish Kidder assim se pronunciou sobre o nível intelectual dos maranhenses:

Estes alegam possuir, e não sem razão, um grau de desenvolvimento intelectual e moral comparável ao de seus patrícios das maiores cidades do império (CALDEIRA, 1991, p.27).

Entretanto, ficam os seguintes questionamentos: até que ponto ia este desenvolvimento? Que profundidade teriam suas raízes? Quem dele era beneficiário e através de que mecanismos se expressava?

Começemos por discutir as próprias influências culturais mais representativas entre os ilustrados de São Luís da primeira metade do século XIX. A historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix, no livro *A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos* (2002), afirma que já nas décadas iniciais do Novecentos é possível observar a influência política e ideológica francesa. No plano nacional, surge uma preocupação maior com a definição de uma cultura e de uma memória

para a nação, cuja monarquia nos trópicos despertava desconfianças nos vizinhos e contribuía para dar um toque de exotismo (mais um) à visão que se tinha sobre o Brasil. Em síntese, pode-se afirmar que este foi um momento crucial na tentativa de construção de uma identidade brasileira. As atuações dos poderes oficiais e a eclosão de algumas iniciativas comprovam este fato. Além das já mencionadas faculdades de Direito e Medicina, inaugura-se em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), espelhando-se no Institut Historique de Paris, criado anos antes. Outra instituição que se inseriu nesse processo de criação de uma identidade nacional foi a Academia Imperial de Belas Artes (SCHWARCZ, 1993).

Constata-se dessa forma que a Sociedade Philomathica Maranhense não era uma atitude isolada, mas símbolo de uma tendência da época, em que era comum o surgimento de associações que pretendiam discutir temas como cultura, desenvolvimento, ideais de progresso e civilização. A apresentação da importância deste tipo de reunião se valia de um discurso grandiloquente, característico de algumas passagens do *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense*:

À maneira das Vestais da antiga Roma, que não deixavam jamais extinguir o fogo sagrado de Vesta, hoje as Academias e Sociedades e outros estabelecimentos científicos e patrióticos debaixo de várias denominações não permitem que mais se apague o fogo sagrado da verdadeira sabedoria. Elas são uns depósitos perduráveis, em que se acumula e de que se difunde entre todas as classes de povo a rica mercadoria das luzes (Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense, p.53).

Entretanto, apesar da criação de cursos e da produção de um jornal que pretendia disseminar suas ideias, as chances de a Sociedade pregar no deserto eram consideráveis, ao menos se levar-

mos em consideração a precariedade da educação formal no Brasil àquela época.

De acordo com Maria do Socorro Coelho Cabral, no que diz respeito à instrução elementar, “as décadas de 40 e 50 podem ser consideradas a época de mais férteis realizações de toda a fase imperial”, lembrando-se a criação do Liceu Maranhense (1838) e da Inspetoria de Instrução Pública (1841). Ainda assim, não há como negar que o Maranhão ainda atendia de maneira restrita ao potencial numérico da população em idade escolar.

E para se avaliar melhor de quão lamentável era esse quadro, deve-se ter em mente que as percentagens de atendimento da população apresentadas, muito baixas, por sinal, referem-se apenas à população escolar livre, quando se sabe que, aproximadamente, por essa época, uma parcela bastante significativa da população total maranhense era escrava (CABRAL, 1984, p.45).

Ideais de civilização

Cabe, a partir deste momento, uma discussão sobre o próprio conceito de civilização, recorrente no *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense*. Para isso, tomaremos como referência as análises de Norbert Elias, presentes em *O Processo Civilizador*. Mesmo diante de toda a complexidade que poderia assumir a expressão “civilização”, Elias afirma que um denominador comum pode ser observado. Ele residiria no fato de que o conceito seria uma manifestação da consciência que o Ocidente tem de si próprio. Sob o rótulo de “civilizado” estariam abrigadas todas as interpretações que nos últimos séculos colocaram as sociedades ocidentais numa posição de superioridade em relação ao passado ou a outras formas de organizações contemporâneas.

Muitos abraçaram essa visão, considerando que o verdadeiro caminho da felicidade estava em colocarem-se diante daqueles povos, seus hábitos, costumes e trajetórias, como se estivessem frente a um espelho a contemplar sua própria imagem futura. Esse parece ter sido o caso da Sociedade Philomathica Maranhense. Aliás, esse jornal não se mostrava como uma exceção, e sim como participante de um contexto em que o jornalismo era visto e utilizado predominantemente como uma espécie de instrumento didático, um veículo que tinha o objetivo de divulgar e angariar adeptos àquelas ideias que estavam sendo expostas. Isto é verificável até mesmo no formato desses periódicos, bem diverso daqueles aos quais estamos habituados, pois se pareciam às vezes com livros, apresentando um conteúdo mais denso que os jornais atuais, com artigos longos e que não se limitavam à transmissão de uma informação, sendo frequentes as exposições que perduravam durante mais de um número.

Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das ideias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmara como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos (LUSTOSA, 2003, p.15)

No *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense*, nos dois números que circularam (1846 e 1847, cada um com média de cinquenta páginas), o que se vê é a reprodução pura e simples dos artigos, sem anúncios, expedientes ou local onde poderia ser adquirido. Isso nos leva a crer que este jornal provavelmente não era vendido, mas disponibilizado de uma outra forma – entregue aos alunos dos cursos ou em pontos da cidade. Ele tratou de assuntos variados, numa perspectiva muito mais educacional e doutrinária que infor-

mativa. Assim, são encontrados artigos sobre comércio, indústria, agricultura, artes, estatísticas e higiene pública.

No Maranhão, diversos são os exemplos que corroboram o caráter didático dos jornais, em cujos respectivos títulos já temos uma indicação dos assuntos e angulações delimitadas: *O Militar* (1839), *Jornal de Instrução e Recreio* (1845), *O Progresso* (1847), *O Eclesiástico* (1852), *A Nova época* (1856), entre vários outros.

Como mencionado acima, a Sociedade Philomathica, e o jornal por ela editado, pretendia servir como um guia para o progresso, orientado principalmente na observância de alguns preceitos que teriam sido aplicados com sucesso nos “países civilizados”, notadamente os europeus. Transposição de ideias e características de outras realidades para o contexto local, em que as barreiras geográficas e culturais eram contornadas pelo esforço da imaginação.

Esse tipo de visão não só era comum, como ainda vez por outra se faz presente. No clássico ensaio *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, lembrando de alguns intelectuais brasileiros, ressalta a facilidade com que são acolhidas interpretações estrangeiras, muitas vezes sem critérios mais exigentes e passando mesmo por contradições que pareceriam à primeira vista irreconciliáveis, bastando que algumas doutrinas e convicções se impusessem por meio de palavras bonitas ou argumentos sedutores.

O discurso da Higiene Pública

Dentro do objetivo declarado da Sociedade Philomathica Maranhense de auxiliar a Província do Maranhão a alcançar o patamar de “civilizada”, foi lançado no seu jornal um projeto que, caso concretizado, apresentava-se como instrumento fundamental para

o alcance daquele ideal. Trata-se da execução de uma estatística, um levantamento das “forças e recursos materiais e morais no sentido mais amplo”, com as suas potencialidades naturais e as características principais de sua população.

Um trabalho exaustivo e reconhecidamente difícil, numa época em que este era desenvolvido de forma limitada pelo governo – além da falta de conhecimentos que se admitia acometerem os próprios sócios correspondentes da Sociedade Philomathica espalhados pela Província. Assim, no jornal foi colocado que esta atividade não poderia enveredar por muitas complexidades, pois uma obra mais acabada e científica acarretaria inconvenientes e tropeços que produziriam uma confusão e desordem maiores, além de se evitar o risco de provocar desânimo nos que resolvessem enveredar pelo trabalho. Os pontos a serem levantados, segundo indicado no *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense*, eram: estado natural do solo (terrenos, rios, costas marítimas, minerais, ventos, chuvas, espécies vegetais e animais); população e seu movimento (composição da população, ocupações); indústria (lavoura, comércio, criação de gados); civilização (graus de instrução, conhecimentos científicos).

Mas sob que contexto essas formulações foram elaboradas? Que realidade era esta que se precisava desvendar? Para termos uma noção do que os membros daquela Sociedade tinham diante de seus olhos, nos voltemos um pouco à configuração urbana da cidade de São Luís em meados do século XIX.

Segundo a afirmação de Raimundo Palhano, em estudo sobre os serviços públicos na cidade de São Luís no período republicano, antes de 1889 a capital do Maranhão contava com pouquíssimas realizações naquela área, e as iniciativas existentes acabavam se concentrando a partir de critérios econômicos e sociais. Para ser mais preciso, os serviços públicos praticamente eram privilégio do centro da cidade, que

abriga hoje a parte histórica e bairros próximos. Isto se deve ao fato de que os grupos mais abastados e a classe dirigente viviam justamente ali.

Essa quase ausência dos serviços públicos seria consequência direta de uma concepção de poder público que não considerava o papel do Estado na resolução deste tipo de demanda. Sob a influência de um regime escravocrata, as preocupações estavam mais direcionadas a temas como a agroexportação, base da economia maranhense e brasileira como um todo. Não eram muito presentes as discussões sobre direitos sociais, a ponto de aquele autor nos revelar que, apesar da carência de melhorias urbanas, não houve uma crise de serviços, na medida em que não havia, dentro daquela sociedade, “qualquer processo contínuo de exacerbação das contradições de classe” (PALHANO, 1988, p.142).

O certo é que esta precariedade na oferta de serviços públicos redundava numa atmosfera insalubre, em que a população de São Luís estava constantemente suscetível aos flagelos das epidemias que vez por outra assolavam a cidade, sem contar as endemias, ou seja, doenças que surgiam no interior de seus limites.

No Brasil, foi nos anos iniciais do século XIX que começaram a se articular os discursos sobre a Higiene Pública. Era uma época marcada por experiências médicas variadas e que somente um pouco mais tarde confluíram para a constituição da chamada Medicina Social, que marcou de modo profundo aquele século. Nas duas primeiras décadas do Novecentos, inexistia um discurso autônomo relativo à higiene, o que causava a indignação de vários profissionais da medicina. O grande impulso da medicina brasileira é apontado por alguns autores, entre eles Roberto Machado, como sendo o ano de 1829, quando foi criada a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, depositária de um tipo de pensamento e prática médica que tentou “impor-se como guardiã da saúde pública” (MACHADO, 1978, p.185).

A Medicina Social pode ser entendida, sobretudo, pelo seu viés normatizador, tentando gerir a sociedade nos seus mais diversos aspectos, por meio de uma atuação que impusesse exigências a uma realidade vista como hostil. O projeto era implantar uma sociedade que fosse medicalizada, no sentido de que todas as outras esferas sociais – educação, política, economia, moral – devessem passar antes pela sua legitimação.

A Sociedade Philomathica Maranhense não se furtou a participar desta discussão, que se fez presente no seu periódico no artigo do médico maranhense José da Silva Maia, datado de outubro de 1845 e publicado no ano seguinte. Nele está presente o entusiasmo pelos benefícios que se acreditava serem trazidos pela implementação da Higiene Pública. Para Maia, por meio dela os indivíduos poderiam gozar de tudo o que os rodeasse, evitando os perigos associados aos abusos e excessos. Bastava, segundo o seu argumento, uma constante submissão às suas leis, o que garantiria uma existência plena, sem dores ou agonias. O autor do artigo não deixava dúvidas quanto a liderança do Estado em todo esse processo, e da obediência a ser dada como contrapartida pelas populações.

A Higiene pública é sempre coroada dos melhores resultados; e obtem sobre a privada grande e incontestável vantagem, por ser exercida pelos Governos, aos quais cumpre velar na conservação e aperfeiçoamento dos povos; ao passo que o indivíduo, não obstante o desejo de conservar a saúde e viver muito, contudo é surdo muitas vezes à voz da razão; e sempre a ignorância, preguiça, indolência, cobiça e a imoralidade, farão com que os homens se lancem no meio dos elementos os mais nocivos e destruidores, se os Governos os não obrigarem à observância rigorosa desta parte tão essencial da Medicina (Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense, p.13).

Segundo aquele médico, aos habitantes do Maranhão a Higiene Pública seria ignorada até no nome, o que se deveria a uma

negligência dos governantes, que teriam o espírito contrário “a tudo quanto é salubridade pública, e aperfeiçoamento dos seus administrados”, deixando a Província num estado de verdadeira infelicidade. Aqui parece ter lugar uma interpretação, elaborada por Sidney Chalhoub, que se refere às estratégias de ordenação dos espaços urbanos no século XIX, quando teria aparecido a ideia de que uma cidade pode ser administrada a partir de critérios somente técnicos ou científicos. Seria essa a crença na existência de um tipo de racionalidade imune a todas as desigualdades sociais, base de políticas públicas conduzidas de forma eficaz porque distante das disputas políticas. A Higiene surgiria como uma ideologia, em que os princípios orientados para o desenvolvimento do país estariam ligados necessariamente a uma “despolitização da realidade histórica” (CHALHOUB, 1996, p.35).

E na verdade, o que se observa no *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense*, em especial quando trata da questão da Higiene, é uma tentativa de resumir os problemas ao fato de que o Estado precisava simplesmente adotar os métodos e ensinamentos dos membros daquela Sociedade, para que a Província encontrasse um caminho de prosperidade. Não são abordados em nenhum momento do artigo problemas como as diferenças sociais, os processos de acumulação de um grupo e submissão de outros tantos. Não se põem em xeque a legitimidade dos grupos sociais colocados em posições de mando, nem as hierarquias correspondentes à sociedade da época.

Em termos gerais, os ensinamentos propostos por José da Silva Maia no *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense*, em relação à Higiene Pública, eram voltados a duas frentes de atuação, que seriam detalhadas em “trabalhos ulteriores” – nunca realizados, ao menos naquele jornal. A primeira se concentrava numa orientação ao governo, em que Silva Maia pretendia discutir todas as providên-

cias legais, as instituições e os estabelecimentos públicos existentes, quando afirmava não se render às indagações e fadigas para conhecer profundamente todos os defeitos, vícios e abusos, indicando os meios mais adequados para corrigi-los. Assim, seriam alvo de um exame sanitário: hospitais, colégios, mercados, açougues, currais, matadouros, teatros, quartéis, prisões e cemitérios.

Já num outro momento, voltado para os “comprovincianos”, seriam indicados os meios corretos para conservar a saúde, prevenir moléstias, aperfeiçoar faculdades. Com o intuito de “combater erros, prejuízos e negligência”, as diversas classes sociais seriam iniciadas nas noções de higiene

(...) examinaremos as causas que tendem a favorecer ou impedir a reprodução, a fim de determinarmos os meios mais adequados à imprimir-lhes modificações salutareas, e aliás compatíveis com o nosso estado social; bem como as circunstâncias e perigos que precedem, acompanham e seguem o nascimento do homem. Trataremos da população existente, das causas que sobre ela influem, e a aumentam ou diminuem, e por conseguinte das modificações que a vida social opera nos agentes da higiene, mostrando os meios de tornar a sua ação mais salutar ou menos danosa, para que o homem possa chegar são e forte a mais avançada velhice, e ter um termo isento de sofrimentos; indicaremos ainda os meios de conhecer se este termo é real, e de impedir que seus despojos mortais sejam nocivos aos viventes (Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense, p. 38).

Considerações finais

O *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* se insere num contexto particular do jornalismo brasileiro, com especificidades no que diz respeito aos profissionais envolvidos, às estruturas disponíveis e às finalidades que orientaram a criação de periódicos.

Nas décadas iniciais, os jornais raramente tinham uma tiragem diária. As dificuldades ainda atingiam a parte estrutural, com obstáculos financeiros e burocráticos à importação dos prelos e dos caracteres. Isto acabaria por influenciar na própria apresentação dos periódicos, com uma distribuição gráfica e qualidade de impressão por vezes deficiente (BAHIA, 1990).

O *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* reunia indivíduos de atividades profissionais variadas. Já vimos o jurista Joaquim Vieira da Silva e o médico José da Silva Maia. É possível identificar ainda o comerciante João Gualberto e o jornalista político Fábio Reis, que participou de outras publicações, como *O Arquivo* e *O Observador*, redigindo também *O Publicador Maranhense*. Reis atuou como crítico literário e escreveu ensaios filosóficos, livros de versos e um trabalho lexicográfico sobre palavras estranhas introduzidas na língua portuguesa. Outro nome era Antônio Rego, jornalista político e literário, que participou da equipe fundadora do primeiro jornal diário do Maranhão, *O Progresso*, em 1847. Foi ainda tradutor de diversas obras literárias. Outro jornalista no mesmo estilo era Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, que escreveu também no *Jornal de Instrução e Recreio*, na *Revista Universal Maranhense* e no *Jornal da Lavoura*. Além disso, foi economista, estando entre seus trabalhos o título *Democracia e Socialismo* (LOPES, 2003, p.104).

O que parecia uni-los era, além do projeto de difundir ideais de civilização, a ligação dos mesmos com a visão que os grupos dominantes tinham de “boa sociedade” – os rumos a serem dados à economia, às artes, à organização dos espaços públicos. Os membros daquela Sociedade se consideravam assim autorizados a emitir suas opiniões, como legítimos detentores de um saber que dava a eles a possibilidade, e mais que isso a autoridade, de servirem como balizas ao desenvolvimento da Província do Maranhão. Como observa

Foucault, em toda sociedade a produção do discurso é controlada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que conjuram seus poderes e perigos.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (FOUCAULT, 2005, p.09).

Os membros do *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* se apresentavam como indivíduos capazes de elaborar respostas a diversos anseios da sociedade na qual estavam inseridos. Entretanto, deixando de lado suas justificativas universalizantes (de que pensavam e agiam em nome da Província), suas estratégias partiam das visões de grupos bem particulares, identificando-se com os estratos que controlavam atividades econômicas de peso e com os ocupantes dos poderes públicos, lembrando que os nomes mais significativos da Sociedade Philomathica percorreram - e ainda percorreriam - cargos nessas esferas.

O que poderíamos discutir é o fato de eles estarem cientes, ou não, de que suas investidas por meio do jornal se limitavam a atender aos interesses daquilo que poderíamos chamar de grupos dominantes. Em outras palavras: José da Silva Maia e os demais colaboradores agiam de forma deliberada para garantir unicamente as prerrogativas daqueles grupos? Ou, numa outra interpretação, chegaram a acreditar que os caminhos apontados no *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* realmente levariam a Província ao tão almejado progresso? Parece mais plausível a segunda opção, considerando a atitude daqueles indivíduos, materializada em seu periódico, como uma prática comum daquele contexto: de se desconsiderarem

as especificidades locais em prol de um olhar contemplativo e ansioso em direção ao que se tinha como ideal de cultura e “civilização” – a Europa dos grandes pensadores, descobridora de novos territórios, com tradição de séculos, que dominava as relações comerciais e que era berço das invenções revolucionárias, ditando padrões de comportamento a meio mundo.

Naquela realidade, não seria mesmo de esperar que houvesse uma preocupação em ouvir as mais diversas camadas sociais e a partir daí construir um projeto de sociedade, definindo conjuntamente as ações. É mais coerente acreditar que os membros da Sociedade Philomathica Maranhense estavam convictos de que suas ideias abrigavam o que de melhor deveria ser feito, pensando a sociedade em geral, porém, ressalte-se isto, de maneira impositiva, bastando que ela acatasse as decisões de um grupo que cultivava uma autoimagem de capacidade irrestrita.

Encaremos o *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* como o suporte de divulgação de uma ideologia, entendendo esta última a partir das considerações feitas por Marilena Chauí em *Cultura e Democracia*. Seria a ideologia a maneira necessária por meio da qual os agentes sociais elaboram uma representação para si mesmos do “aparecer social, econômico e político”, sendo esta aparência uma espécie de dissimulação do real.

(...) a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos “ensinam” a conhecer e a agir (...) o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante (CHAUÍ, 1993, p.3).

No *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* não estão focalizadas as contradições da época no que se refere às desigualdades,

à concentração de riquezas e à falta de oportunidades. O discurso daquele periódico era universalizante: a anulação das diferenças (que na verdade sequer são mencionadas), em prol de uma concentração de esforços rumo à civilização. Isso se encaixa naquele pensamento, citando novamente Marilena Chauí, segundo o qual as ideias estão fora do lugar, pois são vistas como elementos determinantes do processo histórico, em vez de determinadas por ele.

Apesar da justificativa grandiosa utilizada pelos seus membros para justificar a existência daquele jornal, que seria um instrumento para colocar a Província do Maranhão no caminho de um progresso duradouro, o próprio *Jornal da Sociedade Philomathica* teve duração efêmera, como era comum na imprensa da época. Durou somente dois números, totalizando quase cem páginas. Mesmo não sendo encontradas indicações precisas quanto à própria Sociedade Philomathica, é de supor que ela teve o mesmo destino.

O *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* atuou como um mecanismo para difusão de ideais de um grupo identificado com as camadas dirigentes da Província do Maranhão. Não se quer dizer com isso que aquele periódico não passou de uma elaboração “maquiavélica” a serviço de um processo de dominação e manutenção das desigualdades. Talvez seja mais plausível pensar que os responsáveis pelo jornal acreditavam naquilo que escreviam e viam ali as melhores alternativas para o alcance do tal progresso. Mas era uma visão que não levava em conta que outros interesses e realidades locais pudessem participar da construção dessas estratégias – deviam apenas se submeter à palavra daqueles que se consideravam autorizados, porque detentores de um saber, a falar e elaborar proposições.

O *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* era a materialização das concepções de sociedade “organizada e civilizada”

defendidas por esse grupo. Observando a produção do jornal, fica claro o seu didatismo, quando se apresenta como instrumento capaz de orientar sobre os rumos mais adequados a seguir, pois seria realizado por indivíduos que se consideravam legítimos para assumir esta função.

As intenções não passaram disso. Nada surpreendente para uma estratégia que, na maioria das vezes, não se preocupou de fato em entender as especificidades da Província. Ou, quando o fazia, era a partir de modelos transplantados pelo único critério de pertencerem aos povos “cultos e civilizados”.

Referências

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica. História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail (V.N.Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

CABRAL, Maria do Socorro coelho. *Política e Educação no Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1984.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. *O Maranhão na Literatura dos Viajantes do Século XIX*. Edições AML/Sioge, 1991.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena Sousa. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1993.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.2v.

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.
- JORNAL DA SOCIEDADE PHILOMATHICA MARANHENSE. 1846-1847.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís: Lithograf, 2002.
- LOPES, Antonio. *História da imprensa no Maranhão (1821-1925)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- MACHADO, R e outros. *Danação da norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- PALHANO, Raimundo José. *A Produção da Coisa Pública*. São Luís: IPES, 1988.
- PIGNATARI, Décio. *Cultura pós-nacionalista*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1998.
- SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DUZENTOS ANOS DA IMPRENSA NO MARANHÃO: a obra de Maria Firmina dos Reis nos jornais oitocentistas

QUE OS NOSSOS OUVIDOS E OLHOS PERMITAM
QUE AS VERDADES LEGÍTIMAS CHEGUEM ÀS NOSSAS
MENTES E AOS NOSSOS CORAÇÕES!

DILERCY ADLER¹

Todo projeto que tenha como objetivo investigar historicamente qualquer fenômeno ou objeto nas suas relações com a sociedade é sempre louvável. Destarte, a iniciativa de organização de um livro sobre “Os 200 anos da Imprensa no Maranhão” é meritória e, mais ainda, por abrir um leque de possibilidades de abordagens para enriquecimento das reflexões.

A imprensa se constitui lugar de memória. Com base nessa assertiva, elegi um viés que resultou no subtítulo, “a obra de Maria Firmina dos Reis nos jornais oitocentistas do Maranhão”.

No tocante aos duzentos anos da imprensa no Maranhão, reafirmamos a fundamental importância dos meios de comunicação e comunicação de massa, mesmo com suas contradições e quere-

1 Dilercy (Aragão) Adler. É psicóloga/DF; Doutora em Ciências Pedagógicas-Cuba (revalidação UnB); Mestre em Educação; Especialista em Metodologia da Pesquisa em Psicologia e Especialista em Sociologia. Professora de Graduação e Pós-Graduação, Aposentada da UFMA. Tem publicados 30 (trinta) livros e integra mais de cem antologias entre nacionais e internacionais. Já recebeu vários prêmios, troféus e menções honrosas por trabalhos poéticos, culturais e acadêmicos. É Membro fundador e Presidente da Academia Ludovicense de Letras (biênio 2016-2017), Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Presidente da Sociedade de Cultura Latina do Brasil, entre outras instituições culturais.



las político-ideológicas e literárias, as quais, por sua vez, retratam as contradições da estrutura social.

A comunicação de massa é entendida, no geral, como a disseminação de informações, por meio de ferramentas que constituem um sistema denominado “mídia”, o qual, partindo de um único emissor, abrange, ao mesmo tempo, uma quantidade significativa de receptores. O público receptor geralmente é da área urbana e de sociedades complexas. Essas sociedades passam por processos múltiplos e dinâmicos que resultam no exercício de poder da mídia sobre os seus habitantes.

Os veículos de comunicação vêm sofrendo transformações ao longo da evolução da sociedade, encurtando cada vez mais as distâncias entre os povos e acelerando a disseminação de informações.

A mídia de massa é composta por indústrias, desde as tradicionais, como livros, jornais, revistas, gravações, rádio, filmes, televisão, até chegar à internet, que materializa uma rede que liga mundialmente milhões de computadores e se constitui um dos meios de comunicação mais poderosos já desenvolvidos pelo homem, revolucionando a sociedade e a comunicação atual.

Historicamente a imprensa se firma como um dos meios de comunicação mais antigos do Brasil, considerando que data de 1808, enquanto o rádio nasceu no Brasil, oficialmente, em 07 de setembro de 1922, por ocasião das comemorações do centenário da Independência do país, com a transmissão da fala do Presidente Epitácio Pessoa na inauguração da radiotelefonia brasileira. O auge desse meio de comunicação ocorreu nos anos 40 a 50 do século XX. Em São Luís a iniciativa se deu por conta de Joaquim Moreira Alves dos Santos, conhecido como Nhozinho Santos, e Francisco Aguiar, que, em 1924, fundaram a “Rádio Sociedade Maranhense”. Antes do Maranhão, apenas Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Ceará possuíam suas emissoras.

Por outro lado, em 18 de setembro de 1950 foi inaugurada a TV Tupi, em São Paulo, por iniciativa de Assis Chateaubriand. Quatro meses depois, em 20 de janeiro de 1951, foi a vez da TV Tupi no Rio de Janeiro entrar no ar. Em São Luís, capital do Maranhão, a primeira emissora de TV, a Difusora, Canal 4, entrou no ar no dia 09 de novembro de 1963. Ao longo da sua história a televisão cresceu no país e hoje representa um instrumento importante de veiculação de elementos da cultura brasileira.

No tocante à imprensa, que é o objeto de análise deste estudo, o Brasil até 1808 era um dos poucos países, excetuando-se alguns do Continente Africano, que não dispunha dessa prerrogativa; essa lacuna vigorou por todo o período colonial.

O acontecimento histórico desencadeador dessa superação foi a vinda do Príncipe Regente, D. João VI, e de toda a sua corte para o Brasil, em 1808, fugindo do exército de Napoleão Bonaparte, e como consequência mudanças marcantes se efetivaram na Colônia. Entre elas, a instituição da “Impressão Régia”, uma tipografia oficial instaurada no dia 13 de maio de 1808, com a finalidade de publicar os despachos e atos governamentais do Príncipe Regente. Esse ato representou o fim da proibição de instalação de tipografias no Brasil.

No Decreto de instituição da Impressão Régia, assinado pelo Príncipe Regente, D. João VI, continha o seguinte teor:

Tendo-Me constado, que os Prélos, que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra, e Attendendo á necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou servido, que a Caza, onde elles se estabelecêrão, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação, e Papeis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço. (Decreto S/N 13 de maio de 1808).

A inexistência de fronteiras entre jornalismo, política e literatura é a marca substancial do contexto oitocentista, pois os jornais dessa época, de um lado, apresentavam polêmicas ideológico-partidárias, a exemplo, das contestações entre os liberais, pleiteando a permanência do Príncipe Regente e a convocação da Assembleia, e os monarquistas, defendendo o Absolutismo. Era comum pessoas consideradas influentes fazerem uso de pseudônimo, inclusive o próprio Príncipe D. Pedro. Por vezes os discursos eram acalorados, passando pela ofensa pessoal, pelo insulto, pela difamação. E de outro, a consolidação da literatura brasileira, por meio da criação e disseminação de determinados gêneros, entre os quais os poemas, as crônicas e os contos. De todo modo, os periódicos oitocentistas se constituem um rico material de pesquisa; são fontes inestimáveis para o conhecimento do processo de consolidação do gênero romanesco no país.

A partir de 1821 começou uma proliferação dos periódicos oitocentistas e órgãos da imprensa em paralelo, com o aumento das tipografias, tanto no Rio de Janeiro como no Maranhão. Os jornais e revistas maranhenses desempenhavam papel importante no cenário político e cultural da Província, exercendo influência sobre a opinião pública e o meio intelectual, sobretudo em São Luís.

A atividade literária, portanto, encontrou em jornais e revistas do século XIX um amplo espaço de difusão e discussão. Raros eram os periódicos oitocentistas que não reservavam um lugar em suas páginas para os assuntos literários.

Assim, os jornais e revistas divulgavam poemas, contos, romances seriados, críticas literárias, ensaios, resenhas, entre outros, e caracterizavam-se pela simbiose entre jornalismo e literatura, o que levou à incorporação de características “literárias” aos gêneros especificamente jornalísticos, a exemplo, de editoriais, artigos de fundo, reportagens, entre outros.

Essa condição permite aos pesquisadores que hoje se dedicam à investigação da trajetória do romance no Brasil terem na imprensa oitocentista um rico arquivo de fontes primárias para seu trabalho. Os periódicos são marcas da presença e da circulação de romances no país, da produção de narrativas romanescas por autores brasileiros e do debate que aqui se estabeleceu sobre o gênero.

Convém lembrar que nem todos os romances mais anunciados em 1857 e 1858 são conhecidos do público de hoje. Alguns deles, elogiados e recomendados por críticos que gozavam de prestígio na época, sendo por isso de grandes sucessos no século XIX, ficaram totalmente esquecidos posteriormente e, conseqüentemente, não entraram para o cânone.

Nesse contexto, encontrava-se a obra de Maria Firmina dos Reis, que graças, principalmente a Nascimento Morais Filho, maranhense, e a Horácio de Almeida, paraibano, pôde renascer como uma Rosa-de-Jericó.

Totalmente diferenciada da rosa que conhecemos, a Rosa-de-Jericó tem uma propriedade muito curiosa: durante longos períodos de tempo, essa planta, que vive em regiões desertas, cresce e se reproduz até o ambiente ficar desfavorável a ela. Então, as flores e folhas secas caem, as raízes se soltam e os galhos secos se encolhem, formando uma “bola” e permitindo que o vento a leve para onde quiser. Ainda podem ser transportadas quilômetros e quilômetros pelos ventos, vivendo secas, sem uma única gota de água, durante muito tempo – até encontrarem um lugar úmido. Achando umidade, elas fincam as raízes na terra e se abrem, voltando a verdejar!

Horácio de Almeida, em 1962, comprou um lote de livros usados, dentre os quais estava Úrsula, romance original brasileiro, por “Uma Maranhense” (1859). Buscou identificar a autora no Dicionário por Estado da Federação, de Otávio Torres, chegando a Ma-

ria Firmina dos Reis e continuou a pesquisa sobre ela no Dicionário Biográfico Brasileiro, conforme expõe no prefácio da edição fac-similar do romance lançado em 1975. Essa edição conta com notas de José Nascimento de Moraes Filho.

Por outro lado, Moraes Filho (1975) relata que, ao procurar, na Biblioteca Pública Benedito Leite, nos jornais do século XIX, textos natalinos de autores maranhenses para a sua obra “Esperando a missa do Galo”, deparou-se com registros de/sobre Maria Firmina dos Reis, mulher que participava ativamente da vida intelectual maranhense, lida e aplaudida nesse tempo, ao colaborar com jornais, revistas literárias e com participação também na Antologia Parnaso Maranhense.

Maria Firmina dos Reis nasceu no dia 11 de março 1822, no bairro de São Pantaleão na cidade de São Luís, capital do Maranhão, segundo sua certidão de batismo.

Em 13 de agosto de 1847, sob o título “Notícia Local”, foi publicada pelo jornal “O Progresso” sua aprovação no concurso para Professores de Primeiras Letras do Sexo Feminino para a Vila de Guimarães.

Em 1859, foi publicado o seu romance Úrsula, considerado o primeiro romance escrito por uma mulher no Brasil. A esse respeito, Antonia Pereira de Souza (2017), em sua Tese de Doutorado: “*A prosa de ficção nos jornais do Maranhão Oitocentista*”, cita que em 1857 no jornal “*A Imprensa*”, de 17 de outubro de 1857, Ano I, número 40, página 3, segunda coluna, apresentava uma subscrição do romance Úrsula com dados sobre a obra e a autora. Mesmo assim a autoria era mantida em anonimato, considerando que o anúncio se referia à “jovem maranhense”, “autora brasileira”, o que indicava apenas que se tratava de uma mulher.

Assim, dois anos antes do lançamento do romance Úrsula já se tinha conhecimento da sua existência por meio da referida subs-

crição. As subscrições consistiam em vendas/compras antecipadas baseadas na confiança estabelecida entre autor e leitores (subscritores), estes últimos, comprometiam-se a adquirir o(s) exemplar(es) e, assim, garantiam a publicação da obra.

A esse respeito Ximenes (2017) expõe que

em meados do século XIX não havia editoras no Brasil. As tipografias imprimiam periódicos e livros que geralmente eram viabilizados pelo sistema de subscrição antecipada. Também não havia editores de texto: os periódicos literários, por exemplo, eram produzidos domesticamente, em regra por um grupo de amigos, e depois levados à tipografia para impressão.

Segundo Morais Filho (1975), a entrada oficial de Maria Firmina dos Reis na Literatura foi bem recepcionada pela imprensa maranhense com palavras de entusiasmo e estímulo à estreante. Essa afirmação é claramente comprovada pelas publicações acerca dos seus trabalhos nos jornais da época, além de anúncio dos livros, poemas, charadas, enigmas e inclusive romances e contos que eram publicados por capítulos. Muitas dessas publicações foram compiladas por Nascimento Morais Filho e referidas no seu livro: “Maria Firmina: Fragmentos de uma vida” dentre as quais, esta, constante no jornal “A Moderação” de 11 de agosto de 1860:

ÚRSULA - Acha-se a venda na Typographia do Progresso, este romance original brasileiro produção da exma sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães. Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio, revela de sua parte bastante ilustração e com mais vagar emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável a nossa distinta comprovinciana. (MORAIS FILHO, 1975, p.18).

Também no jornal “A Verdadeira Marmota”, de 13 de maio de 1861:

Raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos do espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias. Quando, porém, esse ente que forma o encanto da nossa peregrinação na vida, se dedica às contemplações do espírito, surge uma Roland, uma Stael, uma Sand, uma H. Stowe, que vale cada uma delas mais do que bons escritores; por que reúne a graça do estilo, vivas e animadas imagens, deliciosos quadros, e esse sentimento delicado que só o sexo amável sabe exprimir [...] O aparecimento do romance “ÚRSULA” na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como homenagem vendida a uma obra de mérito.

[...] As suas descrições são tão naturais e poéticas, que arrebatam; o enredo é tão intrincado que prende a atenção e os sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; caracteres estão bem desenhados como o de Túlio, do Comendador, de Tancredo e Úrsula. Sua autora, D. Maria Firmina dos Reis, professora de português na Vila de Guimarães, revelou o grande talento literário [...]

[...] A poesia é dom do céu, e a ninguém dotou mais largamente a divindade do que ao ente delicado, caprichoso e sentimental-a mulher. O belo sexo não deve viver segredado de tão sublime arte- os encantos e ornatos do espírito são sua partilha;- tome a senda que lhe abre com tão bons auspícios, rodeada de aplausos merecidos, D. Maria Firmina dos Reis, e siga-lhe os brilhantes voos. (MORAIS FILHO, 1975, pp.19-20).

E ainda no “Jardim dos Maranhenses”, de 30 de setembro de 1861, nº 24, ano I:

[...] Existe em nosso poder com destino a ser publicado no nosso jornal um belíssimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distinta comprovinciana a Exma Sra. D Maria Firmina dos Reis professora pública da Vila de Guimarães; cuja publicidade tencionamos dar princípio do número 25 em diante. Garantimos

ao público a beleza da obra e pedimos a sua benévola atenção. A pena da Exma Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida e convém muito animá-la a não desistir da empresa encetada. Esperamos, pois a vista das razões expendidas, que as nossas súplicas sejam atendidas, afiançando que continuaremos defendendo o belo e amável sexo-quando injustamente for agredido. *Salus et paz* (MORAIS FILHO, 1975, p. 21).

Em “A Verdadeira Marmota”, o Poema

UNS OLHOS

Vi uns olhos ... que olhos tão belos!
Esses olhos têm certo volver,
Que me obrigam a profundo cismar,
Que despertam-me um vago querer.

Esses olhos me calam na alma.
Chama de ardente paixão.
Esses olhos me geram alegria.
Me desterram pungente aflição.

Esses olhos devera eu ter visto
Há mais tempo - talvez ao nascer.
Esses olhos me falam de amores;
Nesses olhos eu quero viver...

Nesses olhos, eu bebo a existência,
Nesses olhos de doce langor;
Nesses olhos, que fazem solenes,
Meigas juras eternas de amor.

Esses olhos, que dizem numa hora,
Num momento, num doce volver,
Tudo aquilo que os lábios nos dizem,
E que os lábios, não sabem dizer.
Esses olhos têm mago condão,
Esses olhos me excitam a viver!...
Só por eles eu amo a existência,
Só por eles eu quero morrer!

Guimarães 27 de maio de 1861. (MORAIS FILHO, 1975, p. 32).

Podemos perceber, pelas fontes consultadas, que Maria Firmina tramitava na imprensa maranhense amiudadamente e ainda com predominância de palavras elogiosas em relação à sua obra, com tratamento respeitoso (Exma. Sra. D.), acredito que pelo cargo de Professora de Primeiras Letras do Sexo Feminino e, também, pela preocupação de alguns críticos literários em valorizarem as produções do gênero feminino, a exemplo de “[...] A poesia é dom do céu, e a ninguém dotou mais largamente a divindade do que ao ente delicado, caprichoso e sentimental-a mulher. O belo sexo não deve viver segredo de tão sublime arte-os encantos e ornatos do espírito são sua partilha; [...]”.

O conjunto da sua obra é de notável reconhecimento e bastante significativo, tanto em quantidade quanto em variedade de gêneros literários e vertentes das artes: romances, crônicas, contos, poesias, composições (letra e música), enigmas, epígrafes, folclores, entre outras: **Obras:** Úrsula (romance, 1859); Gupeva (romance de temática indianista, 1861); Cantos à beira-mar, (poesia, 1871); A

escrava (conto antiescravista, 1887); Antologia Poética Parnaso Maranhense: coleção de poesias, editada por Flávio Reimar y Antonio Marques Rodrigues (1861); **Composições Musicais:** Auto de bumba-meu-boi (letra e música); Valsa (letra Gonçalves Dias e música de Maria Firmina dos Reis) ou (letra e música de Maria Firmina); Hino à Mocidade (letra e música); Hino à liberdade dos escravos (letra e música); Rosinha, valsa (letra e música); Pastor estrela do oriente. (letra e música), Canto de recordação, “à Praia de Cumã” (letra e música); **Publicações em jornais literários:** Federalista, Pacotilha, Diário do Maranhão, A Revista Maranhense, O País, O Domingo, Porto Livre, O Jardim dos Maranhenses, Semanário Maranhense, Eco da Juventude, Almanaque de Lembranças Brasileiras, A Verdadeira Marmota, Publicador Maranhense e A Imprensa.

Um outro dado que se constata a partir da “Síntese Bibliográfica”, estruturada por Nascimento Morais Filho no seu livro “Maria Firmina: Fragmentos de uma vida” (1975), é que dos 95 anos que a escritora viveu neste plano físico, destacam-se os 53 anos de repetidas contribuições com a imprensa, ou seja, de 1847, a primeira publicação em jornal, “O Progresso”, até 1903 no jornal “Federalista”, a última noticiada.

Do exposto, fica claro que, apesar do nascimento tardio da imprensa brasileira em relação à grande maioria dos países no século XIX, esta viveu um período agitado e afortunado de seu jornalismo, como comprovam os muitos periódicos postos em circulação.

No caso do Maranhão, Lopes (1959) afirma que o jornalismo literário e político, decorrente da intensa atividade tipográfica que surgiu, sobretudo em São Luís, onde se instalou em começos do século XIX, foi fator decisivo para a consolidação da atividade letrada no Maranhão. Assim que a primeira constituição portuguesa foi jurada no Maranhão, o governador Marechal Bernardo da Silveira

Pinto da Fonseca, em 09 de novembro de 1821, comunicou a Lisboa que na província do Maranhão havia o desejo de se estabelecer a primeira imprensa. Antes mesmo de chegar a primeira prensa tipográfica, começou-se a publicar um periódico manuscrito, considerado o primeiro jornal maranhense, cujo título era “O Conciliador do Maranhão”, que já contava com assinantes, e era redigido no porão de um casarão construído pelos jesuítas.

O jornal “Conciliador do Maranhão” apresentava ainda uma característica especial no que diz respeito à propagação do discurso político em apoio à monarquia absolutista, mas, por outro lado, abordava o cotidiano da cidade, e disponibilizava elementos sobre as disputas que movimentaram segmentos da população e sedimentando, assim, um projeto de nação naquele momento histórico. O seu primeiro exemplar data de 15 de abril de 1821 e o último de 16 de julho de 1823.

A imprensa maranhense apresentava maturidade e se instalou definitivamente como instituição na sociedade local, contando com um público cativo, um parque tipográfico, que permitia edições constantes, além de um grupo expressivo de homens de letras e jornalistas que abasteciam os periódicos de textos e matérias sobre os mais diversos assuntos, sobretudo os de caráter político-partidário.

Ao lado de muitos periódicos de cunho partidário, circulava também um número razoável de revistas literárias, entre outras, nas quais se realizava a difusão de conhecimentos úteis sobre lavoura, saúde, costumes, ciências, filosofia, religião, indústria, comércio, geografia e, sobretudo, literatura, de modo que o público brasileiro de meados do século XIX tinha à sua disposição uma enorme variedade de romances, principalmente estrangeiros. Todavia, grande parte dos romances de sucesso em meados do século XIX é desconhecida

do público atual; a produção romanesca nacional do século XIX ia muito além dos autores hoje consagrados.

Para fechar a linha de raciocínio traçada, lançamos mão da citação de Jean-Yves Mollier (2003): “[...] para que se possa ter uma compreensão mais apurada da leitura e da literatura de um determinado período, não se pode limitar a reflexão às obras que entraram para o cânone.”

Outra questão importante nesse contexto diz respeito à “A liberdade de imprensa e liberdade de expressão”: a primeira corresponde à comunicação por meio da mídia, como jornais, revistas ou televisão e a segunda se aplica a todas as formas de comunicação como, por exemplo, às artes.

Assim, podemos concluir: sendo livre, a imprensa incentiva a difusão de múltiplos pontos de vista, incentivando o debate e promovendo a troca de ideias!

Referências

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821 -1823**. S.P.: Via das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **Cimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOLLIER, Jean-Yves. **REVUE D’HISTOIRE LITTÉRAIRE DE LA FRANCE**.PARIS, v. 103, p. 597-612, jul.-set./2003.

LOPES, Antônio. **História da imprensa no Maranhão (1821-1925)**. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1959.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. **BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA IMPRENSA LITERÁRIA NO MARANHÃO OI-**

TOCENTISTA. Disponível em<<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/2442>>. Acesso em: 8 de novembro de 2020.

MORAIS, José Nascimento Filho. **MARIA FIRMINA FRAGMENTOS DE UMA VIDA.** São Luiz: COCSN, 1975.

MÜLLER. Andréa Correa Paraiso. **Imprensa e leitura de Romances no Brasil Oitocentista.** Disponível em<:<https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/440/405>.> Acesso em: 03/11/2020.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **GÊNESE DA IMPRENSA NO MARANHÃO NOS SÉCULOS XIX E XX.** *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, Pós Com Metodista, a. 29, n. 49, p. 43-64, 2º sem. 2007.

SIMÕES Jr., Álvaro. **DA LITERATURA AO JORNALISMO:** periódicos brasileiros do século XIX. Patrimônio e memória. Assis-SP, n. 2, v. 2, p. 126-145, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Antonia Pereira de. **A PROSA DE FICÇÃO NOS JORNALIS DO MARANHÃO OITOCENTISTA** Tese de doutorado <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9172>.

XIMENES, Sérgio Barcellos. **A HISTÓRIA DO ROMANCE ÚRSULA** In: A Arte Literária| Blog.

ROSA-DE-JERICÓ. <https://pt.aleteia.org/2016/02/17/cultura-crista-voce-conhece-a-exotica-rosa-de-gerico-e-sua-lenda/>

IMPrensa Caxiense Oitocentista (1845-1900): Caracterização e Notas Históricas

GILMAR PEREIRA SILVA¹

“...A invenção da Imprensa é o maior acontecimento da história desde que as letras de chumbo de Gutemberg sucederam às letras de pedra de Orfeu, o pensamento passando da duração à imortalidade, tornou-se mais do que nunca indestrutível e inteligível e uma nova transfiguração social se operou em toda a humanidade; porque esta sublime arte regenerou e deu vida às ciências e leva o feixe de luz a todos os ângulos do universo. Aí onde aparece uma tipografia, aí aparece a civilização, o progresso e a liberdade...” (Trecho do Discurso proferido pela Comissão da Associação Tipográfica Maranhense ao Sr. Vice-Presidente da Província em 28 de julho de 1859 – A Imprensa MA. Ano III. nº 61 de 30-07-1859)

1. Introdução:

Mesmo Caxias oitocentista ostentar a segunda maior imprensa da Província no século XIX, possivelmente por ser também a segunda mais importante cidade maranhense com influência geopolítica e econômica sobre províncias vizinha do Piauí, não despertou estudos acadêmicos na proporção de sua importância quando comparada à imprensa de São Luiz. A imprensa ludovicense é bastante rica em estudos (MARQUES, 1878), (SERRA, 1883), (LOPES, 1959) e outros.

¹ Médico graduado em Medicina pela UFMA (1988). Doutor em Ciências da Saúde pela UnB (2018) e em Medicina pela UFRGS (2019). Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias e Correspondente no Distrito Federal do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Endereço para correspondência: Endereço: SHN Q 1 Bloco D Ap 1716, Asa Norte, Brasília-DF, CEP:70701-040; E-mail: gilpsilva2006@gmail.com



A imprensa como fonte auxiliar para a pesquisa histórica vem se ampliando consideravelmente nos últimos anos, mesmo com a desconfiança de alguns historiadores de formação por considerarem uma fonte pouco confiável devido à carga de subjetividade (VIEIRA; PEIXOTO; KULCSAR; KHOURY, 1984). Segundo (ZICMAN, 1985) nas relações da história com a imprensa destacam-se dois grandes campos de estudo: 1) História da Imprensa, que busca reconstruir a evolução histórica dos órgãos de imprensa e levanta suas principais características para um determinado período; e 2) História através da Imprensa, que engloba trabalhos que tomam a imprensa como fonte primária para pesquisa histórica.

1.1. Objetivos

Contribuir para o estudo da história da imprensa caxiense identificando suas principais características e utilizá-la como fonte de pesquisa histórica.

1.2. Referenciais teóricos

O tema imprensa caxiense até algumas décadas atrás tinha poucas publicações acadêmicas a respeito. Há pouco mais de 40 anos a imprensa caxiense volta a ser motivo de pesquisa, começando com Coutinho em 1980, que no último capítulo de seu livro “Caxias das Aldeias Altas”, elenca os jornais já publicados na cidade, trazendo algumas de suas características como data, proprietário, tipografia e nomes de alguns de seus redatores (COUTINHO, 1980). Posteriormente (VILANETO, 2008), com metodologia similar a Coutinho, volta a catalogar os jornais caxienses e amplia para os demais municí-

pios maranhenses, incluindo os jornais da capital, com o diferencial de exibir imagem da primeira página de cada jornal.

Mais recentemente têm surgido algumas publicações na forma de artigo que utilizam jornais caxienses do século XX como fonte primária de história em análises de temáticas específicas, como as publicações de (RIBEIRO, 2021) e (REIS, 2012).

A reanálise dos jornais caxienses oitocentistas, além de melhor caracterizá-los, foca em contextualizar o processo de implantação da imprensa local, sua possível influência geopolítica, evolução e inovação ao extrair de suas páginas, na forma de referências, notas históricas, principais fatos, eventos, curiosidades da vida cotidiana e de personalidades que protagonizaram a história da cidade.

2. Metodologia

Jornais publicados na cidade de Caxias do Maranhão no período oitocentista existentes nas hemerotecas digitais da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) do Rio de Janeiro e da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) de São Luiz do Maranhão.

Realizou-se uma pesquisa exploratória, objetiva e analítica. Durante a leitura atenta dos jornais selecionados, procurou-se identificar os elementos principais de caracterização geral da imprensa proposta por (ZICMAN, 1985): ano de publicação; nome do proprietário; tipografia de impressão; periodicidade; frase de chamada; tipologia (agrícola, comercial, educativa; industrial; literário; noticioso; política), edições disponíveis para consulta. E para cumprir o segundo objetivo proposto, foi realizada seleção subjetiva de notas históricas em que o critério de eleição foram a relevância dos fatos, curiosidades e personalidades protagonistas da historiografia local.

3. Resultados

Foram identificados 04 jornais na BPBL: Gazeta 1ª Fase (1887-1892), A Imprensa Caxiense (1859-1867); O Álbum Caxiense (1862) e O Lidador Caxiense (1873-1874), e 16 jornais na FBN no período de 1845-1900 (Quadro 1). O jornal mais antigo identificado foi o Brado de Caxias com 1ª edição estampada em 20 de agosto de 1845. Não foram identificados proprietários dos jornais A Crônica (1853) e Chrysálida (1884). As tipografias que mais imprimiram jornais foram a Independente (35%), Imparcial (30%) e de Particulares (20%). Metade dos jornais tinham periodicidade de 1 vez por semana e publicados em dias indeterminados (15%). Não foi possível identificar a periodicidade em (20%). Pouco menos da metade (45%) apresentava frase de chamada na 1ª página. Duas ou mais tipologias foram identificadas em 60% da amostra analisada, desta, metade tinha perfil comercial, seguido de perfis político (45%) e noticioso (45%). Dos jornais eminentemente políticos, 20% foram editados nos primeiros anos da imprensa (1845-1859). Foram selecionadas 55 notas históricas. (Quadro 1).

Quadro 1: Características dos jornais caxienses oitocentistas (1845-1900)

Ano de Publicação	Nome do Periódico	Nome do Proprietário	Hemeroteca Digital 2: FBN=1 - BPN=2	Tipografia	Periodicidade	Frase de chamada (Epígrafe)	Tipologia: Agrícola=6 Comercial=1 Educativo=3 Industrial=7 Literário=5 Noticioso=4 Política=2	Edições Disponíveis à consulta	Notas Históricas
1849	A Água Benta	S.A. de Farias	1	Independente	Em dias indefinidos, distribuição grátis	Ecce cruce[m] domini, fugite partes adversae vici Leo de tribo Juda, radix Davi.	4	2-7	1
1853	A Crônica	Não identificado	1	Independente	Em dias indefinidos, distribuição grátis	Principiamos, zollo, e maldito seja o que primeiro disser basta"	2	1-3,6	
1859-1867	A Imprensa Caxiense	José J. da S. Rosa	1	Liberal à rua do Porto Grade nº11, depois no Largo do Quartel nº2; nas ruas da Paz nº5 e da Palma.	1 x semana	Não há	1 2 3	-1859/nº3; - 1860/ nº45; -1861/nº65; -1862/nº69; -1863/nºs 97-98; 100-102; -1864/nºs 110-116; -1864/nºs 117; 129;130;35-36 -1865/ nºs 137;157;160-162; -1866/nºs163;168;169 171; 173;176; -1867/AnoV/nºs1,2,6.	2 3 4 5
1849	A Aurora	E.B.L dos Reis	1	Independente, à rua Boa Vista nº1	Não identificada	Liberdade ou morte/ Deus e o Imperador/A Resistência enfraquece/ A Resignação fortalece	1 2	1849/nºs 2; 4-50;55;56; 58-62	6 7

Continua na próxima página

1849	O Bem-te-vi Caxiense	S.A de Farias	1	Independente	Em dias Inde-terminados	Caboclos, brancos e pardos, sendo iguais, todos numa só fileira. São Bem-te-vi's Liberais	2	1849/ nºs 01- 17; 21	Não há
1845-1846	Brado de Caxias	José da Silva Leite	1	Independente à rua Augusta nº 11. A partir da edição nº 22/1846, seu proprietário a compra e passa se chamar Imparcial.	1 x semana às quinta-feira à tarde. A partir da edição nº 22/1846, aos sábados à tarde.	Trono e Liberdade	2 4	1845/nºs 1-21; 1846/nºs 22-30	8 9 10 11 12 13 14 15 16 17
1884	Chrysálida	Não identificado	1	Comércio de Caxias	Mensal	Não há	3	Apenas edição nº 12 de 15 de maio de 1884	18
1887-1892	Gazeta (1ª fase)	Vicente de Paula Teixeira Mendes	2	Tipografia de Vicente de Paula Teixeira Mendes	3 x ao mês	Não há	1 4	-1887/ nºs 1-4; -1888/nºs 33;37; -1889/ nº 50.-1890/ nº 97; -1891/nºs 133-139; -1892/nº 182	19
1893-1895	Gazeta 2ª fase 3ª fases a partir da Edição nº 16	Vicente de Paula Teixeira Mendes	1	Tipografia de Vicente de Paula Teixeira Mendes A partir da 3ª fase, Escritório e Oficina na rua Conselheiro Sinval nº 13	1 x semana às quartas-feiras e 2 x semana a partir da 3ª fase	Não há	1 4	-1893/nºs 13;15;19;20;22-25; 27-30;34-36;38 ;39; 43; 45; 49;55 ;57-61;63-70; 73;75-88 -1894/nºs 89;90;92-94; 96; 99-105; 125; 121-182; 184-189; 107-112; 114; 115; 117; 118; 121-1895/ nºs 194;196-198/200; 201;203; 204;207-213; 215; 217; 219; 222;223; 225; 226; 228; 229;231;233-239; 241-243;245;246;251;253-263; 266;267;266-276;278-280.	20 21 22 23

Continuação do Quadro 1

1895-1900	Jornal de Caxias	Luiz José de Melo	1	Tipografia de Luiz José de Melo	1 x semana aos sábados à tarde	Não há	1 4	-1895/ nº 68:11;13; -1896/ nº 14-21;23;26;28-38;41-45;48-59; -1897/ nº 62-67;69-75;77-96;99-101;103;106-109; -1898/ nº 111-115;117;119-121;123-132;134-148; 155-157; -1899/ nº 162-168;170-175 ;177-189;191-198; 208; 209; 211; -1900/ nº 212-219;226-228; 231-236;242;250-253	24 25 26 27 28 29
1846-1852	Jornal Caxiense <u>Influência</u> <u>impressora</u> <u>permanente</u> <u>buscava</u>	José da Silva Leite	1	Imparcial à rua Augusta nº 11. A partir nº 326/1852, no Largo de São Benedito nº 6	1 x semana aos sábados à tarde	Não há	1 2 4	-1846/ nº 01-41; -1847/ nº 42; -1848/ nº 01-4;7;8;10-13; 15;21; -1849/ nº 46-50;52;56-58;61-64; 68;68;71-73;77-82; -1850/ nº 83;84;87- 96;103;104;118;119;125;129;131;132;134; -1851/ nº 135;137;139;140;260;262-267;271-272;276-287; -1852/ nº 309;313;314;316; 319;320;326-330.	30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41
1862	O Album Caxiense	Antônio da Costa Neves	2	Independente	1 x semana	Não há	1 3 5	-1862/ nº 4-23	
1854	O Correio Caxiense	José João da Silva Rosa	1	Imparcial, na rua Boa Esperança nº 4	1 x semana aos sábados à tarde	Não há	1 3 4	2;3;12-15	42

Continuação do Quadro 1

1877	O Comércio de Caxias	Paulo Ribeiro da Conceição e Silva	1	Impresso por Paulo Ribeiro	Não Identificada	Não há	1 4 6 7	Apenas nº12. Ano IV	
1852	O Eco Caxiense	José João da Silva Rosa	1	Imparcial à rua da Paz nº2	3 x meses em dias indeterminados	Para que sejamos livres, é preciso que sejamos escravos da Lei	Não caracterizada	6; 7	
1846	O Liberal Plauense	José da Silva Leite	1	Imparcial	2 x meses	Amamos a justiça, a razão e a igualdade/ E aborrecemos o vício, o egoísmo e a franquia	2	-1850/ nº:1-08;10-14	43 44
1873-1874	O Líder Caxiense	João Nunes de Sousa (filho) Teodoro Nuno Mesquita e Sousa (Pai)	2	Liberal à rua Paysandu nº32	1 x semana	Não há	3 4	-1873/ nº24; -1850/ nº:25; 27, 29,32, 37,43,44,50 e 71	45
1859	O Pugador	Antônio da Costa Neves	1	Independente, r. da Estrela	1 x semana	Não há	2	-1873/ nº:1,6	

Continuação do Quadro 1

Continuação do Quadro 1

1847-1851	O Telégrafo <i>Influência Imprensa pernambucana</i>	Francisco Raimundo de Barros Tatayra	1	Imparcial Largo da Matiz casa nº3	1 x semana em dias indeterminados	Liberdade e Ordem (1849)	1 2 5	-1847/ nº: 1-10; 12-14; -1848/ nº: 15-44; 46; 49-73; 76-83; 85-89; 91-95; -1849/ nº: 143; 144; 147-150; 150-180; 182-185; 194-196; 198-200; 210-219; -1850/ nº: 224; 229-234; 236-240; 248-255; 257-259; 262-270; 272-275; 280-309; 312; 314; 316; 317; -1851/ nº: 318; 322; 324; 328; 329; 331-333; 345; 350; 356; 357.	46 47 48 49 50 51 52 53 54 55
1846	O Tigre de Caxias	José da Silva Leite	1	Imparcial	Não Identificada	Não perturbe o Leão que dorme. é o que aplicamos conosco	Não caracterizada	1851/ nº 06	

Fonte: Bibliotecas Digitais da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (FBN/RJ) e Biblioteca Pública Benedito Leite de São Luiz do Maranhão (BPBL/São Luiz-MA)

Notas Históricas Características dos jornais caxienses oitocentistas (1845-1900)

¹ Edições disponíveis à consulta predominantemente tratam de *noticiosas* da Vila do Poty (atual Teresina);

² Nº97/1863- Notícia a morte do jovem engenheiro caxiense *Raimundo Teixeira Mendes* ocorrida em julho de 1863 em São Luiz;

³ Nº98/1863 - *Francisco Sotero dos Reis* é agraciado com a comenda Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa pela utilidade pública e literária de suas “Apostilas de Gramática Nacional”;

⁴ Nº160/1865- Em 11/1865 o Largo do Poço já se chamava “*Praça Gonçalves Dias*”;

⁵ Nº06/1867- Dr. Joaquim Ferreira Vale Doutorava-se em Direito pela Universidade de Bruxelas em 03-02-1866;

⁶ Nº01/1849- Nota primorosa lembrando aos caxienses os dias de *terror e lágrimas derramadas na revolução de 1839*: que ainda estava na memória viva de todos lugares na cidade e arrabalde a imagem de sangue de irmãos derramados a exemplo da margem esquerda do riacho “Pouca Vergonha” que transpõe a cidade até o Itapecuru onde ainda devem existir ossos de infelizes que padeceram; assim de muitas vítimas que sucumbiram na Olaria, Ateliro e Baixinha e outros lugares, testemunhas mudas da fúria e barbárie da horda de canibais anarquistas sedentos de sangue dos quais figuram o sempre lembrado o prestimoso Miguel Beleza e outros depois desses por despotismo de alguns Militares como o Dr. Raimundo da Cruz e Silva, Antônio Veiga e Raimundo Paz que sibilantes e mortíferas balas deitaram estes por terra e a mais cruel e venenosa de todas as facas meneadas por mãos fraticidas, cortou ímpia e prematuramente a preciosa existência deles. Os cofres públicos ainda hoje estão sentindo os desfalques sofridos naqueles dias ltuosos (A Aurora. Caxias(MA), 1º de abril de 1849.nº01.p.1);

⁷ *O dia 09 de outubro de 1839* relembra a 2ª invasão dos balaios à cidade de Caxias: dia memorável de tristíssimas e ltuosas recordações!!... Dez anos... dez anos volveram se já que esta infeliz cidade vítima da rápida e devastadora anarquia, foi o teatro das mais sanguinolentas cenas.

Caxias rica e fluorescente, foi bem depressa convertida em um vasto e silencioso cemitério. Aqui e ali juncado de cadáveres. Caiu sangue, jorrara ao punhal de seus infames salteadores!!! Bandos e bandos de sanhudos Monstros percorriam suas ruas nesse dia nefasto, trucidando com requintada sevicia seus indefesos habitantes, tanto o inanido e decreto velho, como o mancebo vigoroso, como a frágil mulher e a inocentinha na criança! Em todos se sevou sua crueldade! Ó meu Deus!! Que horríveis crimes! Que execráveis hordas de canibais! ...

Esses degenerados filhos de uma Pátria de heróis que entraram nesta cidade militando sobre a esfarrapada bandeira dos pseudo-liberais, dos marrecos, catucas, Luzias &., vieram patentear mais uma vez, sobre milhares de vezes, quanto aproveita ao país e ao mundo, no seu estado atual de civilização, esta prática de doutrina subversiva de ordem pública, pregada a homem sem princípios e sem crença que não seja o roubo e o assassinio; quanto aproveitada, repetimos, esse tirocínio de malvadeza; e o que se pode esperar de uma revolução cujos elementos não assentam na quebra ou violação de alguns dos princípios fundamentais de nossa associação política e que não é dirigida por pessoas de grande inteligência, preponderância e bravura.

O país, o mundo todo reconhecerá sempre nessa turbulenta parcialidade o mais extravagante agregado de percepções e pensamentos, o maquinismo mais característico e descomunal que jamais houve na Terra.

“Malditos sejas Vós! Malditos sempre na terra, inferno e céus- no Altar de Cristo, outra vez a Paixões sacrificado/ Ímpios sem crença e precisando tê-la.

Assentastes um ídolo Dourado/ Em pedestal de móveis areia;

Uma estátua incessante - culto Infame! Da política sólida manceba/Que os vestidos outrora reluzentes/ Os andrajos mais cerzio de vil miséria!

No antropófago Altar; maldito, impuro. Em holocausto correr na hóstia inocente humano sangue, fumegante e rubro, insensível a dor, ao pranto, insensível às cans, à verde infância, tudo sorveu rápida quadrilha.

A treda mente maquinou suplícius, torpe vingança!! Meditou cruenta. Nos requintes da dor, ébria faltar-se. E lasciva imoral dos lábios deles em fontes virginais cuspiu veneno.

Afrontas então sobre tentas! E se a vergonha vos não tinge o rosto, tinha o rosto do ancião, do Infante que em qualquer parte vos roçar, fugindo da consciência a voz dentro vos punjar, timorato pavor vos encha o peito; e farpado punhal a cada instante sintais no coração fundo morder-vos.

Dos que matastes se vos mostre em sonhos a Chusma triste, suplicante, inermes.... Serei elementos, mas que a mão rebelde brandindo mil punhais lhes corte a vida; e que então vossos lábios confrangidos se descerrem sorrindo - cru sorriso.

Entre dor e prazer que então vos prendam a porte vergonhoso e que a mentira a vosso instante derradeiro infame! Bradem: não fomos nós! E a turba exclame! Covardes, fortes vós; e no seu poste de varas e baldoes coberto morrão.”

Da melodiosa harpa do Brado que abriu os olhos debaixo deste céu de Caxias e que foi inspirado pelas águas do Ponte, partiram estes tristes versos que explicam a profunda indignação de uma alma nobre contra os mais topos ações, contra os assassinos de tantas vítimas, mártires da anarquia e que nos cumpre deplorar. Caxias 8 de outubro de 1849(O dia 09 de outubro de 1839. A Aurora. São Luiz, 16 de outubro de 1849.nº49. p. 3-4).

⁸Nº01/1845- Morro da Taboca até 1845 também era conhecido *por Morro Pedro II*;

⁹Nº01/1845- *Dia da Canalha*: as comemorações do 1º de agosto em Caxias até 1845 também era conhecida por alguns caxienses (possivelmente portugueses) como “dia da canalha”, uma referência jocosa ao dia em que os bravos soldados do Exército Imperial, pelas 10 horas da manhã, desfilaram pela ladeira do Morro da Taboca com falhas verdes nas barretinhas, bradando “Viva a Liberdade”, “Viva a Independência do Brasil”, dentro daquela que no dia antecedente ainda era uma colônia Lusitana. Também neste, depois do “*Te Deum laudamus*” na Matriz de São Benedito, o Major Pedro Paulo de Moraes Rego hasteou a Bandeira Imperial no Morro Pedro II (até aquela data era também conhecido por este nome, atualmente, morro do Alecrim) com salvas de 24 tiros e formatura de tropa no largo dos Remédios; à noite encenação de peça teatral e canto do Hino Nacional no Teatro Harmonia. Neste

dia houve também passeata na cidade à moda do Maranhão, capitaneados pelo Delegado de Polícia e Coronel Comandante da G. Nacional (Legião), habitantes, escravos e mais de vinte e tantos homens e suas mulheres do Povoado Atoleiro, convidados compulsoriamente para engrossar a passeata, oferecendo-lhes cachaça;

¹⁰ Nº13/1845- *Obra do Quartel Militar de Caxias*: anúncio convocando ser-ventes para obras do Quartel Militar de Caxias por 400 réis diários em moeda corrente acertados com o então Tenente do Corpo Imperial de Engenheiros João Vítor Vieira da Silva, na sua residência à rua Direita nº 1, encarregado da conclusão do Quartel do Morro da Taboca iniciado em 1840;

¹¹ Nº13/1845- Nota comemorativa ao *nove (9) de outubro de 1839*: dia da invasão dos balaios na cidade;

¹² Nº11/1845- Notícias *da Casa de Caridade/ Misericórdia de Caxias*- 1º hos-pital que teve a cidade;

¹³ Nº12/1845- Dr. João Nunes de Campos Júnior, talvez o 1º caxiense gradu-ado em Engenharia Civil pela Escola Central de Artes e Manufaturas de Paris e emissor de parecer à Comissão encarregada das Obras da Capela N. S. dos Remédios sobre os vícios de construção, gratuitamente;

¹⁴ Nº23/1846- *Cadeias Civil Câmara e Jury*: notícia de aquisição pelo Presi-dente da Província Moura Magalhães das casas do Dr. José Caetano Vaz para servirem de Cadeia Civil Câmara e Jury;

¹⁵ Nº25/1845- Dr. *Augusto José Marques*, pai do Dr. César Augusto Marques, proprietário em 1840 de uma Botica à rua Augusta nº5 sob a firma Augusto José Marques & Cia, consorcia-se em 1846 com o farmacêutico Barreto, passando a ser conhecida Botica Marques & Barreto na mesma rua;

¹⁶ Nº25/1845- *Nota comemorativa do 6º aniversário da retomada da cidade de Caxias dos Balaios em 24 de janeiro de 1840*: Caxienses! Hoje é o aniversário da restauração desta cidade que por oito meses foi vítima da ferocidade de sangues sedentos tigres. Seis anos já hão decorridos e tão ingrata é nossa memória, que dia de tanto júbilo possa despercebido! Quanto não é triste e deplorável tamanha indiferença. Já não nos recordamos do sangue que cor-

reu em jorros por nossas ruas derramado pelas facas dos canibais, das vítimas que foram arrastados até o Rio Itapecuru; dos que pereceram nas matas acosadas como feras, de fome e presas de animais ferozes! Quem pensaria que as autoridades se conservassem mudas, que a Câmara Municipal nem ao menos mandasse entoar um *Te Deum* em Ação de Graças, por tão fausta recordação! E como não ser assim!? Quem nos governa!? Deus guarde! Caxienses que tanto a padecestes, lembrai-vos do dia 24 de janeiro de 1840 e fazei-o lembrado a vossos filhos e descendentes;

¹⁷Nº04/1845- *Auto de demarcação dos limites entres as Províncias do Maranhão e Goiás determinado pelo Régio Aviso de 11 de agosto de 1813*: Aqui no quartel da residência do sargento-mor Antônio Ramos Jubé, sendo juntos em sessão como comissários por parte da Capitania de Goiás o mesmo Sargento-mor José Antônio Ramos Jubé e o Capitão de Ordenanças Francisco José Pinto de Magalhães e por parte da de Maranhão o Capitão do Regimento da mesma Capitania Francisco de Paula Ribeiro, o Alferes do mesmo Regimento João Batista de Mendonça e Antônio do Couto, piloto aprovado pela Academia Real de ciências de Lisboa. Autorizados uns e outros pelos seus respectivos governos para limitar entre si as duas Capitánias dos terrenos em que uma com a outra se encontram pelos rumos Sudoeste e Oeste da do Maranhão; Nordeste e Leste da de Goiás. É por eles ditos Comissários unanimemente e de comum acordo assentado que segundo o espírito Régio Aviso de 11 de agosto de 1813 em que por bem do seu Real Serviço sua Alteza Real a dita demarcação determina com recíproca vantagem do público estabelecido de uma e outra parte; atentas as razões discutidas nas sessões de 11 e de 12 de 1815 a que se procedeu nesta Comissão sobre o mesmo objeto e ordens provindas das combinadas resoluções dos mesmos Governos resultadas pelos documentos daquelas ditas sessões; a uns e outros presente fiquem se Sua Alteza real não mandar o contrário servindo de balizas ou marcos divisórias entre as mencionadas Capitánias os rios Manoel Alves Grande que corre do Sudeste a Noroeste e Tocantins que corre do Sul ao Norte àquele Manoel Alves Grande desde sua embocadura buscando suas primeiras Vertentes até encontrar com o Rio Parnaíba pertencendo à Capitania do Maranhão, a margem Nordeste e a de Goiás a margem Sudoeste; e deste Tocantins desde a foz

do rio Manoel Alves Grande até a foz do Rio Araguaia no presídio de São João das Duas Barras pertencendo ao Maranhão a margem Leste; e a Goiás a margem Oeste. Devendo para conhecimento da causa que esta comum resolução promoveu ficar junto a estes todos ou parte dos documentos resultados das referidas sessões acima ditas conforme o que a cada um dos mesmos governos lhes parecer. Do que para constar se lavrou deste teor um Auto para cada uma das Capitanias por eles demarcadas e em qual uns e outros Comissários plenamente autorizados assinaram por parte dos seus respectivos governos. Povoação de São Pedro de Alcântara (hoje Carolina), 9 de julho de 1816. Assinados José Antônio Ramos Jubé=Francisco de Paula Ribeiro Francisco=José Pinto de Magalhães=João Batista de Mendonça=Antônio de Couto. Está conforme. Maranhão, Secretaria do Governo em 26 de abril de 1827. Joaquim Ferreira França, Coronel e Secretário do Governo. Está conforme, o secretário José Pedro de Melo;

¹⁸ Nº12/1884- *Glória do Ceará*- nota redigida pela redatora Fabíola de São Luiz exaltando aquela província pela ousadia de abolir a escravidão em 25 de março de 1884;

¹⁹ Nº139/1891- Ótima resenha sobre trajetória econômica de Caxias até 1891;

²⁰ Nº13/1893- *Estudantes caxienses na Escola Militar da Corte*: partida no vapor caxiense em direção à Capital Federal estudantes caxienses da Escola Militar da Corte, o Alferes Bernardino Lima e Cadete Benedito Lima, filhos do Major Honorato Lima; e o Cadete João Moura de Carvalho, filho do Farmacêutico Firmino Lopes de Carvalho;

²¹ Nº15/1893- *Indicadores Úteis de 1893*: Médicos: Astrolábio Passos (r. das Oliveiras), Alarico Alves Costa (r. Direita), Álvaro Sinval de Moura (r. Conselheiro Sinval); Antônio Eduardo de Berredo (r. Flores); Cirurgião Dentista: Afonso Moura (r. Direita); Farmácias: José Firmino Lopes de Carvalho (r. Augusta) e Manoel Gonçalves Pedreira (r. Augusta); Administração da Justiça: Dr. Jesuíno José de Freitas - Juiz de Direito, (praça Senador Cândido Mendes), Dr. Antônio Eduardo de Berredo (médico)-Juiz de Direito substituto, r. das Flores, João Antônio Furtado de Mendonça - Promotor Público,

Ponte; Intendente- Libânio da Costa Lobo; Escrivães: Olímpio Machado Vieira (Órfãos, r. Cajazeiras), Antônio Manoel Martins (Jury e Casamentos, r. do Sol), Antônio Manoel Martins e Antônio Carlos da Cunha (de Polícia); Advogados: Salustiano Ferreira de Moraes Rego (r. Conselheiro Furtado) e Capitão Gustavo Colaço Fernandes Veras (r. das Flores); Repartições Públicas: Coletoria, Coletor João Bento de Brito Pereira (praça S. Cândido Mendes), Correio, Agente Antônio Rodrigues Cariman Júnior (r. das Flores); Telegrafia, Chefe Daniel Moreira da Silva (praça S. Cândido Mendes); Aula Públicas de Ensino Primário: Olímpio de Sousa Leitão (Interino 1º Distrito, r. do Sol), José do Rego Medeiros (+1862, filho de , filho João do Rego Medeiros, 2º Distrito, r. da Estrela) e Marcos Agapito Lopes Raposo (3º Distrito, Ponte). D. Francisca Custódia de Sousa (praça S. Cândido Mendes), D. Paula Nava Guimarães (r. Grande); Aulas Particulares: Antônio Gentil de Abreu (r. Grande), Sinfrônio Olímpio Caldas (Trav. Des. Morato), D. Joaquina dos Santos Pires (r. Conselheiro Furtado). D. Rosa Helena de Sousa (praça S. Cândido Mendes); Companhias de Vapores: Companhia de Navegação a Vapor (Velha, Agente Egídio José Viana, r. Direita), Companhia Fluvial Maranhense (Nova, Agente Antônio Joaquim Ferreira Guimarães, r. do Sol); Estrada de Ferro: Agente Aníbal Pedro dos Santos (r. Aarão Reis), Fiscal do Governo Ricardo Vale; Hotéis: Moderno, proprietário Geraldo Ribeiro da Silva (Sobrado praça G. Dias) e Pic-nic, proprietário José Maria da Costa Cesário, largo dos Remédios); Companhias Manufatureiras: Manufatura Caxiense, Diretor Gerente Antônio Bernardo Pinto Sobrinho (r. S. Benedito), União Caxiense, Diretor Gerente Dr. Francisco Dias Carneiro (Ponte), Industrial Caxiense, Diretor Gerente Segisnando Aurélio de Moura (Ponte), Sanharó, Diretor Frank Ezell; Extratora de Óleos, Diretor Gerente Afonso Moura (r. Direita); Companhia Prosperidade Caxiense, Diretor Gerente Segisnando Aurélio de Moura (Ponte); Companhia das Águas, Diretor Gerente José Castelo Branco da Cruz (beco do Garapa) e Manoel das Chagas Pereira de Brito; Empresa de Bondes: anexa à Companhia Prosperidade Caxiense, Diretores Gerentes Segisnando Aurélio de Moura, Frederico Pereira Ramos e José Antônio Lopes Pastor; Empresa Telefônica: proprietários Anfriso Leandro Lobo e Aníbal Pedro dos Santos (estação central, r. Sol);

- ²² Nº55/1893- *Antônio Joaquim Ferreira Guimarães* anuncia casas à venda à rua Augusta (de frente azulejada) e na rua Arão Reis;
- ²³ Nº146/1894- *Companhia das Águas de Caxias* é instalada em 24 de maio de 1891;
- ²⁴ Nº16/1896- *Necrologia do Dr. Francisco Dias Carneiro* falecido em 17 de janeiro de 1896;
- ²⁵ Nº52/1896- *Inauguração na sala das Sessões da Câmara de Caxias os quadros a óleo dos Doutores Dias Carneiro e do Des. Enéas de Araújo Torreão* em 18 de outubro de 1896;
- ²⁶ Nº86/1896- *Necrologia do Capitão Gustavo Colaço Fernandes Veras*, Deputado Federal eleito por Caxias ocorrida na Capital Federal na noite do dia 01 de julho de 1897;
- ²⁷ Nº29/1896- *Necrologia do Tenente Coronel João Rodrigues da Silveira* (nº125/1898), natural e morador na cidade de Matões, faleceu em seu sítio Monte Alegre, aos 78 anos, vítima de retenção urinária que padecia. Seu cadáver foi sepultado na Capela do Povoado de Brejo de São Félix. Segundo corre, era o maior criador de gado do Estado com 30 a 40 fazendas, deixando viúva e 7 filhos;
- ²⁸ Nº125/1898- *Mudança de nome da antiga rua Direita para rua Senador Benedito Leite* por iniciativa do vereador Luiz de Melo;
- ²⁹ Nº137/1898- Auto de colocação da pedra fundamental da *Capela do Glorioso Santo Antônio da Ponte*;
- ³⁰ Poesias de *Joaquim José da Silva Maçarona* e inauguração da *iluminação pública a lampião* em Caxias (nº5/1846);
- ³¹ Nº13/1846- Considerações sobre vantagens e desvantagens da construção de uma *estrada carroçal ligando Caxias à Província do Pará*;
- ³² Nº16/1846- Comendador *Domingos da Silva Porto* é absolvido em Júri da Capital da acusação de tráfico negroiro;
- ³³ Nº26/1846- *Código de Postura de Caxias* aprovado ano 1846;
- ³⁴ Nº23/1846- *Notícia de Pastos Bons*: Carta dos Moradores e Vigário de Pastos Bons descrevendo as vantagens de mudar a Vila para o Porto do Mirador,

às margens do Itapecuru/ Notas sobre as passagens (Portos) à beira do rio Parnaíba administradas pela Câmara de Caxias: Das bombas, Mata-pasto, Melancia e Estanhado;

³⁵Nº26/1846- *Incêndio do sobrado dos herdeiros do Comendador Severino Dias Carneiro* no Largo do Poço na noite de 28 de julho de 1849 quando se comemorava o 27º aniversário de adesão do Maranhão à Independência do Brasil :depois do *Te- Deum* na Igreja de São Benedito como de costume e quando se estava prestes a iniciar apresentação no Teatro Harmonia de 1º ato do drama com Dona Maria de Alencastro e canto do Hino Nacional, ouviram-se tinidos de sinos disparados e cornetas da Guarnição Militar, convidando todos a apagar o grandioso incêndio que acontecia no sobrado que residiu o Comendador Severino Dias Carneiro situado no largo do Poço. Morava no andar superior o Tenente Coronel Pretextato José da Silva e no inferior o senhor Antônio Gonçalves de Queiroz que teve sua loja de secos e molhados consumida pelas chamas, salvando-se apenas com a roupa do corpo. O teatro foi esvaziado imediatamente, suspendeu-se apresentação do espetáculo para o dia seguinte, restando a solidariedade e filantropia de muitos cidadãos caxienses com seus escravos a socorrer, conter o fogo e impedir seu alastramento às propriedades vizinhas sendo contido às 2 horas da manhã sem conseguir salvar o sobrado que ardia em chamas. Empenhou-se o Delegado de Polícia para desvendar as possíveis causas. Alguns aventaram que foi um descuido do menino caixeiro depois das 21h quando o comerciante se dirigiu ao Teatro; outros querem acreditar na premeditação (nº61/1849). A sociedade caxiense comovida com o terrível incêndio e destruição do patrimônio do Sr. Queiroz, abriu subscrição voluntária para o mesmo recompor seu patrimônio e reiniciar seu comércio. Sobre este fato. O Telégrafo na edição nº 180/1849 complementa afirmando na manhã do dia 29 o Delegado do 1º Distrito Joaquim Antônio Machado ordenou que a polícia arregimentasse escravos que se encontrassem pelas ruas da cidade vagando para trazerem água para apagar possíveis focos de incêndio em esteio ou linha do sobrado. No dia seguinte procedeu-se a retirada do barro das paredes em busca de uma lata contendo economias do Senhor Queiroz. Após os trabalhos, foi encontrada nos escombros do sobrado a quantia de 80\$000 em prata e

entregue ao dito Queiroz. Um morador da cidade de nome João Pereira da Silva foi detido e preso no “Forte de São Pedro” (Morro da Taboca) e depois na cadeia civil da cidade pelo dito Delegado naquele dia (30) por não ceder escravo ao trabalho de desentulhamento do edifício incendiado;

³⁶ N°81/1849- *Edital Público de Arrematação e Planta do Cemitério* a ser construído em Caxias pelo Engenheiro Civil caxiense João Nunes de Campos Júnior, graduado pela Escala Central de Artes e Manufatura de Paris e Diretor das Obras Públicas da Província do Maranhão;

³⁷ N°83/1850- *Aquisição do Sino da Igreja de São Benedito ano 1849*: relação das pessoas que contribuíram com esmolas para compra de um grande sino para igreja de São Benedito;

³⁸ N°87/1850- *Dr. Antônio Gonçalves Dias*: transcrição do Despacho Imperial de 02 de dezembro de 1849 em que é agraciado com hábito de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa;

³⁹ N°91/1850- *Navegação no rio Itapecuru*: Transcreve a Lei nº 255 de 03-12-1849 que concedeu privilégios por 20 anos a empresa ou empreendedor que viabilizasse a navegação a vapor no rio Itapecuru, assim como noticiava a morte do *Comendador Severino Dias Carneiro* ocorrida em 15-03-1848 por hidropisia;

⁴⁰ N°135/1851- *Dr. Francisco Antônio Firmo*: Anuncia-se como Cirurgião mor Comissário Vacinador da cidade e médico da Câmara, que vacinava todos aos sábados pela manhã, no Instituto Vacínico do Império, à rua da Palma nº 10;

⁴¹ N°276/1851- *Dr. Francisco Antônio Firmo* emite parecer e tratamento sobre “Febre Amarela” que assolava a cidade há 3-4 meses.

⁴² N°15/1854- Editorial sobre a instalação da *Companhia de Mineração de Tury-Assú*;

⁴³ N°11/1846- *Um fato da revolução de 1839 em Caxias*: em 6 de outubro de 1846 o ex-chefe da revolução de 1839 em Caxias, Lívio Castela Branco e Silva, morador de Campo maior, compareceu às barras do Juiz de Paz de Caxias do 2º Distrito, o Capitão José Caetano Vaz Júnior, por citação do Dr. Francisco de Melo Coutinho de Vilhena, procurador do Cel. de Milícia

e Comendador João Paulo Dias Carneiro, Prefeito de Caxias em 1839, solicitando que Lívio devolvesse, sem necessidade de contendas jurídicas, duas letras no valor de dois contos de réis cada em moeda de prata da época, passadas aos Cmts rebeldes a título de soltura, o Tenente Coronel Roberto José de Moura e Sr. Zacarias Fernandes dos Reys, membro do Governo rebelde, O Major Lívio, inicialmente contra argumenta, por ser hierarquicamente inferior, propor tal conduta poderia terminar em Conselho de Guerra. Afirmava que ficava surpreso com tamanha ingratidão do Comendador, considerando que durante a revolução o salvou da morte e resgatou parte de seus bens das mãos dos balaies e não lhe pediu dinheiro;

⁴⁴ N°10/1846- *Editorial Famílias Souza Martins vs Castelo Branco*: versando sobre a trajetória das famílias Souza Martins (conservadora) e Castelo Branco (liberal) da Província do Piauí da Independência do Brasil àquela data;

⁴⁵ N° 43/1874- *Patrimônio da Câmara Municipal de Caxias*: descrição e relatório minucioso incluindo a origem sesmarial das terras do município;

⁴⁶ N°43/1848- Nota de falecimento do *Dr. João Nunes de Campos* (médico) enterrado na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Caxias;

⁴⁷ N°s 44;49/1848- Biografia de *Gomes Freire de Andrade*;

⁴⁸ N°166/1846- *Escravo salvo da pena capital pelo Imperador*: Decreto Imperial de 16-04-1849 comutava pena de morte à prisão perpétua imposta ao réu Alexandre, escravo de Zacarias Fernandes dos Reys, por assassinar sua consorte, Dona Maria do Patrocínio Castelo Branco, em Jury na cidade de Caxias proferida em 07-12-1848;

⁴⁹ N°171/1849- *Petição de comerciantes e cidadãos caxienses ao Presidente da Província* Joaquim Franco de Sá, reivindicando melhorias para o progresso da cidade e descrevendo condições das estradas, ruas, igrejas, instrução pública e reivindicações de melhorias para o progresso da cidade como necessidade de Chafariz, Cemitério, Casa de Caridade, Matadouro, Casa de Pólvora, etc.;

⁵⁰ N°s 52 e 252/1850- Nota de falecimento do redator *Francisco Raimundo de Barros Tatayra* ocorrido em 11-05-1850 aos 36 anos e enterrado na Igreja de São Benedito; e parecer do Dr. José Caetano Vaz sobre surto de febre amarela que assolava a cidade;

⁵¹ Nº257/1850- *Dona Euzébia Maria de Jesus Carneiro* encarcerada: viúva de Severino Dias Carneiro, presa da cadeia pública cível de Caxias, após se entregar voluntariamente, acusada de crime de morte na pessoa de Pedro Barbosa Braúna, peticionava ao Juiz de Direito a negativa do Delegado de impedir seu Filho Severino Dias Carneiro de visitá-la na prisão. Este em despacho de 24 de maio do mesmo ano justifica sua decisão pelas injúrias proferidas por seu filho contra sua pessoa quando adentrava naquele estabelecimento;

⁵² Nº263/1850- *José Francisco de Brito Pereira* coloca à venda em 03 de junho de 1850 espólio dos bens herdados de seu sogro finado Cel. João Bento de Brito e Dona Úrsula Maria Marques de Sá/ Resumo dos perseguidores e algozes da viúva Euzébia Dias Carneiro e relação do espólio do Sr. Thomaz de Aquino constando de um Quinta na Trezidela com bastante árvores frutíferas, um alambique no Porto da Barrinha, uma posse de terra de criar no lugar Salobro, margem do Riachão com vinte e tantas cabeças de gado, casas e Currais; e uma posse de terra no Correntinho e Serra Vermelha no 3º Distrito da cidade (nº263/1850);

⁵³ Nº270/1850- *Comemorações de 28 julho de 1850* passadas quase despercebidas em Caxias;

⁵⁴ Nºs 328-329/1851- *Antônio José Teixeira* é absolvido de crime de morte em 21-12-1850 no Jury de Caxias acusado por Euzébia Dias Carneiro;

⁵⁵ Nºs 328-329/1851- *Subscrição voluntária para compra do sino Igreja de São Benedito*: em janeiro de 1850 habitantes de Caxias fizeram subscrição para aquisição em Portugal grande sino para Igreja de São Benedito, sendo o sino faturado na empresa de Antônio João Marques & Ribeiro pelo valor de 241\$771 em 18 de setembro de 1850 e conduzido no Brigue Laia. Seu traslado de São Luiz até Caxias foi realizado gratuitamente pela empresa de navegação do Comendador Domingos da Silva Porto.

4. Discussão

Salvo melhor juízo, o presente é um dos primeiros estudos que sai da superficialidade, aprofunda e traz à comunidade caxiense/maranhense um pouco mais de conhecimento a respeito da segunda maior imprensa oitocentista depois da capital.

Caxias com sua pungência econômica, adensamento populacional, influência geopolítica nos sertões das províncias do Piauí, Bahia e Goiás desde os tempos coloniais, impulsionou o aparecimento da imprensa escrita estampada nas páginas do jornal “Brado de Caxias” em sua 1ª edição de 20 de agosto de 1845, 24 anos depois de implantada a imprensa em São Luiz nas páginas do Conciliador em 15 de abril de 1821.

Diferentemente de outros autores, fontes primárias consultadas até então atestam que a imprensa caxiense surgiu com “Brado de Caxias” em 1845. Corrobora nesta direção o prospecto do jornal O Telégrafo² de sua 1ª edição Ano I de 24 de outubro de 1847:

As lutas políticas de 1845 deram origem a primeira folha impressa nesta cidade nas proximidade das eleições municipais e a publicação deste podendo parecer um instrumento para batalha eleitoral do dia 7 de novembro próximo futuro, apressamo-nos em declarar solenemente que não somos órgão de partido algum; o que todavia não será parte para que uma outra vez não trataremos de questões políticas, porém quando isso aconteça, fá-lo-emos com a imparcialidade que couber nas nossas débeis forças e de maneira alguma rebaixaremos a nobre missão da Imprensa às contendas dos ódios, desregradas ambições individuais encapadas com título de interesse público.

2 Prospecto. O Telégrafo. Caxias-MA, 24 de outubro de 1847. Ano I. nº01.p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=819158&pesq=&pagfis=48>

Autores que escreveram sobre jornais caxienses inferem que o 1º jornal surgido em Caxias foi anterior a 1845, mas não informam a fonte onde obtiveram tal informação. O primeiro é o autor da 1ª edição do livro *Caxias das Aldeias Altas* (COUTINHO, 1980) inferindo que teria surgido em 1839 com o periódico local *Telégrafo*, mas só se tem registro da 1ª edição Ano I vindo à estampa em 24 de outubro de 1847. O outro é o autor do *Catálogo Histórico da Imprensa Maranhense* (VILANETO, 2008), em seu vol. 3, inferindo que a imprensa caxiense teria surgido em 1833 com o jornal “A Crônica” e “O Justiceiro” (1835), mas nas fontes primárias consultadas, identifica-se apenas “A Crônica” com 1ª edição Ano I em 01 de janeiro de 1853.

O processo de implantação da imprensa nas províncias brasileiras foi gradual e marcado por resistência por parte das elites aristocráticas locais que temiam a perda das classes sociais que tinham sob seus domínios, geralmente às custas de abuso de autoridade, que com a vinda da imprensa, libertando-as da ignorância, fazendo-as conhecer os direitos fundamentais da pessoa humana e levando conhecimento e educação a todos. “O Brado de Caxias” na sua 1ª edição de 20-08-1845³ estampa suas diretrizes (Programa) e nos revela informações importantes do processo de instalação da imprensa caxiense, ressaltando a liberdade de imprensa, a necessidade ainda que tardia da imprensa local e resistência a sua instalação:

É incontestavelmente o agente mais poderoso para civilização, para o progresso, e para o engrandecimento dos povos.

Como o primeiro homem devia ter amado a primeira mulher; como o avarento adora o seu tesouro; bem como o artista estima obra primorosa na confecção da qual todos os preceitos da escola e

3 Programa. Brado de Caxias. Caxias-MA, 20 de agosto de 1845.nº01.p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759260&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 03 set. 202.

concentrou toda atenção do próprio elevado o engenho; assim nós estimamos e amamos esta *rer* e populosa Caxias, onde respiramos o primeiro sopro da existência, onde deslizamos os dias da infância. Amamos Caxias e muito, porque é a nossa Pátria, assim como é a terra de nossos pais.

É de prima intuição que a liberdade e bem-estar dos povos depende da rigorosa manutenção dos direitos foros e liberdades.

Um destes direitos sagrados e inalienáveis é a liberdade do pensamento e de sua expressão; direito que só vem a ser realizável, utilizando os esforços de todos os perseguidores dos Povos, depois da maior e melhor descoberta que sobre a terra tem feito os homens, a Imprensa.

É a liberdade do pensamento, espremida e traduzida por liberdade de imprensa, a primeira e principal de nossas garantias; e o Povo que a não possui, deixa de ser livre, embora exista em seu seio todo o cortejo de todas as garantias, que não passam de secundárias e se firmam na pedra angular das liberdades públicas, a Liberdade da Imprensa.

É por ela e você ou por seu mais fácil, legitimado e proveitoso desenvolvimento, os jornais, que se formam a verdadeira Educação de um povo Livre.

Côncios desta verdade e reconhecendo que uma cidade como Caxias, uma das principais do centro do Brasil, por muitos e honrosos títulos, não deveria por mais tempo deixar de possuir uma imprensa e gozar de uma garantia tão sólida...Julga-se indispensável uma semelhante máquina; empreendemos mandar vir uma da capital da província, e facilmente o conseguimos, vindo para Caxias o atual proprietário da Tipografia Imparcial Caxienses, assim como publicar um periódico que além de propalar os princípios, conceitos e convicções políticas dos seus Redatores...

Convém notar que a vinda de uma empresa para Caxias não foi objeto tão fácil como deveria aparecer à primeira vista. Indivíduos que todo vêm negro e alguns bem-aventurados os que vivem recrutados ao fofo e macio leito do arbítrio, empenharam-se para o Maranhão a fim de se obstar uma tal vinda, alegando em prova de seus terrores que a imprensa só vinha para Caxias a fim de atrapalhar se a vida privada e devassar-se a sagrada honra das famílias.

Aqui foi batizada por *Credere morbus* - Lago de sangue; e os indivíduos têm aparecido tão [...] e suscetíveis que ameaçam cortar as cabeças dos Redatores: Santo Nome de Jesus!

Apesar da amostra dos jornais analisados predominar o perfil comercial, nos primeiros anos da imprensa caxiense (1845-1859), predominava o perfil político (A Crônica; O Bem-te-vi Caxiense; Brado de Caxias; O Pugnador), considerando que ainda eram intensas as disputas políticas entre conservadores e liberais pós turbulências sociopolíticas do período regencial. A estabilidade alcançada no 2º Império amenizou as disputas políticas na Província e fizeram os jornais incorporarem outras demandas sociais como a agricultura, indústria e a informação/educativa, sua mister função, deixando progressivamente o perfil político partidário inicialmente adotado.

Assim, em fins década de 1850, quando Caxias ainda era empório comercial e exercia marcante influência geopolítica sobre as Vilas e Cidades da Província vizinha do Piauí, quando aquelas não tinham acesso à imprensa da capital Oeiras instalada 15 de agosto de 1832 com “O Piauiense”, serviam-se da imprensa caxiense. Assim alguns jornais caxienses (Jornal Caxiense; O Farol; O Telégrafo) assistiam as cidades piauienses (Campo Maior, Barras, Oeiras, Vila do Poty), publicando matérias de cunho oficial, comerciais, publicações a pedido e diversas matérias versando sobre grupos políticos e seus representantes locais. Neste contexto, vem a estampa do periódico O Liberal Piauiense (1846), apenas editado em Caxias, eminentemente político liberal, ligado à família “Castelo Branco”, opositora dos conservadores “Souza Martins” daquela província, direcionado quase que exclusivamente às vilas e cidades piauienses

Por outro lado, no mesmo período, a imprensa caxiense representada principalmente pelos jornais “O Telégrafo” e “Jornal Caxiense”, recebia influência da imprensa pernambucana, por reali-

zar, com frequência não desprezível, transcrições de matérias variadas daquela província, talvez influenciados pela Academia Jurídica de Olinda formadora de alguns redatores (Frederico Correa e Coutinho de Vilhena).

5. Conclusões

A imprensa caxiense surgida em momento histórico de forte apelo político partidário, seus redatores esforçaram-se para garantir, pelo menos em parte, a liberdade de expressão, direitos individuais, combate ao bacamarte e promoção da disseminação de ideias e conhecimentos que elevaram a consciência dos protagonistas do dualismo político conservador liberal local e de importantes Vilas e Cidade da vizinha Província do Piauí. Com a estabilização das correntes políticas conservadora e liberal na província no 2^a Império, a partir de segunda metade da década de 1850, a imprensa caxiense torna-se, progressivamente, menos política partidária e mais voltada aos interesses agrícola, comercial, industrial, educativo e noticiosa da vida cotidiana caxiense. Suas páginas contêm relevantes fontes primárias de variados e interessantes fatos e curiosidades da vida diária de personalidades que protagonizaram a historiografia caxiense, ora identificadas e selecionadas, podendo servir de referência e auxílio àqueles que se dedicam ao estudo da história da cidade.

Referências bibliográficas

COUTINHO, M. **Caxias das Aldeyas Altas**: subsídios para a sua história. Prefeitura de Caxias, 1980. 211 p.

LOPES, A. **História da imprensa no Maranhão**. DASP. Rio de Janeiro 1959.

MARQUES, C. A. **História da imprensa do Maranhão**: Primeira parte. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: p. 199-225, 1878. p. 1878.

REIS, M. R., Araújo, Lyndon S. **O cotidiano urbano e as práticas de poder nas páginas da imprensa periódica caxiense nas décadas de 1930 e 1940**. 2012.

RIBEIRO, J. D. S. J. O. T. P. e. F.-H. **Performances masculinas em cena: o homem público da Princesa do Sertão à luz da imprensa caxiense**. 18, n. 31, p. 173-188, 2021.

SERRA, J. **Sessenta anos de jornalismo**: a imprensa no Maranhão 1820-1880. 1883.

VIEIRA, M. d. P. d. A.; PEIXOTO, M. d. R. d. C.; KULCSAR, R.; KHOURY, Y. A. J. P. H. R. d. P. d. E. P.-G. d. H. **Imprensa como fonte para a pesquisa histórica**. 3, 1984.

VILANETO, Q. **Catálogo histórico da Imprensa Maranhense**: do prelo ao prego. Editora UEMA, 2008. v. v. 1;v. 3). 9788586036309.

ZICMAN, R. B. J. P. H. r. d. p. d. e. p.-g. d. h. **História através da imprensa**: algumas considerações metodológicas. 4, 1985.

IMPRENSA MARANHENSE NO LIMIAR DO SÉCULO XX

MARCOS FÁBIO BELO MATOS¹

1. Introdução

A história da imprensa no Maranhão remonta à segunda década do século XIX, quando foi fundado, em São Luís, capital do estado, o jornal *O Conciliador do Maranhão*, folha manuscrita que tinha as seguintes características (JORGE, 2008; GALVES, 2015): formato de uma folha de papel almaço, com volume de 4 a 8 páginas; era impresso em tipografia, em duas colunas, publicado duas vezes por semana; estava aberto à colaboração dos moradores com notícias; sua circulação chegou a atingir média de 300 exemplares, por tiragem; as assinaturas iam além da capital, atingindo Caxias, Alcântara, Viana, Parnaíba, Iguará, Itapecuru, Guimarães, Cururu-pu e cidades do Pará. Sobre o seu conteúdo, temos que

As matérias se resumiam em notícias nacionais, transcrição de decretos, editais, variedades, proclamações, cartas do leitor, notícias estrangeiras, entradas e saídas de navios, preços de gêneros, correspondências, textos doutrinários e avisos. Havia pequenos anúncios sobre escravos fugidos e procurados (com marcas de ferro no corpo); compra, venda e troca dessa gente-irmã trazida da África para se submeter aos terríveis castigos e sofrimentos (JORGE, 2008, p. 44-45).

¹ Jornalista. Pós-doutor em Comunicação Social – Unisinos. Professor Associado do Curso de Jornalismo do CCSST (Ufma-Imperatriz). Membro do Lidime e do NEEC. marcosmatos@gmail.com.



Teve vida curta *O Conciliador do Maranhão*: de 15 de abril de 1821 a 1823, sendo que, em 10 de novembro de 1821, deixa de ser manuscrito e passa a ser totalmente confeccionado em tipografia - os primeiros 34 números, que saíram manuscritos, são, supostamente, reimpressos nesse formato; ao todo, tirou 212 edições (GALVES, 2015). A partir da edição de número 77, de 06 de abril de 1822, muda seu título para apenas *Conciliador*.

A fundação do jornal pioneiro da imprensa maranhense não era um fato isolado. Antes, estava inserida numa conjuntura de ampliação das urgências e necessidades de haver circulação de impressos na colônia portuguesa. Como se sabe, em 13 de maio de 1808 (aniversário de Dom João VI), é fundada a imprensa nacional, com a assinatura do decreto que criava a Imprensa Régia. Quatro meses depois, começa a circular o primeiro jornal em terras brasileiras: a *Gazeta do Rio de Janeiro* (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, sd). Este contexto é apresentado por Barbosa (2010, p. 21, grifos da autora):

A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822) inaugura a impressão no Brasil e a circulação regular de periódicos que aqui passam a ser impressos e se tornam, gradativamente, acessíveis a um público mais amplo. Junto com ela ocorrem outras publicações: livros, opúsculos, jornais, boletins e outros impressos clandestinos, como o *Correio Braziliense* (1808-1822). Criam-se condições para que a troca de informações saia da esfera privada para o âmbito público. Há a necessidade política e burocrática de ampliar a comunicação para um território mais amplo e entre um maior número de pessoas. Daí para a necessidade de adesão, aprovação e publicização será só questão de tempo.

Passo importante é dado também em 1821, com o fim da censura prévia, momento em que há uma “proliferação de jornais, inclusive nas províncias mais distantes do Rio de Janeiro” (BAR-

BOSA, 2010, p. 21). Antes disso, segundo Melo (apud JORGE, 2008, p. 31), somente circularam no Brasil a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10.09.1808 e a *Idade d'Ouro do Brasil*, em Salvador, Bahia, em 1811. Depois, na sequência, vieram a *Aurora Pernambucana*, em Pernambuco, em 1821; e *O Conciliador do Maranhão*, em São Luís, 15.04.1821. São esses os quatro jornais mais antigos do Brasil. É um movimento que não retrocederá mais, marcando de forma profunda a existência das diversas províncias espalhadas pela imensa colônia portuguesa que recebera a corte:

Entretanto, a década de 1820, mesmo em capitais distantes da corte do Rio de Janeiro, possibilita a impressão de dezenas de jornais, modificando gradativamente o cotidiano daqueles habitantes. Por ouvir dizer ou por ler, um novo mundo adentra aquele universo impondo também uma nova ortodoxia da linguagem, na qual o mundo manuscrito e o impresso se mesclam ao mundo oral, saindo dele e a ele voltando (BARBOSA, 2010, p. 48).

Na capital do Maranhão, inicia-se um percurso formado por uma série de características, momentos diversos, personagens e algumas centenas de nomes de periódicos, de vida longa e breve, que vão se espalhar por São Luís e pelo interior do estado, em todas as regiões (PINHEIRO, 2007).

Muito dentro das características próprias deste primeiro momento da imprensa no Brasil, que Nelson Werneck Sodré qualificou como imprensa artesanal (SODRÉ, 1983), a imprensa era formada, no Maranhão, de periódicos de vida breve, tiragem pequeníssima, impressão precária e forte engajamento político. A despeito desse quadro, o professor Sebastião Jorge (1987, p. 12) a qualifica como “fase de ouro da imprensa maranhense, quando ela começou a se projetar, pelo valor de grandes nomes que surgem no jornalismo”. É também a fase dos grandes publicistas, que misturavam impren-

sa com política, literatura e erudição; fase da imprensa pasquineira, de vilipêndios deixados nos jornais sob pseudônimos. Sobre os pasquins, explicam CASTRO e FAGUNDES (2012, p. 233):

Seu limiar se dá nas décadas de 30 e 40 do século XIX, apresentando-se em tamanho de papel ofício ou dobrados ao meio, impressos em duas colunas, muitas vezes jogados debaixo das portas das residências na calada da noite, com conteúdo irônico, em forma de paródias, versos, quadrinhas, sátiras e chistes, num festival de insultos, injúrias, falsidades, calúnias, aleivosias, mentiras e desrespeitos, com apelos a cruzadas sanguinárias e à anarquia, revelações de segredos da vida privada, difamações e asquerosidades.

Títulos como *O Cometa*, *O Bem-te-vi*, *O Guajajara*, *O Pica-pau*, *O Caboclo Maranhense*, *Figa*, *A Malagueta Maranhense*, *Patusco*, *Tigre*, *Arre e Irra*, *Brado do Povo*, *Palmatória*, *Cacete*, *Matraca* foram responsáveis pela proliferação de um jornalismo de linguagem ferina, desrespeitosa, mas de muita criatividade, e deixaram nas páginas impressas da imprensa do Maranhão textos como esses:

Corpo mal feito, e alma viperina,
A cara é de mono petulante:
Mas roendo seus ossos à tolinha.
A boca é asquerosa e arrogante,
Grandes os dentes são lá da frontina,
Renegado, com Sotero se parece
O tal mono, veja lá se o conhece
(O BEM-TE-VI, 25.08.1838 apud JORGE, 1998, p. 109)

Os jansens são muito larápios, ratoneiros e assassinos, e agora (ah! Malvados!) acabam de fazer um insulto ao nosso povo. Em vez de pintarem um Jansen na folha de descomposturas, foram pintar um caboclo [nome de um jornal com esse título]
(O PICA-PAU, n. 06, de 1842, p. 02 apud JORGE, 2008, p. 184)

Mais à frente, a imprensa maranhense vai ser identificada também pela proliferação de periódicos fortemente literários. É o que registra Leão (2013, p. 484, grifos do autor):

A imprensa maranhense conheceu ainda, no entanto, um grande número de outros jornalistas e periódicos com intensa atividade [para além do jornalismo político e pasquineiro] não somente na capital da Província, mas também pelas cidades do interior do Maranhão. Foram muitos os jornais e revistas postos em circulação, sobretudo em virtude do significativo crescimento do parque tipográfico instalado principalmente em São Luís. Nesta fase de prosperidade e crescimento do jornalismo maranhense, é possível enfatizar a atuação de alguns importantes periódicos literários, a maioria com uma duração muito breve, mas que foram decisivos para a consolidação do *mundo literário* da Província, uma vez que ofereceram espaço para a publicação da abundante produção poética que o Maranhão conheceu logo após a criação de um parque tipográfico.

Num levantamento quantitativo, Assunção e Gadini (2015) informam que a estimativa é de que 64 títulos de jornais, no século XIX, no Maranhão, tinham a natureza de literários. Nele se destacavam, por exemplo, nomes como Maria Firmina dos Reis (ZIN, 2018), Gonçalves Dias, Joaquim Serra, Sotero dos Reis, Antonio Henriques Leal, Joaquim de Sousândrade, Teófilo Dias, Celso de Magalhães (LEÃO, 2013). Muito do que se tem hoje forjado de valor literário do Maranhão se deu pela presença desses intelectuais, militantemente, nas páginas dos jornais, em periódicos como o *Semanário Maranhense*, um dos mais importantes representantes dessa fase, sobre o qual afirma Leão (2013, p. 493):

[...] importante periódico literário da segunda metade do século XIX, responsável pela publicação e reconhecimento da copiosa produção de toda uma nova e importante geração de intelectuais e

literatos maranhenses, após o desaparecimento de Gonçalves Dias, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Gomes de Sousa e Trajano Galvão de Carvalho, no período de apenas dois anos, entre 1863 e 1864, como, aliás, atesta o seu próprio editorial de fundação [...].

2. Pacotilha e os jornais finisseculares

A imprensa maranhense que se percebe chegar ao fim do século XIX e início do século XX já vai trazer características um pouco distintas dessas das primeiras fases desde o seu nascimento. Ela estará mais vinculada às características da fase industrial (SODRÉ, 1983), reconhecida como aquela distinta das fases da imprensa da colônia, independência, pasquins e império. A maioria dos seus jornais vai estar no conjunto do que Martins (2006) vai qualificar de grande imprensa. No caso de São Luís, esta imprensa será representada por periódicos como: *Diário do Maranhão*, *O Federalista*, *O Imparcial*, *O Combate*, *A Hora*, *O Jornal*, *Diário de São Luís* e *Pacotilha*.

Para situar no espaço, no tempo e na simbologia, resta dizer que este é o período que no Maranhão se vivia a época da “loucura industrial”, nas palavras de Jerônimo de Viveiros (1954), ou da “dissenteria fabriqueira”, nas palavras de Fran Pacheco (1922). É época em que, saindo da abolição da escravatura, os aristocratas acorreram para um processo de industrialização de afogadilho, levados pelas promessas do encilhamento². Foi também por essa época que a cida-

2 “Entre 1889 e 1892, o então ministro das Finanças, Rui Barbosa, da recém-criada república instituiu a política de fomento e expansão do crédito por meio da tomada de empréstimos no exterior, para o desenvolvimento de empreendimentos no ramo do comércio e da indústria. Essa política ficou conhecida como Encilhamento e uma das suas conseqüências foi o investimento de capitais na industrialização de maneira desordenada, muitas vezes apenas para justificar os valores emprestados e, ato contínuo, a falência de muitos empreendimentos mal planejados. Encilhamento era uma gíria carioca, uma referência direta ao lugar, no hipódromo, onde se colocavam os cavalos” (MATOS, 2016, p. 70).

de de São Luís recebeu um novo epíteto: além de Athenas Brasileira, passa a ser chamada de Manchester do Norte, pela grande quantidade de fábricas que então ostentava na sua geografia:

As fábricas que o Maranhão possuiu nesta fase estão assim distribuídas: 10 de fiação de tecidos de algodão; 1 de fiação de algodão; 1 de tecido de cânhamo; 1 de tecido de lã; 1 de meias; 1 de fósforos; 1 de chumbo e pregos; 1 de calçados; 1 de produtos cerâmicos; 4 de pilar arroz; 2 de pilar arroz e fazer sabão; 1 de sabão; 2 de açúcar e aguardente. Dessas, 17 eram Sociedades Anônimas e 10 de particulares. E a grande maioria ficava na capital (MATOS, 2002, p. 53).

Esse cenário também vai impactar, de maneira conjuntural, a forma de se conceber a imprensa. Como informa Barbosa (2010, p. 117):

A partir dos anos 1880, os jornais, sobretudo do Rio de Janeiro, então capital de uma República que começa a dar os primeiros passos, assumem nova configuração. As letras impressas que se esparramavam há décadas pelas mais importantes cidades do país, criam, gradativamente, um público letrado. Os periódicos vivem a febre da modernização.

Em maior ou menor grau, a modernização alcança a imprensa maranhense, sobretudo a que se concentra na capital, São Luís. Prova disso pode ser encontrada no jornal *Pacotilha*. Sua fundação se deu em 1880, em formato de quatro páginas e, em 1881, suspendeu pela primeira vez suas atividades por quatro meses (de 23 de janeiro a 10 de abril), para efetivar alguns ajustes. Depois desse lapso, reabre já com tiragem diária, com seis edições por semana. Teve uma segunda interrupção entre 1931 e 1934, sendo retomado depois até 1938, quando finalmente se extingue. A *Pacotilha* é considerado um dos mais longevos periódicos da imprensa maranhense, contando com 58 anos de existência. Foi ainda o primeiro jornal diário do estado, com uma tiragem que, em 1900, alcançava 2 mil exemplares

– número considerado alto, se se levar em conta que, por esta época, São Luís tinha 36.798 habitantes pelo recenseamento, o que representa 5,43% da população (SALGADO FILHO, 2019).

O conteúdo da *Pacotilha* se assemelhava ao que os demais jornais dessa época publicavam, com variações aqui e ali. Constavam, em geral do seguinte:

Os anúncios eram muitos e variados. Preenchia (sic) toda a primeira página, como: assinatura do jornal, a 3\$000 por trimestre e o número avulso 40 réis; anúncios até cinco linhas grátis para assinantes; correspondência de interesse particular, 20 réis por linha; empresas de navegação, fotografia feita pelo sistema de porcelana, chapéus de homens e mulheres de todo tipo e qualidade, luvas, perfumes, cortes de gorgorão, cotações de produtos da praça, boné, *marchê*, escravos para venda, compra e aluguel, costureira, liquidação de banha de porco, artigos de luto, serviços de parteiras, ama de leite, palitos franceses, cartões de loteria, filó, chá inglês, cortinados, cerveja marca onça, luvas, meias finas, sapatos de seda. [...] Trazia, ainda, anúncios de remédios: [...]. Da pauta de exportação do Maranhão constavam: açúcar, café, algodão, farinha, mel, goma, couro seco, carne, milho, feijão, azeite, redes, fazendas, chapéus, móveis. *Mensagens de amor* (JORGE, 2008, p. 333-334, grifos do autor).

Também convém frisar que por este jornal circularam nomes importantes da inteligência de São Luís, no limiar do século XX. Nomes como Aluízio Azevedo, Dunshee de Abranches, Magalhães de Almeida, Nascimento de Moraes, Fran Pacheco, dentre outros. Assim como os demais periódicos desta fase (e de fases anteriores), os jornais abriam espaço para a expressão de nomes atuantes na cultura, na política, na literatura do estado – e que, no futuro, se tornariam célebres, muitos deles compondo o panorama clássico da literatura maranhense.

No período que destacamos como fins do século XIX e inícios do século XX, que determinamos para esta análise como de 1880 a 1910, temos que, nos registros do Catálogo de Jornais Maranhenses

do Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2007), estão presentes: 78 títulos fundados em São Luís e 48 no interior do estado, perfazendo o total de 126 periódicos. Convém registrar que, de acordo com Pinheiro (2007, p. 03), “Na primeira versão [do catálogo, publicada em 1981], havia 446 títulos e na segunda edição [esta publicada em 2007] o número é de 510 títulos [considerando-se o tempo de 1821 a 2007]”. Isso demonstra a pujança que configurou o trajeto da imprensa nas terras maranhenses, quer na capital, por razões quase óbvias ligadas ao desenvolvimento e à simbologia de ser São Luís a capital do estado, quer no interior³.

Também é preciso pontuar a importância das revistas neste período de mudança entre séculos. Como se vai ver no tópico seguinte, as revistas foram também agentes divulgadores de um discurso modernizador no estado, com destaque inequívoco para a *Revista Elegante* (1892-1905) e a *Revista do Norte* (1901-1906). A primeira, que iniciou quinzenal e depois se tornou mensal, com distribuição gratuita, foi a pioneira publicação maranhense a trazer o uso de imagens fotográficas, por meio da técnica de reprodução de clichês de imagens impressas originadas de cópias de fotografias. A segunda, capitaneada por Antônio Lobo e Alfredo Teixeira (dos Armazéns Teixeira), que também iniciou como quinzenário passando a mensário no seu último ano de funcionamento, foi assim qualificada:

A *Revista do Norte*, ricamente ilustrada, teve a sua existência marcada, principalmente, pela forte presença de fotogravuras em suas edições, além de desenhos, gravuras e cartuns, aliados a ilustração com ornamentação e arabescos em flores e folhagens nas barras, molduras e margens em suas páginas (SILVA, FERREIRA JÚNIOR, 2018, p. 09).

3 Aqui vale o registro da trajetória da imprensa em Imperatriz, elaborado por Assunção (2018) e o da imprensa caxiente, reunido por Vilaneto (2008).

Entre periódicos grandes e pequenos, com tiragens volumosas ou ínfimas, de vida longa ou curtíssima, jornais ou revistas, a imprensa maranhense dessa época foi marcada por apresentar características mais próximas de um jornalismo industrial, além de ser uma espécie de arauto da modernidade.

3. A imprensa e o discurso modernizador

Como reconhece Barbosa (1997), a imprensa tem, além da sua função primeva da divulgação de notícias e ideias, outra bastante importante: funciona como difusora de comportamentos.

Isso pode ser verificado em diversas situações, pelos jornais da capital e do interior, em relação à chegada de uma como que modernidade ao Maranhão, a partir das últimas décadas do século XIX. Uma atitude que estava vinculada a uma postura mais ampla, que também acontecia pelas cidades mais desenvolvidas do país:

Os últimos anos do século XIX anunciam drásticas transformações. Envolvido pela ideologia do progresso, que iguala a ideia do novo à civilização, comparando-a com atitudes europeias, notadamente francesas, o Rio de Janeiro se cobre não apenas de cenários de concreto que anunciam o novo tempo, como também de ecos dos jornais e revistas que disseminam pelos quatro cantos o discurso da modernização (BARBOSA, 2010, p. 119).

Aqui, ali e alhures, o discurso da imprensa finissecular era marcadamente modernizador, o que deixa clara a ideia de “vontade de verdade” que apregoa Foucault (2014). Também se se quiser, pode-se pensar esta estratégia midiática como uma espécie de Teoria do Agendamento que punha em prática o tema “modernização” (WOLF, 1995). Por onde quer se queira pensar e teorizar, é fato que a ideia de modernidade, de modernização estava impregnada nas

páginas de jornais e revistas, entre o fim do século XIX e início do século XX por todos os cantos do país, das capitais mais industrializadas às cidades menores que iniciavam seu processo de urbanização.

Mas não só na imprensa. Estava, na verdade, em todo lugar. Flora Sussekind, no seu belíssimo trabalho *Cinematógrafo de Letras*, registra como a ideia da modernidade invade o universo da literatura, deixando diversos relatos. Como este, de uma crônica de João do Rio, no livro *Cinematógrafo*:

Vede o espectador teatral. Logo que o último ato chega ao meio, ei-lo nervoso, danado para sair. Para quê? Para tomar chocolate de pressa. E por que de pressa? Para tomar o bond onde o vemos febril ao primeiro estorvo. Por quê? Porque tem pressa de ir dormir, para acordar cedo, acabar de pressa de dormir e continuar com pressa as breves funções da vida breve. (RIO, *Cinematógrafo*, 1909 apud SUSSEKIND, 1987, p. 103).

Numa tentativa de síntese da postura da imprensa, sobretudo os jornais, em relação à difusão dos discursos sobre a modernidade, MATOS (2016, p. 117-118, grifos do autor) afirma:

Um exemplo da função do jornal como sujeito efetivador de um discurso de positividade para com a modernidade pode ser dado pela análise de textos de jornais cariocas da virada do século XIX para o XX. O primeiro exemplo é a frase, título de uma crônica que virou símbolo-síntese das reformas urbanas na cidade, empreendidas por Pereira Passos, na esteira das reformas de Paris do Barão Haussmann: “O Rio Civiliza-se!”. Ela foi cunhada por Figueiredo Pimentel, considerado o maior cronista social da cidade, que escrevia na *Gazeta de Notícias*, jornal de propriedade de Ferreira de Araújo e com fama de ser “o melhor jornal brasileiro da época” (MARTINS, 2006, p. 48), e passou a ser o slogan da representação do momento modernizador por que a cidade – e também o país – passava. É quase um enunciado metonímico, na medida em que

traz, em si, o discurso de muitos outros jornais e jornalistas que tinham a mesma postura positiva de recepção às transformações que assaltavam a capital da recém-criada república. Esta postura de manutenção de um discurso receptivo à modernidade nos jornais está também presente em João do Rio, outro jornalista da *Gazeta de Notícias*, que, em inúmeras crônicas, reportagens e em alguns livros, fez a apologia do progresso: incorporando elementos da ‘cultura moderna’ em seus textos, como por exemplo, os títulos “Vida Vertiginosa”, “Cinematógrafo” e “A Alma Encantadora das Ruas” que deu a três livros seus; criando uma expressão para representar a ‘ontologia’ moderna (Honus Cinematograficus); pautando os assuntos modernos, recorrentemente, em seus textos.

No caso do Maranhão, alguns exemplos podem ser elencados. Do interior, mais especificamente de Caxias, Pessoa (2009, p. 42) registra um trecho do discurso de Dias Carneiro, advogado, poeta, dono de terras e representante do Maranhão na Câmara de deputados do Império, que assim se expressa:

Os tempos que correm exigem, do brasileiro em geral, e dos maranhenses em particular, a concentração de todas as forças ativas da inteligência em assuntos práticos. Estamos na época dos trabalhos positivos, lançando com providência louvável os alicerces que devem servir ao edifício que esta província há de necessariamente levantar a sua futura grandeza.

Assim também se expressariam os jornais sobre as fábricas que iam se espalhando por São Luís, como neste trecho da *Pacotilha*, sobre o evento do lançamento da pedra fundamental da Fábrica de Tecidos Rio-Anil:

Uma era de prosperidade para a Pátria Maranhense que de há certo tempo para cá vai despertando do marasmo, da indiferença em que permaneceu longos anos, da atrofia, com o organismo depauperado pelos vícios da escravidão.

As fábricas surgem de toda a parte e com elas o despertar de uma vida nova, cheia de atividades, urgida pelo progresso, prometendo-nos um futuro bonançoso que compense a esterilidade do passado. O dia de amanhã [do lançamento da pedra fundamental] ficará para sempre nos anais do nosso Estado (PACOTILHA, SÃO LUÍS, 23.08.1891).

O professor José de Ribamar Caldeira, na sua tese de doutorado, *A implantação da indústria no sistema agro-exportador maranhense (1875-1895)* (apud CORREIA, 2006), chama os apologistas da implantação das fábricas na capital do Maranhão de “fabrilistas”, que tinham como característica maior produzir e disseminar este discurso entusiasta sobre elas.

Também assim o era com as demais tecnologias desembarcadas no Cais da Sagração. Quando o jornal *Pacotilha* contrata o seu serviço telegráfico, em 1895, as suas páginas registram:

A necessidade de um serviço telegráfico nesta capital, onde só temos conhecimento dos factos, ainda os mais importantes, que se dão na capital Federal e nos Estados, pelas transcrições de outros jornais, era de há muito sentida.

Procurando melhor servir o publico e fazer cessar essa como segregação a que estavamos condenados, resolveu a Pacotilha contratar um serviço telegraphico, relativo não só ao Brazil, mas ainda aos factos notaveis do exterior. Esse serviço será diário, e far-se-ha com a possível regularidade e presteza (PACOTILHA, SÃO LUÍS, 30 abr. 1895).

No caso da chegada da energia elétrica a São Luís, o *Diario do Maranhão*, sob o título “Luz electrica no Maranhão”, registra:

Fomos ante-hontem á noite vêr a illuminação e connosco muitas outras pessoas, tendo todas verificado quanto é ella de grande claridade e brilhantismo.

O estabelecimento fecha às 8 horas, pelo que até essa hora deve ir até lá quem desejar por si mesmo verificar a excellencia da luz e a beleza da iluminação (DIARIO DO MARANHÃO, SÃO LUÍS, 08.07.1895)

O espetáculo foi proporcionado pela empresa Maia Sobrinhos & Cia, situada na Rua Formosa, com 50 lâmpadas que deixavam iluminados os armazéns e o andar superior do prédio.

Igual êxtase com o efeito da luz elétrica registrou o jornal *O Federalista*, já em 1902, quando noticia uma das sessões cinematográficas do Bioscópio Inglês, no Teatro São Luís: “O Theatro nas duas noites esteve no interior todo illuminado a luz electrica.” (O FEDERALISTA, 15.07.1902).

Outro exemplo desta postura efusiva traz Matos (2004), desta vez abordando como os jornais *Pacotilha*, *O Federalista* e *Diario do Maranhão* trataram de qualificar os aparelhos cinematográficos que passaram por São Luís, entre 1898 e 1909, no que se convencionou chamar de “Ciclo do Cinema Ambulante em São Luís” (MATOS, 2002):

A novidade maquinica que representava o processo cinematográfico também se demonstra em todos os termos laudatórios com que a propaganda e a imprensa o apresentavam: “maravilhoso invento” para o cronofotógrafo; “aperfeiçoadíssimo aparelho” para o Bioscópio Inglês; “moderno aparelho” para o Alethorama; “Cinematógrafo falante! Novidades sensacionais! Magnífico aparelho!” para o Cinematógrafo Hervet; “A maior novidade cinematográfica e o melhor aparelho falante ouvido até hoje” para o Cinematógrafo da empresa Maurice & Linga; “Grande cinematógrafo automático. O aparelho mais aperfeiçoado que tem vindo a esta capital”, para o Cinematógrafo Fontenelle; “Aparelho sem trepidação! Nitidez absoluta”, para o Norte-Americano; “Todas as novidades em cinematografia! Aparelho sem trepidação! Nitidez absoluta” para o Pathé (MATOS, 2004, p. 160).

O Maranhão, mas principalmente sua capital, São Luís, passavam então por um processo de mudança de uma conjuntura. As fábricas talvez fossem a face mais ostensiva dessa alteração para uma imagem mais moderna. Mas muito mais elementos modernos estavam espalhados pela cidade – concretos e abstratos.

Exemplos desta modernização não nos faltam, nesta época: em 1884, chega à cidade o telégrafo terrestre; em 1890, são instaladas as primeiras linhas de telefone; a partir de 1888, começam a salpicar pela geografia da ilha as primeiras fábricas; a imprensa passou a ser mecanizada já em 1866; a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, a maior fábrica que a cidade recebeu, foi instalada em 1893; o Velódromo São Luís, que provavelmente ficava na Rua Rio Branco, recebia corridas em 1901; o automóvel chegou à capital em 1903; a Praça João Lisboa e o Largo do Carmo recebiam obras de “aformoseamento”, em 1902, estas em compasso com as demais reformas urbanas que aconteciam no país e no mundo, como as do Rio de Janeiro, tocadas pelo prefeito Pereira Passos e as de Paris, capitaneadas pelo Barão Haussman.

Todas essas “novidades” iam, como já se mostrou, desembarcar nos jornais, que, via de regra, lhes davam uma acolhida bastante positiva, com muitos elementos de descrição, muitos adjetivos superlativos. A ciência, a tecnologia, o maquinismo passaram a ser pauta constante dos jornais da virada entre séculos XIX-XX. Senão, vejamos como saudou o novo século o jornal *Pacotilha*, de 1º de janeiro de 1901: “Ao seculo do industrialismo, da liberdade, da glorificação do trabalho e das grandes descobertas sucede hoje o seculo XX (...)”.

4. Considerações finais

Analisar a imprensa maranhense, no limiar do século XX, é se deparar com um mecanismo social fortemente vinculado à ideia da modernidade – no que se pode falar de modernidade, em um estado periférico e distante do epicentro nacional: o Rio de Janeiro recém-elevado ao papel de capital da República.

A imprensa cumpre um importante papel de divulgadora, além de notícias, de ideias sobre a modernização que então se fazia em curso, também nas demais capitais e grandes cidades. As folhas impressas dos muitos jornais passaram a trazer notícias, locais, nacionais e internacionais, com uma ideia de informação mais próxima do que entendemos hoje, e menos afeita ao debate político, como faziam os jornalistas-intelectuais das primeiras décadas do século XIX, desde *O Conciliador do Maranhão*.

Pelas páginas de jornais como *Pacotilha*, *O Diário do Maranhão* e *O Federalista* e de revistas como a *Revista Elegante* e a *Revista do Norte*, desfilaram notícias sobre cinematógrafos, luz elétrica, instalação de fábricas, velódromo, automóvel, telefones, as obras de “aformoseamento” da Praça João Lisboa e Largo do Carmo e mesmo as notas sobre as remodelações de Paris e do Rio de Janeiro, muitas delas já trazidas pelos telégrafos.

Funcionando como uma espécie de “pedagogo da modernidade”, esses jornais e revistas foram fundamentais para que São Luís e muitas cidades do interior, como Caxias, absorvessem novidades práticas e abstratas.

Além de tudo, essa imprensa forjou as bases de um sistema que iria se profissionalizar, décadas à frente, e ampliar sua estrutura, para abarcar, por exemplo, o rádio e a TV.

Daquele jornalismo quase artesanal, emergiu uma imprensa de bases industriais, que se consolidou e cruzou mais um século – chegando ao século XXI.

Referências

Jornais

Pacotilha, São Luís, 23 de agosto de 1891

Pacotilha, São Luís, 30 de abril de 1895

Pacotilha, São Luís, de 1º. de janeiro de 1901

Diário do Maranhão, São Luís, 08 de julho de 1895

O Federalista, São Luís, 15 de julho de 1902.

Bibliografia

ASSUNÇÃO, Thays. *História da imprensa em Imperatriz: 1930-2010*. São Luís: Edufma, 2018.

BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). *Intercom*, v. 20, n. 2, p. 87-102, jul./dez. 1997.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

CASTRO, Sílvio Rogério Rocha de, FAGUNDES, Esnel José. SÃO LUÍS 400 ANOS: breve levantamento do jornalismo impresso em São Luís do Maranhão. *CAMBIASSU – EDIÇÃO ELETRÔNICA Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA - ISSN 2176 – 5111 São Luís - MA, Janeiro/Junho de 2012 - Ano XIX - Nº 10*

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: quem é essa mulher?* Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: Edufma, 2006.

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GADINI, Sérgio Luiz; REIS, Thays Assunção. Em busca de uma história do jornalismo cultural no Maranhão. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. *Anais [...]*, Porto Alegre, 2015.
- GALVES, Marcelo Cheche. *“Ao público sincero e imparcial”*: imprensa e independência na província do Maranhão (1821-1826). São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.
- JORGE, Sebastião. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão: 1821-1841*. São Luís: PPPG-EDUFMA, 1987.
- JORGE, Sebastião. *A linguagem dos pasquins*. São Luís: Lithograf, 1998.
- JORGE, Sebastião. *A imprensa do Maranhão no século XIX (1821-1900)*. São Luís: Lithograf, 2008.
- LEÃO, Ricardo (Ricardo André Ferreira Martins). *Os atenienses e a invenção do cânone nacional*. 2 ed. São Luís: Instituto Geia, 2013.
- MATOS, Marcos Fábio Belo. *...e o cinema invadiu a Atenas*: a história do cinema ambulante em São Luís. São Luís: FUMC, 2002.
- MATOS, Marcos Fábio Belo. *Cinema em São Luís*: a pedagogia do moderno. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da, MATOS, Marcos Fábio Belo. *Comunicação: outros olhares*. São Luís: NEEC, 2004.
- MATOS, Marcos Fábio Belo. *Ecos da modernidade*: uma análise do discurso sobre o cinema ambulante em São Luís. Passo Fundo: Méritos, 2016.
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. *Operários da saudade*: os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: Edufma, 2006.
- OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. 200 anos de imprensa no Brasil. s.d.
- PACHECO, Fran. *Geografia do Maranhão*. São Luís: Tipografia Teixeira, 1922.

PESSOA, Jordânia Maria. *Entre a tradição e a modernidade: a belle époque caxiense*. Imperatriz: Ética, 2009.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Um mapa da difusão do jornalismo maranhense nos séculos XIX e XX. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2007, São Paulo. *Anais [...]*, São Paulo: INTERCOM, 2007. p. 01-18.

SALGADO FILHO, Natalino. *A reorganização do serviço sanitário do Maranhão no início do século XX*. São Luís: Edufma, 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite*. São Luís: Edições Secma, 2007.

SILVA, Amanda da Silva, FERREIRA JÚNIOR, José. A Imprensa Ilustrada Maranhense: a Revista do Norte (1901-1906). In: *Encontro Nordeste de História da Mídia*, 5., 2018, Recife. *Anais [...]*, Recife, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VILANETO, Quincas. *Catálogo histórico da imprensa caxiense: do prelo ao prego*. V3. Caxias, 2008.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão: 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 2.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX. *Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)*, São Luís, v. 4, n. especial - dossiê temático, p. 15-27, 2018.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa, Portugal: Editora Presença, 1995.

SOBRE AS ORIGENS DO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO¹

RAMON BEZERRA COSTA²

FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO³

1. Apresentação

Remontar a trajetória de um dos maiores jornais impressos do estado do Maranhão, como não é raro na mídia escrita, implica em voltarmos algumas décadas para antes mesmo dele ter o nome pelo qual é conhecido hoje. Mais do que simplesmente satisfazer uma curiosidade, retroceder às origens de um meio de comunicação significa organizar as relações e controvérsias que elaboram as condições de possibilidade para que o veículo exista em seus jogos de sentido.

Uma história do *Estado do Maranhão* certamente poderia render muitos livros com enfoques diferentes: os personagens, as materialidades tecnológicas, as disputas políticas e econômicas, entre muitos outros possíveis. Neste artigo, escolhemos uma abordagem descritiva para oferecer a possibilidade, a quem assim desejar, de

1 Uma versão deste texto foi publicada nos anais do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste (Junho de 2008) e na Revista PJ: Br (n. 10, julho de 2008).

2 Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Maranhão. Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador do Grupo de Pesquisa ETC/UFMA/CNPq (Comunicação, Tecnologia e Economia). E-mail: ramon.bezerra@ufma.br.

3 Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi presidente da Fundação Municipal de Cultura de São Luís (Func). É Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular. E-mail: franciscogoncalves-daconceicao@gmail.com.



aprofundar os dados organizados como preferir, seja pela geografia dos locais da cidade de São Luís que são citados, pelos atores desta história e seu papel na produção de sentido ou seguindo as predileções de sua imaginação.

Após a leitura, se você sentir que alguma figura central dessa trajetória ficou de fora, mormente por conta do exíguo espaço, tome isso como um convite para continuar as pesquisas; afinal, a história não é única.

2. O *Jornal do Dia*

Periódico de caráter político, o *Jornal do Dia* – um órgão a serviço da comunidade circulou pela primeira vez em 8 de março de 1953. Nessa época, tinha como diretor Arimathéia Athayde e como gerente Renato Carvalho. Nos seus primeiros anos, o jornal tinha oito páginas e funcionava na rua Joaquim Távora, número 105-B, hoje rua de Nazaré. Arimathéia Athayde esteve à frente do jornal até 12 de agosto de 1953, quando Renato Carvalho assume a direção. Um mês depois, o então deputado Raimundo Emerson Bacelar⁴, também diretor da Rádio Timbira⁵, compra o periódico.

4 Raimundo Bacelar é o irmão mais velho de Magno Bacelar. O segundo foi prefeito da cidade de Coelho Neto (2005-2008) e um dos responsáveis pela criação da primeira emissora de TV do estado, a TV Difusora.

5 Inicialmente chamada de Rádio Difusora, foi inaugurada em 15 de agosto de 1940 e é a primeira rádio oficialmente criada no Maranhão. Era controlada pelo governo do estado e recebe a denominação de Rádio Timbira quando, em 1944, passa a ser administrada pelos Diários Associados.



Figura 1: primeira edição do Jornal do Dia – 08 de março de 1953.

Em 04 de julho de 1955, Raimundo Bacelar sai da direção do jornal⁶ e é substituído por José Bento Neiva e pelo deputado Eurico Bartolomeu Ribeiro⁷ como diretor responsável. Nessa mesma data, o jornal troca de slogan, passando a se chamar *Jornal do Dia – alma e pensamento da cidade*. No mês de setembro, o deputado Cid Car-

6 Há indícios de que em 1955, quando muda de slogan e de diretor, Raimundo Bacelar vende o jornal para Alexandre Costa, com quem ficará até 30 de setembro de 1958 – última edição do jornal localizada pelos autores.

7 Nascido em Pedreiras, no dia 1 de agosto de 1928, foi governador interino do Maranhão entre 25 de março de 1956 e 9 de julho de 1957 e apoiou José Sarney para governador em 1965.

valho⁸ assume a direção do jornal. Essa primeira fase do periódico termina no ano de 1958, com o título pertencendo a Alexandre Alves Costa⁹ e o jornal ficando pouco mais de um ano sem circular, até o momento em que é adquirido por Alberto Aboud.

Benedito Buzar, escritor e jornalista que trabalhou no *Jornal do Dia*, em entrevista realizada no dia 07 de março de 2008, falou que este jornal ficou um período sem circular, exatamente entre a venda do título de Alexandre Costa para Alberto Aboud, mas ele não sabe exatamente o período. A Biblioteca Pública Benedito Leite só possui as edições do *Jornal do Dia* de 8 de março de 1953 até 30 de setembro de 1958 e de 17 de janeiro de 1960 até 01 de maio de 1973 (quando mudou de nome). O que nos leva a considerar que o jornal não circulou entre outubro de 1958 e janeiro de 1960, quando foi relançado com novo dono.

-
- 8 Cid Rojas Américo de Carvalho nasceu em novembro de 1923. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, foi filiado ao partido comunista durante a juventude, mas se aproximou do *Vitorinismo* e entrou no PST. Coordenou o jornal *Vitorinista Diário da Tarde*, o que o projetou politicamente no Maranhão. Foi um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), através do qual foi eleito deputado federal por vários mandatos. Participou da Assembleia Nacional Constituinte e defendeu o mandato de cinco anos para José Sarney. Finalizou sua vida política em 1992, quando renunciou ao mandato por medo de perdê-lo, devido às investigações da CPI de Orçamento do Congresso Nacional.
- 9 Nasceu na cidade de Caxias no dia 13 de outubro de 1921. "As portas" da política se abriram para ele após seu cunhado, Eugênio de Barros, assumir o governo do Maranhão, mesmo após a greve de 1951 contra sua posse. Dentre os cargos públicos que ocupou estão: prefeito de São Luís, vice-governador, deputado federal (dois mandatos) e senador (quatro mandatos). Alexandre participou da campanha que conduziu José Sarney ao governo do estado em 1965. Após o golpe de 1964, filiou-se a Arena e através desta legenda se elegeu senador pela primeira vez em 1970. Ele faleceu no dia 29 de agosto de 1998 enquanto exercia o mandato de senador.



Figura 2: última edição encontrada pelos autores, na Biblioteca Pública Benedito Leite, da primeira fase do *Jornal do Dia* – 30 de setembro de 1958.

No dia 01 de outubro de 1959 é constituída a Empresa Jaguar LTDA, uma instituição com o objetivo de “explorar o ramo do comércio de serviços gráficos e correlatos, assim como a manutenção de um órgão de imprensa sob a denominação de *Jornal do Dia*”¹⁰. O contrato da empresa foi assinado por Alberto Wady Chanes Aboud, Benedito Rabelo dos Reis, Raimundo Vieira da Silva, José Ribamar Teixeira de Araújo, Alexandre Francis e Celeste Haickel. Destes,

10 Informação encontrada em um caderno especial da edição do dia 01 de maio de 1999 do jornal *O Estado do Maranhão*, em comemoração aos 40 anos do periódico.

Alberto Aboud tinha a maior parte das ações e passa a controlar, diretamente, o funcionamento do jornal. A criação da Empresa Jaguar inicia uma nova fase do *Jornal do Dia*, depois de mais de um ano sem ser publicado, e hoje é considerada pelo Grupo Mirante de Comunicações como o marco de fundação do atual *O Estado do Maranhão*, momento em que o grupo considera como o início da sua história.

Trazendo como manchete principal os problemas entre o PTB e o então governador do Maranhão, Matos de Carvalho, no dia 17 de janeiro de 1960, circulou a primeira edição da nova fase do *Jornal do Dia*. O jornal foi instalado em um casarão na Rua José Augusto Correia, número 199, hoje Rua de Santana. A sede do jornal mantinha ligação, pelos fundos, com a residência pessoal de Alberto Aboud, localizada na rua grande, onde funcionou a *Loja Mesbla* e depois a *Loja Insinuante*. O jornal circulava seis vezes por semana (terça a domingo) e trazia no expediente Alberto Aboud como diretor responsável, José Ribamar Teixeira Araújo como diretor-adjunto e Walbert Pinheiro como secretário. Entre os jornalistas que trabalharam no *Jornal do Dia* estão: Ribamar Fonseca¹¹, Sebastião Jorge¹², Edson Vidigal¹³ e Carlos Cunha.

11 Ainda trabalhou muitos anos no jornal *O Estado do Maranhão*.

12 Advogado, é também professor aposentado do Departamento de Comunicação Social da UFMA e responsável por pesquisas sobre a história da imprensa maranhense.

13 Mesmo com a mudança de nome em 1973, Vidigal continuou trabalhando no jornal *O Estado do Maranhão*. Ainda atua na política, foi presidente do Superior Tribunal de Justiça e é professor do Departamento de Direito da UFMA.



Figura 3: primeira edição do *Jornal do Dia* enquanto propriedade de Alberto Aboud – 17 de janeiro de 1960.

Alberto Wady Chanes Aboud era de uma família de empresários libaneses que chegaram a São Luís no início do século XX. As empresas da família englobavam uma companhia de navegação fluvial, usinas de extração de óleo, algodão e beneficiamento de arroz. Aboud entrou no ramo da imprensa por pura conveniência política, pois julgava que para executar um projeto político e alcançar a vida pública precisava de um veículo de comunicação. Por isso, negociou com Alexandre Costa a compra do *Jornal do Dia*. Porém, mesmo antes de comprar o jornal eleger-se deputado estadual pelo PTB

em 1958 e em 1962 entrou para a Câmara Federal pelo PSD, partido do então chefe político do Maranhão, Vitorino Freire¹⁴. Alberto Aboud ficou no PSD até 1965, quando foi apoiar o candidato das Oposições Coligadas para o governo do estado, José Sarney – esse apoio se materializou, entre outras coisas, na disposição do *Jornal do Dia* à campanha de Sarney. Após o golpe Militar, com a extinção dos partidos políticos e a implantação do bipartidarismo, Aboud filia-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e através dessa legenda é re-eleito à Câmara dos Deputados. Em 1968, já fora da administração do *Jornal do Dia*, é eleito prefeito de São José de Ribamar¹⁵.

No ano de 1968, o então governador do Maranhão pela Arena, José Sarney (1966 a 1970), entra para o quadro societário do *Jornal do Dia*. Neste ano, Alberto Aboud havia vendido o periódico a um grupo político formado por José Ribamar Maranhão, que possuía metade das ações do jornal, e a outra metade pertencia a um grupo formado por Clodomir Millet¹⁶ e Nunes Freire¹⁷. Em novembro de 1968, segundo citação de José Sarney na edição do dia 01 de maio de 1999, do jornal *O Estado do Maranhão*, ele trocou sua casa na rua Rio Branco, número 228, pelas ações de José Ribamar Maranhão, ficando com metade delas, pouco depois, adquire as outras, tornando-se o proprietário do *Jornal do Dia*. É também no ano de 1968

14 Vitorino de Brito Freire, natural do município de Pedra-PE, nasceu no dia 28 de novembro de 1908. Em 1945, na Assembleia Constituinte após o governo Vargas, o PSD elegeu a maioria dos deputados maranhenses, entre eles Vitorino, e começa sua trajetória como chefe político do Maranhão. Faleceu no dia 27 de agosto de 1977.

15 Informações extraídas de artigo escrito por Benedito Buzar e publicado no jornal *O Estado do Maranhão*, na edição de 01 de maio de 1999.

16 Clodomir Teixeira Millet nasceu em 1913 na cidade de Codó-MA. Apesar da formação médica, atuou nos jornais *O Combate*, *Jornal do Povo* e *Jornal do Dia*. Participou das oposições coligadas em 1965 e esteve à frente do processo de revisão eleitoral do mesmo ano. Foi eleito senador pela Arena/MA em 1966 e em maio de 1986, a convite do então presidente Sarney, assume o cargo de diretor-presidente de uma estatal vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

17 É importante destacar que esse grupo apoiava Sarney no governo do estado.

que o poeta e jornalista Bandeira Tribuzzi passa a dirigir, a convite de Sarney, a redação do periódico. Ele escrevia com o pseudônimo “Leucipo Teixeira”.

A aquisição de um jornal, por José Sarney, é motivada por interesses políticos, como ele próprio descreve em entrevista concedida a Paulo César D’Elboux no dia 18 dezembro de 2002 em Brasília:

Eu criei o jornal porque eu tinha que ter um instrumento político (...). O jornal não era de empresário, não era um negócio que nós estávamos precisando, era uma inspeção do processo político. (D’ELBOUX, 2003, p.37).

No portal *Imirante*¹⁸, uma das mídias do Sistema Mirante, na seção *Quem Somos*, o dia 01 de maio de 1959 é apresentado como a data de fundação do jornal *O Estado do Maranhão*, ainda sob a denominação de *Jornal do Dia*. Mas durante a pesquisa não foi encontrado nenhum registro do *Jornal do Dia* para essa data, até porque, conforme tratado acima, ela está dentro do período em que o jornal não circulou. Prova disso é que a empresa que lançou o *Jornal do Dia* só é formada em 01 de outubro de 1959 e o jornal volta a circular em 17 de janeiro de 1960. Com isso, parece improvável que a fundação do jornal remeta a 01 de maio de 1959. Inclusive, o aniversário do *Jornal do Dia*, após a compra por Alberto Aboud, era comemorado na data em que este voltou a circular. A edição de 17 de janeiro de 1961 trazia no editorial, intitulado “Cumprimos nosso dever”, palavras de comemoração ao primeiro ano do jornal.

A hipótese que esboçamos para essa imprecisão é: entre a venda do *Jornal do Dia* por Alexandre Costa a Alberto Aboud, o jornal ficou sem circular entre outubro de 1958 e janeiro de 1960. Por isso, quando retoma suas atividades, em 17 de janeiro de 1960, inicia-se uma nova fase, que tem na criação da Empresa Jaguar (em 1959)

18 Acessado no dia 18 de março de 2007 (<http://www.imirante.com.br>).

seu marco de fundação, ainda que o jornal só comece a circular três meses depois. Enquanto se chamava *Jornal do Dia*, e era administrado por Alberto Aboud, o aniversário do periódico era comemorado no dia 17 de janeiro, mas com a troca de nome, em 01 de maio de 1973, primeira edição com o novo título (*O Estado do Maranhão*), passa-se a comemorar os aniversários do jornal no dia do trabalhador e a considerar o ano de 1959 como marco de fundação do jornal.

Talvez essa diferença nas datas seja motivada pelo interesse do grupo Mirante em avultar a tradição do jornal *O Estado do Maranhão* a partir da demonstração de uma longa e rica história, que remonta a vários nomes da imprensa maranhense e a um jornal antigo, que passou por várias etapas até se tornar o periódico com maior tiragem e estrutura do Maranhão. Não encontramos nenhuma justificativa factual para a adoção do ano de 1959 como fundação do jornal do grupo Mirante, este ano traz, simplesmente, a criação de uma empresa, sem nem mesmo a participação de José Sarney, que só entra para o quadro societário, como visto anteriormente, em 1968. Nem mesmo enquanto *Jornal do Dia* o ano de 1959 recebia atenção, pois, conforme já tratado, ele só passou a circular três meses depois e comemorava seu aniversário no dia 17 de janeiro. Assim, o ano que o grupo Mirante considera como fundação do jornal *O Estado do Maranhão* nada mais tem que a fundação de uma empresa sem relação clara com o grupo que administra o atual periódico.

Cabe destacar ainda que, de acordo com os dados levantados, o dia 01 de maio só entra para a história dos jornais em questão no ano de 1973, pois é no dia do trabalhador que o *Jornal do Dia* passa a se chamar *O Estado do Maranhão*, possivelmente no intuito de relacionar a imagem do periódico com os trabalhadores. A tabela abaixo reúne as principais datas da trajetória do *Jornal do Dia* e *O Estado do Maranhão*.

Jornal do Dia e O Estado do Maranhão em datas

08 de março de 1953	Circulou pela primeira vez o <i>Jornal do Dia</i> .
30 de setembro de 1958	Circulou a última edição do <i>Jornal do Dia</i> localizada pelos autores antes do período de recesso.
01 de outubro de 1959	É constituída a Empresa Jaguar LTDA que relança o <i>Jornal do Dia</i> .
17 de janeiro de 1960	Volta a circular o <i>Jornal do Dia</i> sob o comando de Alberto Aboud.
Novembro de 1968	José Sarney entra para o quadro societário do <i>Jornal do Dia</i> .
01 de maio de 1973	O <i>Jornal do Dia</i> passa a se chamar <i>O Estado do Maranhão</i> .

Tabela 1: *Jornal do Dia e O Estado do Maranhão em datas.*

Consideramos que teria maior plausibilidade a fundação do periódico remeter a dois fatos: ou entrada de Sarney no quadro societário do *Jornal do Dia*, em 1968, ou a mudança de nome em 1973. De acordo com a primeira hipótese, o periódico do grupo Mirante completaria, em 2021, 53 anos, e conforme a segunda, 48 anos. Mas em nenhuma delas 62. Em outra hipótese mais remota, a fundação do jornal poderia estar vinculada a 17 de janeiro de 1960, quando o *Jornal do Dia* volta a circular ou a 01 de outubro de 1959, quando é criada a Empresa Jaguar, mas o que parece existir é a junção de duas datas distintas (o ano de fundação da Empresa Jaguar em 1959 e o dia em que o jornal trocou de nome, 01 de maio) criando, assim, a data de fundação do jornal *O Estado do Maranhão*.

Segundo Benedito Buzar, os jornais maranhenses nas décadas de 1960 e início de 1970 tinham um caráter essencialmente político, não existia a preocupação de “cobrir” diversos fatos que poderiam interessar à sociedade. As poucas notícias nacionais e internacionais

publicadas eram buscadas em programas de rádio ou em cabogramas. Assim, continua Buzar, o jornalismo maranhense, nessa época, funcionava sob o tripé: polícia, política e esporte. Os jornais tinham apenas a incumbência de noticiar, ou mesmo defender, o que interessava aos donos, ao grupo político proprietário do jornal¹⁹.

Ainda que hoje, o jornalismo esteja, majoritariamente, limitado aos donos das empresas jornalísticas e as questões políticas ainda sejam preponderantes na imprensa maranhense, a diferença, atualmente, é que há uma diversidade de assuntos cobertos, houve uma profissionalização, no sentido de que existem cursos superiores de jornalismo, teorias e princípios éticos para balizar o trabalho.

Nesse período, o Maranhão tinha a economia fundada na agricultura, uma população de aproximadamente 2 milhões e 500 pessoas, com uma grande parcela analfabeta e a maior parte residindo na área rural (82%), contra 18% do centro urbana²⁰. Com isso, os jornais impressos serviam de divulgação para uma pequena elite letrada com acesso a esse bem e localizada na capital do estado, pois a circulação dos jornais se dava, especialmente, em São Luís, era mínima a quantidade que chegava ao interior do estado devido à precariedade nos veículos de comunicação e de transporte. É importante destacar que a pouca penetração dos jornais no interior do estado dificultava a difusão das ideias oposicionistas nessa região, o que facilitava o predomínio de Vitorino Freire.

Apesar da pouca penetração dos jornais, pelos motivos expostos acima, Buzar destaca que eles eram importantes e esperados pela população de São Luís, que era, em sua maioria, contrária ao *Vitorinismo*, pois traziam as ideias e informações oposicionistas. Dos jornais da época, a maioria fazia oposição a Vitorino Freire.

19 Ainda que não sejam seguidos.

20 COSTA (1997).

3. O político capital de O Estado do Maranhão

A relação crucial entre os periódicos e a política nos impede de abordar essa trajetória sem enfatizar José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, cuja história perpassa o veículo impresso que gerou este estudo. Ele começou sua vida política no movimento estudantil, foi um dos representantes do chamado *Movimento pós 45* e da *Movelaria Guanabara*²¹, era bacharel em Direito e respeitado nas rodas intelectuais de São Luís. Candidatou-se pela primeira vez a um cargo eletivo em 1954, quando pleiteou uma vaga na Câmara Federal, pelo PSD, partido do então chefe oligárquico do Maranhão, Vitorino Freire, com o apoio do qual se inseriu na política estadual, ficou na suplência, chegando a assumir o mandato algumas vezes. Depois, conseguiu se eleger como deputado federal em 1958 e se reeleger em 1962, já na UDN – União Democrática Nacional.

O pseudônimo José Sarney veio antes das eleições de 1957

por iniciativa do poeta português²² Bandeira Tribuzi, (José Ribamar Costa) decidiu adotar o pseudônimo de José Sarney (...). Ele começou um trabalho de marketing político ligando, através do nome, a sua imagem, à imagem de seu pai, que era figura de destaque na sociedade maranhense. Com esse novo pseudônimo, José Sarney elegeu-se deputado federal, (...) sendo o segundo deputado mais votado do Maranhão. Sua campanha foi baseada no combate à corrupção eleitoral e administrativa que reinava no Estado. (D'ELOUX, 2003, p.04).

21 Movimentos culturais e políticos que objetivavam revigorar as artes e a cultura do Maranhão. Foi uma fase de grande fermentação intelectual de São Luís. Nesse período, também surge o Centro de Cultura Gonçalves Dias. Dentre os jovens que participaram desses movimentos estão Arimatéia Atayde e José Bento Neves (periodistas do Jornal do Dia), José Sarney e Bandeira Tribuzi, dentre outros.

22 Embora tenha vivido em Portugal, Bandeira Tribuzi nasceu em São Luís.

O poder político e econômico de José Sarney, como é notório hoje, começa a se moldar quando ele chega ao governo do estado. A eleição de Sarney, em 1966, marca o fim do chamado *Vitorinismo*²³ e o início do *Sarneyismo*. Eleito pela UDN, Sarney foi conduzido ao executivo estadual por um movimento chamado de *Oposições Coligadas*, grupo político que se reuniu para “dissolver” com o poder exercido por Vitorino Freire (PSD) no estado. Foi uma espécie de *Frente de Libertação do Maranhão*, articulação política que levou Jackson Lago ao governo do estado em 2007. Pois ambas tinham como objetivo “quebrar uma oligarquia”. Em 1965, José Sarney se apresenta como quem irá tirar o Maranhão do atraso, fazendo isso, primeiramente, por meio da quebra da oligarquia de Vitorino Freire, pouco mais de 40 anos depois, forma-se outra articulação política no estado para “salvar o Maranhão” de quem o “salvou” há pouco mais de quatro décadas atrás. Mas a eleição de Sarney, em 1966, esteve mais relacionada ao contexto nacional do que propriamente a relações locais.

Com o golpe militar, em 1964, Costa (1997) destaca três efeitos que influenciaram diretamente na eleição de José Sarney para o governo do Maranhão. Primeiro, com a repressão advinda do recém-chegado regime, as lideranças de esquerda, como Neiva Moreira e Maria Aragão, foram perseguidas e José Sarney, com uma posição mais centrista, se consolida como uma liderança propondo um “Maranhão Novo”. Segundo, uma divergência interna no PSD levou o *Vitorinismo* a uma cisão em torno de dois candidatos ao governo: o candidato de Vitorino Freire foi Renato Archer²⁴ e o atual

23 Apesar de Vitorino Freire ainda manter certa influência na política maranhense desse período, inclusive estando por trás do governo de Nunes Freire (1975 a 1978), a eleição de Sarney marca o fim de sua influência como tinha sido exercida de 1946 a 1965.

24 Renato Bayma Archer da Silva nasceu em São Luís no dia 10 de julho de 1922. Histórico aliado de Vitorino Freire, em 1955 participou da articulação política que permitiu Assis Chateaubriand se candidatar a senador pelo Maranhão. Apesar de Vitorinista e de ter

governador do estado, Newton Bello²⁵, na tentativa de se consolidar como um novo líder político do Maranhão, “banca” a candidatura de Costa Rodrigues. Terceiro, o apoio do governo do Marechal Castelo Branco (1964 a 1967) à candidatura de Sarney, que se materializou em ações como: revisão eleitoral com o objetivo de combater a corrupção, convocação das tropas do exército para garantir a lisura das eleições e apoio financeiro. A revisão eleitoral permitiu a exclusão dos “eleitores fantasmas” (foram eliminados mais de 200 mil, num universo de 500 mil), uma das principais estratégias eleitorais do PSD.

José Sarney (UDN) chega ao governo estadual com o apoio de setores populares, de políticos civis, mas especialmente dos militares recém-chegados ao governo federal através de um golpe de Estado, selando o início de uma longa relação que conferiria grandes ganhos ao político maranhense, especialmente na expansão do seu Sistema de Comunicações, conforme já foi muito estudado²⁶.

Sarney chegou ao governo do Maranhão com um discurso de modernização, desenvolvimento e progresso, colocando-se como uma liderança popular. A relação com os governos militares se mostra também na expansão do processo econômico implantado pelos militares para as regiões mais afastadas do centro do Brasil. Foi um encontro de interesses: os militares necessitavam de apoio para a ampliação do seu projeto, tanto do ponto de vista econômico quanto

concorrido com Sarney nas eleições de 1965, virou Ministro da Ciência e da Tecnologia do presidente Sarney (1985 a 1990). O último cargo público ocupado por Archer foi a presidência da Embratel de 1992 a 1995. Ele faleceu no dia 20 de junho de 1996.

25 Newton de Barros Bello nasceu em 12 de julho de 1907 na cidade de São Bento, foi a figura de maior destaque do Vitorinismo. Exerceu os cargos de vereador de São Luís, deputado federal e governador do estado. Com o Ato Institucional N° 2 teve seus direitos políticos cassados e foi aposentado como consultor jurídico do estado. Faleceu no dia 9 de abril de 1976, antes de readquirir seus direitos políticos.

26 Motter (1994) e Miguel (2002) fizeram estudos de grande relevância sobre o tema.

ideológico, e Sarney pretendia consolidar-se política e economicamente.

Durante a gestão de Sarney no governo do Maranhão ele não investiu na criação direta de outros veículos particulares de comunicação, que pudessem dar seguimento na construção do Sistema Mirante conhecido atualmente, ficando apenas com o ainda denominado *Jornal do Dia*. Porém, isso não significa que ele não estivesse preocupado com a imagem ou não utilizasse veículos de comunicação. Sarney sempre foi um político empenhado em cuidar da imagem e estratégias de comunicação sempre estiveram presentes em sua trajetória política²⁷, o que era vanguardista para a época, visto que, no regime ditatorial de então, as investidas políticas não dependiam, diretamente, de instrumentos de difusão de formas simbólicas e da conquista das massas, características de regimes democráticos. Pois os movimentos sociais e outras organizações populares ou grupos políticos, com os quais seria necessário disputar lugar em regimes de concorrência política e ideológica, eram poucos e viviam na clandestinidade, e durante o regime militar a maioria das eleições não se davam por processo direto²⁸.

Os documentários *Maranhão 66*²⁹ e *O Milagre do Maranhão*³⁰, feitos por encomenda de Sarney, o primeiro logo quando assumiu o governo do estado e o segundo no fim da gestão, por ocasião da sua eleição ao Senado, são exemplos de como ele investiu em sua

27 PACHECO FILHO (2001) e D'ELBOUX (2003) trazem mais detalhes sobre estratégias discursivas e a utilização da comunicação na trajetória de José Sarney.

28 Com a implantação do bipartidarismo, as eleições para presidente, governadores e prefeitos de capitais não se davam por processo direto, apenas a escolha dos parlamentares e prefeitos do interior dos estados.

29 Feito por Glauber Rocha, o filme mostra a situação do Maranhão quando Sarney assumiu o governo e rendeu ao cineasta, além do cachê, o patrocínio do extinto Banco do Estado do Maranhão para o seu longa metragem seguinte: *Terra em Transe*.

30 Feito por Isaac Rozenberg, trazia as "belezas e as grandezas do Maranhão" no pós-governo Sarney.

imagem. Sarney também exercia influência em outros instrumentos de comunicação: a Rádio Timbira, que tinha os dirigentes indicados pelo governador do estado e a Rádio Difusora, de propriedade da família Bacelar, para a qual seu jornal fazia propaganda na época: “Ouça a Difusora”, a frase apareceu em várias edições do *Jornal do Dia*. Outras investidas de Sarney, enquanto governador do estado, na área da comunicação, foram a criação da TV Educativa do Maranhão³¹, em 1969, e a utilização do Diário Oficial do Estado do Maranhão para dar informações, na primeira página, das atividades desenvolvidas pelo governador. Essas ações evidenciam o interesse de José Sarney em se apresentar e a forma de utilização dos veículos de comunicação.

Voltando ao *Jornal do Dia*, a relação do governador José Sarney com o periódico e como se dava o fazer jornalístico naquela época podem ser percebidos na edição do dia 31 de janeiro de 1969. Neste dia, o jornal trouxe uma edição especial em comemoração aos três anos do governo Sarney, com uma série de reportagens sobre “os feitos” do governador. Quase todas as páginas do jornal foram dedicadas a fazer propaganda do gestor, podendo ser comparado aos atuais jornais de assessoria. Eram matérias falando de asfaltamento, energia elétrica, saneamento, infraestrutura e mensagens de empresas que tinham trabalhado e/ou se beneficiado com o governo, como a Construtora Itapoã LTDA (ver figura 6).

31 Hoje TV Brasil.



Figura 5: Capa da edição do dia 31 de janeiro de 1969 do *Jornal do Dia*.

DESENVOLVIMENTO

SAO PONTES
LIGANDO O

DINAMISMO DO PRESENTE

a GRANDEZA DO FUTURO

orgulhosos de

participar desta magnífica tarefa

saudamos no Governador Sarney

O CONSTRUTOR DO MARANHÃO 90VG

Construtora Itapoã Ltda

Figura 6: Matéria da edição do dia 31 de janeiro de 1969 do *Jornal do Dia*.

A boa relação que o governador José Sarney tinha com o regime militar, conforme tratado anteriormente, também era perceptível nas páginas do seu periódico, tanto como *Jornal do Dia*, quanto após mudar de nome e passar a ser chamado *O Estado do Maranhão*. Lendo as edições do *Jornal do Dia*, especialmente após 1968, quando Sarney compra o periódico, não se percebe que o país vivia sob um forte regime repressivo. A edição do dia 07 de janeiro de 1968 noticiou a vinda dos Ministros do Interior, Afonso Albuquerque, dos Transportes, Mario Andreazza e de Minas e Energia, Delfim Neto, ao Maranhão, para participar das comemorações do segundo ano do governo de Sarney. A edição também publica que o governador do estado irá ao Rio de Janeiro encontrar o presidente, Marechal Costa e Silva, para acertar sua primeira vinda ao Maranhão.

É importante atentar que houve, por parte dos jornais, não só um bom tratamento ao Regime Militar, mas também uma apropriação dos discursos utilizados pela Ditadura. Antes do golpe de 1964, o Brasil vivia uma grave crise econômica e entre os anos de 1967 e 1968, o país retoma o crescimento econômico e os militares, para se legitimar, intensificam as propagandas do Brasil como grande potência e do “milagre brasileiro”. No Maranhão, por parte de José Sarney, houve não só uma louvação ao regime, como também uma incorporação da ideia do “milagre brasileiro” no estado. Sarney “pega carona” nessa ideia e cria o “Milagre Maranhense”. Isso gera o documentário *O Milagre do Maranhão* e o Hino do Maranhão Novo, por exemplo.

Também é necessário perceber que não se falava em Golpe Militar, mas em um “movimento revolucionário” que contribuía para o avanço do país. Essa “revolução” era, naturalmente, louvada por Sarney, pois, como vimos, esse foi um dos fatores que contribuíram para sua condução ao governo do estado e depois para se firmar

como líder da Arena/MA. Cabe ressaltar ainda que as grandes obras feitas durante o governo de José Sarney foram com investimentos federais. Nesse sentido, os jornais de Sarney, primeiramente o *Jornal do Dia* e mais tarde o jornal *O Estado do Maranhão*, adotam a postura de legitimação do regime³².

Segundo Costa (1997), a eleição indireta de João Castelo, em 1978, para o governo do Maranhão, foi o marco da consolidação da oligarquia Sarney no estado. A partir daí, esse grupo passa a controlar o processo de sucessão do governo estadual. Os governadores eleitos faziam parte da oligarquia ou ganharam com o apoio desta: João Castelo (1979 a 1982 – ainda de maneira indireta), Luís Rocha (1983 a 1986), Epitácio Cafeteira (1987 a 1990), Edison Lobão (1991 a 1994), Roseana Sarney (1995 a 1998/1999 a 2002) e José Reinaldo (2003 a 2006), que rompeu com o grupo Sarney, mas só durante o mandato.

4. A universidade impressa

Após quatro anos como governador do Maranhão, em 1970, José Sarney é eleito senador pela Aliança Renovadora Nacional do Maranhão (Arena/MA) para um mandato de oito anos (1971 a 1979). Foi como senador que ele promoveu a troca de nome do *Jornal do Dia* para *O Estado do Maranhão*³³. A mudança coincidiu com a troca de endereço, foi nessa época que a sede do jornal se mudou para a Avenida Ana Jansen, número 200, no bairro do São Francisco, onde funciona até hoje, e a Empresa Jaguar transformou-se em Gráfica Escolar LTDA. O periódico com o novo nome, como já tratado,

32 Informações oriundas de entrevista com o professor do Departamento de História da UFMA Wagner Cabral da Costa.

33 O novo nome foi proposto pelo poeta e jornalista Bandeira Tribuzi.

foi publicado no dia 01 de maio de 1973 e, conforme destacado por José Sarney no editorial intitulado “Um jornal, uma universidade”, “não temos nenhuma inauguração a fazer. Hoje, o *Jornal do Dia* chama-se *O Estado do Maranhão*”. A linha política e editorial continuou a mesma. O editorial também trazia, como sempre presente nos discursos de Sarney, os objetivos do periódico: “modernizar a imprensa maranhense. Inovar em termos de artes gráficas e renovar em termos de elevá-la, dar-lhe dimensão cultural, semear idéias, discutir problemas”.

Assim como fazia antes de trocar de nome, o jornal *O Estado do Maranhão* permanece circulando apenas de terça-feira a domingo, só em 1993 passa a circular os sete dias da semana. O primeiro diretor responsável foi Artur Carvalho, que dirigia o periódico desde a época do *Jornal do Dia*.

As maiores diferenças após a troca de nome estavam no caráter técnico de produção do periódico, que passava a ser feito em off-set e com sistema de composição eletrônica (o mais moderno da época), aposentando o antigo linotipo. Outra mudança foi a reforma gráfica feita pelo jornalista José Lago, que deu início a uma significativa mudança editorial: os longos escritos começaram a dar lugar a textos menores e mais objetivos. Outra transformação foi a divisão do jornal em editorias. Para essas mudanças, o periódico teve investimento financeiro não só de José Sarney, mas também de Magalhães Pinto, Roberto Abreu Sodré, Carlos Castelo Branco, dentre outros³⁴.

34 De acordo com informações confidas na edição do dia 01 de maio de 1999 do jornal *O Estado do Maranhão*, comemorativa ao aniversário do jornal.



Figura 7: Primeira edição do jornal O Estado do Maranhão (01/05/1973).



Figura 8: Ilustração presente na primeira edição do jornal O Estado do Maranhão (01/05/1973).

Um trecho do editorial que apresentou o jornal *O Estado do Maranhão*, que chama a atenção, é a referência que Sarney faz ao direito à informação:

A informação é, hoje, como a saúde, como a vida, um direito. Numa sociedade democrática é a base sem a qual é impossível construir a liberdade; é o oxigênio sem o qual ninguém respira.

Quando José Sarney cita o direito à informação faz referência à idéia de direito à comunicação³⁵. Esta citação pode ser considerada uma das primeiras referências ao direito de comunicar feita no Maranhão em virtude da novidade desse debate, que há poucos anos começara a ser feito no âmbito da Unesco³⁶. Embora instigante que um político com perfil patrimonialista e liberal faça uma defesa dessas, é perfeitamente explicável ao se levar em consideração a trajetória de José Sarney. Conforme tratado no item anterior, apesar dele ter não só uma boa relação, mas também recebido vários benefícios com o regime responsável por cercear as liberdades civis e políticas no

35 O direito humano à comunicação é uma junção da liberdade de expressão, do direito à informação e do acesso integral às condições de produção das mensagens informativas, atuando também como garantidor da pluralidade dos conteúdos. Significa que o Estado não deve só garantir a liberdade individual da livre expressão, mas deve oferecer os meios para que os diversos setores ganhem equidade em apresentar seus projetos e idéias no ambiente social, permitindo assim a realização de um debate democrático. A preocupação em materializar esse novo direito é motivada pela centralidade dos meios de comunicação de caráter massivo para a tomada de conhecimento e formação de opinião, pois em um regime de democracia representativa, na qual os cidadãos delegam poderes a representantes, necessitam de amplas informações para conhecer todos os projetos e visões existentes.

36 Em 1969, o francês Jean D'Arcy apresentou no trabalho *Les Droits de L'homme à Communiquer* (Os Direitos do Homem a Comunicar) a necessidade de um novo direito humano. Para ele, havia a necessidade da criação do direito à comunicação, pois os documentos da Organização das Nações Unidas, no que se refere à comunicação, não contemplavam a amplitude desse direito e do próprio conceito de comunicação. Suas teorias serviram de base para as discussões, no âmbito da UNESCO, entre os anos 1970 e 1980, sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação, que culminaram com a produção do relatório "Um Mundo Muitas Vozes", mais conhecido como Relatório MacBraid.

país, Sarney reivindicava, para si, uma aura progressista, articulando discursos alinhados com as principais discussões sociais em voga, inclusive em nível internacional, como é o caso, capazes de propagá-lo como um homem culto e competente para conduzir as vítimas dos governos anteriores, que precisam de alguém que as ajude.

Outro trecho do editorial traz uma ideia que sempre permeou os discursos de Sarney. Ele se refere ao periódico como uma “universidade impressa (...) instrumento de cultura e fonte de melhoria educacional”. O então diretor de redação do jornal, Ribamar Corrêa, reafirma a ideia apresentada por Sarney na edição do dia 01 de maio de 2004, quando, também no editorial, diz que “o jornal é uma universidade ao seu modo, e isso é obvio no acervo que reuniu”. A ideia da “universidade impressa” é quase sempre retomada nas edições comemorativas do jornal quando se fala da trajetória do periódico.

Os discursos de Sarney comumente se baseavam na ideia de progresso, de avanços culturais, ele se colocava como o líder capaz de tirar o Maranhão do atraso, de modernizá-lo, de prepará-lo para o futuro. E os veículos de comunicação são entendidos nessa mesma lógica. A compreensão das mídias como universidades (porque Sarney fala, no editorial, não só da universidade impressa, mas também da universidade tecnológica – as rádios e as TV’s), tem como fundo a apresentação de Sarney como homem necessário para o progresso do estado, que oferece à população uma fonte de conhecimento, capaz de “elevar o nível cultural” dos maranhenses.

Em entrevista concedida a D’Elboux (2003), Sarney diz que cria o jornal motivado por uma “inspeção do processo político”. Isso pode parecer uma contradição, mas o jornal continuou cumprindo esse objetivo. Porém, estava se adequando à forma de fazer política. Um ano após a mudança de nome tem início o processo gradual de abertura do regime militar, que começou no governo de Ernesto

Geisel (1974 a 1978). Então, era preciso se preparar para fazer política no regime democrático, que podia começar a ser vislumbrado, e a ideia de oferecer conhecimento, de incluir pessoas, é característica das estratégias políticas em estruturas democráticas.

5. Últimas considerações

Apesar de ter origem em uma forte tradição política com o *Jornal do Dia*, *O Estado do Maranhão* adaptou-se aos contextos políticos e econômicos que surgiram. Mesmo sendo um veículo de propriedade de um grupo político familiar, o jornal cresceu como uma empresa de comunicação, explorando nichos de mercado, buscando inovar e conquistar clientes. No entanto, essas reformulações técnicas têm um papel crucial para o jornal além da busca por mercados: a credibilidade do veículo, que passa pelo domínio econômico e pela técnica.

Ao longo de sua trajetória, as mudanças de projeto gráfico, a informatização, a policromia e as demais transformações na estrutura física têm sido exaltadas como uma estratégia para atrair o público e credibilizar o jornal. Isso é perceptível nas edições comemorativas do periódico. As matérias publicadas na edição de 01 de maio de 2008 são emblemáticas disso, um trecho diz que “O Estado festeja 49 anos, em meio a um processo de ampla renovação, que inclui desde mudanças em sua estrutura física até melhorias na impressão”. E assim, diversas passagens falam de equipamentos de impressão, de edição de texto e até mesmo de móveis novos, dispostos como nas redações dos maiores jornais do país. Somando isso com a busca pela tradição, através da escolha de uma data para a fundação do jornal, de acordo com o que foi tratado, têm-se duas estratégias de credibilidade.

Assim, a trajetória de *O Estado do Maranhão* evidencia as nuances das disputas de sentido em torno de uma mídia impressa e como envolvem não apenas os conteúdos, mas também as materialidades que o sustentam.

Referências

BUZAR, Benedito. Entrevista concedida no dia 07 de março de 2008, em São Luís-MA à Ramon Bezerra Costa.

CABALAU, Clovis; CARDOSO, Ribamar. Entrevista concedida no dia 27 de fevereiro de 2008, em São Luís-MA à Ramon Bezerra Costa.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. UFMA, 1997.

D’ELBOUX, Paulo César. *A Trajetória Comunicacional de José Sarney. I Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. 2003. Acessado em 31 jan. 2008.

INTERVOZES. Relatório da pesquisa: direito à comunicação no Brasil. **Intervozes**. São Paulo: Intervozes, 2005.

MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da constituinte**: interesses privados versus o caráter público da radiodifusão no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) da Universidade de Brasília. Brasília. 1994.

MIGUEL, Luis Felipe. **Política e Mídia no Brasil**: episódios da história recente. Brasília: Plano Editora, 2002.

PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. **A construção midiática do político José Sarney**: 1962-1970. Dissertação (Mestrado em História) da Universidade Federal de Pernambuco. 2001.

PINHEIRO, Roseane. Jornais Maranhenses fizeram aniversário no Dia do Trabalhador. **Jornal da Rede Alcar**. Ano 3, n. 30, 01 de junho de 2003. Acessado em 31 jan. 2008.

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da biblioteca pública Benedito Leite: 1821 – 2007**. São Luís: edições SECMA, 2007.

JORNALISMO PARA CRIANÇAS MARANHENSES: a história de O Progressinho, um suplemento infantil que circulou em Imperatriz de 1986 a 1987¹

GABRIELA ALMEIDA SILVA²

THAÍSA BUENO³

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, IMPERATRIZ, MA

Introdução

Na década de 80 do século passado circulou em Imperatriz, uma cidade localizada no interior do Maranhão, a mais de 500 quilômetros da Capital, um jornal voltado totalmente para o público infantil. A iniciativa revelou-se inovadora para a época levando em conta a distância da cidade dos grandes centros nacionais, apesar de o século XX ser um marco para o jornalismo voltado para crianças, com iniciativas e exemplos em vários lugares no Brasil. Ainda assim, *O Progressinho*, título do suplemento, foi o único de que se tem registro, até os dias atuais, a ter circulado na cidade e, provavelmente, o único também no Maranhão.

-
- 1 Este trabalho é um recorte fruto de uma monografia premiada em 1º Lugar no XV SIM-COM na categoria Trabalhos Científicos de Conclusão de Curso.
 - 2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão– Campus Imperatriz. Graduada em Comunicação Social- Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão. Integra o Grupo de Pesquisa em Comunicação e Ciberultura (GCiber). e-mail: gabrielaalmeida.gc@gmail.com.
 - 3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão– Campus Imperatriz, Doutora em Comunicação pela PUC-RS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Ciberultura (GCiber) e-mail: thaissa-bu@gmail.com.



E este é o objeto de estudo da pesquisa aqui apresentada: o suplemento infantil *O Progressinho*. O periódico, que foi encartado durante um ano no jornal *O Progresso* (de 1986 a 1987) ainda em circulação, apesar do caráter vanguardista nunca teve seu registro manifesto em outro estudo ou levantamento. Nos pouco mais de 30 anos em que deixou de circular, sua história ficou restrita às lembranças dos criadores que também detêm os únicos exemplares ainda existentes, que garantem a materialidade histórica do veículo. Some-se a isso o fato de que as matrizes existentes, que não estão em sua totalidade, encontram-se num ambiente de precárias condições de conservação. Seu acesso foi possível de forma limitada na sede do jornal, que concedeu a digitalização dos documentos por meio de fotografias, ainda que haja um centro especializado na cidade em documentação de jornais⁴ ligado ao curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão. Destaca-se que foi oferecido ao veículo a digitalização do documento por meio do Centro, no entanto, os proprietários não manifestaram interesse.

O valor afetivo do objeto foi a justificativa na decisão de não compartilhar a coleção disponível, apesar das poucas condições de manutenção dela. O projeto de criação do suplemento infantil é interligado à memória da família do proprietário de jornal. *O Progressinho* foi coordenado pela pedagoga Maria das Graças Godinho, cônjuge de Sérgio Antônio Nahuz Godinho, o proprietário do veículo. O suplemento é a efetivação de uma produção dedicada à criança, sendo criado com o objetivo de sanar o déficit da realidade local no período, que sofria com a falta de acesso a produtos culturais.

4 O Centro de Documentação do Jornalismo de Imperatriz-MA, do grupo de pesquisa Joimp, conta com um acervo digital de jornais digitalizado e produções acadêmicas do curso de Jornalismo da cidade. Ver: <http://www.joimp.ufma.br/acervojornal?titulo=20>

A produção contou o esforço único de Maria das Graças Godinho, que assumiu diversos papéis na sua realização. Ela atuou como editora, jornalista, pauteira e diagramadora. O empenho resultou na boa recepção do produto, sendo eleito na época como um dos cinco melhores jornais infantis em um concurso nacional realizado pelo cartunista Mauricio de Sousa. Também dispôs da participação infantil ao longo das edições por meio do envio de cartas, desenhos, matérias, poemas e fotografias.

Na intenção de contribuir para as discussões sobre as particularidades regionais dessa publicação segmentada, esta pesquisa busca recontar parte da história de como o jornalismo infantil foi praticado na segunda maior cidade do Maranhão. O interesse para a realização deste trabalho se justifica, primeiramente, devido à relevância histórica do veículo e, seguidamente, pelo pioneirismo do estudo do documento. Deste modo, acredita-se que o recorte histórico permitirá não só entender aspectos locais, mas debater o tema jornalismo infantil, ainda carente de discussões geolocalizadas (FISCHBERG, 2007; SILVA; BUENO, 2019).

A pergunta que norteia este estudo é: Como era e qual a história por trás do jornalismo feito no suplemento infantil *O Progressinho*, que circulou por um ano na segunda maior cidade do Maranhão? Esse questionamento inclui entender um pouco da biografia da publicação, bem como do perfil do seu conteúdo e da sua proximidade com o público a quem era dirigida. Metodologicamente o estudo está amparado em entrevistas dirigidas aos antigos idealizadores do projeto e análise descritiva das 72 edições disponíveis⁵.

5 Esta pesquisa é parte menor de uma monografia sobre o tema, desenvolvida pelas autoras, com o título "O Progressinho: análise do suplemento infantil veiculado no jornal O Progresso (1986-1987)" defendida no segundo semestre de 2020 no curso de Jornalismo da UFMA de Imperatriz.

O caminho da pesquisa

Esta pesquisa foi organizada em três eixos principais: a) Pesquisa documental e exploratória; b) entrevista para resgatar parte da história do veículo; c) catalogação de dados e Análise de conteúdo (BARDIN, 1997). As três etapas metodológicas têm o objetivo de elucidar a pergunta norteadora da pesquisa e convergem para esclarecer, tanto do ponto de vista descritivo, quanto da memória dos seus agentes, o que foi o projeto e qual a sua proposta.

O estudo de *O Progressinho* é um estudo documental na medida em que adentra a necessidade de não só entender as práticas jornalísticas de um espaço para criança, mas também de um jornal ambientado na década de 1980 e quase fadado ao esquecimento, haja vista que não há nenhum estudo anterior a este que resgate sua história ou analise suas particularidades. Para esta pesquisa, teve-se acesso a 72 edições (dentre as Edição nº02 à Edição nº93) do suplemento. No material disponibilizado pelo jornal faltavam algumas edições e não apresentava um bom estado de conservação, com algumas páginas desintegrando-se⁶. Dada a situação do objeto, a única maneira de acesso autorizada foi o manuseio do material na sede do jornal. Para facilitar a análise, optou-se, diante da liberação do diretor superintendente, Sergio Godinho, pela digitalização do documento.

Foram necessárias quatro visitas ao jornal para catalogação completa. A primeira no dia 28.11.2018 para realizar uma conversa inicial e formalizar o pedido de autorização do uso do material. A segunda ocorreu quando a empresa autorizou a primeira visita de contato, para liberar o acesso ao livro que continha os suplemen-

6 Sendo o único e último copilado com todas as edições e dado o valor efetivo do objeto, não houve interesse por parte do veículo em disponibilizar para a doação à Universidade.

tos encadernados. Assim, no dia 06.12.2018, no período da manhã, ocorreu a primeira digitalização – das 08h às 12h. As duas últimas visitas ao acervo ocorreram nos dias 29.03.2019, no período da manhã, das 08h às 12h; e no período da tarde, das 14h às 16h, para digitalizar o material restante. As digitalizações foram feitas por celular através do aplicativo *CamScanner – Phone PDFCreator*⁷. A escolha de digitalizar os documentos por aplicativo parte da única alternativa viável para analisar em detalhes o material, pois só foi autorizado ser estudado dentro da sede. O levantamento documental serviu de base para a abordagem quantitativa e análise do material com o objetivo de quantificar e sistematizar os dados do suplemento. A priori foi catalogado o suplemento a partir das sessões existentes nas edições ou nomeadas para agrupamento dos dados.

A etapa das entrevistas seguiu um roteiro de perguntas. Foram entrevistados o atual diretor superintendente⁸ do jornal *O Progresso*, Sergio Henrique Oliveira Godinho, que na época tinha 15 anos (referido na entrevista como Sergio Godinho); e a editora, idealizadora e diagramadora de *O Progressinho*, Maria das Graças Godinho (referida na entrevista como Maria das Graças). A primeira entrevista aconteceu no final do ano de 2019 na sede do jornal. Já a segunda entrevista⁹ deu-se via telefone, devido à pandemia instalada por conta do novo coronavírus. Por fim, o documento foi sistematizado, a partir de 16 categorias temáticas, já estruturadas nas editorias e seções do próprio veículo.

7 Disponível gratuitamente na PlayStore

8 Sergio Henrique Oliveira Godinho é filho do proprietário do jornal, sendo assim, atualmente ocupa a função de diretor superintendente do veículo.

9 Houve certa dificuldade de contato para entrevista por motivos pessoais da própria entrevistada, desde 2018 há a tentativa da realização da entrevista, que só aconteceu no final de 2020.

O suplemento infantil do jornal O Progresso

Alguns fatores estimularam a produção do suplemento. O fim da ditadura militar no país e seguidamente a posse do primeiro presidente civil após o período de repressão, José Sarney (1985-1990)¹⁰ permitiram a convocação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para reformas e mudanças, dando início às primeiras discussões dos direitos da criança no cenário nacional (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MOREIRA; SALES, 2018). Outro fator importante nesse panorama é a potencialização de produções segmentadas e especializadas nos jornais do Brasil na década de 1980, tornando propícia a proliferação de suplementos. Ademais, Assunção e Pinheiro (2012) constataram que a cidade passou por período de ampliação de veículos jornalísticos em 1980. A cidade deixa de ter apenas seis títulos e passa a ter 49 jornais.

O jornal *O Progresso*, que encartou o suplemento, surge neste contexto. Ele teve sua primeira edição em 3 de maio de 1970, com periodicidade diária, fundado por José Matos Vieira. É na década de 1980, sob a direção do ex-promotor de justiça de Imperatriz, Sergio Antonio Nahuz Godinho, que é proprietário do jornal desde 1975, que o diário expressa um tom mais cultural na sua produção, possivelmente advento da modificação do cenário imperatrizense com maior abertura artística e educativa (ASSUNÇÃO, PINHEIRO, 2012; ASSUNÇÃO, 2018). Inclusive é este perfil moderno que permitiu que o veículo implementasse na época um suplemento infantil. Uma realidade bem diferente da atual.

O Progresso do século XXI, apesar dos anos de resistência que permitem que circule a duras penas até hoje na cidade e desfrute

10 O fato permeou em diversos aspectos textuais e editoriais nas produções informativas e opinativas do suplemento, criando uma vertente progressista e pró-presidente nos discursos do O Progressinho.

do título de jornal impresso mais antigo ainda ativo em Imperatriz, sendo o único impresso local na região, está longe de lembrar essas iniciativas. Atualmente o veículo tem uma redação enxuta, inclusive com uma parca equipe de jornalistas, todos homens, e poucas produção autoral, contendo uma gama de conteúdo voltado para replicação de *releases*. O jornal sequer publica um caderno de Cultura e/ou variedades. Proposta muito distante daquela que marcou o fim dos anos 1980, quando arriscou a empreitada de pôr em circulação *O Progressinho*, cuja primeira edição foi lançada em 1986, possivelmente no dia 23 de fevereiro de 1986¹¹, passando a ser um suplemento infantil com circulação semanal aos domingos, comercializado como parte do jornal nas bancas do centro da cidade e distribuído gratuitamente nas escolas públicas de Imperatriz. Sua proposição era ser um produto de acesso cultural e educativo que circulasse gratuitamente nas escolas da cidade com apoio do poder público.

A primeira publicação de *O Progressinho* começou apenas com os quadrinhos infantis do Mauricio de Sousa. A primeira edição disponível no acervo, que na verdade é a segunda já que a primeira foi extraviada e não há registros dela disponíveis, tinha apenas quatro páginas, com duas dedicadas aos quadrinhos. Havia outro espaço voltado para atividades de divertimento, como pinturas e um convite para envio de cartas, desenhos e matérias. Era uma tentativa editorial de entender o seu próprio público e permitir essa construção colaborativa.

Nessa época *O Progresso* tinha prédio próprio para impressão dos jornais e em 1986 substituiu a impressão manual pelo uso da impressora *offset* (digital), utilizando a moderna fotomecânica e computadores para a diagramação de suas edições. Segundo Assun-

11 A sua primeira edição foi extraviada, em acervo há disponível a partir da segunda edição, que circulou no dia 02 de março de 1986, seguindo a lógica que cada edição era publicada aos domingos, esta era a data anterior a sua segunda publicação.

ção (2018, p.31), foi o segundo jornal da cidade a adotar o sistema, um ano depois do *Jornal de Imperatriz*, seu concorrente direto. *O Progressinho* era impresso no *offset*, mas organizado de modo artesanal. Os textos precisavam ser digitados na máquina de escrever, dentro dos limites padrões das colunas, seguindo o modelo de diagramação. Por fim, recortados e depois montados. Os desenhos que eram enviados pelos leitores também eram recortados e colocados antes de serem inseridos na montagem. Quando havia um desenho que ultrapassava as proporções do caderno, era preciso ser reduzido. A redução era proporcional e feita numa máquina copiadora. Quando todas as páginas estavam prontas eram enviadas para impressão na gráfica do jornal.

Conforme nos foi relatado, idealizou-se no suplemento um material que pudesse conceder às crianças de Imperatriz um espaço para formação de novos leitores. Maria das Graças Godinho viu no déficit de acesso à literatura infantil na cidade um problema que poderia ser brevemente sanado por meio do suplemento. Havia uma dificuldade da própria época de se adquirir livros e por outro lado não havia esta disponibilidade nas escolas. Era *O Progressinho* a viabilidade de incentivar e suprir as deficiências causadas pela falta de acesso a material cultural na cidade.

Todas estas questões ascenderam enquanto o suplemento consolidava-se na cidade. Concomitante ao cenário de transformações do modelo de jornalismo imperatrizense, acontecia também a expansão das produções segmentadas no modelo de negócio do jornalismo nacional. Os modelos por editoria e a especialização do jornal, com a produção de nichos mais específicos e absorção de públicos segmentados nos jornais (SILVA, 1996; TAVARES, 2009). O que permitiu amplificação de editoriais dedicadas a crianças, como por exemplo: *O Globinho*, lançado em 1983 e *O Estadinho*, em 1987.

Mesmo com situação favorável *O Progressinho* começou a desandar. Ainda que buscando ser um suplemento sem fins lucrativos, finaliza pela falta de retorno orçamentário e apoio do poder público. Os primeiros sinais do seu declínio se deram em dezembro de 1986 com a quebra da impressora, que causa inconstância no número de páginas do suplemento, com edições com quatro e outras com oito páginas, levando também à diminuição de conteúdo informativo e o aumento do número de entretenimento e logo após em março de 1987 quando encerra a distribuição gratuita.

Figura 1 – Falta de apoio para *O Progressinho*

Imperatriz, 28/03/87

Nunca mais recebemos O PROGRESSINHO em nossa escola. Por quê? (...) Mando um abraço e um beijo para todos que trabalham fazendo este jornalzinho. Meu nome é Ana e estudo no Polivalente.

Ana,

Sua cartinha foi muito significativa para nós, pois gostamos de saber que você sente falta da entrega d'O PROGRESSINHO em sua escola. Infelizmente, ainda não encontramos quem patrocine nosso trabalho ou compre um grande número de jornais para distribuí-los como cortesia nas escolas; e como não podemos arcar, sózinhos, com os custos, somos obrigados a suspender a entrega gratuita que vínhamos efetuando nas escolas públicas.

Fonte: *O Progressinho* (1987)

Seu fim precoce ocorre, possivelmente em dezembro de 1987, a edição nº93 (do dia 06 de dezembro de 1987), a última encontrada e analisada, teve apenas os gibis do Maurício de Sousa publicados e um conteúdo distribuído em apenas quatro páginas. Até aquele momento, desde a edição de nº82 (do dia 20 de setembro de 1987), priorizou conteúdo de entretenimento, prevendo sua breve finalização. A extinção do suplemento causou tristeza no público, que escrevia ao veículo pedindo o retorno da publicação, o que obviamente não ocorreu.

O Progressinho se destacou pela intensa participação infantil e a tentativa de construir um produto com o seu público. Uma característica importante, levando em consideração que o jornalismo infantil deve valorizar os anseios da criança, noticiando diretamente para o seu público, objetivando ser uma produção informativa, educativa, lúdica e que fomenta a participação do leitor na produção. Todavia, uma crítica que atravessa os estudos acerca do tema é que ocorre ao contrário disto, causando a pouca representação infantil e o excesso de conteúdo de entretenimento (DORETTO, 2014; NASCIMENTO, 2015; SARDIGLIA, 2015; ARROYO; 2017).

É o que ocorre com *O Progressinho* ao longo das edições. Com as dificuldades de manter o projeto, o veículo priorizou conteúdo de entretenimento, ainda que inicialmente tenha aberto espaço para participação infantil imperatrizense e publicado temas importantes no seu conteúdo de informação. À medida que a proposta foi ficando inviável economicamente, o conteúdo informativo foi sumindo do jornal.

O Progressinho: uma proposta de suplemento infantil do jornal

O Progressinho diante de sua proposta de ser um produto cultural para criança construiu algumas características de produção. O

modelo do suplemento implementou um padrão de organização após sua terceira edição, sendo assim, estabeleceu um perfil de publicação com conteúdo de entretenimento com: os quadrinhos do Mauricio de Sousa, a seção Divertimentos direcionada a crianças entre 4 e 6 anos e jogos e brincadeiras direcionadas a crianças entre 7 e 12 anos. A produção de conteúdo informativo tinha matérias da seção “1Cz\$ de Prosa / Cz\$ 1 de Prosa” e da seção Mundo, Divertido & Curioso. A contribuição infantil foi manifesta por meio da participação das crianças com envio de cartas, fotografias, desenhos, poemas, contos e matérias. Por fim, o conteúdo cultural foi marcado pela publicação de poemas e contos de autores nacionais e internacionais. Com essa organização o jornal criava uma identidade e fidelizava o público, pelo menos nos primeiros meses.

Figura 2 – Organização das páginas



Fonte: O Progressinho (1986) – Edição nº7

É preciso destacar que apesar de impresso em *offset* era organizado de modo artesanal, o que permitiu a distribuição do conteúdo no suplemento sem planejamento. Sinônimo disso é que havia seções com páginas fixas e outras não. Por exemplo: os quadrinhos do Maurício de Sousa sempre estavam na primeira página e simultaneamente na quarta; a seção Carta do Leitor ocupava a segunda página e encerrava com a seção Divertimentos. Enquanto as outras partes do suplemento não tinham espaços fixos na diagramação, principalmente porque o uso de colunas não seguia um padrão específico. Atribuiu-se parte disso a uma questão editorial, primeiro porque parte do conteúdo era recorte de outros textos (quadrinhos, entretenimento e literatura) ou de envios das crianças. Segundo, por questões de recurso humanos, havia apenas uma pessoa envolvida no projeto e não era especializada em jornalismo. Todavia, observa-se um interesse pela utilização dos espaços do jornal e a ludicidade na organização das páginas.

Embora o suplemento não estivesse aberto a anúncios comerciais, publicava-se publicidade do próprio jornal, convidando as crianças a incentivarem os pais a comprarem as edições de *O Progresso* e as próprias edições de *O Progressinho*.

O entretenimento

O conteúdo de entretenimento contou com quadrinhos, jogos e brincadeiras. Os quadrinhos com desenhos de Maurício de Sousa foram parte de um convênio com o famoso cartunista brasileiro. Na época, ele correspondia nas mesmas condições com o envio de prospectos para mais de 300 jornais. Então era uma produção, aparentemente, recorrente em outros veículos nacionais. O material enviado pelo cartunista era bem aproveitado, sendo completamente utilizado, sem exclusões.

Havia dois espaços dedicados a jogos e brincadeiras: a seção Divertimentos e a Entretenimentos. Estes dois espaços foram separados nas análises pela tonalidade da abordagem, enquanto o Divertimentos era uma seção com espaço fixo, na página 8 do suplemento, com conteúdo mais direcionado a criança entre 4 e 6 anos de idade; o Entretenimento incluía brincadeira ou jogos encontrados avulsos, com tom mais sério, dedicados a crianças entre 7 e 12 anos de idade.

O Divertimentos tinha um espaço fixo. Contavam com brincadeiras como jogos dos 7 erros, completar a figura, ligar os pontos, completar as palavras, labirinto, adivinhar o personagem e pequenas cruzadinhas. Já a Entretenimentos normalmente vinham na página 5, quase sempre contavam com o jogo do “Inspetor Pereira” que era uma brincadeira de adivinhação que era acompanhada com um quadrinho em que a criança ao ler a história deveria adivinhar quem era o suspeito que o inspetor procurava. Também podia trazer jogos de cruzada, adivinhação ou charadas. Apesar do tom descontraído, o conteúdo era de certa forma educativo.

O conteúdo de entretenimento ganhou um espaço significativo e volumoso nas edições, aparecendo do início ao fim do suplemento. O que denotou a preferência editorial de entregar este tipo de conteúdo. Seja por uma questão de adequação com o público ou pela facilidade da publicação do material, é fato que apareceu bem mais do que produtos de informação ou cultural. A editora dedicou o esforço de oferecer uma diversidade de conteúdos no suplemento, no entanto, decaiu não pela entrega excessiva de entretenimento, mas pela falta de outros conteúdos.

A informação

O Progressinho dispôs de duas seções com informação e a publicação de matérias jornalísticas. É importante constatar que, apesar do pouco espaço organizado para o conteúdo informativo, as seções deste viés não deixaram de debater as temáticas propostas com aprofundamento. Reflexo disso é que há uma quantidade exponencial da presença de temáticas como: política, cultura, atualidades, histórias nacionais e referentes à cidade.

A execução neste formato foi engendrada a partir da concepção editorial de que a criança precisa ter contato com assuntos políticos em qualquer idade, a fim de reconhecerem a formulação das condições sociais. A aplicação do conceito criado do perfil de publicação estava nos temas encontrados nas edições que traçavam discussões que revelavam um caráter progressista no discurso do jornal. É possível destacar materiais sobre temas como a luta feminina e sua importância social, a necessidade de igualdade racial, a Assembleia Constituinte, a importância do cuidado com o meio ambiente, as regras de trânsito, a reforma agrária e a cultura nacional. Estes e outros assuntos suscitaram debates importantes nas páginas de *O Progressinho*.

A seção “1 Cz\$ de Prosa” que depois na edição nº14 (no dia 25 de maio de 1986) passou a ser denominada “Cz\$1 de Prosa¹², era um espaço do segmento para discussões de acontecimentos, normalmente em âmbitos nacionais, com um tom de opinião. A criação desse espaço ratifica o caráter jornalístico do veículo, já que mescla gêneros e formatos já consolidados na produção tradicional voltada para adultos.

12 A mudança acontece sem justificativa, no entanto, atrela-se à transição da moeda cruzeiro para o cruzado, no dia 28 de fevereiro de 1986 no Brasil.

Além deste, o jornal publicava também a seção “Mundo Divertido & Curioso”, um espaço de informação e curiosidade, trazendo tópicos diversificados no âmbito regional, nacional e internacional. Tudo isso mostra o quanto o veículo buscava oferecer à criança acesso a conteúdos diferentes, com a intenção de educar instigando a curiosidade infantil. A seção não seguiu exatamente da mesma forma até o final, sendo desmembrada na edição n° 23 (do dia 27 de julho de 1986) ocupando um espaço menor na diagramação.

Por fim, as matérias de *O Progressinho* apareciam sem um padrão de página ou formatação e só eram assinadas quando eram enviadas (produzidas) pelas próprias crianças. Isso é resultado direto da parca equipe do jornal, que não tinha uma redação estruturada e nenhum repórter para pensar e produzir o conteúdo. De um modo geral essa produção quase sempre ocupava um espaço de uma coluna, ou seja, um espaço limitado. As questões mais recorrentes estavam atreladas à própria realidade da cidade, portanto era um recurso de evidenciar propriedades mais locais e regionais.

A literatura

Como destacada na fala da entrevistada, o principal objetivo de *O Progressinho* era conceder acesso a produtos culturais às crianças, principalmente à literatura, por conta da dificuldade do acesso na cidade. Esta proposta aconteceu efetivamente pelas publicações de poemas e contos no suplemento. Não havia uma seção especial dedicada a essas publicações e poderia aparecer em diferentes páginas nas edições, mas havia uma preferência pelas páginas finais. Os espaços eram bem utilizados e distribuídos com vários poemas por edição.

Quanto ao perfil literário, optou-se pelo uso de autores nacionais, seguidos de autores regionais. Também se utilizou de autores internacionais (6). E alguns textos sem assinatura ou identificação foram encontrados (24). Ao todo, foram identificados 74 autores diferentes ao longo de um ano de publicação. Outro ponto de relevância detectado foi textos assinados pelos próprios leitores, publicados ao longo das edições. Identificou-se, no que se refere às características editoriais, que os textos dos leitores apareciam sem distinção ou diferenciação dos outros textos. Tal escolha editorial garantiu a mesma importância textual de autores reconhecidos e de crianças que enviavam seus escritos. Ou seja, uma estratégia de aproximação e incentivo. Era também um espaço construído com e para o leitor.

A participação

Os espaços dedicados à participação possibilitaram medir a influência e o retorno do suplemento. *O Progressinho* se destacou por incentivar a participação infantil por meio do convite de envio de cartas, desenhos, matérias, fotografias ou poemas das crianças. Este era o momento de os leitores participarem da produção do jornal, de verem suas próprias elaborações nas páginas da publicação. Era também um modo do próprio suplemento perceber os retornos do seu trabalho.

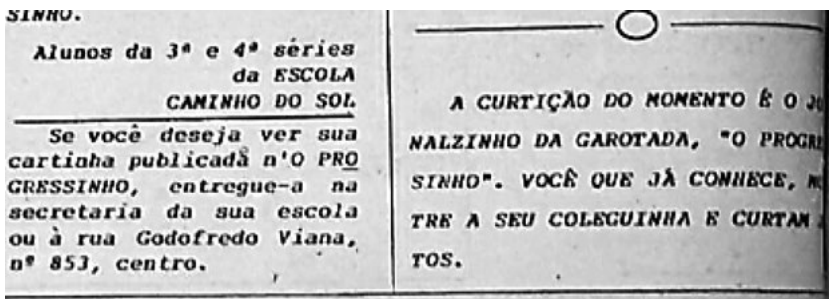
O jornal recebia bastante correspondência dos leitores, sejam textos, sugestões ou desenhos, no entanto, não foi possível quantificar a informação, pela quantidade de tempo que *O Progressinho* deixou de ser publicado e também porque Maria das Graças Godinho não tem mais memórias sobre o fato. Todavia, é viável mensurar quantos destes documentos foram publicados no suplemento.

Contabilizou-se, constatando a presença e ausência das seções das 72 edições encontradas do suplemento, 37,5% de presença de cartas enviadas por leitores, 77,8% de desenhos, há também a seção de aniversariantes (33,3%) e foto do leitor (29,2%), onde eram publicadas as próprias fotos que os leitores enviavam para o jornal. E dos 175 poemas e contos encontrados nas edições, 23 são de leitores.

O jornal também incentivava o envio de cartas, desenhos, matérias, poemas, entre outras produções autorais por parte do leitor. Na edição nº2 há uma chamada no suplemento que é um convite direto para as crianças participarem da produção. Percebe-se que o jornal entende a participação infantil como parte concreta da construção do suplemento, isto é indicado na frase “e seja um colaborador de O Progressinho”.

Na edição de nº3 fica claro que há também uma parceria do jornal com as escolas de Imperatriz, na qual as crianças poderiam enviar os textos para publicação no suplemento nas secretarias dos colégios. É outra evidência da tentativa do suplemento de uma construção efetiva entre o projeto e os colégios, corroborando com o seu discurso de uma produção educativa e cultural.

Figura 3 – Indicações de como enviar cartas



Fonte: O Progressinho (1986)

Outrossim, na edição nº 23 (do dia 27 de julho de 1986) o suplemento lança o sócio do “Mini Clube D’O Progressinho”, com um cupom para ser preenchido. A proposta do mini clube era a seguinte: quem participava conseguiria uma foto publicada e integraria as promoções especiais. Não havia custos para se tornar sócio. Nas edições seguintes o suplemento chegou a publicar fotos dos associados, no entanto, não há nenhum indicativo das promoções especiais previstas. Quando questionada sobre o clubinho, Maria das Graças (informação verbal)¹³ disse que não se recorda da proposta.

Figura 4 – Mensagem do jornal às crianças

ATENÇÃO

Se você quer ser sócio do MINI CLUBE D'O PROGRESSINHO, preencha o cupom com seus dados de forma, envie um cartão 3 x 4 e mande para a Redação do jornalzinho à sua residência, Vila da Vitória, nº 233.

Todo sócio terá a sua foto publicada e poderá participar das promoções especiais. Envie logo o seu cartão. Vamos ver quem será o sócio nº 1?

MINI CLUBE D'O PROGRESSINHO

NOME _____

DATA NASC. _____

ESCOLARIDADE _____

RUA _____ Nº _____

CIDADE _____

ESTADO _____

Este jornalzinho é feito com muito carinho para quem que é jovem. Leia com atenção, cometa com seus colegas e saiba sobre o que tem de bom em sua vida. Se quiser, escreva para o nosso jornalzinho.

O PROGRESSINHO

Parte integrante do jornal O PROGRESSO - Evoluções da imprensa O PROGRESSO Sudoeste - Redação: Rua Godofredo Vargas nº 233 - Vila da Vitória - Graça Goiânia -

IMPERATRIZ - MARANHÃO

Fonte: O Progressinho (1986)

13 Entrevista concedida por Maria das Graças a autora, no dia 5 de agosto de 2020, por meio de telefone.

Logo abaixo do cupom também havia uma mensagem editorial do suplemento, declarando que *O Progressinho* era produzido com bastante afeto, seguida de uma indicação para ler os textos com cuidado, atenção e debatê-los com os mais próximos. O texto finalizava com o incentivo de se tornar um “jovem leitor” corroborando com a ideia explanada nas entrevistas de criar um produto que fosse um encorajamento da leitura para as crianças imperatrizenses.

De fato, *O Progressinho* foi um produto que buscou dar espaço e voz para a criança, com a introdução de conteúdos que foram enviados pelos seus próprios leitores. À vista disso, há a possibilidade da criança se encontrar na produção.

As cartas dos leitores

Parte dessa empatia dos leitores pelo veículo pode ser notada nos diversos elogios dedicados ao suplemento nas cartas enviadas pelas crianças ao jornal. Foram encontradas ao todo 67 cartas publicadas dos leitores nas edições analisadas. Os temas mais recorrentes nos textos eram: recado para alguém ou para o jornal, elogio, críticas e cartas de cunho pessoal que revelavam ideias, sonho ou informações íntimas. Ou seja, as crianças se sentiam livres para enviar recados ao jornal, para outras pessoas e elogiar a publicação.

Das cartas analisadas, os elogios dedicados ao *O Progressinho* eram recorrentes, havia muitas cartas que elogiavam a produção e quase sempre as crianças enalteciam o jornal e comentavam que indicavam para outras pessoas.

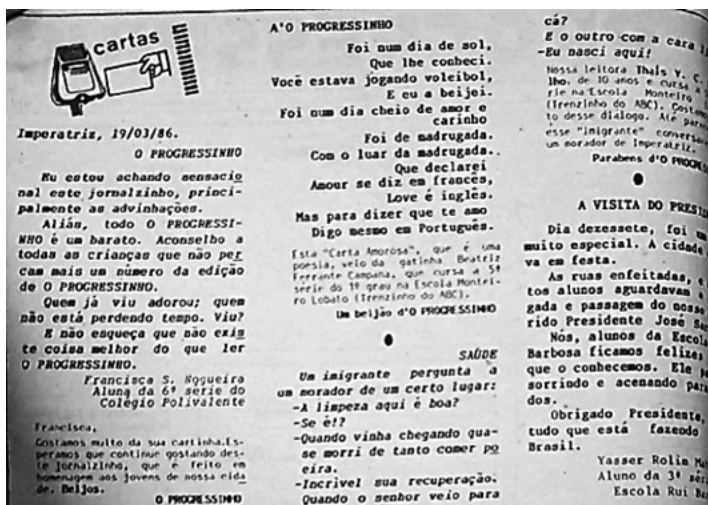
Era um espaço de interação, as crianças realmente gostavam do suplemento e se sentiam confortáveis para conversar com o jornal, contar seus sonhos, fazer perguntas sobre algo que tinham dúvidas ou cobrar alguma coisa, seja a discussão de um tema, ou o

porquê de o suplemento deixar de ter 8 páginas, até fazer denúncias ou críticas à gestão da cidade. Inclusive esse tipo de temática (críticas e denúncias) apareceu em um número considerado de cartas.

Havia realmente uma confiança, que se percebe pela segurança em reclamar sobre a situação da realidade social naquele espaço. E por outro lado, uma dedicação do jornal em responder às mensagens, tirando as dúvidas, incentivado ou explicando algumas questões. Era uma troca, entre o leitor e o jornal.

A seção deixou de ser publicada na edição nº86 (do dia 18 de outubro de 1987), mas não havia uma recorrência das publicações, chegando a ter número considerável de edições que não possuíam as cartas. Não se sabe se isso acontecia pela falta de envio de cartas dos leitores ou por questões de espaço na diagramação. Contudo, não deixa de se apontar a falta de aproveitamento desta seção por parte do suplemento.

Figura 4 – Cartas dos Leitores



Fonte: O Progressinho (1986)

Recortam-se alguns exemplos para ilustrar esta interação da criança. Na edição de nº5 (do dia 23 de março de 1986) há elogios à produção do jornal. Uma das crianças, Francisca, elogia bastante o jornal indicando que “Aconselha a todas as crianças que não percam mais um número da edição de O Progressinho”. Há também um importante registro histórico no espaço de Cartas do Leitor, que foi a visita do presidente na cidade, falando sobre como o dia foi especial e que a cidade estava enfeitada para recebê-lo, finalizando com um agradecimento à gestão do presidente José Sarney.

Os desenhos das crianças

Quanto ao espaço de publicação dos desenhos enviados pelas crianças, houve grande recorrência na introdução destes desenhos no jornal. Percebe-se que estes são reflexos da própria cultura da época, carregada de referências. *O Progressinho* junto ao incentivo do envio de desenho, também fazia o convite à criança para pintar as imagens publicadas por leitores como método de interação com as próprias páginas do suplemento. É um espaço para estimular a ludicidade infantil, para colorir as tradicionais páginas pretas e brancas do impresso e torná-lo de acordo com seu próprio tom e gosto.

Uma figura bem recorrente foi a do *He-Man*, que apareceu diversas vezes durante as edições. O *He-Man* foi um popular desenho animado dos anos 1980 e início de 1990, da série *He-Man e os Defensores do Universo*, que fez bastante sucesso no Brasil. *He-man* foi produzido para ser um boneco da *Mattel* com produção em quadrinhos. O personagem chegou a ganhar uma música do grupo infantil Balão Mágico. Aparecendo seis vezes, é um número significativo tendo em vista que a maioria dos desenhos enviados pelas crianças não tinha uma característica e elementos em comum.

É uma das poucas imagens que têm repetição nos envios, seguido pelos *Thundercats*.

Pontua-se, por fim, que o material enviado pela criança não recebia interferências no seu conteúdo, era publicado da maneira que foi recebido. O suplemento era manual, o desenho, se estivesse maior que o tamanho permitido pelo jornal, passava por uma redução proporcional. Seguindo as regras de como era feito a diagramação das páginas naquela época. Havia ali um anseio da diagramadora de preservar o que a criança enviava.

As fotografias

Outra maneira de participação era pelo envio de fotografias. As imagens recebidas eram publicadas em duas maneiras diferentes: uma para parabenizar pelo aniversário e outra apenas manifestação de afeto de *O Progressinho* por seus leitores. Ao que se sinaliza, não parece haver solicitações quanto ao tamanho das fotos. Há diversas fotos ao longo da edição e a diagramação parece brincar com o espaço, às vezes deixando retangular, inclinado ou com alguns efeitos. As fotografias enviadas são quase sempre com representações de momentos de alegria, íntimos ou entre amigos. Considerando que a revelação de fotografias era algo difícil na época, principalmente com a situação de logística da cidade, era algo pouco habitual de se ter, mesmo assim as crianças enviavam suas fotografias para o jornal.

Ademais, não há um local certo para que estas imagens apareçam no jornal, elas variam de acordo com a edição. Os textos que acompanham as fotografias sempre são recheados de palavras de afeto e elogios. Verifica-se que as crianças quase sempre são ligadas a alguma figura ou instituição que dê denominação ao seu local e grupo de pertencimento, seja escola, pais, amigos e/ou idade. Isto pode

demonstrar a maneira como o jornal entende a criança, como um sujeito que apesar de poder participar efetivamente do suplemento, com envios de matérias, poemas, cartas, desenhos ou imagens, ainda está ligado alguma instituição que o integra.

Figura 5 – Fotografia de parabenização pelo aniversário



Fonte: O Progressinho (1986)

O conforto das crianças no envio de fotografia e o espaço dado pelo suplemento para a publicação reafirmam a elaboração de um produto dedicado à criança, onde esta pode se encontrar, ter voz e espaço.

O regionalismo

O Progressinho era um produto local produzido para uma cidade do interior do Maranhão, em processo de transformações so-

ciais. Almejou-se encontrar rastros de regionalismo na produção, evidenciando características da cultura e realidade local. No entanto, os dados da investigação ressaltam outras preferências. As edições analisadas desvelaram poucas seções que destacaram características regionais. Identificou-se a não regionalidade do produto.

O suplemento, diante das necessidades de informar a criança, tornou-se um produto de inserção de questões nacionais e internacionais. Era preciso, naquele momento, a realização de uma produção que fosse capaz de abordar e educar sobre diversos tipos de assuntos. Era a possibilidade de ultrapassar as fronteiras territoriais e as dificuldades de acesso por meio de um produto local que permitisse à criança conhecer novos pontos de vistas.

Considerações finais

É importante que os produtos direcionados ao público infantil garantam não só a sua participação, mas também sua representação. Para isso é preciso que haja incentivo de interatividade e proximidade com o público, segundo Ferreira (2007) é o que as crianças preferem.

A literatura do tema é crítica em relação a como o jornalismo infantil vem sendo realizado, no entanto, destaca-se a importância do suplemento *O Progressinho*, primeiro para sua época, segundo para as crianças da cidade e por fim, para a história do jornalismo na cidade de Imperatriz. *O Progressinho* é reflexo da força das mudanças culturais que estavam acontecendo não só na cidade, mas no cenário nacional. O jornalismo praticado no suplemento estava um pouco longe de ser um referencial, mas sobressaiu na oportunidade de debater temas políticos e pontuais da época. Em segundo plano, o suplemento foi um espaço de expressão das crianças. Era um momento de manifestar suas preferências, interesses e opiniões.

É também um importante documento, que foi datado antes de sua deterioração e o seu esquecimento na história do jornalismo da cidade. É um material que permite o resgate da história local. Todavia, não se deixa de questionar se houve em algum momento outro produto parecido circulando na região, ou mesmo produções jornalísticas como *O Progressinho* em âmbito nacional, uma vez que o próprio Mauricio de Sousa declarou que se correspondia na época com mais de 300 jornais, onde estão os estudos destes materiais? E quantos deles foram perdidos sem uma análise científica efetiva? Deixamos nesta pesquisa a oportunidade de futuros e contínuos estudos acerca do jornalismo infantil em Imperatriz e no Brasil.

Quanto à receptividade do material, foi possível, por meio da análise, constatar o afeto entre criança e suplemento, que constantemente conversavam e expressavam o seu carinho e confiança. No entanto, o seu fim precoce é um prenúncio da realidade de tantos outros jornais infantis, que antes de começar acabam, deixando um déficit jornalísticos para as crianças daquela região. Não houve, até o momento, outro jornal infantil em Imperatriz. A imprensa local também enfrenta as dificuldades da precarização da profissão, o que marginaliza ainda mais o público consumidor que é criança, que constantemente é deixado de lado pela mídia.

Surpreendeu-se com os achados que *O Progressinho* proporcionou, como todo estudo/pesquisa não tem como objetivo final confirmar ou refutar hipóteses, mas tensionar as questões da própria área, se conclui que *O Progressinho*, dentro das possibilidades financeiras e de mão de obra foi um esforço de trazer um produto cultural às crianças na cidade de Imperatriz. Apesar da grande maioria de conteúdo de entretenimento, a dificuldade de distribuição de informação nas páginas e o conteúdo informativo ocupando apenas quase a metade das edições, ainda conseguiu construir um produto com

abordagens políticas importantes, de inserção da realidade social e com um certo equilíbrio entre educação e ludicidade.

Referências Bibliográficas

ASSUNÇÃO, Thays. **História da Imprensa em Imperatriz-MA/1930-2010**. São Luís: EDUFMA, 2018.

ASSUNÇÃO, Thays Silva; PINHEIRO, Roseane Arcanjo. Jornalismo em Imperatriz-MA: os jornais impressos em tempo de mudança (1970-1989). **Revista Brasileira de História da Mídia**. v.1, n.2, jul./dez. 2012.

ARROYO, Gabriela Vanni. **Jornalismo infantil no jornal impresso: um estudo dos suplementos Folhinha e JC Criança**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social-Jornalismo) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017. p.1-219

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997. p. 30-34.

DORETTO, Juliana. Jornalismo para a infância: uma proposta de definição. **C-Legenda – Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**. [S.L], n.30, p.59-72. ago. 2014. ISSN 1519-0617.

FERREIRA, Mayra, F. Infância em papel: o jornalismo infantil no interior. *In*: Intercom, 30., 2007, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Bauru. p.1-15.

FISCHBERG, Josy. Criança e jornalismo: um estudo sobre as relações entre crianças e mídia impressa especializada infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação,

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. p. 1- 151.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

NASCIMENTO, Mariana. **Revista infantil Saladamista**. 2015. Dissertação (Graduação em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SARDIGLIA, Larissa Grabinski Saldanha Brocker. **Qualidade no Jornalismo Infantil**: Estudo do Programa TV Piá da Tv Brasil. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. p. 1-131

SILVA, Gabriela Almeida; BUENO, Thaísa Cristina; SOUSA. Os estudos sobre Jornalismo Infantil na Comunicação: Um mapeamento das pesquisas no Brasil. In: Intercom Nacional, 2019, Pará. Anais [...] Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Maranhão: Belém-PA. p.1-12. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0527-1.pdf>. Acesso em: 14. dec. 2019.

SILVA, Rafael Souza. **O zapping jornalístico**: da sedução visual ao mito da velocidade. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC-SP, 1996.

TAVARES, Federico, M. B.O jornalismo especializado e a especialização periodística. Revista: **Estudos em Comunicação**, s.v, n.5. mai. 2009. p.115-133.

AS TRANSFORMAÇÕES NO TELEJORNALISMO DA TV MIRANTE (1987-2010)

GIZELLE DE JESUS MACEDO¹

RODRIGO NASCIMENTO REIS²

1. Introdução

Este artigo apresenta um apanhado histórico sobre as transformações ocorridas no processo de produção da notícia na TV Mirante de Imperatriz anos 80, 90 e 2000. O objetivo é identificar as mudanças e evoluções que aconteceram no telejornalismo em Imperatriz, especificamente na TV Mirante. Ressaltamos que não se trata de fases fechadas ou estanques. Por isso, descrevemos os resultados organizando em períodos, elaborando assim o percurso do telejornalismo em Imperatriz em uma das principais emissoras da cidade.

Para isso, o aporte metodológico contou com a realização de entrevistas, pesquisa bibliográfica e análise documental. As entrevistas foram gravadas com os profissionais e técnicos que participaram do momento histórico do surgimento da televisão em Imperatriz e com os jornalistas que ainda atuavam na emissora nos anos de 2010 e 2011, quando esta pesquisa foi realizada. Desse modo, reunimos

1 Jornalista, formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e especialista em Docência do Ensino Superior pelo INESPO e em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade São Marcos.

2 Jornalista, formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutorando em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com bolsa Faperj Nota 10.



as percepções dos profissionais sobre a mídia audiovisual em Imperatriz, a função social da atividade jornalística, a relação da TV em Imperatriz com os segmentos da sociedade e a estruturação das rotinas produtivas.

A investigação representa esforços para a apreensão do desenvolvimento da televisão em Imperatriz e se propõe a mostrar aos estudantes e pesquisadores do Jornalismo reflexões sobre o exercício da profissão na cidade. Ainda há muito por ser descoberto, o trabalho é uma colaboração para a construção da história do Jornalismo da cidade, finalizado no ano de 2011. Certamente, outras mudanças poderão ser apontadas em novos estudos.

Importante contextualizar que a TV Mirante surge como sucessora da TV Imperatriz. Ela só receberia a nomenclatura TV Mirante em 1991 quando inicia suas atividades na cidade ainda em caráter experimental em 1986, retransmitindo a programação da Globo direto do Rio de Janeiro e nos intervalos exibindo clipes musicais. Em 1987, se instalou definitivamente, trazendo para Imperatriz produções telejornalísticas profissionais, dando fim à fase da televisão amadora na cidade.

2. Anos 80: A busca de uma identidade local

A TV Imperatriz começa a funcionar na cidade em caráter experimental em 1986 e é inaugurada oficialmente em 01 de julho de 1987. O departamento de Jornalismo na década de 1980 era coordenado pelo jornalista Sérgio Macedo. Além da direção do departamento de Jornalismo, Sérgio Macedo produzia pautas, redigia e também editava o jornal. A TV Imperatriz tinha para a época uma estrutura técnica inovadora, deixando para trás o equipamento VHS

e trazendo para a cidade de Imperatriz o equipamento U-matic³ que para aquele período era um equipamento moderníssimo e tornava mais ágeis as produções externas em televisão. O equipamento U-matic já evidenciava certa sofisticação. Em 1969, ano de seu surgimento no mercado, esse produto restringia-se apenas às empresas de televisão de grande porte (SANTORO, 1989).

O início das atividades da TV Imperatriz ocorreu na rua Alagoas, n.º. 497, no bairro Juçara. A sede era uma casa comum, onde foram montados os estúdios de televisão, que eram simples, com decoração feita artesanalmente como conta a primeira apresentadora de telejornal da TV Imperatriz, Maria José Marconcine:

Era uma casa comum, a gente colocava panos atrás, lençol para fazer o painel. Era uma parede comum, e a gente pregava com prego o lençol e aí adaptava as folhas de compensado e isopor. Era Tocantins TV o nome do primeiro jornal. A logomarca do jornal era feito de isopor, e a gente colava nesse lençol, e isso era o nosso painel. Era uma coisa linda, as pessoas não viam isso, as pessoas viam o produto final, nosso material humano era tão bom que ninguém sabia que aquilo que era um lençol, isopor⁴

Para o diretor do departamento de Jornalismo da TV Mirante de Imperatriz, Antônio Cardoso Filho, que nesse período trabalhava na TV Educativa, as principais dificuldades desse período não eram de ordem estrutural ou tecnológica, para ele o problema da TV em Imperatriz era de caráter profissional. A TV surgiu em Imperatriz, entretanto a cidade não possuía profissionais formados e experientes na área.

3 No ano de 1970, a japonesa Sony inventou o U-Matic, formato que trazia a fita já em casete com uma bitola de ¼ de polegada em vez de 2 polegadas, utilizando a gravação helicoidal, lançado comercialmente em 1974

4 Entrevista concedida por **Maria José Marconcine**: primeira apresentadora de telejornal da TV Mirante na década de 1980, em maio de 2011.

Nós estávamos começando, todos éramos muito jovens, não tínhamos ainda dimensão da nossa função, uma dimensão mais completa. Eu acho que essas eram nossas principais dificuldades. Eu acho que a maior dificuldade, talvez não seja de equipamento, de tecnologia, avaliando hoje, porque na época a tecnologia que a Mirante tinha, era uma tecnologia adequada para aquele tempo para aquele período. Eu acho que a gente era muito pouco experiente com televisão, a gente veio aprendendo ao longo do tempo⁵

Com o aparecimento desse novo e moderno veículo de comunicação, nascia a necessidade de um novo profissional – o profissional de televisão. Era o início de uma busca por uma identidade televisiva e por uma identidade local. Como a televisão ainda era um meio de comunicação recente em Imperatriz, ela adquiriu nesses primeiros anos de trabalho, linguagem, estilo e profissionais advindos do rádio, dos impressos e das assessorias de comunicação.



Figura 1 – Equipe de primeiros profissionais da TV Mirante de Imperatriz. Os profissionais vinham em sua maioria de outras cidades, traziam experiências dos jornais impressos, das rádios e assessorias. Fonte: Arquivo pessoal de Maria José Marconcine.

5 Entrevista concedida por **Antônio Cardoso Filho**: Coordenador do departamento de Jornalismo da TV Mirante de Imperatriz, em maio de 2011.

Na década de 1980 a televisão em Imperatriz carrega ainda muitas marcas do rádio, prova disso é que em 1986 ao entrar no ar em caráter experimental, a TV Imperatriz retransmitia a programação da Rede Globo e nos intervalos fazia uso dos clipes musicais. Segundo Rezende (2000) “o ‘clip’ musical é o formato que melhor se aproveitava desse potencial radiofônico da TV, pois favorece que se ouça uma música, enquanto se trabalha ou lê, com a possibilidade de dar rápidas olhadelas no vídeo, de tempo em tempo” (REZENDE, 2000, p. 46).

Sobre o processo de contratação dos profissionais que iriam protagonizar a história do telejornalismo em Imperatriz, Agostinho Noleto Soares relembra que:

E aí começou a se formar um quadro de jornalistas de TV próprios aqui da casa. Alguns profissionais vinham do rádio, mas a gente não tinha muitas rádios aqui, pegávamos os meninos que faziam locução nos carros de som, nos alto-falantes de rua, eram chamados para fazer testes e jogados para colocar a cara na televisão para divulgar a notícia e funcionou assim⁶

Os profissionais que fizeram Jornalismo na década de 1980 eram escolhidos por meio de testes de leitura e postura ou concursos públicos. Sobre esses testes, Maria José Marconcine explica em entrevista como funcionavam as entrevistas para a contratação de funcionários.

[...] os testes funcionavam assim: colocava a pessoa sentada e dava um texto para ler, primeiro para falar, depois para escrever também. E aí já se tinha uma noção se a pessoa ia render ou não. A pessoa que sabia falar bem, conseguia se expressar e escrever; essa conseguia. Com os repórteres também era assim⁷

6 Entrevista concedida por **Agostinho Noleto Soares**: Ex-proprietário do jornal O Progresso e atual gestor regional de educação, em abril de 2009.

7 Entrevista concedida por **Maria José Marconcine**: primeira apresentadora de telejornal da TV Mirante na década de 1980, em maio de 2011.

A experiência no Jornalismo para muitos foi apenas uma oportunidade de ganhar uma renda, para outros era uma aposta profissional. Alguns dos profissionais que fizeram Jornalismo nessa época vieram do anonimato. Acreditavam na vocação para o Jornalismo e desejavam fazer comunicação em Imperatriz. A TV Educativa, projeto do governo municipal do prefeito Ribamar Fiquene, inaugurada na cidade em 1984 foi uma escola de formação de grandes nomes que protagonizaram o telejornalismo da TV Mirante nesse período.

Vieram da TV Educativa para a TV Mirante a apresentadora Maria José Marconcine, que também passou pela Rádio Imperatriz Ltda; a apresentadora e repórter Iara Aparecida Paiva; Antônio Cardoso Filho, diretor do departamento de Jornalismo da TV Mirante; Luís Carlos Lima, apresentador de telejornal da TV Mirante; Elisaldo Cutrin, coordenador do departamento de Engenharia da TV Mirante e Raimundo Nonato, editor de imagens da emissora. Do Jornalismo impresso vieram Adalberto Franklin, que passou uma curta temporada na TV Mirante; Sérgio Macedo e Jurivê de Macedo, que começaram sua experiência no Jornalismo na redação do Jornal *O Progresso* em 1970.

Com profissionais advindos de outras mídias, a década de 1980 na TV Imperatriz caracteriza-se pela fase da construção de uma identidade com o meio televisivo e com a cidade. A maioria desses profissionais não eram da cidade de Imperatriz, vinham de outras localidades em busca de uma oportunidade de trabalho.

1.1 A notícia na TV Mirante na década de 1980

Em 1987, a TV Imperatriz produzia localmente quatro telejornais. O jornal Bom dia Imperatriz, veiculado de segunda a sexta-feira de 7h30 às 8h, seguido pelo Bom dia Brasil, jornal produzido

pela Rede Globo, que vai ao ar todas as manhãs. Às 12h25 começava o jornal Tocantins TV. Às 19h45 tinha o Jornal Regional, em seguida entrava ao ar o principal telejornal da Rede Globo, Jornal Nacional. Nesse período a TV Mirante produzia ainda o Jornal Boa Noite Tocantins, que ia ao ar às 23h20 e trazia um resumo das principais notícias do dia e as últimas informações apuradas até o final da noite, seguindo o mesmo perfil do Jornal da Globo, exibido logo em seguida.

As principais pautas abordadas estavam ligadas ao crescimento da cidade de Imperatriz e seus ciclos econômicos. Nesse período Imperatriz vivia a euforia da descoberta do ouro na Serra Pelada, no sul do Pará. Houve uma evasão de mão de obra da agricultura e das atividades urbanas. As notícias divulgavam o aquecimento que esse movimento trouxe à economia.

Na década de 1980 a TV Imperatriz caracteriza-se também por abrir espaços frequentemente para as personalidades da cidade – políticos, médicos estavam sempre na mídia por exercerem um papel fundamental naquela época de contribuição para a comunidade. A TV Mirante, emissora com característica elitista, nos anos de 1980 dava ênfase às fontes oficiais.

Observando as entrevistas gravadas em estúdio realizadas nesse período, encontramos os nomes de políticos como: José Reinaldo Tavares e José Sarney como fontes entrevistadas. As fitas decupadas do arquivo da TV Mirante revelam a relação política da emissora, bem presente na década de 1980. Em agosto de 1988 encontramos as seguintes manchetes: “Chega a Imperatriz o presidente José Sarney”; “Davi chega ao aeroporto”; “Sarney fala em entrevista sobre Norte – Sul”; “Sarney e Cafeteira de mãos dadas”, e ainda uma matéria sobre pesquisa eleitoral com mais de quatro minutos. Tempo maior que uma reportagem especial.

É comum, no material jornalístico arquivado, encontrarmos matérias com a opinião de alguma personalidade sobre acontecimentos que remetiam ao cenário político de Imperatriz, tais como inauguração de pontes, críticas ao poder público sobre obras inacabadas etc.

Na década de 1980, Imperatriz vivia um cenário de conflitos por terras que resultou em muitos crimes não desvendados. A pistolagem também foi uma das principais pautas abordadas pela TV Imperatriz nesse período. A violência e a questão de infraestrutura sempre foram temáticas recorrentes na pauta jornalística. Segundo o cinegrafista Lindomar Lopes era comum cobrir notícias de assassinatos e mortes na década de 1980.

No arquivo da TV Mirante de Imperatriz, referente ao mês de janeiro de 1989, foram encontradas as seguintes manchetes: “Assassinato misterioso de Gilmar”; “Assassinato no Parque Santa Lúcia”; “Espancamento de funcionário da Telma”; “Policia à Paisana prende marginais”; “Jovem estuprada na Vila Nova”; “Dois homens linchados por taxistas”; “Polícia prende João Neto, acusado de estupro”; “Tentativa de roubo de táxi”; “Baleado Ubiratan”; “Estupro e violência ao casal Eva e Josimar”; “Assassinato de Ady Gilberto Hipeckmeier”; “Estupro”.

No mesmo período foram encontradas nos arquivos as seguintes chamadas sobre infraestrutura: “Construção da Ferrovia Norte-Sul”, “Cheia do Rio Tocantins”; “Visita ao Riacho Bacuri, o mais contaminado da cidade”; “Alagamento Escola Santa Laura – Bacuri”. Em entrevista, o cinegrafista Lindomar Lopes relata suas lembranças quando saía com a equipe externa para cobrir as pautas dos jornais.

Nós cobríamos muitos assassinatos naquela época em Imperatriz, as coisas corriam solto. Naquela época era muito difícil ter um dia pra você não fazer um assassinato. Matérias comuns também é buraco nas cidades. As pessoas ligavam e pediam pra equipe ir cobrir⁸

Os proprietários da TV Mirante de Imperatriz tinham atuação marcante no meio político. Por isso, essa questão era bastante explorada nesse período, marcando de maneira forte o telejornalismo. Ao analisar o acervo de imagens da TV Mirante, podemos observar que nesse período há um expressivo número de matérias da editoria de Política: no mês de junho de 1987, foram abordadas as seguintes manchetes: “Entrevistas com candidatos a prefeitos”, “Políticos aguardam comitiva governamental”, “Chegada da comitiva Governamental”, “Chegada do governador a Petrobrás”, “Apoio Raimundo Cabeludo para prefeito”.

A produção da notícia começava então pela reunião de pauta, sempre solicitada pelo diretor do departamento de Jornalismo, na época Sérgio Macedo. Nessa reunião também eram avaliados os jornais apresentados, os pontos positivos e negativos dos programas. A apresentadora Maria Jose Marconcine diz que pela inexperiência dos profissionais nesse período era o diretor que determinava todas as pautas. Segundo Marconcine, na época não tinha computador e a pauta era entregue em papel datilografado dobrado ao meio. A pauta era escrita entre cinco e dez linhas explicando o que era para fazer, e o repórter tinha um tempo cronometrado.

O fator tempo era decisivo para a equipe que ia para as ruas após a reunião de pauta. A equipe era pequena, composta pelo motorista, o operador de VT e o repórter. A equipe seguia para a rua com um VT e uma câmera. O VT pesava 17 quilos o que exigia

8 Entrevista concedida por **Lindomar Lopes**: Cinegrafista da TV Mirante desde a década de 1980, em maio de 2011.

que duas pessoas o manuseassem, no caso o operador de VT sempre contava com a ajuda do motorista.

Enquanto uma equipe ia cobrir uma matéria outra ficava escrevendo. Tinha um tempo cronometrado. Às vezes pedíamos o carro do departamento comercial emprestado, e saía todo mundo correndo, porque o tempo era pouco. Naquele tempo não tinha celular pra você ligar chamando a equipe que estava na rua então era tudo cronometrado mesmo, você era escravo do relógio mesmo⁹

Os programas culturais eram bem presentes nesse período na TV Mirante de Imperatriz. A década de 1980 também foi marcada pela produção do Programa Vitrine, apresentado por Ione Glória. O programa Arte Nativa criado em 1987 trazia uma programação descontraída que mostrava as manifestações culturais de Imperatriz. Poetas, músicos, cantores e escritores tinham espaço no programa que era apresentado por Luís Brasília, que atuou também como produtor cultural da Rádio Mirante FM. O programa Arte Nativa trazia em sua programação entrevistas com os artistas da cidade, realizadas pelo apresentador Luís Brasília, com enfoque para a trajetória dos produtores culturais, as novidades sobre a carreira, shows e lançamentos.

A coluna do Jornal *O Progresso* “Bastidores do Rádio e da TV” anuncia que o diretor geral da TV Mirante de Imperatriz na década de 1980, Humberto Castro, estava nos Estados Unidos adquirindo equipamentos para colocar a TV Imperatriz no ar em caráter oficial. A coluna ainda conta que a “TV Imperatriz vem com tudo em matéria de potencial” (*O PROGRESSO*, 1987, p.16). As primeiras transmissões de televisão em Imperatriz foram em equipamento VHS e a TV Imperatriz começa seus trabalhos na cidade utilizando

9 Entrevista concedida por **Maria José Marconcine**: primeira apresentadora de telejornal da TV Mirante na década de 1980, em maio de 2011.

equipamento U-matic, uma novidade para quem trabalhava com televisão na época.

Nós começamos a funcionar aqui na Mirante com o sistema U-matic, nos tínhamos um VT enorme, e uma câmera maior ainda. Então nós precisávamos de duas pessoas para operar. O cara que iria carregar o VT enorme e o cinegrafista que ia com a câmera. Nós trabalhávamos com uma fita de quase quarenta centímetros, começamos com esse equipamento que para a época era o equipamento mais moderno¹⁰

O equipamento U-matic foi lançado comercialmente pela empresa japonesa Sony ainda na década de 1970. Somente em 1980, com a inauguração da TV Imperatriz, a cidade teve contato com essa nova tecnologia que dava um novo visual para a imagem em televisão. “O *U-matic* não tinha contra-indicações, era uma tecnologia certa, em um momento adequado. Rodeada de aplicações imediatas. Na mais visível, o Jornalismo, [...] provocou a obsolescência precoce das câmeras cinematográficas” (ALMEIDA apud PIVETA, 2010, p.57).

Embora inaugurasse um novo período para a produção do Jornalismo de TV em Imperatriz, manusear a câmera U-matic não era tarefa fácil para a equipe da reportagem externa. A câmera estava unida ao VT por apenas um cabo, cobrir matérias de longas distâncias ou em meio a uma multidão de pessoas era uma complicação. O cinegrafista Francisco Cordeiro Freire relembra as dificuldades de captar as imagens nesse período.

A dificuldade maior era de mobilidade. O cinegrafista estava atento filmando um movimento e de repente ele saía rápido e o operador olhando para o outro lado, dava aquele puxão no cabo, às vezes

10 Entrevista concedida por **Antônio Cardoso Filho**: Coordenador do departamento de Jornalismo da TV Mirante de Imperatriz, em maio de 2011.

até partia o cabo, e ficava sem comunicação da câmera para o VT, tinha que voltar para emissora para trocar o cabo, apesar de ser um cabo bem forte, bem grosso, isso acontecia muito, dava muito mau contato por isso. O cinegrafista não ia dizer 'vamos sair' ele corria e o operador de VT precisava estar atento, e quando isso não acontecia, tinha problemas. Quando as filmagens eram no meio de multidão sempre dava problema¹¹

Segundo Piveta (2010) outra característica importante desta mudança de sistema do filme para o vídeo U-matic foi que, pela primeira vez, a imagem que chegava à casa dos telespectadores era colorida, tinha mais vida, estava mais próxima do real (PIVETA, 2010, p. 58).

A década de 1980 também foi marcada pela dificuldade de se fazer um link ao vivo. O repórter Gil Santos explica em entrevista as dificuldades em conseguir captar sinal de transmissão.

Era difícil fazer um link ao vivo. Tínhamos que levar o VT, onde era gravado as imagens. O link que fazia a transmissão do sinal era maior, dava-se um trabalho muito maior para se montar. A gente não conseguia fechar o sinal do link em nenhum ponto da cidade. Eu lembro que em 1993, eleição para prefeito a gente fazia transmissão da apuração dos votos, naquela época ainda era o voto contado. A gente montava a estrutura aqui na Juçara Clube tão perto daqui e às vezes a gente não conseguia fechar o sinal¹²

2. Anos 90: Uma rede em transformação

Até 1991, Imperatriz era a cabeça de rede, tendo uma maior liberdade quanto as suas programações. Essa mudança na rede, onde

11 Entrevista concedida por **Francisco Cordeiro Freire**: Cinegrafista da TV Mirante de Imperatriz, desde a década de 1980, em maio de 2011.

12 Entrevista concedida por **Gildásio Brito Santos**: Repórter da TV Mirante de Imperatriz, em maio de 2011

São Luís transformou-se em cabeça de rede trouxe grandes transformações para o telejornalismo da TV Mirante de Imperatriz na década de 1990. Esse acontecimento marca uma nova fase no telejornalismo da TV Mirante de Imperatriz.

Quando São Luís torna-se cabeça de rede, a TV em Imperatriz sofre uma diminuição dos programas jornalísticos na grade de programação local. O programa Boa Noite Tocantins, um jornal noturno que encerrava as programações jornalísticas do dia, desaparece da grade de programação na década de 1990.

Na grade jornalística da TV Mirante permanecem agora apenas três programas jornalísticos, O Bom Dia, que muda de título recebendo agora o nome de Bom dia Imperatriz e indo ao ar às 07h30 e às 12h45 e o Jornal do Maranhão – 1ª edição com sua segunda edição exibida as 19h30 de segunda a sexta.

A novidade nesse período é o Globo Esporte local, que vai ao ar às 12h30, antes do Jornal do Maranhão – 1ª edição. Os programas culturais Vitrine e Arte Nativa deixam de ser exibidos. Gil Santos, repórter da TV Mirante desde 1989, explica porque esses programas saíram da grade da TV Mirante.

Na verdade, quando a TV Mirante de São Luís passou a transmitir o sinal da Globo se criou um conceito rede estadual. Então alguns programas foram saindo do ar. Os que tinham elevado custo foram saindo primeiro. Também havia o desejo de dar uma nova cara à programação, agora mais cosmopolita¹³

O repórter deixa claro em sua fala que produzir tamanha quantidade de programas locais implicava um alto custo à emissora, o que fez com que surgisse essa nova proposta de rede estadual, que

13 Entrevista concedida por **Gildásio Brito Santos**: Repórter da TV Mirante de Imperatriz, em maio de 2011.

nesse momento se caracteriza por uma estratégia de redução de custos (BAZI, 2001). A programação local agora seria basicamente os três telejornais da emissora.

Na década de 1990, a TV Mirante de Imperatriz ainda criou o programa Mirante Rural, programa que tinha como foco principal o agronegócio em Imperatriz. O Mirante Rural era exibido aos domingos às 7 horas da manhã, seguindo o mesmo formato do programa Globo Rural exibido pela Rede Globo. Mas o programa não permaneceu no ar por muito tempo, em 2005 o programa Mirante Rural transformou-se em programa regional exibido pela cabeça de rede, a TV Mirante de São Luís, com participação de todas as outras praças.

A TV Mirante de Imperatriz perdeu espaço, mas não em relação à Globo e sim em relação a São Luís. O Jornalismo que era feito aqui passou a ser feito em São Luís. O Mirante Rural era feito aqui se estadualizou, hoje tem o Mirante Repórter, que é feito em São Luís com participação de Imperatriz e de outras afiliadas. Tem o Esporte 10, ou seja, a Rede Mirante ganhou espaço, mas A TV Mirante de Imperatriz perdeu¹⁴

Segundo o diretor do departamento de engenharia, Elisaldo Cutrin, vários motivos podem ser citados para a diminuição na grade de programas na TV de Imperatriz em relação a São Luís. Elisaldo explica que a TV Mirante de São Luís tem uma melhor estrutura, tanto de profissionais quanto de equipamentos e isso possibilita que a atuação dela seja maior.

Com a criação do Mirante Sat, o sistema de transmissão via satélite do grupo Mirante, a abrangência da TV Mirante de São Luís aumentou consideravelmente, atingindo até mesmo povoados distantes, com isso ficou mais rentável realizar investimentos em Jorna-

14 Entrevista concedida por **Elisaldo Cutrin**: Coordenador do departamento de Engenharia da TV Mirante de Imperatriz, em maio de 2011.

lismo Regional e não apenas local. A TV de Mirante de Imperatriz perdeu autonomia na década de 1990, quando deixa de ser cabeça de rede. Agora enquanto cabeça de rede a TV Mirante de São Luís adquiriu maior autonomia e muitas vezes sugere pautas que devem ser trabalhadas nos telejornais locais da TV Mirante de Imperatriz.

Em contraponto com a década de 1980 em que a TV Imperatriz trazia em sua grade programas culturais, na década de 1990 os programas culturais deixam de aparecer na grade de programação a partir de 1991. A programação cultural da cidade não tem mais um programa específico para a sua divulgação, sendo agora incluída nos programas jornalísticos que a emissora possui, especificamente na sexta-feira, no quadro Agenda Cultural. O Jornal do Maranhão – primeira e segunda edições, embora sejam programas essencialmente jornalísticos, caracterizam-se também como porta principal de divulgação dos valores artísticos e culturais de nossa região (IMIRANTE, 2011).

Segundo Luís Carlos Lima, apresentador do programa Bom dia Mirante, a década de 1990 é marcada por esse intercâmbio de matérias entre as emissoras de São Luís e Imperatriz. O apresentador explicou como se dá essa troca de matérias entre Imperatriz e São Luís.

Quando eu entrei na TV Mirante não existia essa questão de estadualização, ou seja os programas da TV Mirante eram totalmente locais. O Bom dia era local, o JM 1 E 2 era local tudo era produzido aqui em Imperatriz, de um certo tempo para cá tudo passou a ser estadualizado, passou a acontecer esse intercâmbio de matérias, tudo depende de São Luís. A gente manda matérias para São Luís via IP, via computador, isso é até bom porque de certa forma diminuiu um pouco nosso trabalho, a gente pode pegar VT de lá, o jornal é muito grande, é 38 minutos, logo é muito difícil cobrir apenas com matérias locais¹⁵

15 Entrevista concedida por **Luís Carlos Lima**: Apresentador de telejornal na TV Mirante de Imperatriz, em maio de 2011.

Luís Carlos Lima conta ainda que a programação da TV Mirante na década de 1990 era “elitizada”. De acordo com o apresentador, a programação era muito voltada para os programas culturais e evitava mostrar crimes e fatos violentos da cidade. Luís Carlos declarou, ainda na mesma entrevista, que “durante muito tempo a Mirante foi vista como uma emissora de elite. Hoje a Mirante quer mudar esse estigma. Estamos tentando fazer um Jornalismo mais comunitário”.

A década de 1990 é marcada por uma regionalização da programação jornalística. A TV Mirante de Imperatriz perde espaço em relação à TV Mirante de São Luís e parte dos programas passam a ser exibidos pela TV da capital. Segundo o cinegrafista Francisco Cordeiro que trabalha na emissora desde 1987, esse novo modelo de Jornalismo estadualizado não agradou ao público, que ligava na emissora e reclamava da programação.

A ideia no início era fazer um jornal regional, nós os funcionários não concordávamos muito com isso porque achávamos que perdíamos a identidade e a comunidade começou a cobrar. Esse jornal de meio-dia ele era todo de São Luís, aí com a cobrança da comunidade, eles resolveram fazer um jornal local. No início a gente fazia somente uma participação. Eu sempre achei que perdíamos a identidade. O ideal seria que o jornal fosse todo local. Nessa época nós questionávamos muito ‘o que interessa para São Luís o problema de um dos bairros daqui?’ O problema esta é aqui quem resolve é o prefeito daqui. A gente reclamou muito, a comunidade reclamou e aí começou a mudar¹⁶

O telejornal Bom Dia Mirante foi estadualizado em 1996. Nesse período “apenas um apresentador no estúdio da TV Mirante de Imperatriz fazia a entrada no 1º e 2º blocos em forma de link,

16 Entrevista concedida por **Francisco Cordeiro Freire**: Cinegrafista da TV Mirante de Imperatriz, desde a década de 1980. 2011

anunciava as matérias locais que eram retransmitidas para todo o estado” (CARNEIRO, 2011, p.24). Em 2011, o Bom Dia Mirante mantém um espaço para a participação da TV de São Luís, mas a participação de Imperatriz é bem maior.

As matérias regionais ainda aparecem na programação jornalística. Quando o tempo de algum dos telejornais da TV Mirante de Imperatriz não consegue ser coberto com matérias locais, a TV Mirante de Imperatriz abre espaço para matérias vindas de outras praças como São Luís, Caxias, Codó, Santa Inês, Timon, Açailândia, mas a preferência, segundo a produtora Cristyane Costa, “são as matérias factuais e locais”¹⁷.

Observando o telejornal JMTV 2ª edição, apresentado por Breno Franco no dia 24 de maio de 2011, uma matéria produzida pela afiliada em Caxias foi ao ar. A matéria divulgava o evento “Caminhada pela vida” realizado por mulheres na cidade de Caxias. Nessa mesma edição o jornal divulgou também uma morte por afogamento na praia da Belinha no estado do Tocantins.

A qualidade da imagem foi então se modernizando. Em 1990, a TV Mirante de Imperatriz passou a operar com Betacan. Esse equipamento chegou ao mercado no ano de 1982 e foi desenvolvido pela empresa japonesa Sony. O novo equipamento mudou o processo de produção da notícia, bem como a formação da equipe de reportagem.

Ao contrário do equipamento U-matic que exigia a presença do operador de VT, o equipamento Betacan já vinha integrado à câmera de filmagem, o que eliminava a função do operador de VT na equipe de reportagem. O novo equipamento eliminava o VT, o que trazia uma maior agilidade para a produção de notícias.

17 Entrevista concedida por **Cristyane Costa**: Produtora da TV Mirante de Imperatriz, em maio de 2011.

Com o Betacan não havia mais necessidade de você sair correndo junto com um motorista puxando um cabo e o cara do VT. Às vezes o cinegrafista era mais rápido e acabava perdendo a imagem, era uma loucura. Aqui o trabalho ficava mais à vontade, mais livre para fazer¹⁸

Pode parecer uma situação cômica imaginar o cinegrafista e o operador de VT correndo para cobrir uma notícia em meio à multidão, mas isso de fato acontecia. O novo instrumento facilitou a produção em TV, já não era mais preciso transladar o aparelho enorme do VT, mas não era só isso, a principal diferença entre U-matic e o Betacan era a qualidade da imagem.

Além da facilidade operacional mudou também, e para melhor, a qualidade da imagem. O sistema Betacam propiciava melhor resolução da imagem que sua antecessora; a câmera U-matic. As primeiras 'Betas' tinham aproximadamente 300 linhas de definição, chegando a 750 nos modelos mais modernos. As câmeras U-matic não passavam de cerca de 250 linhas de definição (PIVETA, 2010, p. 59).

Com a eliminação do aparelho de VT, a equipe externa também passa por mudanças. O operador de VT é eliminado das equipes, e os funcionários que operavam VT, ou tornavam-se cinegrafistas ou perdiam o emprego. Muitos funcionários perderam suas funções na TV Mirante por conta do surgimento dessa nova tecnologia.

3. Anos 2000: A evolução da televisão

O avanço tecnológico, a especialização dos profissionais do Jornalismo e a criação de mecanismo para qualificar a mão-de-obra, a partir dos parâmetros estabelecidos pela TV Globo, alteraram

¹⁸ Informação fornecida por **Antônio Cardoso Filho**: Coordenador do departamento de Jornalismo da TV Mirante de Imperatriz, em maio de 2011

a maneira de produzir Jornalismo da TV Mirante nos anos 2000. A televisão mudou. Mudanças essas perceptíveis não apenas no seu aspecto físico em que uma caixa preta transformou-se em uma “te-linha” se comparada ao tamanho do primeiro aparelho de televisão comprado no Brasil. Hoje a televisão pode ser carregada dentro do bolso em um celular móvel, a TV evoluiu.

A TV Mirante de Imperatriz não esteve fora desse progresso. A maneira de produzir e pensar o Jornalismo mudou com anos de exercício da profissão. A criação da Uniglobo marca bem esse período de desenvolvimento. A Uniglobo é um centro de ensino a distância criado em 1999 para que os profissionais das afiliadas Globo tivessem acesso a cursos, ensinamentos e teleconferências, para o aperfeiçoamento do trabalho em televisão. Os anos 2000 foram marcados por uma preocupação com uma melhor qualificação do profissional. A Uniglobo foi criada com o objetivo de manter o padrão exigido pelas emissoras da Rede Globo.

É através desse sistema virtual que os profissionais mais gabaritados da Rede Globo entram em contato com os profissionais que fazem a prática jornalística na TV Mirante de Imperatriz. A cada período de três meses os funcionários da TV Mirante da área do Jornalismo, Engenharia e setor comercial se inscrevem em cursos e participam de teleconferências oferecidas pela universidade virtual da Globo, a Uniglobo.

Os anos 2000 caracterizam-se pela busca do profissional mais qualificado para a televisão. Até então os profissionais com a ‘vocação’ para trabalhar em televisão eram oriundos do rádio, dos jornais impressos, das assessorias e por vezes do anonimato através de concursos feitos pelas emissoras. A formação profissional era apenas um sonho para os que trabalhavam na área nesse período de surgimento da TV em Imperatriz.

Antônio Cardoso Filho explica que o processo de contratação de profissionais na TV Mirante de Imperatriz mudou nos anos 2000. Segundo ele, a partir da implantação do Curso de Jornalismo, na Universidade Federal do Maranhão em 2006, e emissora readequou seus critérios de contratação.

Essa exigência do curso superior começou a partir do momento que Imperatriz ganhou um curso superior em Jornalismo. Então resolvemos que não é compatível, termos em nossa empresa funcionários sem formação, já que hoje temos um núcleo formador, a não ser que essa pessoa já esteja no mercado, antes do curso, mas a exigência daqui pra frente é que você tenha uma formação mesmo para os mais antigos. E a partir do momento em que se criou o curso Jornalismo, a formação é de jornalista, não aceitamos que os profissionais daqui tenham outra formação, queremos formação em Jornalismo¹⁹

Outra marca dos anos 2000 é a consolidação do ‘mundo virtual’. Com a chegada da Internet nas redações a maneira de produzir as notícias para o telejornalismo mudou. A internet permitiu uma comunicação mais rápida, potencializando a pauta. A web melhorou a vida do jornalista, tornou-se ferramenta eficaz na elaboração das pautas, já que o repórter pode usá-la para fazer uma pesquisa prévia sobre o assunto da matéria, sem contar na possibilidade de intercâmbio com os profissionais das outras afiliadas Globo no Maranhão.

Com a chegada da internet na TV Mirante de Imperatriz, a emissora recebeu o software *Easynews*, que permite o acesso às grades e aos espelhos das matérias. As matérias são arquivadas agora em HD, a TV Mirante de Imperatriz não trabalha mais com fita. Através desse sistema, a Rede Globo sabe exatamente o que é exibido aqui na TV Mirante de Imperatriz.

19 Entrevista concedida por **Antônio Cardoso Filho**: Coordenador do departamento de Jornalismo da TV Mirante de Imperatriz, em maio de 2011.

Segundo o coordenador do departamento de exibição, Evaldo Leite, “qualquer erro, no tempo de algum comercial, o programa exibe uma mensagem de erro e a Globo cobra a gente por isso. Se ela nos deu 30 segundos, devemos usar os 30 segundos, nem um segundo a mais ou a menos”, conta Evaldo.

Até o final desta pesquisa, realizada entre os anos de 2010 e 2011, a TV Mirante estava dividida em vários departamentos, entre eles o de Jornalismo, o departamento de exibição, o departamento comercial e o departamento de Opec, responsável pelas operações técnicas dos instrumentos.

3.1. Abertura digital, preparando-se para avançar

A implantação da TV digital na Mirante de Imperatriz é o capítulo mais recente da história do Jornalismo da emissora. A emissora de São Luís saiu na frente e já transmite o sinal digital desde o dia 9 de dezembro de 2009, quando começou a operar em caráter experimental. O portal de notícias *Imirante* relata como se deu a implantação da torre de transmissão em São Luís.

Depois de muito investimento, a gente ainda está terminando o prédio, já ergueu a torre, temos técnicos que vieram diretamente do Japão para dar início a essa operação da TV digital. Então, experimentalmente, os telespectadores já podem sintonizar o canal 29. Mesmo se não possuir um aparelho conversor ou televisor que já receba o sinal digital, o telespectador não ficará de fora da programação da emissora. Isso porque o Ministério das Comunicações fixou o dia 29 de junho de 2016 para o fim das transmissões analógicas de televisão no país. Até lá, as emissoras vão operar com os dois sistemas de transmissão: o digital e o analógico (IMIRANTE, 2011).

Para a instalação da nova torre da emissora e a montagem do transmissor, a TV Mirante de São Luís passou por reformas em sua estrutura, principalmente no departamento de Jornalismo. A TV Mirante de Imperatriz também prepara-se para avançar. Reequipada no ano de 2010, a Mirante ganha um prédio moderno, com estrutura preparada para receber o sinal da TV Digital.

Segundo o diretor do departamento de Jornalismo da TV Mirante de Imperatriz, Antonio Cardoso Filho, “a partir da obtenção do sinal digital, haverá uma busca maior de conteúdos novos, ainda mais segmentados com o objetivo de atingir um maior público”. Sobre esses novos planos, Antônio Filho disse que “ainda não há nenhum projeto concreto. Quando o sinal digital chegar a Imperatriz, a cabeça de rede TV Mirante de São Luís e a Rede Globo vão dar as devidas orientações a nossa emissora”.

A TV Mirante de Imperatriz ganhou novas instalações no ano de 2010. O novo prédio foi pensado para receber o sinal digital. Para o diretor do departamento de Jornalismo da TV Mirante de Imperatriz, Antônio Cardoso Filho, a Mirante cresce à medida que a cidade cresce.

Com esse crescimento, a tendência é que Imperatriz aglomere todas as mídias, internet, portal, rádio, jornal [...] E nós precisamos de uma redação maior para a composição desses profissionais e dessas mídias. Essa instalação já é própria para receber o sinal digital, com a instalação de equipamentos, com espaço para uma torre digital, lá no fundo, onde funciona a garagem, no pátio²⁰

O estúdio ficou maior e ainda não foi terminado, o design do novo estúdio é baseado no estúdio do Jornal Hoje, da Rede Globo, em que do estúdio a redação pode ser vista pelo telespec-

20 Entrevista concedida por **Antônio Cardoso Filho**: Coordenador do departamento de Jornalismo da TV Mirante de Imperatriz, em maio de 2011.

tador. A redação ampliou-se, ganhou mais computadores, mais aparelhos de telefone. Os departamentos foram redefinidos: departamento comercial, de operações, de engenharia, de exibição e Jornalismo. A nova estrutura traz agora os departamentos todos divididos por paredes de vidros, o que possibilita a visão dos outros setores, permitindo uma maior interação entre as equipes de produção, edição e repórteres. As ilhas de edição atualmente são acopladas à redação, o que trouxe uma aproximação ainda maior entre o repórter e o editor.

A instalação de um sinal digital também trará mudanças para a programação e para o fazer jornalístico da TV Mirante. Além da facilidade de acesso para o público, já que o sinal digital poderá ser acessado via celular, em computadores portáteis, automóveis, o telespectador também poderá interagir com a programação da emissora.

Segundo o coordenador do departamento de Jornalismo, Antônio Cardoso Filho, com o sinal digital a programação local será bem mais dinâmica, com conteúdos novos, para atingir um público bem mais plural. O telespectador vai sair de uma interatividade analógica, que se utilizava de recursos secundários, como cartas, e-mail, ligações, e passa a um novo estágio de interatividade, “com a televisão digital, temos uma interação que utiliza os recursos digitais e que poderá contar com a participação do telespectador de forma direta” (PRAZERES, 2011, p.3).

A partir das transformações pelas quais a televisão vem passando, o telejornalismo como uma das principais atrações na TV brasileira também passará por mudanças no processo de produção da notícia. Segundo Crocomo (2007), com a TV digital o telejornalismo irá incorporar novos recursos, que possibilitará uma participação mais direta do telespectador na programação.

O diretor do departamento de Jornalismo da TV Mirante de Imperatriz, Antônio Cardoso Filho, comenta sobre mudanças trazidas pelas novas tecnologias para a produção em telejornalismo.

Hoje é como se houvesse uma data de validade para se colocar uma notícia no ar e repercutir nos outros jornais. Se nós temos um material no jornal do meio-dia e formos usá-lo no jornal da noite precisamos ter um material contextualizado, dando outro enfoque da matéria. O diferencial é este, antes tínhamos uma concorrência menor, nos tínhamos a TV como mídia de maior acesso, hoje não... Hoje nos temos várias mídias e a briga pela informação é muito maior²¹

Com o aparecimento das novas mídias, o fazer jornalístico demanda novas competências e inovação para atrair os telespectadores. Com o sistema digital, o público ficará bem mais segmentado, já que o telespectador poderá escolher as informações que são mais importantes para ele. Os profissionais de televisão deverão estar preparados para produzir conteúdos diferenciados que conquistem a audiência.

Envolvida em um constante processo de transformação, a TV veio adaptando-se ao longo do tempo à realidade do telespectador, da imagem sem nitidez à imagem em 3D foi uma grande evolução. Novas ferramentas como a TV digital chegarão à casa de cada um dos brasileiros, causando talvez o mesmo impacto das primeiras exibições na década de 1950. Essas novidades vão implicar também uma mudança no exercício do Jornalismo.

Considerações

Essa pesquisa constatou como as experiências iniciais da TV Mirante foram marcadas pela busca de um profissional de televisão,

21 Entrevista concedida por **Antônio Cardoso Filho**: Coordenador do departamento de Jornalismo da TV Mirante de Imperatriz, em maio de 2011.

que em sua maioria, vinha dos impressos, das rádios e das assessorias, outros ainda surgiam mesmo do anonimato e viam no Jornalismo uma aposta profissional. Os jornalistas que trabalharam no Jornalismo na década de 1980 eram escolhidos por meio de testes de leitura, postura ou concursos públicos realizados pelas emissoras de TV da época.

A programação jornalística desse período dava ênfase ao crescimento da cidade de Imperatriz, seus ciclos econômicos e vida política, à descoberta do ouro na Serra Pelada, no Sul do Pará, destacando a evasão de mão de obra da agricultura e das atividades urbanas. As notícias divulgavam ainda o aquecimento que esse movimento trouxe à economia. Foram abordados também os conflitos por terras na região, que terminaram em muitos crimes de pistolagem.

A TV Mirante de Imperatriz, ligada ao grupo Sarney, deu bastante ênfase na década de 1980 às pautas que tratavam da questão política do estado do Maranhão. As matérias deixavam clara a opinião política do veículo. A TV como meio de comunicação recente na cidade de Imperatriz atuou nesse período como suporte das opiniões políticas do grupo proprietário. A televisão nesse momento se caracteriza como um espaço de poder, de discussões e divulgações de ideias.

A TV Imperatriz primeira afiliada da Rede Globo foi inaugurada como cabeça de rede das emissoras Globo no estado e teve um papel protagonista até o ano de 1991. A partir da década de 1990 por uma decisão empresarial, motivada também pela criação do Mirante Sat, que permitia a transmissão das imagens da emissora via satélite, a TV Mirante de São Luís torna-se a cabeça de rede das emissoras Globo no estado. Com a mudança, a TV Mirante de Imperatriz perde função de decisão e espaço na estrutura da Rede Globo.

A aposta foi regionalizar os telejornais das afiliadas Globo no Maranhão. Percebeu-se que no início da década de 1990 houve redu-

ção no número de programas jornalísticos da TV Mirante de Imperatriz. Nesse momento os programas culturais e de entretenimento como “Vitrine”, apresentado por Ione Glória e o “Arte Nativa”, sob o comando de Luís Brasília, foram retirados da grade de programação. O Mirante Rural programa criado pela TV Mirante de Imperatriz passou a ser produzido por São Luís e transmitido para vários municípios distantes do Maranhão via Mirante Sat.

Com o processo de estadualização da programação, o jornalismo local tornou-se regional, ou seja, a TV Mirante de Imperatriz passou a receber matérias das várias emissoras do Grupo Mirante no Maranhão, o que não agradou o telespectador imperatrizense que exigiu que a emissora tomasse um novo rumo nas produções em Jornalismo da emissora. O público cobrou um Jornalismo com identidade local, mais próximo da comunidade, que desse ênfase aos acontecimentos da cidade de Imperatriz.

Nos anos 2000, preocupada com as reclamações por parte do público, a emissora traz de volta a sua produção jornalística para mais perto da comunidade, o que atrai o telespectador. As principais fontes são os próprios telespectadores que ligam para a produção do jornal e sugerem pautas, colaborando assim com o processo de construção da notícia.

Em 2010, o suporte tecnológico e a estrutura da emissora ganham um padrão mais moderno. Com estúdio ampliado, design moderno e redação acoplada às salas de lhas de edição, a emissora prepara-se para receber o sinal digital. A nova estrutura toda dividida em paredes de vidro possibilita uma maior integração entre produtores, editores e repórteres.

Com a implantação do sinal digital a prática jornalística poderá sofrer novas mudanças. A emissora em conjunto com a Rede Globo e a cabeça de rede TV Mirante de São Luís ainda estão pensando

os projetos para essa nova fase do telejornalismo da TV Mirante em Imperatriz. Com uma programação mais dinâmica o público terá sua participação potencializada durante a construção dos conteúdos. Os jornalistas, como um dos agentes do processo de elaboração da notícia, terão que diversificar a produção de conteúdos e valorizar cada vez mais a colaboração dos públicos, tendo como pano de fundo o projeto jornalístico da TV Mirante²².

Referências

BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. **TV Regional**: trajetória e perspectivas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001

CARNEIRO, Pollyanna Vieira. **Bom dia Imperatriz**: um estudo sobre os telejornais matutinos. Imperatriz: 2011. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo). Curso de Comunicação Social - Jornalismo. Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA, 2011.

CROCOMO, Fernando Antonio. **TV digital e produção interativa**: a comunidade manda notícias. Florianópolis: EUFSC, 2007.

O PROGRESSO. Chegada da televisão em Imperatriz. Imperatriz, p.04. 13 de set. 1987.

PRAZERES, Selma Mirante. Telejornalismo na Era digital: Interatividade e Acesso à informação. In: Anais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. São Paulo, 2011.

22 Uma discussão ampliada sobre o artigo abordado consta na monografia Na linha do Tempo: as transformações do Telejornalismo na TV Mirante (1980-2010) de autoria de Gizelle de Jesus Macedo, disponível no acervo do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus de Imperatriz.

PIVETA, Patrícia Rosana. **A evolução tecnológica como interferência na linguagem televisual:** o percurso da edição no telejornalismo da TV Coroados. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010

IMIRANTE. **Quem somos.** Disponível em: <http://imirante.globo.com/_index.asp>. Acesso em 21 de fev. 2011.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil:** um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

SANTORO, Luiz Fernando. **A imagem nas mãos:** o vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus, 1989.

O ALCANCE REGIONAL DA IMPRENSA DE IMPERATRIZ-MA: MAPEAMENTO DOS FLUXOS DE INFORMAÇÃO

THAYS ASSUNÇÃO REIS¹

Introdução

Os esforços para pensar o caráter regional da imprensa brasileira estão frequentemente atrelados a classificação e/ou diferenciação dos veículos no país a partir de sua área de atuação mercadológica, cobertura jornalística e circulação ou alcance dos fluxos de informação. Uma das primeiras tentativas desenvolvidas nesse sentido foi forjada pelo geógrafo Milton Santos, em 1955, durante IV Congresso Nacional de Jornalistas, em Belo Horizonte. Nesse encontro, ele apresentou uma proposta de classificação funcional dos jornais para ser utilizada na construção futura de um “mapa jornalístico no Brasil”. Essa proposição delimitou, com base no contexto, quatro categorias de jornais no país: nacional (ou supra-estadual), estadual, regional e o local.

Segundo Santos (1955[2007]): *O jornal nacional* circula na capital da República e em São Paulo, nas capitais estaduais e em camadas restritas das cidades servidas por linhas aéreas diárias. *O jornal estadual* cobre a superfície do estado respectivo. Sua função regional é, porém, tanto mais reduzida quanto mais desenvolvida a economia provincial e a sua rede de transportes. *O jornal regional* circula em

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM/UERJ). Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: thays.jornalista@gmail.com.



sua área respectiva, sofrendo nas bordas a concorrência do jornal da região vizinha. *O periódico local* atende a interesses do lugar onde atua e não raro a problemas de natureza efêmera, animando-se ao sopro de paixões momentâneas, que marcam geralmente o seu tempo de vida ou renascimento (SANTOS, 1955[2007], *grifo nosso*).

Nos estudos de comunicação, uma classificação parecida e recente, porém voltada para os jornais do interior, é apresentada por Wilson da Costa Bueno, em um dos capítulos da coletânea *Imprensa do Interior: conceitos e contextos*, organizada por Francisco de Assis (2013). Conforme Bueno (2013) existem três tipos ideais de jornais: o jornal local “quase artesanal”, o jornal local estruturado e o jornal regional. Os dois primeiros têm como limite de “circulação a cidade em que mantêm a sua sede, e o terceiro objetiva exercer sua influência numa determinada região, abarcando, portanto, com sua circulação e cobertura, algumas cidades ou municípios” (BUENO, 2013, p. 45-46).

Em uma leitura focada nas estratégias mercadológicas dos 28 grupos de comunicação e três empresas controladoras dos 50 jornais diários de maior circulação paga do Brasil, Sonia Aguiar (2016) apontou para a existência de seis tipos de “regiões midiáticas”. São elas:

1) *Nacional*: são grupos que possuem pelo menos um título de jornal com mais de 60% da sua tiragem vendida em diferentes regiões fora do Estado da cidade-sede, ou que tem o controle financeiro e operacional de uma rede de TV, agência de notícias ou portal de notícias on-line nacionalmente capilarizados; 2) *Regional-supraestadual*: são grupos de mídia cuja atuação ultrapassa os limites do seu Estado de origem para estados contíguos, seja por meio da propriedade de veículos ou parcerias em diferentes localidades; 3) *Regional-estadual*: representam os grupos sediados em capitais de Estados que possuem pelo menos um título de jornal com circulação na maior parte do território estadual; 4) *Regional-subestadual*:

corresponde aos grupos que possuem pelo menos um título de jornal sediado em uma região metropolitana fora da capital do Estado ou em uma cidade-polo de região econômica reconhecida; 5) *Local*: empresa proprietária de jornal, cuja circulação é restrita a uma cidade que não seja capital de um centro de Região Metropolitana; 6) *Multiterritorial*: diz respeito aos grupos que atuam em estados descontínuos ou em áreas de fronteira do Brasil com países da América do Sul (AGUIAR, 2016, p. 129-130).

Partindo dessa discussão, o presente artigo apresenta a distribuição dos fluxos de informação produzidos pela imprensa de Imperatriz, no sudoeste do Maranhão. A partir de dados repassados pelos setores comerciais do jornal impresso em funcionamento na cidade, as oito rádios locais e as cinco emissoras de televisão cartografamos a direção e o alcance da produção noticiosa com o objetivo de verificar o tipo de escala geográfica (se local, regional ou estadual) assumida pelas empresas jornalísticas imperatrizenses.

Desenvolvimento da imprensa em Imperatriz

A cidade de Imperatriz começou a desenvolver seus primeiros veículos jornalísticos ainda na década de 1930. De acordo com Reis (2018), o primeiro jornal produzido no município foi *O Alicate*, publicado de forma manuscrita em 1932. Em seguida, no ano de 1936, surge o impresso *A Luz* – veículo semanal produzido por políticos e comerciantes locais. Depois surgiram os jornais *O Astro* (1949) e o *Correio do Tocantins* (1964). Trata-se da primeira fase da história da imprensa imperatrizense, caracterizada por uma produção irregular e artesanal (REIS, 2018).

Neste período, o município de Imperatriz vivia isolado do Estado e do país pela falta de estradas. Tal realidade fez com que a cida-

de fosse considerada durante os primeiros cinquenta anos do século XX um dos lugares mais atrasados do Maranhão, recebendo o título de “Sibéria Maranhense”.

Com exceção das cidades margeadas pelo rio Tocantins, em que se destacavam Carolina, Boa Vista (Tocantinópolis), Porto Franco, Marabá e Belém, a comunicação e o comércio de Imperatriz com as demais regiões praticamente inexistiam (FRANKLIN, 2008, p. 55).

Somente com a construção da rodovia Belém-Brasília/ou BR-010, em 1958, o cenário urbano imperatrizense ganhou novos “ares”. Segundo Jailson Sousa (2015), a rodovia exerceu um papel preponderante em relação à atração dos fluxos migratórios para Imperatriz e a porção meridional do estado, o que culminou com um acelerado crescimento demográfico entre as décadas de 1950 a 1980. Com base nos censos demográficos, o professor verificou que na década de 1950, por exemplo, Imperatriz apresentava uma população total de 14.064 habitantes, aumentando para 39.1169 habitantes no início dos anos de 1960. Posteriormente, na década de 1970 o contingente total da população registrada era de 80.722 habitantes, tendo se elevado em 1980 para 220.469 habitantes (SOUSA, 2015).

Imperatriz registrava nesse período um expressivo crescimento econômico oriundo das atividades de diversas fases atravessadas pelo município, em particular, os ciclos do arroz (1950-1960); madeira (1960-1970); e ouro (1970-1980). A produção do arroz teve importante participação na economia do município a partir da década de 1950, sendo seu auge registrado entre os anos de 1960-1970. Segundo Sanches (2002, p.171), “calcula-se que no ano de 1969 a produção alcançou mais de 1.000.000 de sacos de 60 quilos”. A década de 1970 testemunha a redução da produção do arroz e o advento da exploração da madeira. Conforme Franklin (2008), mais de 300 estabelecimentos industriais e de serviços do setor madeirei-

ro se instalaram em Imperatriz na década de 1970, desde serrarias, laminadoras e movelarias. Também a produção e as exportações de madeiras avançaram nesse intervalo de tempo. O ano de 1976 foi o que registrou maior índice de madeira produzida em toras e exportada, equivalente a 187.251 m³ (SOUSA, 2015).

No início dos anos 1980 houve uma redução do processo produtivo da exploração madeireira e o ciclo entrou em declínio. É nessa ocasião que Imperatriz passa a se beneficiar da extração do ouro no garimpo de Serra Pelada, localizado na região sul do estado do Pará. Por estar a apenas 350 quilômetros do garimpo, a cidade era uma das suas principais portas de entrada e o abastecia regularmente com alimentos, remédios, máquinas e homens.

Como parte desse processo de desenvolvimento, Imperatriz incrementa a produção local de jornalismo. A partir da década de 1970 são instaladas as primeiras emissoras de rádio e televisão no município. Em dezembro de 1975 é inaugurada a TV Imperatriz - retransmissora que exibia de forma simultânea os sinais da TV Tupi e TV Globo no canal 4. “Ela funcionou durante quatro anos sob o controle da Prefeitura Municipal, com a ajuda do empresariado local e assistência técnica de Francisco Ramos” (BARROS, 2002, p.186). Depois foi adquirida pelo grupo Mirante de Comunicação, da família Sarney.

Em 1978 é instalada a segunda retransmissora imperatrizense: a TV Tropical, afiliada à Rede Bandeirantes. Seus proprietários iniciais foram Raimundo Cabeludo, Francisco Ramos e Bayma Júnior. Agora ela pertence à empresa Chico do Rádio Comunicações (CRC) (BARROS, 2002). Nesse mesmo ano surge no município o primeiro veículo radiofônico legalizado. Trata-se da Rádio Imperatriz Sociedade Limitada, fundada pelo empresário e radialista Moacyr Spósito Ribeiro com incentivo político do ministro de Minas e Energia, Edi-

son Lobão e do senador Henrique de La Rocque. A emissora ficou no ar 27 anos e destacou-se no contexto local e regional pela qualidade e pioneirismo da produção jornalística (BRITO; MACIEL, 2012).

Na década de 1970 também aparecem as primeiras revistas locais: *Momento* (1977), *Motivação* (1978) e *Juçara Clube* (1979). A primeira era uma publicação de 22 páginas que abordava assuntos voltados para política, cultura e esporte. O segundo título pertencia Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII) e abordava principalmente assuntos econômicos e de cunho empresarial. Já o último era produzido pela Sociedade Imperatriz de Desportos e direcionado para sócios do clube (SILVA et al., 2017).

Os jornais impressos apresentam importante crescimento entre as décadas de 1970 e 1980. Conforme Reis (2018), em 1970 é registrado o aparecimento de seis títulos, sendo um deles o jornal *O Progresso* - impresso mais antigo em circulação de Imperatriz e que completou 50 anos em 2020. Nos anos 1980 chegam a circular na cidade 49 títulos dos mais diferentes segmentos: culturais, religiosos, estudantis, sindicais, etc (REIS, 2018). Esse período caracteriza-se ainda pela instalação de outras emissoras de rádio e televisão. É o caso da TV Karajás instalada em 1981 no município. A empresa é ligada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e teve como primeiros proprietários: Francisco Ramos, Raimundo Cabeludo, J. Moreira e Osvaldo Nascimento. Atualmente, ela é a TV Difusora Sul (canal 7), de propriedade da família do ex-Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão.

Em 1983 é criada a TV Curimã (hoje Sistema Nativa de Comunicação), retransmissora da Rede Manchete de Televisão, de propriedade de Raimundo Nonato Cabeludo Vieira. E em 1984 surge a TV Educativa, criada pelo governo de José Ribamar Fiquene

em parceria com o jornalista Marcelo Rodrigues. Ela permaneceu no ar durante cinco anos com programas voltados para educação e jornalismo (MACEDO, 2011). Mais tarde, em 1986, é instalada a primeira rádio em frequência modulada FM do município: a rádio Mirante FM, pertencente ao grupo Mirante.

No final da década de 1980, precisamente em 1988, aparecem a Rádio Cultura FM e a Rádio Terra FM. A Rádio Cultura FM foi idealizada pelo jornalista Marcelo Rodrigues e “sua programação era marcada pela função pedagógica-educacional instalada no prédio do atual Colégio Militar Tiradentes (CMT)” (SOUSA et al., 2014, p.6). Ela mudou de nome em 1994 quando foi adquirida pelo então Governador do Maranhão, Edison Lobão, passando a se chamar Difusora FM. No caso da rádio FM Terra, ela foi fundada por Onofre Corrêa, na época Deputado Federal da Constituinte, e conta até o momento com uma programação majoritariamente musical (SILVA et al., 2014).

Em 1989, Raimundo Cabeludo, proprietário do Sistema Nativa de Comunicação, lança a Rádio Nativa FM. A emissora foi a primeira de Imperatriz a transmitir um programa jornalístico em frequência modulada. Era “um jornal que passava das 06 às 07h da manhã e tinha locutores variados” (FERNANDES et al., 2014, p. 8). No decorrer dos anos, a rádio sempre teve programas de informação conhecidos pelo nome de seus locutores: Programa do Conor Farias, Amaral Reis e Renilson Sousa (FERNANDES et al., 2014). Em 2020, a realidade não é diferente. O programa do Arimatéia Júnior é o modo como os ouvintes se referem ao “Rádio Alternativo”.

O início da década de 1990 traz novas experiências midiáticas para Imperatriz, sobretudo na internet. Bueno e Batalha (2015) comentam que nessa fase instala-se o primeiro webjornal da cidade - o site do jornal impresso *O Progresso* (www.oprogresso.com). O

veículo foi hospedado pela empresa Júpiter Informática, fornecedora de internet mais antiga em atividade do município, durante os anos de 1998 e 2000. As autoras também consideram como investidas de produção de conteúdo na rede um site mantido pela própria Júpiter Informática com o objetivo de divulgar a cidade, o site colaborativo “Por.com”, e o site criado pela Rádio Terra FM (www.fmterra.com.br) (BUENO; BATALHA, 2015). De outro lado, o jornalismo impresso continuava a prosperar na cidade. Há registros de 67 títulos publicados na década de 1990 em Imperatriz, com destaque para o jornal *Capital*. Ele foi fundado em 1994 por Conor Pires Farias e integrava o Sistema Tucanu’s de Comunicação. Foi a segunda publicação com maior longevidade do cenário local, encerrando suas atividades no final de 2010 (REIS, 2018).

No ano de 1995, o sistema Tucanu’s inaugura um novo produto de comunicação: a TV Capital (canal 5). A emissora era inicialmente afiliada à Rede Record, passando a operar com a Rede TV! no ano 2000. “Ela tinha como principal atrativo a programação jornalística local baseada em entrevistas políticas e repercussão de fatos regionais” (BARROS, 2002, p.188). Outra televisão que aparece em Imperatriz nos anos 1990 é a TV Tocantins (canal 21), criada pelo médico Antônio Leite e retransmissora do sinal da Central Nacional de Televisão (CNT).

Data de 1998 a primeira rádio comunitária legal de Imperatriz, Rádio Missão FM, fundada pela Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz. O canal funcionou de forma ilegal até 2003, quando conseguiu a outorga do Ministério das Comunicações para funcionamento na “frequência de 106,3 MHZ, mas devido a interferências de sinal recebeu uma nova frequência, 87,9 MHZ, a mesma da Rádio Comunitária Maranhão do Sul FM” (BEZERRA et al., 2014, p.7).

Com a chegada dos anos 2000 multiplicam-se os serviços de mídia via web. Foram mapeados por Bueno e Batalha (2015) 23 sites locais dos mais diversos segmentos: especializados, institucionais com produção de notícias, jornalísticos que migraram para a internet e os de eventos. Também surgiram nesse período as três principais referências no ciberjornalismo de Imperatriz: o site *Imperatriz Notícias*, com produção exclusiva assinada por acadêmicos do curso de Jornalismo da UFMA; o site *Do Minuto*, o primeiro de cunho comercial exclusivo para web com produção diária; e o *Imirante Imperatriz*, veículo com produção noticiosa, vinculado ao grupo Mirante (BUENO; BATALHA, 2015).

Na primeira década de 2000, os jornais impressos mantêm seu ritmo de crescimento. Foram localizados 89 impressos que circularam em Imperatriz até o ano de 2010 (REIS, 2018). Junto a este número, temos o surgimento de duas novas TVs na cidade: Anajás (canal 16) e Cidade Esperança (canal 14). A TV Anajás é a emissora católica de Imperatriz, afiliada à Rede Vida de Televisão. Ela foi instalada em 2001 na cidade graças ao “esforço do bispo da época, Dom Affonso Felipe Gregory, com ajuda de agentes da Pastoral da Comunicação” (AGUIAR, 2012, p. 23). Já a TV Cidade Esperança é o meio televisivo evangélico, afiliada à Rede Boas Novas (RBN). Ela funciona desde 2004 sob administração da igreja Assembleia de Deus, que também controla a Rádio Cidade Esperança (antiga Rádio Imperatriz AM). A instituição religiosa adquiriu a concessão da emissora de rádio em 2005, após a morte de seu proprietário (BRITO; MACIEL, 2012).

Em 2007, começou a operar a rádio comunitária Maranhão do Sul FM (87,9MHz). O veículo foi criado pela Associação Asa Norte Bom Sucesso, com liderança de Pedro Ambrósio, e funciona legalmente no município. Em seguida surgem no meio radiofônico

municipal a rádio poste Caema e a rádio 102 FM. De acordo com Mesquita (2017), a rádio-poste do bairro da Caema surgiu em 2012 por meio de uma parceria da Organização Não Governamental Instituto de Projetos Educativos e Sociais (PES), a comunidade da Caema e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O estúdio da emissora foi montado em uma sala atrás da igreja católica São Sebastião e dez alto-falantes foram “presos a postes de iluminação pública espalhados num perímetro que abrange áreas como escolas e ruas principais do bairro” (MESQUISTA, 2017, p.17). Posteriormente, o número de alto-falantes duplicou, passando para 20. Ainda hoje, a estrutura física da rádio existe no bairro, mas a programação encontra-se desativada. Também no ano de 2012 surgiu a rádio 102 FM (atual Líder FM). Ela foi fundada pelo pastor Adivando Júnior com o intuito de pregar o evangelho para os moradores da cidade.

Tendo revisto a formação da imprensa em Imperatriz ao longo dos anos, na próxima seção comentamos sobre os veículos jornalísticos em funcionamento na cidade e a constituição das suas áreas de cobertura.

Jornal impresso

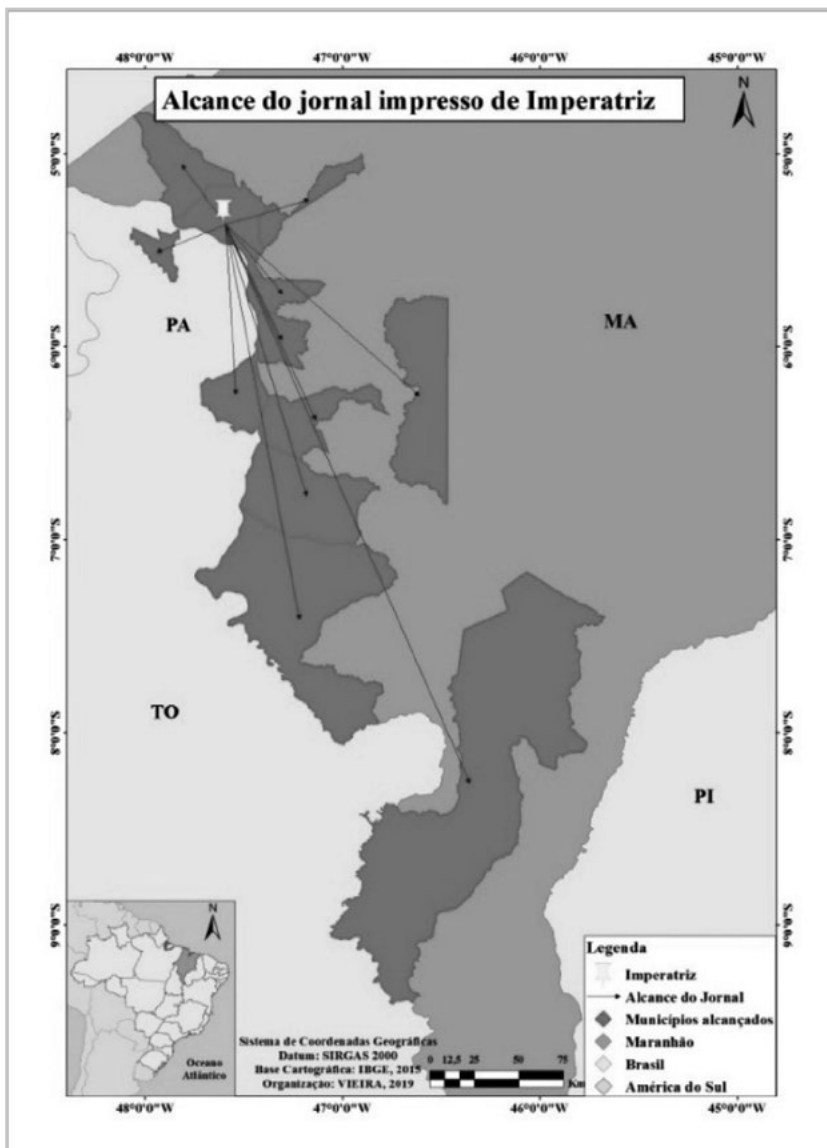
Hoje Imperatriz possui somente um jornal impresso - *O Progresso*. Ele circula de terça-feira a domingo com 16 páginas divididas em dois cadernos e oito editorias: Política, Polícia, Cidade, Regional, Esporte, Geral, Justiça e Tocantins. Na edição de final de semana, o impresso chega a possuir 30 páginas devido à presença do suplemento literário Extra e do Caderno de Domingo. A tiragem do impresso, conforme informações no site do veículo, é de 5.300 mil exemplares de terça-feira a sábado.

O jornal *O Progresso* configura-se como uma empresa familiar, administrada por pai e filho: Sergio Antonio Godinho (presidente e proprietário) e Sergio Henrique Godinho (diretor superintendente). A redação do diário possui uma equipe enxuta, composta por um editor-chefe, dois repórteres e uma revisora. Além destes, há três diagramadores responsáveis pela montagem do jornal.

O Progresso, como próprio slogan sugere (expressão regional), alcança 11 cidades para além de Imperatriz. São oito localidades do Maranhão (Carolina, Porto Franco, João Lisboa, Estreito, Balsas, Governador Edison Lobão, Cidelândia e Ribamar Fiquene) e três do Tocantins (Augustinópolis, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis), como pode ser visto no Mapa 1. Os municípios tocaninenses mapeados correspondem a residência de assinantes dos veículos. No entanto, o diretor do veículo nos informou que a circulação é bem mais ampla no estado do Tocantins, visto que há uma venda de jornais feita de forma indireta por motoristas de vans que compram o diário e revendem nas cidades por onde passam.

Convém ressaltar que o jornalismo impresso imperatrizense desde sua constituição na cidade enfrenta forte instabilidade dos produtos. Um exemplo é o jornal *Correio*, que encerrou as atividades no formato impresso em 2019. O veículo, descendente do *Correio Popular*, voltou a circular na cidade em 2016 com uma nova administração e modelo de negócios - a distribuição gratuita do jornal em PDF por whatsapp. A iniciativa (pioneira no Maranhão e em Imperatriz) era bem aceita pela população e os contatos já chegavam à quinta lista de transmissão quando o jornal deixou de ser divulgado no aplicativo e passou a estar presente somente via website.

Mapa 1– Rede de fluxos do jornal O Progresso



Fonte: Elaborado pela autora com tratamento gráfico de Camila Vieira (2021)

Rádios

Quanto às emissoras de rádio, Imperatriz possui oito canais em funcionamento, sendo cinco comerciais, uma educativa e duas comunitárias. São elas: Nativa FM (99,5 MHz), Difusora Sul FM (105,1 MHz), Mirante FM (95,1 MHz), Cidade Esperança (106,9 MHz), Terra FM (100,3 MHz), Líder FM (102, 9 MHz), Rádio Açaí FM (106,3 MHz) e Maranhão do Sul FM (87,9 MHz).

A Rádio Nativa FM faz parte do Sistema Nativa de Comunicação, composto ainda pela TV Nativa e de propriedade do empresário Raimundo Cabeludo. O sinal da emissora alcança 29 localidades no Maranhão, 23 no Tocantins e quatro no Pará, entre municípios e povoados dos respectivos estados.

A Rádio Difusora Sul FM é um dos produtos do Sistema Difusora de Comunicação, uma das principais empresas de mídia maranhense, de propriedade do empresário Edison Lobão Filho. Ela possui uma área de abrangência formada por 14 localidades do Maranhão e 14 do Tocantins.

Outra rádio vinculada a um conglomerado de mídia é a Mirante FM. Ela integra o Sistema Mirante de Comunicação, sediado em São Luís e pertencente à família Sarney. O veículo radiofônico possui uma área de cobertura que abrange 61 locais distribuídos nos estados do Maranhão, Tocantins e Pará.

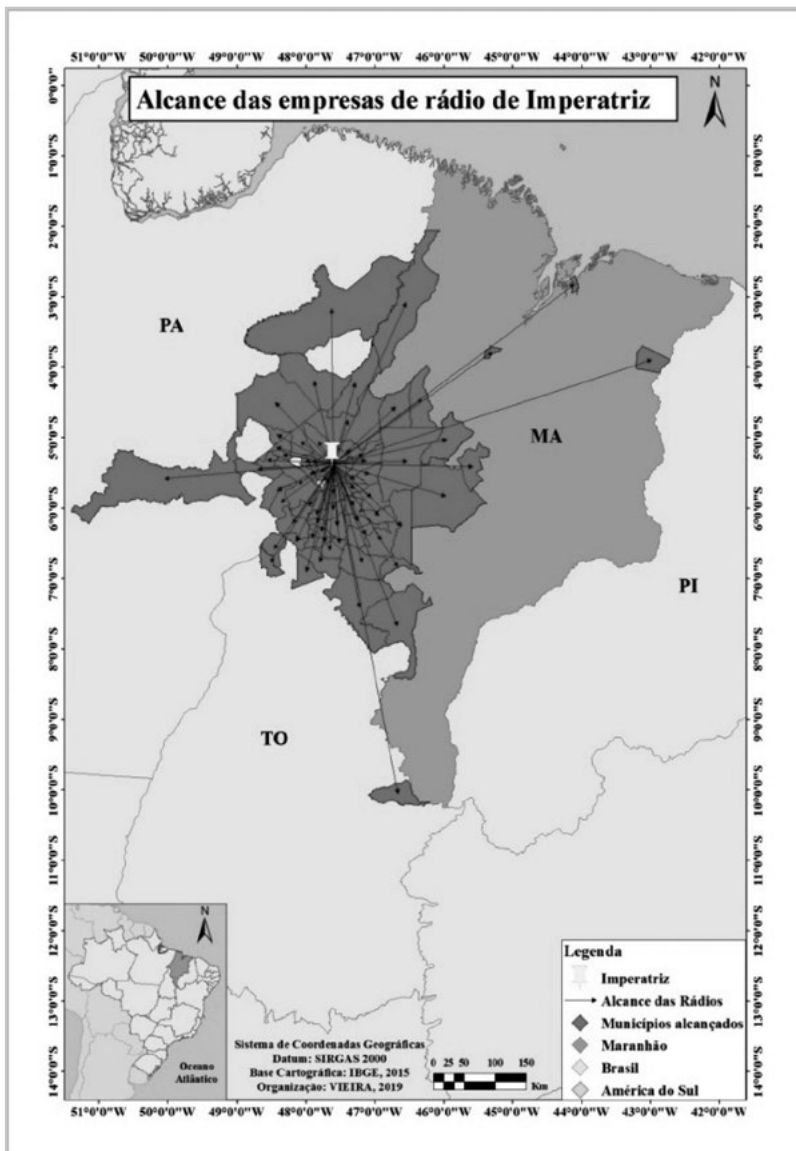
A quarta rádio encontrada no mercado imperatrizense é a FM Terra. Com o slogan “a frequência do sucesso”, a emissora se configura como uma empresa familiar, administrada pelos irmãos: João Donizetti, Marcos André e Fausto Divino Fagundes. Possui uma área de abrangência que atinge 38 lugares, 18 no Maranhão, 16 no Tocantins e quatro no Pará.

Somado a este conjunto, temos as rádios com conteúdo voltado ao público cristão. Uma delas é a Cidade Esperança, integrante do complexo de comunicação da igreja Assembleia de Deus. Sua área de cobertura abrange 56 cidades e/ou povoados dispostas nos estados do Maranhão, Tocantins e Pará. E a segunda rádio gospel no município é a Líder FM. Sua área de cobertura é formada por 23 municípios - 13 do Maranhão e 10 do Tocantins. As duas rádios comunitárias de Imperatriz, Rádio Açaí e Maranhão do Sul FM, apresentam uma cobertura restrita ao território municipal.

Com base nesses dados, cartografamos uma área radiofônica formada por 70 municípios distribuídos entre Maranhão, Tocantins e Pará que capta as ondas hertzianas de Imperatriz. O cenário está representado no mapa 2. Observa-se que os fluxos estão concentrados no sudoeste e sul maranhense, sendo mais intensos nas cidades da região Metropolitana² sob a influência de Imperatriz. Eles também se irradiam para cidades do centro e leste do estado. Ao mesmo tempo, as ondas hertzianas ultrapassam os limites do Maranhão, chegando a localidades do extremo norte do Tocantins (no Bico do Papagaio) e sudeste do Pará. Tal desempenho faz com que o sinal radiofônico forme uma área de cobertura superior ao impresso e às TVs de Imperatriz, e coloque o rádio como um meio de destaque no quadro regional investigado.

2 A Região Metropolitana do Sudoeste do Maranhense (RMS) foi criada pela Lei Complementar Estadual do Maranhão nº 89, de 17 de novembro de 2005. É formada pelos municípios de Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Davinópolis, Governando Edison Lobão, Montes Altos e Ribamar Fiquene.

Mapa 2 - Rede de fluxos das Rádios de Imperatriz



Fonte: Elaborado pela autora com tratamento gráfico de Camila Vieira (2021)

A rede de fluxos radiofônicos apresentada é constituída somente pelo espectro FM. Contexto resultante do processo de migração das emissoras AM para FM (Decreto nº 8.139/13, de 07 de novembro de 2013) que prevê a adaptação das outorgas de 1.781 rádios brasileiras operando em Amplitude Modulada (AM) para a Frequência Modulada (FM). Em Imperatriz, apenas a rádio Cidade Esperança, dentre as que operavam em AM, funciona em FM. Ela assinou o termo de outorga em 2016 e deu início às transmissões em Frequência Modulada em 2018 (JUNIOR *et al*, 2018). A rádio Mirante AM, até o momento da pesquisa, não havia migrado para FM e estava fora do ar.

Um dos efeitos da migração do AM para FM que implicou na cartografia do espectro radiofônico refere-se à redução da área de cobertura das emissoras quando migram para FM. Antes da migração, a Rádio Cidade Esperança cobria mais de 60 localidades. Depois na frequência FM a emissora passou a atingir menos locais, especialmente nos estados do Maranhão e Pará. A partir dessa configuração, podemos inferir que o encolhimento do alcance prejudicou “justamente o público mais dependente do modelo AM: as populações das pequenas cidades, campo, sertões e florestas. Ou seja, mais convergência e menos abrangência” (BERTOLOTTI, 2018, s.p).

Televisão

No meio televisivo imperatrizense, algumas emissoras deixaram de funcionar nos últimos anos. É o caso da TV Tocantins, que teve suas atividades interrompidas em 2017, e da TV Capital que saiu do ar em 2018 por não conseguir migrar para o sinal digital. As emissoras ativas e com programação local no momento são: Nativa, canal 13; Difusora Sul, canal 7; Mirante, canal 10; TVI, canal 4.1;

e Cidade Esperança, canal 14. Vale destacar que a TV Anajás, retransmissora da Rede Vida, ainda funciona em Imperatriz, mas sem conteúdo produzido na cidade.

A TV Nativa é afiliada à Rede Record e é mais um dos produtos de mídia do Sistema Nativa de Comunicação. Ela possui uma área de cobertura formada por 19 municípios (10 no Maranhão e 9 no Tocantins). Na TV Difusora, afiliada ao SBT e integrante do Sistema Difusora de Comunicação, o alcance do sinal é o mesmo da rádio, ou seja, 28 municípios distribuídos entre os estados do Maranhão e Tocantins. A TV Mirante de Imperatriz, afiliada à Rede Globo, é uma das quatro emissoras de televisão do Grupo Mirante no Maranhão. O veículo é responsável pela cobertura de 48 municípios do sudoeste do estado.

Lançada no início de 2019, a TVI é a mais nova televisão de Imperatriz. Ela foi idealizada por um grupo de empresários da cidade que arrendaram a TV Chico do Rádio, afiliada à Record News, com o objetivo de desenvolver uma programação local. Seu sinal alcança 15 cidades do Maranhão e 16 do Tocantins. A última televisão encontrada é a Cidade Esperança. Trata-se de uma das retransmissoras da Rede Boas Novas (RBN) – um dos principais grupos de comunicação evangélica do país. A emissora possui uma área de cobertura restrita ao território do município.

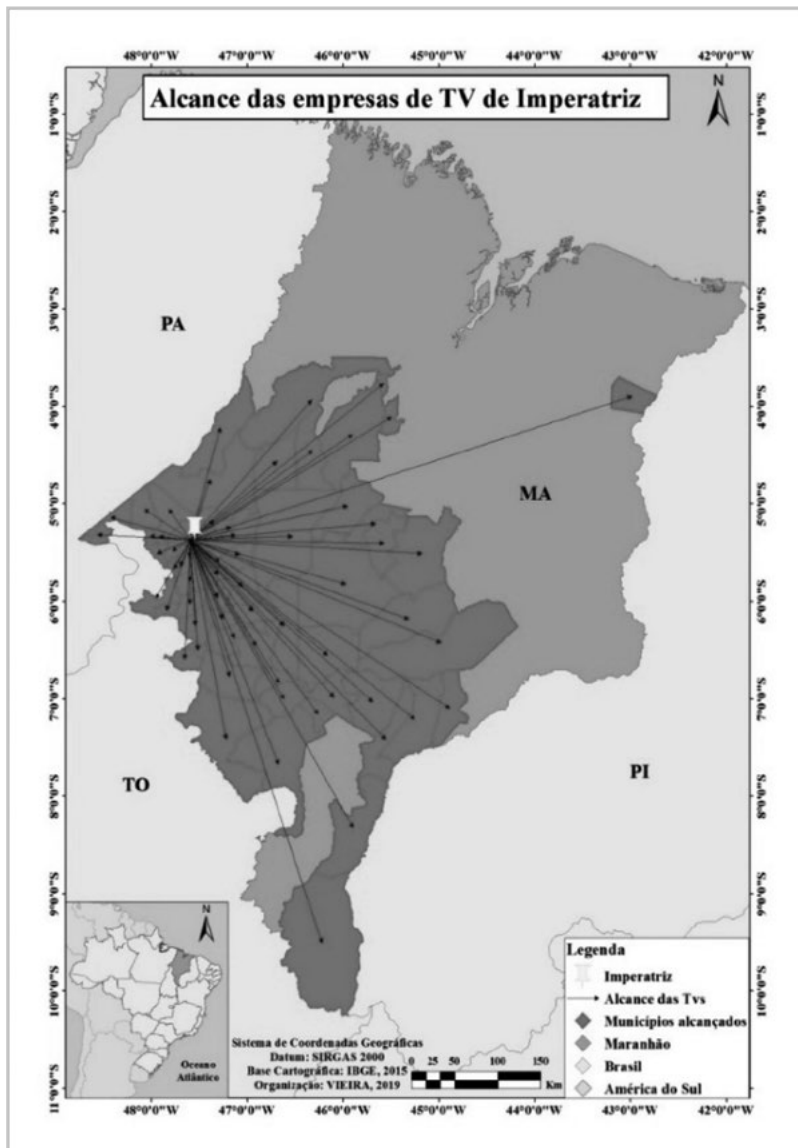
Reunindo todas essas informações, identificamos que 65 cidades recebem o sinal das emissoras de televisão imperatrizenses, conforme mostra o mapa 3. Os fluxos se espalham principalmente para as regiões central, sudoeste e sul do Maranhão, alcançando também algumas cidades ao norte do Tocantins. Vemos, portanto, que o alcance das TVs não é tão expansivo quanto o das rádios pelo fato das afiliadas seguirem o padrão de cobertura dos grupos nacionais, que busca respeitar os limites do estado à qual pertencem. Mesmo

assim, o sinal televisivo de Imperatriz ainda adentra alguns locais do território tocantinense.

Cabe destacar que os fluxos produzidos pelas Tvs de Imperatriz compreendem diariamente três horas de conteúdo local, característica comum às retransmissoras amazônicas. Conforme o Decreto nº 5.371/2005, que regulamenta o serviço de retransmissão de televisão (RTV) no país, os municípios situados em “regiões de fronteira de desenvolvimento” (considerada como a Amazônia Legal pela portaria nº 93/1989) podem ocupar com assuntos e publicidade local até 15% da grade transmitida pela estação geradora. Os programas inseridos devem ter finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade (DECRETO nº 5.371/2005).

Por outro lado, a captação do sinal das TVs de Imperatriz por cidades pequenas mais afastadas é condicionada à presença de um transmissor, geralmente comercializado pelas próprias emissoras para as prefeituras municipais. Isso significa que o acesso à informação de proximidade, que é aquela que aborda os acontecimentos orgânicos da região (PERUZZO, 2005), não é algo gratuito e muito menos chega a todos municípios indicados pelas empresas de jornalismo de Imperatriz.

Mapa 3 - Rede de fluxos das Tvs de Imperatriz



Fonte: Elaborado pela autora com tratamento gráfico de Camila Vieira (2021)

Considerações

Ao tratar do alcance da imprensa de Imperatriz, a intenção deste texto é descortinar a origem e a direção de fluxos informacionais no interior do Maranhão, assunto que merece ser abordado com maior frequência nas discussões atuais do Jornalismo em virtude dos “desertos de notícia” (PROJOR, 2021) existentes no país. Descobrir as cidades que produzem informação de proximidade e a distribuem para determinada região aponta uma possível relação de “referência noticiosa” entre essas cidades e as comunidades sem produção jornalística local, que vivem longe das capitais estaduais.

Os fluxos mapeados demonstram a condição regional da imprensa em Imperatriz por formarem uma área de alcance que ultrapassa os limites do município e do próprio estado, atingindo as regiões central, sudoeste e sul do Maranhão, extremo norte do Tocantins (na chamada região do Bico do Papagaio) e sudeste do Pará. Apesar da ampla cobertura, os veículos imperatrizenses não conseguem atender todas as demandas dos locais que a compõem. Em geral, eles produzem informação sobre a própria cidade, ou daquelas mais próximas geograficamente. O que não significa que os conteúdos não despertem interesse de moradores de outras cidades, sobretudo se levarmos em consideração as notícias sobre os serviços urbanos de Imperatriz, como saúde e comércio, que polarizam diversos municípios da região.

Verificamos ainda que os fluxos de informação reforçam o *status* de cidade média de Imperatriz por possibilitarem interações e articulações espaciais da cidade em escalas regionais. Segundo Corrêa (2017) são as relações espaciais, envolvendo a circulação de mercadorias, informações, valores, pessoas e poder, que efetivam a inserção de uma cidade na rede urbana.

Importante por fim ressaltar que os fluxos informativos aqui cartografados estabelecem um “alcance potencial”, ou seja, a possibilidade técnica de circulação estimada pelas rádios, Tvs e o jornal de impresso de Imperatriz. Se olharmos para a circulação de fato existente no território – o “alcance territorial” - provavelmente este será bem menor (PASTI, 2013).

Referências

AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo:** Geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

AGUIAR, Douglas da Silva. **Jornal da Diocese:** a produção da notícia na TV Católica de Imperatriz (MA). 65 f. Monografia (Graduação em Jornalismo). Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2012.

BARROS, Edelvira. Rádio e Televisão. In: **Imperatriz 150 anos.** Imperatriz: AIL, 2002.

BERTOLOTTO, Rodrigo. **País sem sintonia:** depois de integrar o Brasil por décadas, o rádio vive mudanças que podem provocar o efeito contrário. UOL, 2018. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/radio/#pais-sem-sintonia>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

BEZERRA, R. R; BRITO, N. C. R; LIMA, N. P; PEREIRA, M.V; SANTOS, K. M; SILVA, A.N; SILVA, L. C. **Rádio Comunitária em Imperatriz:** o pioneirismo da Rádio Missão FM 87,9 MHZ. III Encontro Nordeste de História da Mídia. Universidade Federal do Maranhão, 08 e 09 de maio de 2014. Anais.

BRITO, Nayane Cristina Rodrigues; MACIEL, Alexandre Zarate. **Começou o jornal na rádio Imperatriz.** II Encontro Norte-Nordeste de História da Mídia. Universidade Federal do Piauí, 20 e 21 de junho de 2012. Anais.

BUENO, Thaísa; BATALHA, Sara. **Plugado na rede:** levantamento apresenta os primórdios da mídia de Imperatriz na internet. In: Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, p. 1-12.

BUENO, Thaísa; FONSECA, Jordana. **Blogando das barracas do Rio Tocantins:** uma proposta de mapeamento da blogosfera imperatrizense. 4º Simpósio de Ciberjornalismo. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 28 a 30 de agosto de 2013.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornal do Interior:** conceitos e pre-conceitos. In: ASSIS, Francisco de. (Org.) Imprensa no interior: conceitos e contextos. Chapecó: Argos Editora Unichapecó, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In SPOSITO, M.E.B (Org.). **Cidades Médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, B, MENEZES, S, PORTINHO, A, SANTOS, R, SILVA, L, SILVA, V, BRITO, N. **Buscando Alternativa:** rádio Nativa FM. III Encontro Nordeste de História da Mídia. Universidade Federal do Maranhão, 08 e 09 de maio de 2014. Anais.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para história Econômica de Imperatriz.** Imperatriz, MA: Ética, 2008.

JUNIOR, Carlos B.A.S et al. **Sob nova frequência:** notas sobre a migração das rádios AM para FM no Maranhão. In: PRATA, Nair; DEL BIANCO, Nélia R. (Org.). Migração do rádio AM para o FM. Florianópolis: Insular, 2018.

MACEDO, Gizelle de Jesus. **Na linha do tempo as transformações no telejornalismo da TV Mirante (1980-2010)**. 65 f. Monografia (Graduação em Jornalismo). Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2011.

MESQUITA, Giovana Borges. **Misturando saberes no interior do Maranhão**: a experiência da rádio-poste da Caema. Revista Rádio-Leituras, Mariana-MG, v. 08, n. 02, pp. 09-27, jul./dez. 2017.

PASTI, André Buonani. **Notícias, informação e território**: as agências transnacionais de notícias e a circulação de informações no território brasileiro. 207 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2013.

PROJOR (Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo). Atlas da Notícia [on-line]. São Paulo: 20121. Disponível em <https://www.atlas.jor.br/>. Acesso: 10 jul. 2021

REIS, Thays Assunção. **História da Imprensa em Imperatriz (1930-2010)**. São Luís: EDUFMA, 2018.

SANCHES, Edmilson. Imprensa Escrita. In: **Imperatriz: 150 anos**. Imperatriz: Academia Imperatrizense de Letras, 2003.

SANTOS, Milton. **Classificação funcional dos jornais brasileiros – As regiões jornalísticas (1955)**. Noticiários da Rede Alcar. ano 7, n. 83, nov. 2007.

SILVA, I, ALVARENGA, L, PEREIRA, M, ASSUNÇÃO, T. Apontamentos sobre as primeiras revistas de Imperatriz-MA. In: BRITO, N.; REIS, R.; PINHEIRO, R.; ASSUNÇÃO, T. (Orgs.). **Jornalismo, mídia e sociedade**: as experiências na região Tocantina. Imperatriz: EDUFMA, 2017

SOUSA, Jailson de Macedo. **Enredos da dinâmica urbano-regional sulmaranhense**: reflexões a partir da centralidade econômica

de Açailândia, Balsas e Imperatriz. 558 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SOUSA, B. K. M; SILVA, D. S; SOUZA, F. D. S. FERREIRA, L. P; FERREIRA, N. C. M; ARAÚJO, W. G; BRITO, N. C. R. **Frequência 105,1:** de Rádio Cultura FM à Difusora Sul FM. III Encontro Nordeste de História da Mídia. Universidade Federal do Maranhão, 08 e 09 de maio de 2014. Anais.

ANÁLISE VISUAL DO PORTAL *IMIRANTE* AO LONGO DO SÉCULO XXI

INGRID PEREIRA DE ASSIS¹

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo principal analisar as modificações visuais vivenciadas por um dos principais portais jornalísticos do Maranhão ao longo de sua história, o portal *Imirante*. Trata-se de uma análise que se ampara na intersecção entre o jornalismo, mais precisamente o ciberjornalismo, e o design, para reconstruir aspectos visualmente relevantes para os portais ao longo do século XXI, tendo como recorte o desenvolvimento do referido site, um dos de maior audiência no Maranhão.

Para tanto, cumpriu-se com as seguintes etapas metodológicas: primeiro, realizou-se uma varredura, a partir da ferramenta de extração de metadados Wayback Machine - Internet Archive (<http://web.archive.org>), para coletar as capas disponíveis ao longo dos anos; a partir daí, seguiu-se para a escolha de um recorte que permitisse explorar mudanças significativas na visualidade, definindo quais capas seriam selecionadas dentre as disponíveis, em um espaço temporal de 5 a 6 anos; por fim, a partir das capas eleitas, partiu-se para a análise, amparada, sobretudo, na coleta documental e em uma revisão bibliográfica sistemática. Dessa forma, compõem o *corpus* da análise quatro capas do portal *Imirante* referentes aos anos de 2005, 2011, 2015 e 2021.

¹ Professora substituta do curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT); doutora em Jornalismo, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com doutorado sanduíche pela Universidade de Aveiro (Portugal); mestra em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e bacharel em Comunicação Social – Hab. Jornalismo, também pela UFMA. E-mail: ingrid.p.assis@hotmail.com.



Considerando esses aspectos, este artigo se estrutura, primeiramente, com uma breve apresentação do desenvolvimento dos portais jornalísticos e suas peculiaridades, articulando-se com o desenvolvimento da comunicação local. Depois, volta-se para a análise propriamente dita dos componentes visuais do *corpus* coletado, inter cruzando-a com os referenciais teóricos que perpassam obras tanto da área do jornalismo, quanto do design. Segue-se, então, para as particularidades do surgimento de tais portais no mundo, no Brasil e, especificamente, no Maranhão.

2. Portais jornalísticos: uma breve história

Com o surgimento da internet e a paulatina popularização do computador pessoal, as redações jornalísticas brasileiras passaram a assimilá-los e a desenvolverem seus portais jornalísticos. Nos EUA, foi um pouco diferente. Os portais surgem como um avanço dos sites de busca, visando a coordenar e reter a navegação dos interagentes, evitando a dispersão na rede. O próprio termo *portal*, por exemplo, passou a ser utilizado a partir de 1997, quando sites como o Yahoo! integraram conteúdo e aplicativos para popularizar a “porta de entrada”.

Já no Brasil, os sites de conteúdo nascem dentro dos grandes conglomerados de comunicação², sobretudo, pelo alto investimento necessário até então para se ter acesso à internet e aos equipamentos periféricos necessários. Por isso, tais portais aparecem como versões digitais de jornais impressos já existentes. Exemplificadamente, o primeiro portal jornalístico brasileiro foi o *Jornal do Brasil*, em maio

2 Segundo Pollyana Ferrari (2010, p. 25): “Diferentemente dos Estados Unidos, onde o surgimento dos portais decorreu da evolução dos sites de busca – que recorreram ao conteúdo como estratégia de retenção do leitor –, no Brasil os sites de conteúdo nasceram dentro das empresas jornalísticas. Alguns deles nem tinham a concepção de portal e evoluíram posteriormente para o modelo”.

de 1995, passando a disponibilizar seu conteúdo completo de forma gratuita na internet. O segundo impresso a atravessar o mesmo processo foi o jornal O Globo (FERRARI, 2010)³.

Nessa época, Negroponte (1995, p. 43) já diagnosticava que “ser digital é ter licença para crescer. De início, não é preciso pôr os pingos em todos os is e cortar todos os tês. Você pode construir ganchos para a expansão futura e desenvolver protocolos que permitam às correntes de bits se comunicarem”. A configuração desses primeiros portais era, portanto, extremamente simples visualmente e sua realização era muito mais complexa que na atualidade. Os profissionais que trabalhavam nos primeiros portais brasileiros precisavam conhecer a linguagem HTML para acionar qualquer função (MARTINEZ, 2007). Até o ano de 1975, os computadores só executavam cálculos científicos e aritméticos. A operacionalização do texto ainda era precária. É só a partir da segunda metade da década de 1970 que surgem os programas de edição de texto, contendo caracteres do alfabeto e sinais gráficos. “Em 1989 - ano de criação da World Wide Web -, já eram veiculados os serviços de notícias especializadas, oferecendo informação em ‘tempo real’” (BARBOSA, 2001, p. 5). Vale ressaltar que tal notícia em “tempo real” em nada se assemelhava à que é feita hoje. Após serem transmitidas, não era possível recuperá-las, devido às impossibilidades técnicas e tecnológicas da época. Já na década de 1980, os programas são aprimorados e passam a possibilitar a criação de narrativas. No ano de 1987, a língua, falada e escrita, recebe o devido tratamento digital (ARNT, 2002). “Os jornais online nascem, de maneira incipiente, desde o primeiro momento da Internet. Começam com algumas poucas

3 Palácios e Machado (1996) afirmam que a primeira publicação jornalística brasileira a disponibilizar conteúdo na internet foi o Jornal do Comércio on-line, de Pernambuco, em dezembro de 1994. No entanto, o Jornal do Brasil teria sido o pioneiro na disponibilização de todo o seu conteúdo na rede.

notícias, depois com as versões integrais dos jornais e, finalmente, com a disponibilização das edições antigas dos jornais impressos” (ARNT, 2002, p. 5).

Faz-se necessário entender que muita coisa mudou desde o surgimento do primeiro site de notícias na rede, o *Chicago Tribune*, em 1992. Hoje, por exemplo, os sistemas de gerenciamento de conteúdo simplificam enormemente os processos, possibilitando uma criação de conteúdo quase intuitiva e sem a necessidade de domínio da linguagem HTML.

Percebe-se, por meio deste breve resgate histórico, que, sobretudo no Brasil, foi vivenciado um período inicial de mera transposição do conteúdo impresso para a rede. “O que se percebe é que as empresas ‘entraram no jogo, jogando’, fazendo e aprendendo ao fazer, com algumas tentativas desastrosas” (REGES)⁴.

Em pouco tempo, as potencialidades dos portais foram ampliadas, bem como a capacidade de armazenamento. Isso potencializou o aparecimento de narrativas transmídia⁵ e *crossmi-*

4 Arquivo não datado e nem paginado.

5 Uma narrativa transmídia se caracterizaria por ser capaz de se expandir em diferentes linguagens e meios ou canais, sendo, ainda, singular em todos. Ao mesmo tempo, contribuiria para a construção de um mundo narrativo próprio, inclusive com participação do interagente (SCOLARI, 2009). Segundo Scolari (2009, p. 587): “Briefly then, TS is a particular narrative structure that expands through both different languages (verbal, iconic, etc.) and media (cinema, comics, television, video games, etc.). TS is not just an adaptation from one media to another. The story that the comics tell is not the same as that told on television or in cinema; the different media and languages participate and contribute to the construction of the transmedia narrative world. This textual dispersion is one of the most important sources of complexity in contemporary popular culture”. Traduzindo: “Resumidamente, a TS é uma estrutura narrativa particular que se expande através de diferentes idiomas (verbal, icônico, etc.) e mídia (cinema, quadrinhos, televisão, videogames, etc.). TS não é apenas uma adaptação de uma mídia para outra. A história que os quadrinhos contam não é a mesma que a transmitida na televisão ou no cinema; as diferentes mídias e línguas participam e contribuem para a construção do mundo narrativo transmedia. Esta dispersão textual é uma das fontes mais importantes de complexidade na cultura popular contemporânea” (SCOLARI, 2009, p. 587).

*dia*⁶ e, *pari passu*, o surgimento de iniciativas propriamente digitais, que não se restringiam à mera transposição do conteúdo de outras mídias para a web. O portal *Imirante* figura nessa ótica. Trata-se de um projeto feito e pensado para o ambiente web, sem necessariamente se portar como um transpositor de conteúdo de outras mídias, embora, por muito tempo, tenha incorporado conteúdos oriundos do jornal *O Estado do Maranhão* e da *TV Mirante* (Afilhada Rede Globo), que pertencem ao mesmo conglomerado de comunicação, mas sem deixar de produzir conteúdo próprio e exclusivo.

Essas diferentes fases vivenciadas pelos portais brasileiros ficam evidentes na sistematização de Carla Schwingel (2012), que divide o ciberjornalismo⁷ temporalmente em cinco etapas:

- A. Experiências pioneiras – que inicia no final dos anos 60, com os processos de digitalização e informatização.
- B. Experiências de primeira geração – colocadas em prática a partir 1992, com as primeiras notícias em páginas da web.
- C. Experiências de segunda geração – iniciadas no ano de 1995, quando o que era feito para a web passou a apresentar características específicas do meio.

6 O termo *crossmídia* por vezes é confundido com *transmídia*. *Crossmídia* pode ser definido como o apelo para a múltipla colaboração ao desenvolver uma história. Trabalha direcionando o público de um meio para outro, utilizando as respectivas potencialidades de cada meio para dialogar (CORREIA; FILGUEIRAS, 2008). Na definição, menciona-se o direcionamento do público e não necessariamente sua participação, diferentemente de *transmídia*.

7 Utiliza-se neste artigo a compreensão de ciberjornalismo como aquele que abarca toda e qualquer tecnologia presente no ciberespaço. Portanto, consiste em uma esfera maior que contém, ainda, o *webjornalismo* que é o jornalismo feito na web. Frisa-se, também, que ambos são distintos do *jornalismo on-line*, como explica João Canavilhas (s/d, p. 2), o *jornalismo on-line* "trata-se de uma simples transposição do modelo existente no seu ambiente tradicional para um novo suporte. Na fase a que chamamos *webjornalismo/ciberjornalismo*, as notícias passam a ser produzidas com recurso a uma linguagem constituída por palavras, sons, vídeos, infografias e hipertigações" (Texto disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-online-webjornalismo.pdf>. Acesso no dia 6 de junho de 2021).

- D. Experiências de terceira geração – datadas a partir de 1999, período em que o radiojornalismo e o telejornalismo foram integrados. Além do audiovisual, os mecanismos de interatividade são estimulados.
- E. Experiências ciberjornalísticas – por fim, esta fase é vivenciada a partir de 2002, com o uso de banco de dados integrados e sistemas próprios de produção de conteúdo. Ela tem como marca, também, a incorporação do interagente no processo de produção, fazendo ascender um jornalismo colaborativo.

Para a pesquisadora, estas etapas possibilitaram ao ciberjornalismo alcançar os considerados, na atualidade, princípios básicos do jornalismo feito para este ambiente:

Tendo em vista diversas contribuições às fases do ciberjornalismo, Ciberjornalismo é a modalidade jornalística no ciberespaço fundamentada pela utilização de sistemas automatizados de produção de conteúdo que possibilitam a composição de narrativas hipertextuais, multimídias e interativas. Seu processo de produção contempla a atualização contínua, o armazenamento e recuperação de conteúdos e a liberdade narrativa com a flexibilização dos limites de tempo e espaço, e com a possibilidade de incorporar o interagente nas etapas de produção. Os sistemas de gerenciamento e publicação de conteúdos são vinculados a bancos de dados relacionais e complexos (SCHWINGEL, 2012, p. 37).

Frisa-se que, embora essa metodização ajude a pensar o desenvolvimento do fenômeno como um todo, não necessariamente um portal do Maranhão tenha atravessado tais modificações no mesmo período histórico. O *Imirante*, embora tenha incorporado vídeos oriundos da *TV Mirante*, trabalhando o conteúdo de forma multimídia, só produziu vídeos próprios a partir de 2012, quando os vídeos da *TV Mirante* passaram a ser utilizados com exclusividade pelo *G1*

Maranhão, então estreante. Todos esses aspectos técnicos e tecnológicos vão impactar nas etapas visuais experienciadas por este portal. Sendo assim, segue-se agora para o tópico de análise que se volta especificamente à questão da visualidade, foco principal deste artigo.

3. Visualidade ao longo do século XXI

Até aqui, observou-se de que modo o ciberjornalismo foi se modificando em sentido técnico e tecnológico. Essas mudanças vão se refletir, também, na visualidade assumida pelos portais. Antes de seguir para a análise propriamente dita dos aspectos visuais do portal que compõe o *corpus*, faz-se necessário explicar que a relação do ser humano com o meio ambiente é mediada, salvo casos excepcionais, pela experiência visual. “Nós somos animais visuais: toda a nossa civilização foi sustentada pela visão, não pelo som ou cheiro. Foi essa confiança na visão que nos levou até as colinas em primeiro lugar” (FRASCARA, 2004, p. 176)⁸. Desse modo, a compreensão sobre o meio e o processo de aprendizado também se dão por esta via. Não à toa, a informação visual é o mais antigo registro da história humana já conhecido. O ser humano deixou desenhos em cavernas pré-históricas. Estas marcas antecedem o uso de qualquer outra linguagem.

Praticamente, desde nossa primeira experiência no mundo, passamos a organizar nossas necessidades e nossos prazeres, nossas preferências e nossos temores, com base naquilo que vemos. Ou naquilo que queremos ver. Essa descrição, porém, é apenas a ponta do iceberg, e não dá de forma alguma a exata medida do poder da

8 Tradução de: “We are visual animals: all of our civilization has been supported by vision, not by sound or smell. It was this reliance on vision that led us up into the hills in the first place” (FRASCARA, 2004, p. 176).

importância que o sentido visual exerce sobre nossa vida (DONDIS, 1997, p. 6).

O jornalismo como um todo consiste em um fenômeno social atravessado pela visualidade, que é afetada pelas novas possibilidades tecnológicas e, também, por aspectos estéticos que ascendem e decaem ao longo dos anos. No entanto, percebe-se que há rupturas mas, também, permanências em modelos visuais adotados. Os portais, por exemplo, adotam, tal qual os jornais impressos, a capa, espaço onde estão reunidas as chamadas e que é regida pela mesma lógica produtiva, seu objetivo final é ser atrativa o suficiente para “vender” aquele produto, ou seja, fazer o interagente continuar navegando, clicando, pilhando conteúdos. “...é preciso *vender* este objeto, e para tal é preciso chegar a seu público – cujo código é regido pela esfera produtiva, na qual é fundamental o jogo do fetiche” (VILLAS-BOAS, 1999, p. 62)⁹.

Frascara (2004) explica que o design de comunicação visual pode ser conceituado como a “ação de conceber, programar, projetar e realizar comunicações visuais que geralmente são produzidas por meios industriais e têm como objetivo transmitir mensagens específicas para setores específicos do público” (FRASCARA, 2004, p. 2)¹⁰. Sendo assim, para compreender as mudanças históricas da comunicação visual do portal *Imirante*, faz-se importante tomar como base analítica elementos já tradicionalmente avaliados em composições visuais, são eles: tipografia, cor, *layout* e imagem.

9 A teoria marxista do fetiche aponta que, na sociedade capitalista, as mercadorias assumem uma vida própria e um poder de suplantar até mesmo os próprios indivíduos que as produziram.

10 Tradução de: “...is the action of conceiving, programming, projecting, and realizing visual communications that are usually produced through industrial means and are aimed at broadcasting specific messages to specific sectors of the public” (FRASCARA, 2004, p. 2).

3.1. Tipografia

Pode-se definir os tipos como modelos de letras utilizados na composição gráfica de uma peça visual. Segundo Lupton (2004, p. 75): “Tipografia é uma interface para o alfabeto”¹¹. Há séculos, artistas e designers trabalham na criação de tipografias, muitas delas já se consolidaram historicamente, seja pela banalização do uso (como a Times New Roman), ou por sua excentricidade e controvérsia (Comic Sans). Estabeleceu-se pelos estudos de design que estas diferentes interfaces poderiam ser organizadas em categorias, de acordo com as suas particularidades. Dentre as categorias mais difundidas estão: serifada antiga, serifada moderna, sem serifa, manuscrita e decorativa. A partir dessa sistematização, pode-se notar que a serifa¹² é um elemento diferenciador (WILLIAMS, 1995). Isso porque sua presença, ou não, em uma dada tipografia, vai influenciar diretamente na legibilidade e, conseqüentemente, na adequação de seu uso, porque as serifas são responsáveis por conduzir o olho de uma letra à outra, facilitando a compreensão. “Uma vez que o olho do leitor adulto registra não as letras isoladamente, e sim as palavras (ou partes dela), é evidente que, no processo de leitura, estas desempenham um papel especialmente importante” (HOCHULI, 2013, p. 24). Não à toa, uma tipografia serifada costuma ser a mais adequada para textos longos, que exigem mais tempo e afino visual do leitor.

Tendo em vista tais aspectos, primeiro, coletou-se as tipografias utilizadas pelo portal *Imirante* nas quatro capas que compõem o *corpus*. A partir desta coleta, sistematizou-se em duas tabelas.

11 Tradução de: “Typography is an interface to the alphabet” (LUPTON, 2004, p. 75).

12 Consiste na haste perpendicular que termina os traços de algumas letras. Sua função é facilitar a leitura de textos impressos, tornando-os mais fluidos ao aglutinar as letras em palavras

A primeira foca na tipografia utilizada no logotipo do portal e a segunda tabela versa sobre as tipografias usadas nos principais elementos visuais do portal, como as chamadas, por exemplo. Ambas foram organizadas de forma cronológica e também trazem a categorização de tais tipografias.

Tabela 1: Sistematização das tipografias utilizadas no portal Imirante

TIPOGRAFIAS UTILIZADAS				
	NO LOGOTIPO		NO PORTAL	
Ano	Tipografia	Categoria	Tipografia	Categoria
2005	Meiro UI Bold Italic	Sem serifa	Verdana e variáveis (bold)	Sem serifa
2011	Adaptação da Arial Pro Rounded Bold	Sem serifa	Arial Nova e variáveis (bold)	Sem serifa
2015	Adaptação da Arial Pro Rounded Bold	Sem serifa	Maxima EF e variáveis (bold e sombreada)	Sem serifa
2021	Adaptação da Arial Pro Rounded Bold	Sem serifa	Araboto Medium e variáveis (bold)	Sem serifa

Fonte: Elaborada pela autora do artigo utilizando a ferramenta WhatTheFont.

A partir desta sistematização, percebeu-se a priorização de fontes sem serifa, que costumam ser mais uniformes. Nelas, quase não há transição entre os traços grossos e finos. Essas tipografias nem sempre são elegantes e bonitas. Portanto, seu uso exige mais criatividade. Não são recomendáveis para textos longos, por cansarem rapidamente o leitor. Em uma capa de portal, com chamadas que são textos curtos, o uso pode ser avaliado como adequado. “Trata-se

de uma família de tipos versátil, com enorme variedade de pesos e larguras, e seu caráter universal a torna fácil de combinar com outros tipos” (FONSECA, 2008, p. 55). No *Imirante*, percebeu-se que há, para o portal, a predominância de fazer uso de apenas uma tipografia e suas respectivas variáveis (bold em títulos ou o uso do sombreamento, por exemplo). Trata-se de uma estratégia combinatória simples, que utiliza o contraste de peso. Quando bem combinado, pode resultar numa peça harmoniosa (WILLIAMS, 1995), mas, ao mesmo tempo, tal estratégia inibe o desenvolvimento de um projeto visual mais rico e criativo.

No recorte do *corpus* selecionado, percebeu-se uma variação na tipografia utilizada no portal. No entanto, seguiu-se uma linha muito similar ao longo dos anos, conforme se pode notar na montagem a seguir:

Imagem 1: Chamadas da capa do portal Imirante.



Fonte: Portal Imirante.

A tipografia da logo variou menos, sendo feitos, com o passar do tempo, pequenos ajustes na disposição, aplicação ou mesmo inserção de elementos extras, como o selo de celebração dos 15 anos do portal. O logotipo que mais se diferencia é o primeiro, como é possível observar na montagem a seguir:

Imagem 2: Topo do portal contendo o logotipo.

2005



2011



2015



2021



Fonte: Portal Imirante.

3.2 Cor

A cor é um fenômeno físico, resultado da impressão que a luz produz no olho humano, a partir da sua reflexão ou absorção nos diferentes corpos. Sem luz não é possível haver cor, vida ou sequer escuridão. Para o jornalismo, a cor é um elemento fundamental por sua alta capacidade comunicativa. “A cor é uma informação visual, causada por um estímulo físico, percebido pelos olhos e decodificada pelo cérebro” (GUIMARÃES, 2000, p. 12). Por isso, um dos maiores desafios humanos foi atribuir cor aos vídeos e às fotografias.

A cor é a forma mais imediata de comunicação não verbal. É natural que tenhamos reações a ela: evoluímos com certa compreensão das cores, em parte porque a sobrevivência de nossos ancestrais dependia delas para saber o que consumir e o que evitar. A cor é usada para representar pensamentos e emoções de uma forma que nenhum outro elemento do design consegue, e pode chamar atenção de modo instantâneo no papel, na tela ou na prateleira do supermercado. Todos nós, inerentemente, temos preferências que informam nossas decisões quando lidamos com cores e estamos su-

jeitos aos entendimentos e normas culturais do uso da cor ao nosso redor (AMBROSE; HARRIS, 2009, p. 6).

Evidencia-se que a percepção das cores é atravessada por elementos culturais, ou seja, o modo como pessoas de dada cultura se relacionam com uma cor pode ser completamente diferente para pessoas de outro grupo. Portanto, a partir de uma dada referência, cada cor possui seu significado simbólico e o alfabetismo visual está diretamente relacionado ao conhecimento e à compreensão de tal conjunto de códigos (DONDIS, 2003). Na área de comunicação, pode-se, inclusive, estabelecer um código visual a partir de cores, para facilitar a compreensão do receptor, como se verá mais adiante.

Como a percepção da cor é o mais emocional dos elementos específicos do processo visual, ela tem grande força e pode ser usada com grande proveito para expressar e intensificar a informação visual. A cor não apenas tem um significado universalmente compartilhado através da experiência, como também um valor informativo específico, que se dá através dos significados simbólicos a ela vinculados (DONDIS, 2003, p. 69).

A partir dessas colocações, desenvolve-se esta análise das cores do portal *Imirante* em dois espaços, como feito no tópico anterior. Em um primeiro momento, será analisada a cor utilizada no logotipo e, posteriormente, as cores usadas no projeto visual do portal jornalístico como um todo.

Nos quatro anos coletados, a cor do logotipo saiu de um azul mais profundo (#005aa0), em 2005, para um azul mais aberto em 2011 (#288ece), voltando a se tornar mais profundo (#126e97) e se consolidando assim a partir de 2015. Já a aplicação do azul predomina no fundo com a marca em branco contrastando. Apenas na coleta de 2011 o azul aparece em dois tons distintos (o já mencionado #288ece e o #9dd3eb), sobrepostos a um fundo branco.

Vale destacar que, segundo Farina, Perez e Bastos (2006), o azul é uma cor fria, que tem como associação afetiva a verdade, serenidade, fidelidade e promove no observador um sentimento profundo. Percebe-se, portanto, a adequação do uso da cor à marca de um portal jornalístico, visto que verdade e fidelidade são elementos caros ao jornalismo como um todo.

Imagem 3: Padrão de cores do logotipo por ano coletado.



Fonte: Montagem feita pela autora do artigo.

Com relação às capas dos portais, percebe-se o padrão jornalístico de segmentar as editorias ou seções por cores, conferindo assim um elemento visual que atua como organizador das chamadas, que aparecem em diferentes tamanhos e, muitas vezes, misturadas. Esse paradigma está presente em todas as quatro capas analisadas, como é possível notar a seguir:

Imagem 4: Capas coletadas



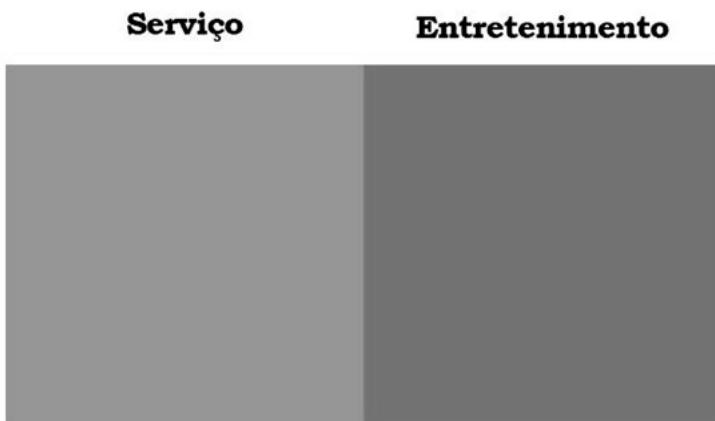
Fonte: Montagem feita pela autora do artigo a partir de capas do Imirante.

Observa-se que a capa de 2005 usa um fundo azul nas duas colunas laterais e dispõe as chamadas jornalísticas de modo centralizado, organizando-as em caixas de texto azuis, para as chamadas secundárias, e cinza para as chamadas de menor destaque, que chamaremos de terciárias. A chamada principal aparece sem caixa de fundo, mas é destacada a partir de fios também azuis. As cores utilizadas para ordenar e aglutinar as notícias são: laranja, para as notícias do *Plantão i*; azul, para os *Destques*; vermelho, para notícias de *Imperatriz*; e, por fim, verde, para os conteúdos esportivos. Todas elas aparecem dispostas em caixas de texto cinza, uma cor neutra, que não interfere diretamente na composição com outras cores, mas ajuda a diminuir significativamente a presença de branco na página. Percebe-se que a própria sistematização do site é confusa e isto acaba se refletindo nas escolhas das cores também. Não fica clara a diferença editorial entre notícias que vão para o *Plantão i* e as destinadas à área *Destques*, por exemplo. Visualmente, um ponto desconexo é o uso do vermelho, que é uma cor que aumenta a atenção e é extremamente estimulante (FARINA; PEREZ; BASTOS, 2006), mas que foi escolhida para representar uma seção que não é a mais importante ou urgente jornalisticamente, o que seria uma escolha visual mais acertada.

Na capa de 2011, a sistematização das cores passa a ser a seguinte: vermelho, para notícias de cidades maranhenses; azul, para notícias no geral; amarelo, para serviços; e laranja, para cultura e entretenimento (*Na Mira*). O menu, que agora fica logo abaixo do topo que traz o logotipo, traz ainda as seções: *O Estado/blogs* (em azul marinho) e vídeos (em azul celeste) e áudios (em um vermelho mais escuro que o de *Cidades*), mas essas seções não preenchem a capa com chamadas específicas. Vale observar que não ficam claros os critérios que fazem uma notícia ser enquadrada em *Cidades* (ver-

melho) ou *Geral* (azul), visto que é possível identificar chamadas de *São Luís* em *Geral*, quando, em tese, deveria integrar o grupo *Cidades*. Visualmente, uma fragilidade que pode ser apontada é a similaridade das cores que diferenciam as editorias de *Serviço* e *Na Mira*, e de *Cidades* e a seção Áudios do menu. Isso pode dificultar o reconhecimento visual de ambas, como é possível perceber no comparativo abaixo:

Imagem 5: Comparativo entre cores das editorias do Imirante.

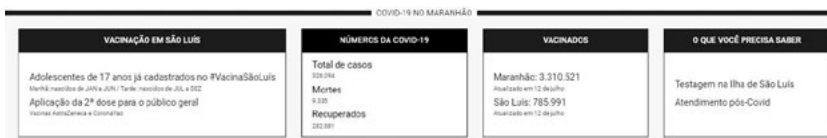


Fonte: Montagem feita pela autora do artigo.

A partir da capa de 2015 já se nota uma reestruturação nas editorias e, conseqüentemente, no sistema de cores utilizado. Os conteúdos passam a ser organizados da seguinte forma: azul, para notícias no geral, incluindo o que antes seria de *Cidades*; verde, para as informações sobre *Esporte*; e laranja, para o *Na Mira*. Esta mesma sistematização ainda é utilizada na capa de 2021, que adiciona a cor vermelha apenas para pontos que deseja evidenciar, tais como o número de óbitos em um box sobre a pandemia da Covid-19, por exemplo, conforme se percebe abaixo. Frisa-se que este uso do

vermelho é adequado, pois, como já se mencionou, trata-se de uma cor que chama a atenção do observador para uma informação jornalisticamente relevante.

Imagem 6: Quadro sobre Covid do portal Imirante.



Fonte: *Imirante*.

3.3 Layout

Seguindo na análise, pondera-se que uma das funções do designer de comunicação visual é desenvolver uma interpretação visual a partir da organização de diferentes elementos, trata-se de um “estrategista das aparências, quer dizer, dos fenômenos que experimentamos mediante nossos sentidos, sobretudo por meio do sentido da visão, mas também mediante os sentidos do tato e da audição” (BONSIEPE, 2011, p. 22). Este processo de organização dos diferentes elementos é chamado de *layout*.

O layout é o arranjo de elementos de um design em relação ao espaço que eles ocupam e em conformidade com um esquema estético geral. Também podemos chamá-lo de gestão da forma e do espaço. O objetivo principal do layout é apresentar os elementos textuais e visuais de uma forma que o leitor os receba com o mínimo de esforço. Com um bom layout, o leitor pode navegar por informações bastante complexas, tanto na mídia impressa como na eletrônica (AMBROSE; HARRIS, 2012, p. 9).

Como é possível notar na Imagem 4, a primeira capa se organiza da seguinte forma:

- a. Os elementos de serviço e conteúdos que não noticiosos aparecem concentrados nas colunas laterais do portal. Estão presentes ali: menu linkando para os demais portais do conglomerado, chamadas para os blogs, enquete, variação cambial, agenda e serviços (aeroporto, imposto de renda, loteria etc.).
- b. Na área central superior, encontra-se a chamada principal, tomando todo o espaço do topo, dividindo em espaços iguais texto e foto.
- c. Logo abaixo da chamada principal, estão dispostas três chamadas secundárias, que apresentam um chapéu, embaixo vem a foto da respectiva chamada e, por fim, o texto. Essas três chamadas estão aglutinadas em uma mesma caixa azul de fundo, que confere a elas uma unicidade visual, sendo que as notícias não possuem qualquer relação uma com a outra.
- d. Já as chamadas terciárias aparecem agrupadas em outras caixas de texto cinzas, estas sim, devidamente organizadas por editoria (*Plantão i*, *Destaques*, *Imperatriz* e *Esporte*).

Vale mencionar que a chamada principal, as secundárias e terciárias estão devidamente separadas por fios, únicos (na separação das chamadas) e duplos (no caso da separação das editorias). Este recurso vem sendo usado e abandonado pelos jornais impressos sazonalmente. Isso porque alguns acreditam que os fios deixam a composição visual pesada e outros defendem que é possível trabalhar com eles de forma que o todo fique harmônico.

Na capa do ano de 2011, percebe-se que as colunas laterais para serviços ainda são utilizadas, concentrando as chamadas do portal no centro. Os fios permanecem, separando as chamadas, mas, neste novo projeto visual, foram suavizados, deixaram de ser duplos e, agora, apresentam uma tonalidade cinza bem suave. A capa pas-

sou a concentrar um número menor de chamadas, mas, ao mesmo tempo, trouxe as mais importantes em um tamanho maior e com diferentes configurações (uma coluna e duas linhas de título, uma coluna e três linhas de título etc.).

Já nas capas dos anos de 2015 e 2021, as colunas laterais de serviço somem. Ao mesmo tempo, o portal se verticaliza mais, o que está em congruência com o paulatino consumo de notícias por meio de smartphones e dispositivos móveis. As chamadas se organizam, basicamente, em três colunas, apresentando os mais diferentes arranjos: caixa de três chamadas com foto, caixa de uma chamada com foto, caixa de chamadas sem foto etc. Esses blocos podem ser ajustados conforme a demanda de notícias e o planejamento de conteúdo do portal. Para visualizar melhor, alguns arranjos foram separados a seguir:

Imagem 7: Caixas de composição destacadas.



Fonte: Imirante.

Além disso, o menu presente logo abaixo do topo do logo em 2011, agora, aparece retraído em um link na lateral superior do portal, tanto no ano de 2015 quanto no ano de 2021, vide destaque:

Imagem 8: Topo do portal ao longo dos anos, com menu.



Fonte: Imirante.

3.4 Imagem

As imagens funcionam como metáforas, aproximando objetos de ordens distintas e realizando uma representação do mundo sensível (MARTINS, 2013). As imagens absorvidas pelo jornalismo são mediatizadas e, com isso, auxiliam no processo de construção social da realidade, por estarem em consonância com a necessidade de aproximação com o real. De acordo com Berger e Luckmann (2004), ao mesmo tempo que se constrói a realidade se é influenciado por ela, fazendo coexistir realidades objetivas e subjetivas. Portanto, o jornalismo, enquanto uma prática social, ajuda na construção desta realidade e, *pari passu*, é influenciado por ela por meio de suas narrativas. Frisa-se que o efeito de real dessas produções jornalísticas se ancora, em grande parte, nas imagens acerca do fato narrado.

Frascara (2004) divide as imagens em duas categorias: as representacionais e as abstratas. “Imagens representacionais referem-se

a objetos reais. Imagens abstratas podem ser ornamentais - representando processos ou relações - ou expressivas” (FRASCARA, 2004, p. 109). No jornalismo, especificamente, há uma cobrança que as imagens se caracterizem como representacionais, aproximando-se do real o máximo possível e deixando a função estética em uma posição secundária (LOPES, 1988). Mesmo assim, é importante mencionar que uma imagem jornalística apresenta sempre os dois espectros, o informativo e o estético, o que varia é a proporção de cada um deles, dependendo de cada imagem. “Toda imagem comunica ambos - informação e emoção. A diferença é que, em algumas situações, o equilíbrio é direcionado à informação” (BONICCI; PROUD, 1998, p. 13). Isto ocorre porque: “A imagem é um processo de expressão inesperado e criativo e até cognitivo, uma vez que a imagem (ou metáfora) estimula a imaginação e descoberta dos pontos comuns entre dois termos” (MARTINS, 2013, p. 3).

Ainda que a imagem jornalística se volte mais para a informação, seu fator estético é vital, principalmente, para o entendimento e memorização do conteúdo. Como explica Frascara (2004, p. 77): “Toda escolha estética carrega significado”. O autor destaca que a estética é relevante, pois pode provocar rejeição, comunicar, afetar a capacidade de memorização da informação e, até mesmo, a qualidade do meio ambiente (FRASCARA, 2004). Além disso, a imagem deve ser entendida como uma representação permeada por significados, sendo então um signo e estando atravessada pelos aspectos culturais. Dessa forma, não existe uma gramática única que possibilita compreendê-la em totalidade. “A linguagem visual não é - apesar de suposições contrárias - transparente e universalmente entendida; é culturalmente específico” (KRESS; LEEUWEN, 2006, p. 4). Tendo em vista estes aspectos e apoiados em Barthes, os autores defendem que o significado da imagem está sempre relacionado

ao texto verbal acompanhante, sendo oral ou escrito. Isso porque as imagens são muito polissêmicas, ou seja, possibilitam diferentes interpretações. Desse modo, “para chegar a um significado definido, a linguagem deve vir em socorro. O significado visual é indefinido demais” (KRESS; LEEUWEN, 2006, p. 18).

Partindo para a análise do *Imirante*, percebe-se que o aumento do potencial de armazenamento e a melhoria na qualidade da internet, ao longo dos anos, permitiram a ampliação do uso de imagens na capa. É notória a diferença da quantidade de fotografias da capa dos anos de 2005 e 2011, para as dos anos de 2015 e 2021. Além disso, observa-se a priorização de imagens estáticas, sobretudo, fotografias. A construção de sentido das chamadas de capa se dá “na relação entre imagens e palavras” (BERTASSO, 2015, p. 105). A presença cada vez maior de imagens fez com que, conseqüentemente, o texto verbal fosse diminuindo nas capas, ao longo dos anos. Isso não significa uma diminuição na quantidade de informação, visto que a imagem comunica e, casada ao texto, também promove um sentido de leitura do todo, ou seja, da composição verbo-visual completa.

Ademais, as chamadas de maior destaque costumam aparecer acompanhadas de imagens em uma dimensão maior, como é possível perceber na figura 7. O texto, inclusive, aparece sobreposto à imagem, sendo destacado apenas por um leve sombreado, de forma que esta possa ser ainda mais aproveitada. Nas capas de 2005, 2011 e 2015, as fotografias são dispostas, em maioria, com um recorte quadrado ou levemente retangular. Na capa mais recente, o modelo de recorte das fotografias nas chamadas foi ampliado significativamente. Isso ajuda no processo de escolher formatos de chamadas que se adequem aos mais diferentes tipos de imagem, tendo em vista, principalmente, que, hoje em dia, o jornalismo

se ampara em registros amadores, que nem sempre são feitos no formato que seria mais adequado. Portanto, uma multiplicidade de chamadas, que possibilitem formatos fotográficos diversos, colabora significativamente na composição visual e jornalística da capa do portal.

4. Considerações finais

A partir de elementos como cor, tipografia, layout e imagem, este artigo analisou as modificações visuais ao longo do desenvolvimento do portal *Imirante*, que se consolidou como um dos principais veículos jornalísticos do Maranhão desde seu surgimento. A análise parte de aspectos jornalísticos, ou ciberjornalísticos, mas estes aparecem interseccionados por elementos do design, de forma que é possível compreender as mudanças históricas e os aspectos visualmente relevantes para os portais ao longo do século XXI e, mais especificamente, para este portal.

Tendo como *corpus* quatro capas do portal *Imirante* dos anos de 2005, 2011, 2015 e 2021, coletadas por meio da ferramenta de extração de metadados Wayback Machine - Internet Archive (<http://web.archive.org>), identificou-se que mudanças técnicas e tecnológicas impactaram diretamente na visualidade apresentada pelo portal. Como exemplo, pode-se citar a verticalização do site e aumento da dimensão das chamadas de capa, para adequar-se ao consumo cada vez mais realizado em smartphones e dispositivos móveis. Ademais, a ampliação da capacidade de armazenamento dos portais e seus sistemas de gerenciamento e uma ampliação do acesso a uma internet cada vez mais rápida possibilitaram uma diversificação maior no uso de mídias, sobretudo imagéticas. Assim, mais chamadas de capa passaram a utilizar fotografias, por exemplo.

Houve, também, o que perdurasse e fosse apenas ajustado ao longo dos anos. Exemplificando, tem-se o uso de cores para separar visualmente as diferentes editorias e segmentos do site ou mesmo a persistência na escolha de tipografias sem serifa, para compor as chamadas de capa e o logotipo do portal.

Ressalta-se que a análise realizada neste artigo parte de apreensões iniciais que podem ser aprofundadas em pesquisas futuras. Ainda assim, trata-se de um registro necessário, sobretudo, para a compreensão do desenvolvimento recente do jornalismo no Estado do Maranhão, por um viés pouco comum aos estudos da área, que, na maioria das vezes, focam no conteúdo jornalístico em si e esquecem que ele é apresentado por meio de um arranjo visual. Por fim, trata-se de uma investigação interdisciplinar, que recorre ao design para chegar aos resultados apresentados. Estes possibilitam uma maior compreensão do *corpus* investigado e ainda servem de referencial para pesquisas futuras que se voltem a estudar a prática jornalística a partir desta perspectiva integrada.

Referências

AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. **Layout**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. **Design básico**: cor. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ARNT, Héris. Do jornal impresso ao digital: novas funções comunicacionais. In: **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Salvador: 2002.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERTASSO, Daiane. Ethos discursivo e jornalismo de revista: as imagens de si de Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital por meio de suas capas. **Revista Interin**, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 103-119, jan.jul., 2015. Disponível em: <http://interin.utp.br/index.php/vol11/article/view/320>. Acesso em: 28 de jun. 2021.

BONICCI, Peter; PROUD, Linda. **Designing with photographs**. Switzerland: RotoVision, 1998.

BONSIEPE, Gui. **Design, cultura e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2011.

CANAVILHAS. João. **Do jornalismo online ao webjornalismo**: formação para a mudança. s/d. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-online-webjornalismo.pdf>. Acesso no dia 27 de jun de 2021.

CORREIA, Danilo; FILGUEIRAS, Lucia. **Introdução à mídia cruzada**. In: Grupo de Estudos em interação do LTS, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://lts-i.pcs.usp.br/xgov/pub/TutorialMidiaCruzada.pdf>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

DONDIS, Donis. **A sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: Edgard Blücher, 1990.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Editora Contexto: 2010.

- FONSECA, Joaquim da. **Tipografia & design gráfico**: design e produção de impressos e livros. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- FRASCARA, Jorge. **Communication Design**: principles, methods and practice. New York: Allworth Press, 2004.
- GUIMARÃES, Luciano. **A cor como informação**: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2000.
- HOCHULI, Jost. **O detalhe na tipografia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- KRESS, Gunther; LEEUWEN, Theo van. **Reading Images**: The Grammar of Visual Design. London: Routledge, 2006.
- LOPES, S. **Iniciação ao Jornalismo Audiovisual**. Lisboa, Sociedade Editora, 1988.
- LUPTON, Ellen. **Thinking with type**: a critical guide for designers, writers, editors & students. New York: Princeton Architectural press, 2004.
- MARTINEZ, Adriana Garcia. A construção da notícia em tempo real. In: FERRARI, Pollyana (org.). **Hipertexto, hipermídia**: as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2007.
- MARTINS, C. (s.d.). **A imagem fotográfica como uma forma de comunicação e construção estética**: Apontamentos sobre a fotografia vencedora do World Press Photo 2010. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/martins-celia-2013-imagem-fotografica-como-umaforma-de-comunicacao.pdf>>. Acesso em 7 de jul. de 2021.
- NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PALACIOS, Marcos; MACHADO, Elias G. **Manual do Jornalismo na Internet**. 1996. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/fontes_manuais.htm. Acesso em 15 jun. de 2021.

REGES, Thiara Luiza da Rocha. **Características e gerações do Webjornalismo**: análise dos aspectos tecnológicos, editoriais e funcionais. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/reges-thiara-caracteristicas-e-geracoes-do-webjornalismo.pdf>. Acesso em 7 de junho de 2021.

SCHWINGEL, Carla. **Ciberjornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SCOLARI, Carlos A. **Transmedia Storytelling**: Implicit Consumers, Narrative Worlds, and Branding in Contemporary Media Production. Disponível em: <http://migre.me/qY4sc>. Acesso em 19 de mai. de 2021.

VILLAS-BOAS, André. **O que é e o que nunca foi**: *The dub remix*. Rio de Janeiro: 2AB, 1999.

WILLIAMS, Robin. **Design para quem não é designer**: noções básicas de planejamento visual. São Paulo: Callis, 1995.

ENSAIO FOTOGRÁFICO DE SÃO LUÍS DO INÍCIO DO SÉCULO XX: A REVISTA DO NORTE

AMANDA DA SILVA E SILVA¹

JOSÉ FERREIRA JUNIOR²

A proposta deste ensaio visual³ pauta-se na apresentação de alguns temas fotográficos recorrentes retratados pela revista ilustrada maranhense Revista do Norte, que circulou no Brasil entre os anos de 1901 a 1906. O surgimento das revistas ilustradas no Brasil, como um novo gênero periódico e jornalístico, seguia os modelos criados na Europa (França e Inglaterra, principalmente) e nos Estados Unidos, durante o século XIX e tinha como propósito inovador a composição de um design de página que integrasse texto/letras e imagem em uma mesma publicação.

A história da revista ilustrada pode ser dividida em fases e é marcada por diferentes tipos e processos de ilustração que estão diretamente relacionados aos recursos técnicos e gráficos de reprodução de imagem disponíveis em cada época (MARTINS, 2008). Das mais simples, com desenhos, vinhetas, molduras e detalhes figurativos, passando pela riqueza das gravuras (xilografia, água-forte, talho-doce, litografia), pelo traço marcante do humor das charges e caricaturas, até alcançar, na virada do século XIX, a consolidação da repro-

1 Historiadora e mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é professora Substituta do IFMA. E-mail: aruadegoncalves@gmail.com.

2 Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC SP. Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Comunicação profissional, do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da UFMA. E-mail: jferr@uol.com.br

3 Este ensaio é fruto da pesquisa de dissertação de mestrado e foi publicado originalmente na Revista Memória em Rede, Pelotas, v.11, n.21, Jul./Dez.2019 – ISSN- 2177-4129.



dução e impressão da fotografia nas páginas dos periódicos, dando início a uma nova e longa fase na trajetória das revistas ilustradas com as fotogravuras.

Essa nova fase, que se configurou numa verdadeira revolução na imprensa, só foi possível graças ao aperfeiçoamento técnico dos processos fotomecânicos aliado à qualidade gráfica disponível (ANDRADE, 2004), o que possibilitou a criação de uma nova narrativa jornalística que se perpetuou por todo século XX. A fotografia, em especial, vai ganhando cada vez mais destaque nos periódicos, dividindo espaço com o texto escrito e tornando-se fundamental nas grandes reportagens.

Nesse sentido, o Maranhão da virada do século XIX também teve sua representante na imprensa ilustrada brasileira, com a Revista do Norte, a primeira revista ilustrada com imagens fotográficas do Maranhão. Contemporânea das primeiras grandes revistas ilustradas brasileiras, como: Revista da Semana (1900-1918), a Ilustração Brasileira (1901-1902), O Malho (1902-1954), Kosmo (1904-1909), Fon-Fon (1907-1958), entre outras, a maranhense, assim como as citadas, destacou-se visualmente pelo farto uso das fotografias e pela qualidade técnica das impressões. Eram publicações que primavam pela riqueza e excelência do material gráfico, geralmente impressas em papel *couché*, demonstrando a habilidade e os recursos técnicos do impressor. (COSTA, 2012).

A capital São Luís, que durante o período de 1840-1880 fora reconhecida nacionalmente como um importante e desenvolvido parque tipográfico, com nomes como J. Correa Frias e Belarmino de Matos (HALLEWELL, 2005, p.170), chega ao século XX ainda com certo fôlego, tinta e inovação. Depois desse apogeu apontado por Hallewell (2005), e da forte concorrência com o mercado gráfico de outras províncias (e posteriormente, estados), as tipografias no

Maranhão diminuíram em quantidade e na sua representatividade nacional, embora continuassem a realizar trabalhos gráficos, sobretudo, para a imprensa local e regional.

O destaque da inovação ficou por conta de Alfredo Teixeira, comerciante e um dos sócios da firma Gaspar Teixeira & Irmão, donos da Tipografia e Typogravura Teixeira. Entusiasta das artes gráficas, Alfredo Teixeira implantou em São Luís uma oficina completa de gravura e de tipografia com o que havia de mais moderno em termos de maquinário e tecnologia de impressão, o mesmo utilizado na Europa onde estudou por mais de um ano os processos e as técnicas da gravura moderna.

Alfredo, exercendo o cargo de diretor artístico e de impressor da Typogravura Teixeira, foi o responsável pela edição de várias publicações ilustradas com fotografia no Maranhão, nas quais as mais representativas foram as revistas ilustradas Revista Elegante, a Revista do Norte e alguns Álbuns comemorativos.

A concepção deste ensaio situa-se também na oportunidade, por meio do recorte temático, de um resgate de memória, principalmente no que tange à imprensa ilustrada brasileira; e na compreensão acerca do papel determinante que a fotografia teve na formação de novas narrativas, sejam elas jornalísticas, históricas ou artísticas. Experiência que pode ser resumida da seguinte forma nas palavras de Mauad (2008, p.36): “a experiência fotográfica dos novecentos redefiniu as formas de acesso aos acontecimentos históricos e sua inscrição na memória social (ou não), a ponto de podermos contar a história do século XX através de suas imagens”. É nesse sentido que o acervo iconográfico da Revista do Norte configura-se como um dos caminhos possíveis para contar o começo da vasta história do século XX de forma plural e diversa.

A Revista do Norte circulou entre agosto de 1901 a setembro de 1906. Um exemplar incompleto da revista pode ser encontrado no acervo de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite.

RECORTE TEMÁTICO ENCONTRADO NA REVISTA DO NORTE

Figura 1 – Primeira capa, com o retrato do presidente Campos Salles, s/autoria.



Fonte: Revista do Norte, 1º de setembro de 1901. Biblioteca Pública Benedito Leite.

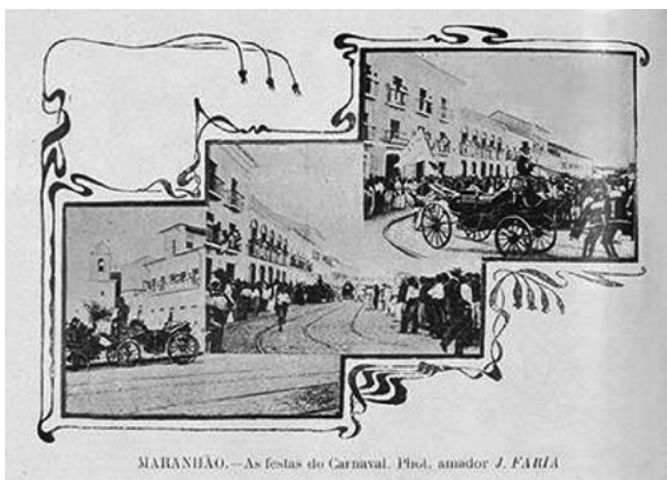
EVENTOS RELIGIOSOS E FESTAS

Figura 2 – Saída da missa da Igreja do Carmo, Festa de Santa Filomena, 1901.



Fonte: Revista do Norte, 1º de outubro de 1902. Biblioteca Pública Benedito Leite.

Figura 3 – Colagem de Festas de Carnaval, fotografia amadora J. Faria



Fonte: Revista do Norte, 1º de março de 1903. Biblioteca Pública Benedito Leite.

ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

Figura 4 – Rua do Sol, com destaque para o Teatro Arthur Azevedo.



Fonte: Revista do Norte, 16 de abril de 1902. Biblioteca Pública Benedito Leite.

Figura 5 – Praça João Lisboa, centro da cidade. s/ autoria



Fonte: Revista do Norte, 16 de julho de 1903. Biblioteca Pública Benedito Leite.

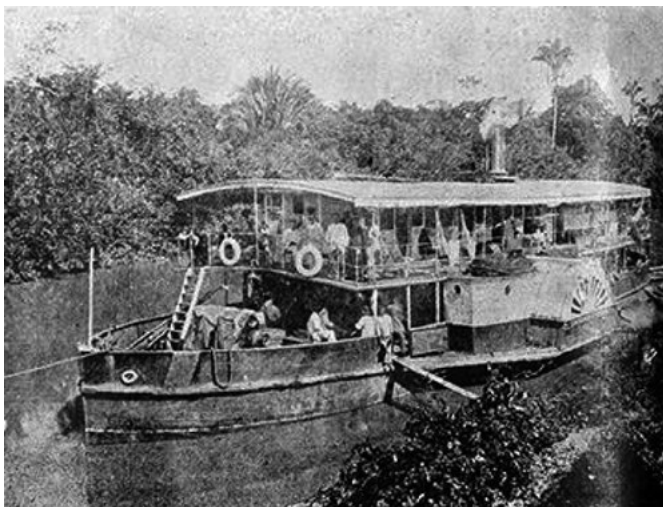
TRANSPORTE

Figura 7 – O trem passando na nova ponte do Cutim, arredores de São Luís. s/autor



Fonte: Revista do Norte, 16 de dezembro de 1901. Biblioteca Pública Benedito Leite.

Figura 8 – Navegação Fluvial, s/autor



Fonte: Revista do Norte, 16 de outubro de 1901. Biblioteca Pública Benedito Leite.

REFORMAS URBANAS

Figura 9 – Obras do Lago do Palácio, Avenida Maranhense, hoje Avenida D.Pedro II, s/autor



Fonte: Revista do Norte, 1º de setembro de 1903. Biblioteca Pública Benedito Leite.

Figura 10 – Reforma da Igreja dos Remédios, s/autor.



Fonte: Revista do Norte, 1º de dezembro de 1903. Biblioteca Pública Benedito Leite.

Referências

- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil**: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- COSTA, Helouise. Entre o local e o global: a invenção da revista O Cruzeiro. *In*: COSTA, H; BURGI, S. (Org.). **As origens do fotojornalismo no Brasil**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2012. p. 08-39.
- FON-FON: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiante. Rio de Janeiro: [s.n], 1907-1958.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: EDUSP, 2005.
- ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Bordéus /Paris: [s.n], 1901-1902.
- KOSMO: Revista Artística, Científica e Litteraria. Rio de Janeiro: [s.n], 1904-1909. Mensal.
- MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revistas**: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2008.
- MAUAD, Ana Maria. **O olhar engajado**: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. *In*: ArtCultura, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 33- 50, jan./jun. 2008.
- O MALHO: Semanário Humorístico, Artístico e Literário, Rio de Janeiro: [s.n], 1902-1954. Semanal.
- REVISTA DA SEMANA: edição semanal ilustrada do Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n] 1900-1918.
- REVISTA DO NORTE: revista Ilustrada de Literatura e Artes. São Luís: [s.n], 1901-1906. Quinzenal.
- REVISTA ELEGANTE, São Luís: [s.n], 1892-1905. Quinzenal.

*Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.*

TÍTULO	200 Anos da Imprensa no Maranhão - Vol. 1 (O campo histórico)
ORGANIZADORA	Marcos Fábio Belo Matos Roni César Andrade de Araújo Roseane Arcanjo Pinheiro (Orgs)
PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA	Francisco Batista Freire Filho
FORMATO	155 x 220 mm
PÁGINAS	356
TIPOGRAFIA	Adobe Garamond Pro CORPO Balham e Aquiline Two TÍTULOS
EDIÇÃO	1ª edição Digital - Outubro de 2022




Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ISBN 978-65-5363-065-9

9 786553 630659